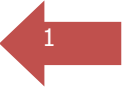




16º COLÓQUIO DA LUSOFONIA
Santa maria Vila do Porto 2011





ORGANIZAÇÃO:



ISBN: 978-989-95891-8-6

XVI COLÓQUIO DA LUSOFONIA 30 setembro a 5 outubro 2011

Texto conforme o Acordo Ortográfico 1990

ATAS / ANAIS COM SINOPSES E BIODADOS

AICL - Colóquios da Lusofonia organizam o 16º Colóquio (30 setembro - 5 outubro 2011) com patrocínio da Câmara Municipal de Vila do Porto, Santa Maria



Apoio

Presidência do Governo Regional dos Açores. Direção Regional da



COM REPRESENTANTES DAS 3 ACADEMIAS DE LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGAL, BRASIL E GALIZA)

1. **Temas 16º Colóquio da lusofonia (7º encontro açoriano da lusofonia)**

1. **HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO**

Convidados 2011 (Açores): DANIEL DE SÁ, EDUARDO BETTENCOURT PINTO VASCO PEREIRA DA COSTA

- 1.1. Autores lusófonos açorianos
- 1.2. Outros Autores lusófonos

2. **LUSOFONIA E SANTA MARIA**

2.1. A ilha-mãe: HOMENAGEM AO MICAELENSE MAIS MARIENSE

DANIEL DE SÁ VISTO PELOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

DANIEL DE SÁ E AS MEMÓRIAS REVISITADAS

2.2. **OUTROS AUTORES MARIENSES**

3. **O Estado da LUSOFONIA:**

- 3.1. Português como Língua de Identidade e Criação;
- 3.2. Diversidade da Língua Portuguesa no tempo e no espaço;
- 3.3. Português nos Media e no Ciberespaço;
- 3.4. Português como Língua de Ciência;
- 3.5. Ensino do Português
- 3.6. Português nos Grandes Espaços (linguísticos, económicos, etc.)

4. **TRADUÇÃO:**

- 4.1. Tradução de autores portugueses no estrangeiro.
- 4.2. Tradutores e autores portugueses
- 4.3. Tradução Monocultural e intercultural
- 4.4. Tecnologias e Tradutologia



2. PRINCÍPIOS / OBJETIVOS

1. OS “COLÓQUIOS DA LUSOFONIA – AICL, ASSOCIAÇÃO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA”, são um movimento cultural e cívico que visa mobilizar e representar a sociedade civil de todo o mundo, para pensar e debater amplamente, de forma científica, a nossa fala comum: a Língua Portuguesa.

2. A Associação tem por objeto promover a INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA conducente ao reforço dos laços entre os lusofalantes, no plano linguístico, cultural, social, económico e político, na defesa, preservação, ensino e divulgação da língua portuguesa e suas variantes, em qualquer país, região ou comunidade.

3. Para a consecução destes objetivos a Associação compromete-se a

- Promover encontros científicos anuais,
- Promover o desenvolvimento dos estudos universitários e outros, para ensino, divulgação, preservação e tradução da língua portuguesa, procurando o apoio das Instituições nacionais e internacionais;
- Desenvolver outras ações culturais, tais como colóquios, congressos, encontros, exposições, em ligação com outras entidades;
- Promover cursos e bolsas de estudo na área das Ciências da Cultura em parceria com outras instituições universitárias e culturais;
- Desenvolver uma página na Internet dedicada aos estudos e atividades dos Colóquios da Lusofonia
- Fomentar a divulgação das obras de autores em língua portuguesa através de reedições e traduções;
- Criar grupos científicos ligados aos objetivos da Associação

4. Os cerca de 240 milhões de lusofalantes constituem uma comunidade histórico-cultural capaz de estabelecer pontes e diálogos entre os diferentes povos, culturas, civilizações e religiões, promovendo uma cultura de paz, compreensão, fraternidade e universalismo à escala planetária. Os valores essenciais da cultura lusófona constituem, com o seu humanismo universalista, uma vocação da luta por uma sociedade mais justa, da defesa dos valores humanos fundamentais e das causas humanitárias. Cada grupo de lusofalantes deve começar por ser exemplo desses valores.

5. No contexto da Lusofonia, a Galiza e Portugal aumentarão a sua influência ibérica e europeia, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné, Angola e Moçambique, a sua influência africana, o Brasil a sua influência no continente americano e Timor a sua influência asiática, sendo ao mesmo tempo acrescida a presença de cada um nas áreas de influência dos demais e no mundo. Sem esquecer Goa, Damão, Diu, Macau, todos os lugares onde se fale Português e onde a diáspora esteja presente, os quais, embora integrados noutros estados, serão núcleos de irradiação cultural da nossa noção alargada de Lusofonia

6. Hoje, como ontem, a língua de todos nós é vítima de banalização e do laxismo. Em Portugal, infelizmente, a população (em grande parte, funcionalmente analfabeta [ou iletrada funcional]) está pouco consciente da importância e do valor do

seu património linguístico. Falta-lhe o gosto de bem falar e escrever e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala. Os meios de comunicação social, com a guerra das audiências, privilegiam o espetacular e o mediocre, nada contribuindo para a cultura. A nossa conformada indiferença não passa duma conviência, daí que a militância pela qualidade escrita e pela defesa do discurso oral seja imperiosa e fundamental. Enquanto isso acontece, a língua portuguesa no mundo está a ser diariamente enriquecida pelos idiomas e dialetos locais. Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar, pois é um organismo vivo. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer e os Colóquios da Lusofonia querem fazer parte dessa mudança. Aqui alertamos para a necessidade de sermos competitivos e exigentes, sem esperarmos pelos Estados ou pelos Governos e tomarmos a iniciativa em nossas mãos. Assim como criamos estes Colóquios e Encontros, também cada um de nós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós, sob o perigo de soçobramos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno. Urge apoiar uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos nacionais e nos internacionais, dotá-los com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes e pugnar pelo uso da língua portuguesa nos fóruns internacionais. É imperioso reinventar o gosto pela leitura hoje relegada para preocupação elitista que se não compadece com jogos de consola e de entretenimento que raramente introduzem conhecimentos.

7. O presente texto condensa e concretiza várias propostas, entre as quais se incluem as do Manifesto **Mitos da Lusofonia 1** (revista elo online 15 nove 2002) e **Lusofonia Agonia** de Chrys Chrystello de 2006 (<http://falar-portugues.blogspot.com/2006/02/lusofonia-agonia.html>) e as do primeiro patrono Embaixador Professor Doutor José Augusto Seabra, para criar a Cidadania da Língua, proposta radicalmente inovadora num país tradicionalista avesso a mudanças. Queríamos que todos se identificassem pela língua comum que nos une. A LUSOFONIA diz respeito aos que falam, escrevem e trabalham a língua, independentemente da cor, credo, religião ou nacionalidade. Este foi o ponto de partida, objeto de consenso entre os promotores dos COLÓQUIOS DA LUSOFONIA, destinado a ser aperfeiçoado mediante todas as críticas e sugestões, que solicitamos e agradecemos.

8. Os Colóquios da Lusofonia decidiram, na 13ª edição (abril 2010) em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, estabelecerem-se como Associação para prosseguirem na senda do que foi conseguido a saber:

- *Em 2001, os Colóquios da Lusofonia, brotaram do nosso saudoso primeiro patrono, professor José Augusto Seabra para criar a Cidadania da Língua. Ao fim de catorze edições, incluindo uma em Florianópolis, Estado de Santa Catarina no Brasil e a próxima em Macau na R. P. da China, os Colóquios já se afirmaram, nacional e internacionalmente, como a única realização regular, concreta e relevante sobre a LUSOFONIA.*



- Em 2002, inovámos entregando o CD das Atas / Anais com nº ISBN no início das sessões.
- Em 2003 assumimos o debate do multiculturalismo e interculturalismo.
- Em 2004 visitámos línguas e dialetos minoritários, a segunda língua oficial de Portugal, Mirandês, e fizemos a campanha que salvou o Ciberdúvidas.
- Em 2005, fomos os únicos, até hoje, a debater a introdução da língua portuguesa em Timor e apadrinhámos o Observatório da Língua Portuguesa na CPLP.
- Até 2006, postergamos o debate sobre o genocídio da Língua Portuguesa na Galiza, para catapultar os esforços do colega Ângelo Cristóvão na criação da novel Academia Galega.
- Em 2007, sonhámos com a criação de uma Dicipédia Contrastiva da Língua Portuguesa, criou-se o 1º Prémio Literário da Lusofonia e debateu-se a Língua Portuguesa no século XXI. Foi o pretexto para sermos os primeiros a debater o novo Acordo Ortográfico até então fora das manchetes dos jornais e do interesse dos políticos. O impacto e a cobertura do evento, além-fronteiras, ajudaram a ratificar o segundo protocolo modificativo.
- Em 2008 debatemos os Crioulos, iniciámos a campanha para criar os Estudos Açorianos e presenciámos a abertura da Academia Galega da Língua Portuguesa nascida no seio destes colóquios lançando o desafio para a criação de uma Academia das Letras nacional em Portugal.
- Em 2009 definimos o projeto do MUSEU DA LUSOFONIA em Bragança e decidimos levar os colóquios a outros países.
- Em 2010, internacionalizámos os Colóquios levando-os ao Brasil, lançámos o Curso Breve de Estudos Açorianos na Univ. do Minho, bem como os Cadernos de Estudos Açorianos dedicados à divulgação de autores de matriz açoriana, e avançámos com o projeto de tradução de autores portugueses em sete línguas (Francês, Italiano, Russo, Búlgaro, Polaco, Romeno e Esloveno) e colocámos a Lexicopédia em linha numa nova plataforma acessível a todos.

9. Os nossos oradores "típicos" não buscam mais uma conferência para o currículo, antes querem compartilhar projetos e criar sinergias. Trocam impressões, ideias e metodologias, vivências e pontos de vista, dentro e fora das sessões. Juntam-se aos colegas, no primeiro dia, partilham comunicações, passeios, refeições. Despedem-se, no último dia, como se de amigos se tratasse. É o que nos torna distintos de qualquer outro congresso, conferência ou seminário.

10. Criámos, ao longo destes anos, uma vasta rede facilitando o intercâmbio de experiências entre participantes. Foram eles que iniciaram o ambicioso projeto da LEXICOPÉDIA ou Dicipédia Contrastiva nas horas livres, irmanados do ideal de "sociedade civil" capaz e atuante que define o voluntariado dos que trabalham nestes colóquios. Esta Dicipédia Contrastiva tem agora uma nova plataforma, mais acessível aos investigadores que nela labutam e ao público. Juntos, somos capazes de atingir o que a burocracia e a hierarquia não podem ou não querem.

11. As diversificadas sessões paralelas de música, teatro e poesia (dos Açores, Portugal, Galiza e Brasil) que sempre temos nos nossos Colóquios, continuam a criar

pontes e partilhar culturas diferentes dentro do seio da Lusofonia. Temos ainda a responsabilidade de prosseguir, incansáveis, a campanha para execução do novo Acordo Ortográfico. Contamos com o laborioso apoio dos seus proponentes: Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara (nossos patronos desde 2007) e Ângelo Cristóvão, que nos têm assistido a lutar pela língua unificada que propugnamos para as instâncias internacionais.

12. Carlos Reis afirmou (julho 2008): "*uma política de língua é um desígnio nacional que deve passar de Governo para Governo. A internacionalização da língua só será possível com uma política a "longo prazo", que sobreviva aos sucessivos governos*". É esse desígnio que os Colóquios da Lusofonia, representando a sociedade civil atuante, desenvolvem desde há dez anos.

13. Em Portugal não há uma política de língua. Enquanto as Letras se mantiverem subalternas, como mera Secção da Academia das Ciências de Lisboa, falta-lhes peso e voz para a defesa da língua e das suas variantes face aos desafios que os políticos não conseguem afrontar. A vetusta Academia teria de ser pró-ativa em vez de reativa. O futuro e a preservação da língua não se compadecem com esperas nem vivem de glórias passadas. Portugal está irremediavelmente atrasado. Não pode esperar mais. Por isso sonhámos, desde 2008, com a criação de uma Academia das Letras, uma Academia da Língua, independente, nascida no seio destes colóquios, sem sujeições a projetos estatais. Mais um ambicioso desígnio para abraçarmos.

14. No século XI, com o início da reconquista cristã da Península Ibérica, o galego-português consolida-se como língua falada e escrita da Lusitânia. A língua portuguesa tem 800 anos. A sua História remonta ao século XII, quando El-rei Dom Dinis fundou a Univ. de Coimbra, promovendo o desenvolvimento cultural de Portugal. "*Esse reitor ordenou que fosse usada a língua portuguesa nos documentos públicos, substituindo a língua oficial latina*". À facilidade comunicativa entre a comunidade de expressão portuguesa e a comunidade galega acrescentamos o facto de a língua portuguesa ter o seu berço na Galiza medieval, que incluía o território da atual Comunidade Autónoma Galega transcendendo-o ainda amplamente, pelo que parece legítimo reivindicar-se que a Galiza seja reconhecida pelo resto da Lusofonia como membro de pleno direito. Essa língua volveu-se ao longo dos séculos numa língua franca em vastos espaços geoculturais, com variedades e interferências múltiplas, através de dialetos e crioulos, sem perder a sua unidade estrutural, apesar da sua ductilidade e da capacidade de adaptação aos mais diversos contextos envolventes. Foi nessa perspetiva que ajudamos a criar a Academia Galega da Língua Portuguesa. Deseja-se que outras nasçam em países de expressão oficial lusófona.

15. Numa frase, (como disse o primeiro patrono, J. Augusto Seabra, no 2º colóquio),

"ela propiciou o que temos chamado um polígolo, isto é, um diálogo plural e cruzado entre povos com costumes, crenças e mentalidades várias, que foram postos pelos portugueses em contacto, pela missionação, o comércio – incluindo a escravatura e a soberania política. Na verdade, como pôs em relevo o historiador da língua portuguesa Paul Teyssier, o nosso idioma



apresenta todas as características dessa universalidade: disperso por todos os continentes, ele não é restrito a um grupo étnico, a uma comunidade religiosa, a um tipo de sociedade ou a um regime político, sendo uma língua de mestiçagem cultural, de contacto e de diálogo entre vários povos. Mas foi antes de mais como língua de civilização e cultura que o Português se impôs historicamente, na sua irradiação pelo mundo, tal como profetizou o poeta-humanista António Ferreira:

***“Floresça, fale, cante, ouça-se e viva
A portuguesa língua e lá onde for
Senhora vá de si, soberba e altiva...”***

16. Os Colóquios da Lusofonia seguiram a saga dos navegadores de 1500 e chegaram aos Açores em 2006 para debaterem a identidade açoriana, sua escrita, lendas e tradições. Em 2008 tivemos a presença do escritor da baleação, o picaroto Dias de Melo (falecido pouco depois) e do micalense Daniel de Sá. Em 2009, tivemos o prolífico escritor Cristóvão de Aguiar que foi nosso convidado especial na Lagoa e em Bragança. Para 2010-2011, escolhemos Vasco Pereira da Costa, um escritor açoriano que desempenhou durante sete anos, as funções de Diretor Regional da Cultura dos Açores, antes de ser fugazmente substituído pela atual Ministra da Cultura de Portugal, Dra. Gabriela Canavilhas, presente na abertura do 11º Colóquio. Outros se seguirão. Na nossa porfia por repor os escritores portugueses, de matriz açoriana, no panteão que merecem temos outros para estudar, ler e divulgar. É para eles, suas obras e memórias, que orientaremos as edições futuras dos colóquios, para que sejam lidos e traduzidos como já estão sendo estudados nas Univ.s do Brasil, graças às colegas Zélia Borges e Dina Ferreira; em Univ.s romenas e polacas, pela colega Rosário Girão. Dispomos de tradutores a trabalhar na tradução para posteriormente serem editados naquelas línguas. Irão ainda chegar a novos destinatários através do curso Açorianidades e Insularidades (Univ. do Minho), em plataforma e-learning

17. Persistiremos nesta nossa tarefa de dar a conhecer e traduzir autores que a curta memória dos homens olvidou para além de debatermos a tradução, tema que nunca abandonámos desde a primeira edição, e continuaremos a pugnar pela aplicação do acordo ortográfico. Depois da Europa, América, levamos os colóquios a Macau, no continente asiático, terra cheia de vitalidade e tradição e onde a língua portuguesa é estudada como veículo de comunicação comercial privilegiado entre a R. P. da China, África, Brasil e demais comunidades lusófonas.

18. Fazemos nossas as palavras de Agostinho da Silva, “*A comunidade a que o propomos é o Povo não realizado que atualmente habita Portugal, a Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, o Brasil, Angola, Moçambique, Macau, Timor, e vive, como emigrante ou exilado, da Rússia ao Chile, do Canadá à Austrália*” – (“Proposição”, in *Dispersos, Lisboa, ICALP, 1989, p. 617*).

19. Etimologicamente, Lusofonia significa fala dos lusos, mas na nossa definição cabem todos quantos *falam, escrevem e trabalham a língua, independentemente da cor, credo, religião ou nacionalidade*. Nela incluiremos todos os que têm o português como língua materna ou oficial. Lusófonos seremos, portanto, todos nós quantos,

falando a língua de Camões, sentimos que algo temos em comum, de idêntico, mas também de diferente de todos os outros que habitualmente falam outra língua e com ela se identificam. A nossa definição de Lusofonia será sempre um diálogo nessa secular língua que todos nós falamos, incluindo o conjunto dos oito países de língua oficial portuguesa e suas correspondentes identidades culturais, bem como todas as Regiões em que a língua portuguesa é também utilizada como língua materna ou de património e incluindo todos aqueles que consideram como sua própria a língua portuguesa (mesmo que seja língua segunda, terceira, etc.) Esta Lusofonia teve as suas raízes no séc. XV e XVI, quando passou a ser a principal língua universal de comunicação internacional entre todos os povos.

20. É obrigação de todos nós defender a Lusofonia, começando por defender e se possível exigir aos países de língua oficial portuguesa uma eficaz vontade política de aproximação, de cooperação, de intercomunicação cultural e até mesmo económica e de unidade entre todos eles, tendo precisamente em vista e para bem de todos, a defesa da referida Lusofonia.

21. Por outro lado, todos os países de língua oficial portuguesa deverão defender e promover a colocação de professores de português e a criação de leitorados em todos os países, regiões ou cidades em que existam comunidades de língua oficial portuguesa, sem atentar nas suas cores de pele, na sua religião e nas particularidades das suas culturas, a todos concedendo, especialmente aos jovens, o direito de frequentarem gratuitamente aulas de português e de cultura.

22. A todos nós incumbe o dever de promover a defesa, a expansão e o prestígio da nossa língua comum, patrocinando a publicação, a tradução e difusão por todo o mundo de obras literárias, científicas e artísticas, de autores de língua portuguesa.

23. Em defesa da Lusofonia, defendemos a nossa identidade como pessoas e povos, e em prol da língua comum com todas as variantes e idiosincrasias, impedindo que outras culturas e outros povos nos dominem culturais, económica ou politicamente, como alguns, ostensiva e claramente, defendem.

24. Dito isto, entendemos vital a criação da associação **AICL, Associação [Internacional] Dos Colóquios Da Lusofonia.**

Lomba da Maia, S. Miguel Açores (Portugal) 28 outubro 2010

3. SESSÕES CULTURAIS

Em 2002 propusemos roteiros turísticos a locais celebrizados pelos expoentes da literatura. Itinerários já existem faltando organizar a leitura de obras, a disponibilização de traduções e edições económicas para os excursionistas. Lucravam editores, operadores turísticos e a língua. Podíamos começar na Bragança de Paulo Quintela, ir a S. Martinho de Anta (em Sabrosa) com Miguel Torga, pulando ao açoriano Campo de S. Francisco, jardim fatídico de Antero de Quental e à Casa das Tias de Vitorino Nemésio, à micalense Maia do Daniel de Sá, à ilha do Pico, de Dias de Melo e de Cristóvão de Aguiar, viajando n’A Cidade e as Serras de Eça de Queiroz, antes do café



na Brasileira de Fernando Pessoa e no agreste Monsanto de Fernando Namora, para voar até ao Rio de Machado de Assis ou à Bahia de Jorge Amado e acabar com um chá em Macau na presença virtual de Henrique de Senna Fernandes no antigo Café Central. Convidavam-se professores jubilados para falar dos autores em cenários apropriados. Para esta revolução por fazer não seriam necessários subsídios nem onerosos comissários mas voluntários que amem a Língua Portuguesa como nós.

Neste Colóquio **PODEREMOS VIR A TER UM ROTEIRO DE DANIEL DE SÁ**

1. **AUTORES CONVIDADOS:** DANIEL DE SÁ, EDUARDO BETTENCOURT PINTO E VASCO PEREIRA DA COSTA .Outros autores presentes: Daniel Gonçalves, Anabela Mimoso, Chrys Chrystello, Luís Gaivão, Mário Moura...

2. **VÍDEO AÇORES** (SESSÃO DE ABERTURA)

3. **FILME Império Fósseis**

4. **LANÇAMENTOS EDITORIAIS APRESENTAÇÃO PÚBLICA OBRAS DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA**



O FOGO OCULTO – VASCO PEREIRA DA COSTA





BÚZIOS – ANABELA MIMOSO



CHRYS CHRYSTELLO CRÓNICAÇORES: UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO, (LEIA AQUI) VOLUME DOIS DA TRILOGIA



5. **SESSÃO DE POESIA**
Declamação de: VASCO PEREIRA DA COSTA, DANIEL GONÇALVES, CONCHA ROUSIA, DANIEL DE SÁ, CHRYS CHRYSTELLO E OUTROS

6. **CANCIONEIRO AÇORIANO:**

PIANISTA Ana Paula Andrade **E A**
SOPRANO RAQUEL MACHADO
ACOMPANHADAS PELO VIOLONCELO DE
Henrique Andrade Constância



[OUÇA ANA PAULA NO 13º COLÓQUIO AÇORIANÓPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA BRASIL](#)

7. **EDITORA CONVIDADA:** [calendário de letras](#)
<http://www.calendario.pt/> presente com obras de Anabela Mimoso, Chrys Chrystello, Vasco Pereira da Costa, etc.



4. Lista de oradores / presenciais

Nome	Instituição	País / Região	Título	Tem a
1. Anabela Mimoso	CEI-EF ULHT	Portugal	Experiências da diáspora - Os casos de Rodrigo Leal de Carvalho e de Eduardo Bettencourt Pinto -	1.1
2. Anabela Sardo 3. Elisa Branquinho 4. Zaida Pinto	Instº Politécnico da Guarda / UIDI	Portugal Portugal	Vasco Pereira da Costa – O mar imenso e íntimo do poeta incendiado pelo <i>Fogo Oculto</i> da ilha rasgada sobre o mundo	1.1
2 Anabela Sardo	Instº Politécnico da Guarda	Portugal	A ilha, "território privilegiado onde as leis são abolidas, onde o tempo se detém", em "Matar a Imagem" de Ana Teresa Pereira	1.2
5. Ana Paula Andrade	Conservatório Reg Ponta Delgada	Açores	Concerto Cancioneiro Açoriano	-
6. Ana Loura	NAV Presencial	Açores	-	-
7. Caetano Valadão Serpa	Escritor açoriano	EUA	-	-
8. Catarina Madruga	Presencial	Portugal	-	-
9. Conceição Casteleiro	Presencial	Portugal	-	-
10. Chrys Chrystello	AICL Colóquios Da Lusofonia	Austrália	Descobrir Daniel de Sá ou o poeta das casas mortas	2.1
11. Concha Rousia	AGLP Academia Galega Língua Portuguesa	Galiza	O Contributo Da Galiza para o acordo ortográfico e o vocabulário comum	3.1
12. Daniel De Sá	Escritor açoriano	Açores	Açorianidades	2.1
13. Daniel Gonçalves	Escritor açoriano EBS Bento Rodrigues Vila do Porto	Açores	Quem somos afinal? As dificuldades da edição da poesia em Portugal.	2.2
14. Dina Ferreira	Univ. Estadual do Ceará, Brasil Sorbonne França	Brasil	Bechara — erudição e humor em sua saga lusófona	1.2
15. Eduardo Bettencourt Pinto	Escritor açoriano	Canadá	Carlos Faria: um trovador de afetos	1.2
16. Evanildo C. Bechara	Academia Brasileira De Letras	Brasil	AO 1990	3.2

17. Fátima Madruga	Presencial	Portugal	-	-
18. Fernanda Santos José Eduardo Franco ausente	Univ. Federal de Sta Catarina / CLEPUL / UFSC	Portugal Portugal	A globalização do ensino da Companhia de Jesus: s <i>curricula</i> dos jesuítas e a grande revolução pedagógica na época moderna	3.5
19. Francisco Madruga	Ed. Calendário de Letras	Portugal	AICL: Passado, presente e futuro	3
20. Helena Anacleto-Matias	ISCAP, Porto	Portugal	-	-
21. Henrique Andrade Constância	Conservatório Reg Ponta Delgada	Açores	Concerto Cancioneiro Açoriano	
22. Iliyana Chalakova ausente apresenta Helena Anacleto-Matias	Univ. de Sófia "St. Kliment Ohridski	Bulgária	Tradupoéticas: Poesia Açoriana pelas "Terras" de Vasco Pereira da Costa	1.1
23. Joana Pombo	Centro de Interpretação Ambiental Dalberto Pombo	Açores	Dalberto Pomboi	1.2
24. João Chrystello	Assessor técnico da AICL	Açores	Apoio técnico e tecnológico	-
25. J. Malaca Casteleiro	Academia Das Ciências De Lisboa	Portugal	AO 1990	3.2
26. Luciano Pereira	Esc. Sup. de Educação Instº politécnico de Setúbal	Portugal	A Lagoa das Sete Cidades – Cristalizações de memórias, mitos e lendas	3.1
27. Luiz Martins Ferreira	Presencial	Brasil	-	-
28. Luís Gaivão	Ex adido cultural de Portugal	Portugal	Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque e os Açores: as Luzes, as Guerras Liberais e o Pensamento	3.6
29. Margarida Madruga	Artista plástica / Presencial	Açores	-	-
30. Mª Alice R de Sá	Presencial	Açores	-	-
31. Marlit Bechara	Presencial	Brasil	-	-
32. Mário Meleiro ausente apresenta Rui Formoso	Instº Politécnico da Guarda, Esc. Superior Educação, Comunicação e Desporto	Portugal	Ricardo Reis: defensor da língua, desrespeitador da norma ortográfica.	3.2.



33. Mário Moura	Câmara Municipal da Ribeira Grande	Açores	Manuel Raposo Marques: a pauta em vez do direito	1.1
34. Raquel Machado	Conservatório Reg Ponta Delgada	Açores	Concerto Cancioneiro Açoriano	1
35. Raul Gaião	Dicionário da Língua Portuguesa e Houaiss	Portugal	Açorianos em Macau – D. Arquimínio da Costa: da atividade pastoral ao diálogo com a Igreja da China.	3.6
36. Roberto Furtado	Vice-Presidente do Município de Vila do Porto	Açores	-	-
37. Rolf Kemmler	CEL / Univ. UTAD (Vila Real)	Alemanha	João Albino Peixoto (1803-1891): um poeta ribeira-grandense que traduziu Beauzée	1.1
Rosário Girão MJ Silva ausentes Apresenta Helena Chrystello	Univ do Minho EBI Maia S. Miguel	Portugal Açores	Catarse de Cristóvão de Aguiar	1.1
38. Rui Formoso	Esc. Sup. de Educação Comunicação e Desporto Guarda	Portugal	<i>Longe da vista, longe... da compreensão: o império da escrita e as dificuldades na consciência do oral.</i>	3.5
39. Santa Inêze Soares	Presencial	Brasil	-	-
40. Vasco Pereira Da Costa	Escritor Açoriano	Açores	Génese de dois poemas sobre SANTA MARIA - Cristóvão Colombo em Santa Maria (Riscos de Marear) e Baía da Cré (O fogo Oculto).	1.1
41. Zélia Borges e 42. Cícero Santos	Univ. Presbiteriana Mackenzie	Brasil	Memória (ainda atividade) do carro de bois	3.5
43. Zilda Zapparoli	Univ. de São Paulo	Brasil	Voz e texto ortográfico-fonético no sistema corpor – corpora do português falado de SÃO PAULO	3.3
44. Manoel Vidal Castro Melo	Fundação Ibirapuera de Pesquisas / presencial	Brasil	-	-

5. Programa horário

6ª Fª	DIA 30 setembro DE 2011
10.00	SESSÃO DE ESCLARECIMENTO (AO, COLÓQUIOS E ESCRITORES CONVIDADOS) ESCOLA EBS BENTO RODRIGUES VILA DO PORTO
13.00	ALMOÇO ESCOLA EBS BENTO RODRIGUES VILA DO PORTO
15.30	SESSÃO 1, DOCUMENTÁRIO SANTA MARIA – ILHA-MÃE
	Mesa: ABERTURA DIRETOR REGIONAL DA CULTURA, Dr Jorge Paulus Bruno, PRESIDENTE DO MUNICÍPIO DE VILA DO PORTO, Carlos Rodrigues, e PRESIDENTE DA AICL, Chrys Chrystello
	APRESENTAÇÃO: ANTOLOGIA BILINGUE DE AUTORES AÇORIANOS CONTEMPORÂNEOS HELENA CHRYSTELLO, ED. FRANCISCO MADRUGA E DIRETORA REGIONAL DAS COMUNIDADES GRAÇA CASTANHO
17.00	SESSÃO CULTURAL 1 POESIA COM VISTA PARA O MAR, LUCIANO PEREIRA, CHRYS CHRYSTELLO, CONCHA ROUSIA, DANIEL GONÇALVES, VASCO PEREIRA DA COSTA, ETC....
17.30	SESSÃO CULTURAL 2 VISITA AO PORTO E VILA DO PORTO
19.00	PAUSA PARA JANTAR HOTEL SANTA MARIA
Sáb.	DIA 1 outubro 2011
10.00	SESSÃO CULTURAL 3 VISITA CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DALBERTO POMBO VISIONAMENTO DO FILME IMPÉRIO DOS FÓSSEIS.
15.00	MOSTRA DE LIVROS / EDITORA CALENDÁRIO DAS LETRAS ANTOLOGIA BILINGUE DE AUTORES AÇORIANOS CONTEMPORÂNEOS DE HELENA CHRYSTELLO E ROSÁRIO GIRÃO + FOGO OCULTO DE VASCO PEREIRA DA COSTA + CRÔNICAS AÇORES UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO VOL. 2 DE CHRYS CHRYSTELLO + BÚZIOS DE ANABELA MIMOSO
15.30	SESSÃO 2 MODERADOR: ANABELA SARDO ORADOR 1 FERNANDA SANTOS, PORTUGAL, TEMA 3.5, UNIV. FEDERAL DE STA CATARINA / CLEPUL, A GLOBALIZAÇÃO DO ENSINO DA COMPANHIA DE JESUS: CURRICULA DOS JESUÍTAS E A GRANDE REVOLUÇÃO PEDAGÓGICA NA ÉPOCA MODERNA ORADOR 2 JOANA POMBO, AÇORES, TEMA 1.2 CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL, DALBERTO POMBO
16.00	DEBATE SEGUIDO DE PAUSA 15 MINUTOS
16.30	SESSÃO 3 PLENÁRIA TEMA 3, AS 3 ACADEMIAS E AO 1990, MODERADOR: CHRYS CHRYSTELLO 20' CADA ORADOR ORADOR 3 J. MALACA CASTELEIRO, PORTUGAL, TEMA 3.2. ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, ORADOR 4 EVANILDO C. BECHARA, BRASIL, TEMA 3.2, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS ORADOR 5 CONCHA ROUSIA, GALIZA, TEMA 3.1, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA O CONTRIBUTO DA GALIZA PARA O AO 1990 ORADOR 6 MÁRIO MELEIRO, PORTUGAL TEMA 3.2 ESCOLA SUP. DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DESPORTO DA GUARDA, RICARDO REIS: DEFENSOR DA LÍNGUA, DESRESPEITADOR DA NORMA ORTOGRÁFICA ausente apresentado por RUI FORMOSO.
17.45	DEBATE SEGUIDO DE PAUSA 15 MINUTOS



COLÓQUIO DA LUSOFONIA (Atas/Anais do 16º colóquio 2011 SANTA MARIA AÇORES)

18.30	SESSÃO CULTURAL 4 CANCIONEIRO AÇORIANO: PIANISTA ANA PAULA ANDRADE PRESIDENTE DO CONSELHO EXECUTIVO, CONSERVATÓRIO REG DE PONTA DELGADA, SOPRANO RAQUEL MACHADO, UNIV. DE AVEIRO, VIOLONCELISTA HENRIQUE CONSTÂNCIA, CONSERVATÓRIO REG DE PONTA DELGADA,
19.00	PAUSA PARA JANTAR HOTEL SANTA MARIA
DOM.	DIA 2 DE OUTUBRO 2011
10.00	SESSÃO CULTURAL 5 VISITA ANJOS E PICO ALTO
15.30	SESSÃO 4 PLENÁRIA A AÇORIANIDADE E A LITERATURA DE MATRIZ AÇORIANA MODERADOR: ANABELA MIMOSO , 20' CADA HINO DA LUSOFONIA, ANA PAULA ANDRADE / RAQUEL MACHADO VÍDEO HOMENAGEM A DANIEL DE SÁ 10' <i>Suplente</i> ORADOR 27 DANIEL GONÇALVES, AÇORES, TEMA 2.2, ESCRITOR AÇORIANO / EBS BENTO RODRIGUES VILA DO PORTO, QUEM SOMOS AFINAL? AS DIFICULDADES DA EDIÇÃO DA POESIA EM PORTUGAL. ORADOR 7 EDUARDO B PINTO, CANADÁ, TEMA 1.2, ESCRITOR AÇORIANO CARLOS FARIA: UM TROVADOR DE AFETOS ORADOR 8 VASCO PEREIRA DA COSTA, AÇORES, TEMA 1.1, GÊNESE DE DOIS POEMAS SOBRE SANTA MARIA – CRISTÓVÃO COLOMBO EM SANTA MARIA (RISCOS DE MAREAR) E BAÍA DA CRÉ (O FOGO OCULTO). ORADOR 9 CHRYS CHRYSTELLO, AUSTRÁLIA, TEMA 2.1, DESCOBRIR DANIEL DE SÁ OU O POETA DAS CASAS MORTAS ORADOR 10 DANIEL DE SÁ, ESCRITOR AÇORIANO, S. MIGUEL, AÇORES,
18.00	DEBATE PAUSA PARA JANTAR HOTEL SANTA MARIA
2ª Fa	DIA 3 DE OUTUBRO 2011
09.30	SESSÃO CULTURAL 6 VISITA MAIA, PRAIA E FONTINHAS
14.00	SESSÃO CULTURAL 7 VISITA S. LOURENÇO, STA BÁRBARA...
20.00	PAUSA PARA JANTAR HOTEL SANTA MARIA
3ª Fa	DIA 4 DE OUTUBRO 2011
09.30	SESSÃO CULTURAL 8 VISITA MUSEU DE STA MARIA EM SANTO ESPÍRITO
12.00	ALMOÇO TÍPICO MARIENSE, SOPAS DO DIVINO (generosa oferta da JUNTA DE FREGUESIA SANTO ESPÍRITO)
15.30	SESSÃO 5 TEMA 3 / 1 MODERADOR: EDUARDO B PINTO ORADOR 11 LUÍS GAIVÃO, PORTUGAL, TEMA 3.6, EX ADIDO CULTURAL, LUÍS DA SILVA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE E OS AÇORES: AS LUZES, AS GUERRAS LIBERAIS E O PENSAMENTO ORADOR 12 ANABELA MIMOSO, PORTUGAL, TEMA 1.1, CEI-EF ULHT, EXPERIÊNCIAS DA DIÁSPORA – OS CASOS DE RODRIGO LEAL DE CARVALHO E DE EDUARDO BETTENCOURT PINTO- ORADOR 13 RAUL GAIÃO, PORTUGAL, TEMA 3.5, AÇORIANOS EM MACAU – D. ARQUIMÍNIO DA COSTA: DA ATIVIDADE PASTORAL AO DIÁLOGO COM A IGREJA DA CHINA
16.15	DEBATE SEGUIDO DE PAUSA 15 MINUTOS
16.45	SESSÃO 6 TEMA 3 MODERADOR: HELENA ANACLETO-MATIAS ORADOR 14 RUI FORMOSO, PORTUGAL, TEMA 3.5, ESC. SUP. DE EDUCAÇÃO COMUNICAÇÃO E DESPORTO DA GUARDA LONGE DA VISTA,

	LONGE... DA COMPREENSÃO: O IMPÉRIO DA ESCRITA E AS DIFICULDADES NA CONSCIÊNCIA DO ORAL. ORADOR 15 ZILDA ZAPPAROLI, BRASIL, TEMA 3.3, UNIV. DE SÃO PAULO, VOZ E TEXTO ORTOGRÁFICO-FONÉTICO NO SISTEMA CORPOR – CORPORA DO PORTUGUÊS FALADO DE SÃO PAULO ORADOR 16 LUCIANO PEREIRA, PORTUGAL, TEMA 3.1 A LAGOA DAS SETE CIDADES, CRISTALIZAÇÕES DE MEMÓRIAS, MITOS E LENDAS
17.30	DEBATE
18.15	SESSÃO CULTURAL 9 AJSM ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE SANTA MARIA - VISITA GUIADA À LITERATURA ORAL MARIENSE
20.00	PAUSA PARA JANTAR HOTEL SANTA MARIA
4ª Fa	DIA 5 DE OUTUBRO 2011
10.00	SESSÃO 7 TEMA 3 E TEMA 4 MODERADOR: CONCHA ROUSIA ORADOR 17 DINA FERREIRA, BRASIL, TEMA 1.2, UNIV. ESTADUAL DO CEARÁ, BRASIL . BECHARA — ERUDIÇÃO E HUMOR EM SUA SAGA LUSÓFONA ORADOR 18 / 19 ZÉLIA BORGES / CÍCERO SANTOS, BRASIL TEMA 3.5 UNIV MACKENZIE S. PAULO, MEMÓRIA (AINDA ATIVIDADE) DO CARRO DE BOIS
10.30	DEBATE SEGUIDO DE PAUSA 15 MINUTOS
11.15	SESSÃO 8 TEMA 1 MODERADOR: VASCO PEREIRA DA COSTA ORADOR 20 FRANCISCO MADRUGA, PORTUGAL TEMA 3.3 ED. CALENDÁRIO DE LETRAS, AICL passado, presente e futuro ORADOR 21 ILIYANA CHALAKOVA, BULGÁRIA, TEMA 1.1, UNIV. DE SÓFIA, TRADUPOÉTICAS: POESIA AÇORIANA PELAS TERRAS DE VASCO P DA COSTA ausente por HELENA ANACLETO-MATIAS ORADOR 22 / 23 / 24 ELISA BRANQUINHO + ANABELA SARDO + ZAIDA PINTO, PORTUGAL, TEMA 1.1, INSTº POLITÉCNICO DA GUARDA / ES SEIA, VASCO PEREIRA DA COSTA – O MAR IMENSO E ÍNTIMO DO POETA INCENDIADO PELO <i>FOGO OCULTO</i> DA ILHA RASGADA SOBRE O MUNDO
12.00	DEBATE
15.00	SESSÃO 9 TEMA 1 MODERADOR: LUÍS GAIVÃO ORADOR 23 ANABELA SARDO, PORTUGAL, TEMA 1.2, INSTº POLITÉCNICO DA GUARDA, A ILHA, TERRITÓRIO PRIVILEGIADO ONDE AS LEIS SÃO ABOLIDAS, ONDE O TEMPO SE DETÉM, EM <i>MATAR A IMAGEM</i> DE ANA TERESA PEREIRA ORADOR 26 ROLF KEMMLER, ALEMANHA, TEMA 1.1, CEL / UTAD (VILA REAL) JOÃO ALBINO PEIXOTO (1803-1891): UM POETA RIBEIRA-GRANDENSE QUE TRADUZIU BEAUZÉE
15.45	DEBATE SEGUIDO DE PAUSA 15 MINUTOS
16.15	SESSÃO 10 CONCLUSÕES CHRYS CHRYSTELLO / CONCHA ROUSIA / MALACA CASTELEIRO E EVANILDO BECHARA
16.30	CERIMÓNIA DE ENTREGA DE CERTIFICADOS - FOTO DE FAMÍLIA
20.00	JANTAR de encerramento HOTEL SANTA MARIA

A LOGÍSTICA DE TRANSPORTES É ASSEGURADA PELO PATROCINADOR INSTITUCIONAL – CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO



MODERADORES DAS SESSÕES

1) Anabela Mimoso	4
2) Anabela Sardo	2
3) Chrys Chrystello	1,3,10
4) Concha Rousia	7
5) Eduardo Bettencourt Pinto	5
6) Helena Anacleto-Matias	6
7) Helena Chrystello	Suplente
8) Luís Gaivão	9
9) Mário Moura	Suplente
10) Rolf Kemmler	Suplente
11) Vasco Pereira da Costa	8

6. DISCURSO DE ABERTURA PRESIDENTE AICL

Agradecimentos são devidos ao nosso anfitrião, Município de Vila do Porto aqui representado pelo seu Presidente Carlos Rodrigues e ao seu Vice-Presidente Roberto Furtado incansável nos meses de negociações e de preparação deste evento, por ter incluído este 16º colóquio no roteiro de turismo cultural da ilha, agradecemos ao DR JORGE PAULUS BRUNO DIRETOR REGIONAL DA CULTURA pelo seu apoio aos colóquios e por aqui se deslocar em representação do presidente do governo regional, à DRA GRAÇA CASTANHO DIRETORA REGIONAL DAS COMUNIDADES pelo apoio dado nestes últimos quatro anos, e aos 3 representantes das academias de língua portuguesa professor doutor Malaca Casteleiro Da Academia De Ciências De Lisboa, Professor Doutor Evanildo Bechara Da Academia Brasileira De Letras E Dra. Concha Rousia Da Academia Galega De Língua Portuguesa. A Todos Os Colegas E Aos Sócios Da AICL Que Nos Honram Com A Sua Presença, O Nosso Muito Obrigado. Minhas Senhoras E Meus Senhores,

A mais antiga referência ao arquipélago é feita no Atlas de Médiçi de 1351. Admite-se que a descoberta tenha sido feita por uma expedição luso genovesa numa viagem de retorno às Canárias. Santa Maria fora designada Ilha dos Lobos-marinhos no Mapa de Pizzigani de 1367. Diogo Silves terá aportado aqui no regresso da Madeira, em 1427. Em 1439, desembarcaram os povoadores na Praia dos Lobos, ao longo da Ribeira do Capitão, mas foi João Soares de Albergaria, sobrinho do primeiro capitão-donatário e seu herdeiro quem trouxe famílias do continente. O primeiro foral açoriano foi concedido a Vila do Porto, a mais antiga vila ainda hoje com vestígios de velhas casas, como a do Capitão Donatário com janelas do séc. XV. A prosperidade assentou, até final do séc. XVIII, no pastel e urzela, exportados para as tinturarias da Flandres. Havia ainda o trigo para abastecer praças-fortes portuguesas do norte de África. Em 1493, aqui aportou Cristóvão Colombo, no regresso da sua primeira viagem à América. Sendo considerado

um mero pirata, dizem as crónicas que preso se quedou às ordens do governador, até se esclarecer a sua presença. A internet da época não permitia a informação em tempo real sobre quem era e o que fazia o Colombo ou Cristóvam Cólón. Os verdadeiros piratas vieram nos sécs. XVI e XVII, e eram corsários ingleses, franceses, turcos e argelinos, que faziam as suas razias, incendiavam, violavam, pilhavam, levando mulheres e homens como escravos e reféns. Moeda de troca vulgar nesses dias.

Digna de menção é a presença, nesta ilha, de um contingente de tropas liberais, vindos da Achadilha e da batalha da Ladeira da Velha (S. Miguel). Preparavam-se para o desembarque do Mindelo, na Arnosa de Pampelido, atual Praia da Memória, em Matosinhos. O desembarque ocorreu a 8 de julho de 1832, durante as Guerras Liberais, ou Guerra Civil Portuguesa (1828-34). Nos 7.500 homens, estavam Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Joaquim António Aguiar, transportados por 60 navios. O séc. XX trouxe a Santa Maria o progresso, em 1944, com a construção do aeroporto por tropas norte-americanas. Teve enorme valor estratégico durante a Guerra e foi escala obrigatória nas travessias atlânticas, até finais de 1960 e das suas três pistas, uma é a mais extensa do arquipélago, com 3.048 metros.

Foi destino do voo inaugural da SATA, Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos e da aeronave “Açor” que cairia ao mar a 5 agosto 1947, após descolar de S. Miguel, morrendo seis pessoas. A TAP passou a escalar em 1962, com voos para Nova Iorque (1969) e Montreal (1971), bem como o supersónico Concorde, ligando a Europa e a América. Embora a introdução de aviões com maior autonomia de voo reduzisse o tráfego, é um dos aeroportos mais bem equipados dos Açores.

O FIR (controlo de tráfego aéreo da Região de Informação Aérea Oceânica) também se situa aqui e serviu para seguir o lançamento do “Automated Transfer Vehicle (ATV)” europeu para a Estação Espacial Internacional (ISS) para ajudar o reabastecimento dos astronautas em órbita. Hoje a ilha tem apenas 5547 pessoas, menos mil do que há dez anos. As terras são muito férteis nesta ilha de 97,42 km² (17 km comprido e 9,5 largura). É a única com terra de origem sedimentar e fósseis marinhos. As singulares e elegantes chaminés brancas que pontilham a ilha *podem evocar as congéneres algarvias*, mas não terão a ver com Portugal como exprime Daniel de Sá:

“Pensa-se que foram brasileiros de torna-viagem que se inspiraram nas chaminés dos transatlânticos que os traziam à ilha. Por isso lhes chamam chaminés de vapor. Em Santana, no meu tempo, haveria só três ou quatro. O que quer dizer que todas as outras casas seriam provavelmente do século XIX.”

Na gastronomia local salientam-se as sopas do Império confeccionadas em grandes panelas de ferro e acompanhada por pão de milho. Há ainda o caldo de nabos, o bolo na panela, a caçoila, o molho de fígado, a sopa e caldeirada de peixe. Nos mariscos temos o cavaco, lagosta, lapa e cracas. Na doçaria há biscoitos encanelados, biscoitos de orelha, biscoitos brancos, biscoitos de aguardente e as típicas cavacas. Das vinhas de S. Lourenço, vêm o vinho de cheiro, abafado, abafadinho, licor e aguardente, produzidos de forma artesanal.

A ilha tem praias de areia branca e águas cristalinas para surf, windsurf, vela,



mergulho, pesca desportiva, apesar da sua reputação de repouso e sossego. Uma das coisas mais impressionantes e imponentes da ilha é a zona das velhas instalações norte-americanas na zona aeroportuária que coexiste com o antigo aglomerado urbano, datando do início do povoamento insular. O bairro moderno assumiu um caráter urbanístico e arquitetónico inovador. O traçado original chegou quase intacto até ao séc. XX. A vila é um exemplar único de vila medieval fora da Europa (1450) sem a habitual muralha.

Um dos locais mais interessantes da ilha é o citado bairro do Aeroporto que deveria ser preservado como autêntico Museu vivo da história recente europeia. Trata-se de um exemplar da construção militar norte-americana típica da 2ª Guerra. O seu valor, além do turístico totalmente inexplorado, poderia, inclusive, ser aproveitado como cenário de filmes de época, dado que muitas das instalações, casas e a igreja conservam as características originais de há mais de 60 anos. A qualquer momento ao passar junto ao “açucareiro” esperamos que salte ao caminho um “GI” Joe, fardado a rigor, para nos mandar parar e pedir os documentos de circulação na base...existe aqui imenso potencial de recriação histórica e turística que convinha não desperdiçar apesar dos tempos de crise.

O bairro representou uma profunda inovação, no quadro do urbanismo tradicional insular em sintonia com o urbanismo americano: ruas largas e curvilíneas para evitar velocidades excessivas; edifícios simples, prefabricados com estrutura metálica trazida dos Estados Unidos; espaços arborizados. A base americana revolucionou o quotidiano mariense com equipamentos como o abandonado “Atlântida Cine” inaugurado em 1946; o clube “Asas do Atlântico” em 1950; e ainda a igreja, ginásio e residências, isoladas em blocos coletivos¹. As áreas mais residenciais, a nascente, estão agrupadas em largos quarteirões abertos, muito arborizados e com as edificações afastadas entre si.

As imagens das casas prefabricadas contrastam com a flora de antenas parabólicas de TV. Em Santa Maria há tanta riqueza que podia - devia - ser acarinhada e preservada, mas está decadente. Visitei pela primeira vez em 2006 o Museu de Santa Maria, em Santo Espírito e em longa conversa com o Diretor, Dr. João Manuel Trindade Reis dos Santos, este convidou-me a trazer os Colóquios para a ilha. Cinco anos mais tarde aqui estamos a concretizar esse sonho antigo com o alto patrocínio do município e um pequeno apoio da direção regional da cultura.

Chegamos aqui depois do luxo oriental de Macau onde tivemos em abril passado o 15º colóquio, estamos convictos de também Santa Maria irá marcar indelevelmente os que aqui estão connosco.

A Câmara de Vila do Porto teve a inovadora ideia de colocar o Colóquio no Roteiro Cultural do turismo da ilha. As nossas sessões refletem essa mudança de paradigma, havendo mais tempo para visitar e aprender os locais que fazem a História desta ilha, para tal contamos com Daniel Gonçalves e Daniel de Sá para nos guiarem nesse roteiro.

Ao longo desta vida, aprendi novas linguagens e culturas enriquecendo a bagagem que comigo transporto às costas, caixeiro-viajante de sonhos que insisto em tornar

realidade. Assim se explica que este 16º colóquio da lusofonia tenha chegado não numa caravela quinhentista, mas nas asas do sonho a que chamamos Lusofonia. Os únicos corsários que encontramos por esses mares foram aqueles que ainda não reconheceram o valor dos colóquios, da necessidade da defesa intransigente da língua e da cultura de todos nós. Mas a nossa artilharia de mais de 200 milhões de lusofalantes, a Gramática de Evanildo Bechara, os Dicionários de Malaca Casteleiro e a obras da novel Academia Galega da Língua Portuguesa foram suficientes para evitarmos a abordagem. Os monstros adamastores, para os quais nos haviam alertado, soçobraram com as primazias do novo Acordo Ortográfico de 1990 e foram juntar-se em triste carpideira aos Velhos do Restelo. Que da ocidental praia Lusitana, por mares nunca de antes navegados, passamos ainda além da Taprobana, em perigos e guerras esforçados, mais do que prometia a força humana, e entre gente remota edificamos o Novo Reino da Lusofonia, que tanto sublimámos.

Etimologicamente significa fala dos lusos, mas na nossa definição cabem os que falam, escrevem e trabalham a língua, independentemente de cor, credo, religião ou nacionalidade. A nossa Lusofonia será sempre um diálogo na secular língua que falamos, incluindo os países de língua oficial e suas identidades culturais, bem como todas as Regiões em que a língua portuguesa é utilizada como língua materna ou de património e incluindo os que trabalham como sua a língua portuguesa. Esta Lusofonia que hoje se estende a todos os continentes teve as suas raízes no séc. XV e XVI, quando, como “língua franca”, era o meio universal de comunicação entre os povos.

O poeta fantasia, deus concilia e o homem cumpre, podiam ser as palavras para definir a gênese do 16º colóquio da lusofonia. Bem-haja o Município de Vila do Porto por ter tido a sabedoria, de apoiar a única realização regular, concreta e relevante e reconhecer a capacidade de realização dos Colóquios da Lusofonia que por obras valorosas se vão da lei da morte libertando. Isto de **Lusofonias e Lusotopias tem muito que se lhe diga.**

Falta muitas vezes a visão, o amor e a dedicação que só alguns conseguem ter pela língua e cultura. Frequentemente, os Governos e os governantes estão de candeias às avessas para a defesa desses valores tal como a ilha de S. Miguel de costas voltadas para o mar. Mas aqui na Ilha-Mãe esta abre-se ao mar. As inquietas ondas apartando, os ventos brandamente respiravam, das naus as velas côncavas inchando; da branca espuma os mares se mostravam e a bandeira da nossa Lusofonia se enfunando.

Em 2001, os Colóquios brotaram do intuito de criar uma Cidadania da Língua e arribaram aos Açores em 2006 para debater a sua escrita, lendas e tradições. Como escritores convidados já tivemos Cristóvão de Aguiar, Dias de Melo², Daniel de Sá, Vasco Pereira da Costa e Eduardo Bettencourt Pinto.

Em 2010, sulcamos o Grande Mar Oceano para ir a Florianópolis no Brasil e em 2011, rumámos a Macau onde se fala mais Português do que quando lá vivi há trinta anos.

¹ (in História da Expansão Portuguesa, vol. 5, p. 336).

² falecido pouco depois em setembro desse ano



Ao contrário de Vasco da Gama, as nossas naus não buscam as Índias, antes se deslumbram espalhando as palavras dos mestres Malaca e Bechara que nos acompanham desde 2007.

Na nossa porfia por repor os escritores portugueses, de matriz açoriana, no panteão que merecem, as colegas Helena Chrystello e Rosário Girão elaboraram a Antologia de Escritores Açorianos Contemporâneos cuja edição bilingue aqui será hoje apresentada. Orientaremos as edições futuras dos colóquios, para que tais autores sejam traduzidos em Francês, Italiano, Polaco, Romeno, Russo, Búlgaro, Esloveno e posteriormente editados naquelas línguas com apoio do Instº Camões. Já são estudados em Univ.s brasileiras, romenas e polacas, e chegaram a novos destinatários no curso de Açorianidades e Insularidades da Univ. do Minho, da colega Rosário Girão, que queremos ministrar em plataforma *e-learning*.

Há menos de dois anos lançámos em linha os Cadernos de Estudos Açorianos (o último nº acabado de sair é dedicado a Eduíno De Jesus) para dar a conhecer excertos de obras dos escritores açorianos destas ilhas onde há mais vacas que gente. O clima, a vegetação, os vulcões e terremotos criaram um número desmedido de escritores.

Nos últimos anos, assinámos parcerias com Univ.s, Politécnicos e Academias para, com a sua validação científica, completar projetos e em janeiro passamos a associação cultural sem fins lucrativos. Os nossos oradores permutam ideias, metodologias, vivências, dentro e fora das sessões, repartem passeios e refeições e despedem-se, no último dia, como se de amigos se tratasse. Irmanados no ideal de "sociedade civil" capaz e atuante. Com a nossa dedicação e esforço de voluntários somos capazes de atingir o que a burocracia não pode ou não quer. É o que nos torna distintos doutros congressos.

Teremos além das palestras científicas, música e poesia. Os temas escolhidos retratam os Colóquios, como construtores de pontes entre Lusofonias, do Brasil ao Canadá, Australásia, Açores, África, Europa e China e todos aqui presentes nos próximos dias nos ajudarão a prestar a justa homenagem a Daniel Augusto Raposo De Sá, nosso escritor convidado e o escritor micaelense mais mariense.

E parafraseando mais uma vez o grande vate Luís Vaz de Camões termino dizendo
*Tão brandamente os ventos os levavam,
Como quem o céu tinha por amigo:
Serenos o ar, e os tempos se mostravam
Sem nuvens, sem receio de perigo."*

E como todos sabemos: *Os poetas têm sempre razão!*

É esse amor e o espírito de poeta que me trouxe a mim, e aos nossos convidados até esta Ilha-Mãe. Bem-haja o Município de Vila do Porto por ter ajudado a concretizar este sonho.

7. TEXTOS APRESENTADOS

1. ANABELA MIMOSO, UNIV. LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA PORTO



ANABELA BRITO FREITAS MIMOSO,

É licenciada em História.

Mestre e Doutora em Cultura pela FLUP.

Desempenhou cargos na direção de duas associações de Gaia, onde reside: a Associação de Escritores de Gaia e a Confraria Queirosiana.

É investigadora de Literatura infantojuvenil e das suas relações com a pedagogia, na Univ. Lusófona onde leciona atualmente.

É diretora da revista ECOS.

Além de numerosos artigos de investigação sobre temas de língua e cultura em revistas e jornais, de manuais para o ensino da Língua Portuguesa para o 2º e 3º ciclo, é autora de um razoável número de livros de literatura infantojuvenil:

História de um rio contada por um castanheiro (Porto Ed., 1986);

Era um azul tão verde... (Porto Ed., 1993);

O tesouro da moura (Porto Ed., 1994);

D. Bruxa Gorducha (Porto Editora, 1995 e Gailivro, 2006);

O último período (Âmbar, 2002);

Um sonho à procura de uma bailarina (Âmbar, 2002);

Parabéns, caloiira! (Âmbar, 2003);

Quando nos matam os sonhos (Âmbar, 2005);

O Tesouro do Castelo do Rei (Âmbar, 2006);

Foz Coa: entre céu e rio (Gailivro, 2007);

Traz os olhos cheios de palavras (Âmbar, 2007);

A vida pela metade (Gailivro, 2007);

O cavalo negro (Câmara M. de Gaia, 2008);

As férias do caracol (Novagaia, 2009), entre outros em coautoria.

Aquela palavra mar (Calendário, 2010)



Contos Tradicionais Açorianos De Teófilo Braga (Calendário de Letras 2010),
Búzios (infantojuvenil, Calendário de Letras, 2011)

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

EXPERIÊNCIAS DA DIÁSPORA, - OS CASOS DE RODRIGO LEAL DE
CARVALHO E DE EDUARDO BETTENCOURT PINTO – ANABELA
MIMOSO, CEI-EF UNIV. LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIA
PORTO TEMA 1: AUTORES LUSÓFONOS AÇORIANOS

Nascido nos Açores, na ilha Terceira, Rodrigo Leal de Carvalho viajou para Oriente em busca do seu porto de abrigo. Encontrou-o em Macau, em 1959. Aqui nasce também a sua vocação como escritor. Regressa aos Açores em 1999, aquando da passagem daquele território sob administração portuguesa para a China, mas o seu coração permanece em Macau. De ascendência açoriana, por via materna, mas nascido em Angola, em 1954, Eduardo Bettencourt Pinto de lá saiu em 1975, pouco antes da independência desta ex-colónia portuguesa. Também ele procurava um porto de abrigo. Rumou para Ocidente. Depois de ter passado pelos Açores, encontrou-o na parte mais ocidental do Canadá, em Vancouver, mas o seu coração permanece em África.

Este trabalho pretende refletir sobre a forma como em dois romances destes autores (açorianos?), separados por uma geração, se refletem estas mesmas experiências de emigração, nomeadamente, em relação à mestiçagem.

1. A diáspora

Se bem que os casos de Rodrigo Leal de Carvalho (RLC) e Eduardo Bettencourt Pinto (EBP) não possam servir para uma generalização apressada de experiências de desenraizamento no período da descolonização ou pós-colonial, as vidas destes autores configuram interessantes experiências de diáspora. Interessantes já que, na realidade, esta é feita dentro do mesmo país, embora entre continentes diferentes. Trata-se, em todo o caso, de uma desterritorialização, se bem que não acompanhada do abandono da língua materna. Mas trata-se também, e não podemos escamotear isso no que diz respeito à relação quase umbilical que os autores estabelecem com esses lugares, de uma vivência privilegiada, já que sendo portugueses, colonos, portanto, são aí, o grupo, embora minoritário, dominante em termos sociopolíticos.

Rodrigo Leal de Carvalho nasceu em 1932 nos Açores, na Praia da Vitória, ilha Terceira. Foi delegado do procurador da República na ilha do Pico, e também em S. Tomé e Príncipe e depois pediu a transferência para Macau. Foi juiz de direito em Macau e Luanda; ajudante do procurador da República e depois procurador da República em Lourenço Marques; desembargador do tribunal da relação e juiz do tribunal administrativo de Lourenço Marques; diretor do gabinete de assuntos jurídicos do Ministério da Coordenação Interterritorial; procurador da República e depois

procurador-geral adjunto em Macau; presidente do Tribunal de Contas de Macau; juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, já na situação de jubilado.

Viveu em Macau entre 1959 e 1999 (com pequenos interregnos). A sua atração por Macau está bem patente na frase que profere, aquando do *in memoriam* de Senna Fernandes: «Macau, a minha pátria de adoção», ou como dirá em *Os Construtores do Império*: «desde a primeira hora, filho adotivo de Macau» (p. 223). A sua devoção a este pequeno território foi reconhecida em 1998, ano em que recebeu a medalha de ouro do Governo de Macau. Em 1999, pouco antes da transferência da soberania, deixou Macau para nunca mais lá voltar.

Escreveu oito romances que revelam, todos eles, ambientes e personagens macaenses: *Requiem para Irina Ostrakoff* -1993; *Os Construtores do Império* – 1994; *A IV Cruzada* – 1996; *Ao Serviço de Sua Majestade* - 1996; *O Senhor Conde e as Suas Três Mulheres* – 1999; *A Mãe* – 2000; *O Romance de Yolanda* – 2005 e, finalmente, em 2007, *As Rosas Brancas de Surrey*.

Eduardo Bettencourt Pinto nasceu em Angola, no Sul, numa pequena cidade, chamada Gabela, em 1954. O pai era de Montemor-o-Velho, a mãe dos Açores. Deixou, porém, Angola em 1975, na sequência da guerra. Viveu, entretanto, em vários países, entre os quais o Zimbabué, tendo depois vindo para a terra de sua mãe. Desde 1983 que mora em Pitt Meadows, Vancouver, Canadá, onde é funcionário estadual. É também fotógrafo, consultor informático e editor da revista literária *Seixo review* (Internet). Escreve para publicações no Canadá, Estados Unidos, Portugal e Brasil. Publicou vários livros de poesia e ficção, entre os quais: *Menina da Água* (1997), *Tango nos Pátios do Sul* (1999), *Casa das Rugas* (2004). *Travelling with Shadows*, em edição bilingue (Português-Ingês). Organizou e publicou *Nove Rumores do Mar* - Antologia de Poesia Açoriana Contemporânea (1996). Recebeu em 2008 o Prémio Nacional Bienal do Congresso Luso-Canadiano.

Há, pois, vários pontos comuns na vida destes dois autores: ambos saíram das antigas colónias no fim da presença oficial portuguesa aí (respetivamente, 1975 e 1999), ambos estiveram em África e ambos estão, embora de diferente maneira, ligados aos Açores: um porque nasceu lá, outro por ascendência materna, mas também porque ambos regressaram aos Açores no final da diáspora. Por outro lado, a experiência de exílio de ambos é sentida aquando do regresso ao próprio país, à Metrópole, e não em relação aos territórios onde estavam deslocados. No caso de EBP, que pertence a uma segunda geração, esse sofrimento é muito vivido através do pai, figura basilar na construção da identidade pessoal do autor. Em Angola desde os 16 anos, regressado aos 52, física e psicologicamente depauperado, vem radicar-se nos Açores, onde será ainda professor. Os Açores (Terceira para RLC, S. Miguel para EBP), território também limítrofe, situado no meio do Atlântico, funcionam, nestes dois casos, como o porto de abrigo para quem se recusava a ver o Império a finar-se.

2. As Obras

Se na realidade a nossa identidade, no dizer de Kaufmann, é «a história de si mesmo



que cada um se conta» (2005: 131), se as obras destes dois autores trazem as marcas das suas experiências de vida, não será despidendo procurar, na ficção que ambos produziram, reflexos da construção dessa identidade que cada um gizou em contacto com terras e gentes desvaivadas.

Selecionámos, entre as obras de RLC, *Os Construtores do Império*, por ser aquela que mais facilmente se poderá comparar com *A Casa das Rugas* de EBP quer, pela época em que a ação decorre, quer pela extensão do texto, quer pela presença do narrador, pelas relações entre as personagens e destas com a terra. Por outro lado, há nela uma parte significativa da ação que se passa em África, não em Angola, mas sim em Moçambique. *A Casa das Rugas*, por sua vez, é a obra pela qual EBP confessa ter «um especial carinho. Pela utopia e pelo amor» (e-mail do autor), e onde se torna evidente, em termos narrativos, a ligação do autor a Angola. Além da ação se localizar em Luanda e Gabela (onde o autor nasceu), as personagens, várias delas, o tempo em que a ação é situada, retratam muitas situações bem suas conhecidas.

De facto, nestas duas obras está bem patente a visão particular dessas terras, dos seus habitantes e costumes locais. E do tempo, também, pois a ação, que tem uma duração bastante longa, em ambos os casos, acaba por se sobrepor por volta dos anos cinquenta, quando Pedro Rico chega a Angola (*A Casa das Rugas*) e quando o Dr. Saraiva chega a Moçambique (*Os Construtores do Império*), e nos anos setenta, correspondendo à saída de Pedro Rico de Angola e, provavelmente, ao encontro final entre o Autor e o Dr. Saraiva, em Moçambique. Mas é sobretudo a visão da mulher local, a sua serenidade, a sua sensualidade, a visão sexualizada do Império que, obviamente traz consigo a mestiçagem, que caracteriza a obra destes dois autores. A experiência migratório representada nas obras estudadas é, pois, feita no masculino. A mulher desejada / amada, a deusa-mãe, é a mulher local, dotada de uma ternura e / ou de uma sensualidade verdadeiramente centrípetas. Se na obra de RLC, Macau é a matéria de adoção, no caso de Eduardo, em *A Casa das Rugas*, a terra é simultaneamente a matéria, mãe e amante, mas também a pátria, na medida em que Angola é identificada, essencialmente, como a terra do pai.

2.1. Os Construtores do Império

A ação desta obra decorre em meados do século XX, quando, em Lisboa, o Conselho de Ministros decidia adiar a decisão de instalar em Macau uma delegação da PIDE e concomitantemente adotar uma política de aproximação à República Popular da China. Enquanto isso, o Dr. Saraiva Marques partia para Moçambique, onde fora colocado como médico inspetor dos Serviços de Saúde do Ultramar. Depois de passar por várias cidades, acaba por se instalar em Lourenço Marques, onde conhece a sua futura mulher, Maria Júlia, «filha de colonos portugueses de terceira geração, com uma vaga ancestralidade africana apenas sugerida na doçura do temperamento e na languidez dos olhos muito negros, um pouco quebrados» (p. 20), esposa fiel, tolerante

e paciente. Mas o facto de se ter casado não o impediu de continuar a apreciar outras belezas feminina, embora durante os cinco primeiros anos com alguma discrição, depois mais descaradamente. Os desmandos do seu coração faziam-no ter vida dupla. De facto, amava a mulher legítima e não a queria perder, mas uma só não chegava para apaziguar o desejo pela sensualidade da mulher africana, negra ou mulata.

Obrigado, para progredir na carreira, a ir para Macau, vê-se, com uma certa pena, na contingência de abandonar a sua dócil e meiga amante. Porém, em Macau, a breve trecho descobre a docilidade, a sensualidade, a beleza serena da mulher oriental. Por isso mesmo, procurou uma presença mais permanente, tendo-se ligado a Mei-Lin. Denunciado à mulher, promete-lhe pôr termo à relação perante a ameaça de esta o abandonar. Mas nem assim se regenerou: era demasiado cruel para ele ficar sem uma segunda companheira. Seguiu-se Mui Mui, imigrante chinesa, ex-dançarina de *nightclub*, depois enfermeira, casada com um macaense *half-cast*, já que este era filho de um «pai português do Seixal e de senhora de Macau, de ascendência mista, com acentuada costela concaním» (p. 86). O casamento, por parte dela, não foi feito por amor, pois Tchitcho³ não devia nada à simpatia, à delicadeza de sentimentos ou à beleza, mas sim para que Mui Mui conseguisse passaporte português para assim estar ao abrigo das perseguições comunistas. Não obstante, Mui Mui trai o marido com o seu chefe, não propriamente por amor, mas por vaidade e por interesse também, já que ele lhe prometera pagar horas extraordinárias pelo tempo a mais que passavam juntos. Mas a paixão do Dr. Saraiva Marques era genuína e tão intensa que chegava a assustá-la (p. 114). Novamente descoberto por ambos, os cônjuges tiveram de separar-se. Desta vez, Maria Júlia não perdoa o marido e vem para Portugal, onde lhe pede o divórcio. Para não a perder, o marido regressa também, reconquista-a e partem ambos para Lourenço Marques, onde o médico, já velho, se fina, fechando-se assim o ciclo das viagens. Pelo que consta, não perdeu a sua costela de admirador do sexo feminino até à sua morte.

Nos últimos capítulos da obra, o narrador ganha um novo estatuto, pois passa, também ele, a fazer parte das personagens, testemunhando ações e garantindo-nos a sua veracidade que, aliás, ele atesta: «Alguns dos factos relatados nesta história tiveram base real, conhecida diretamente do Autor ou respigada da Imprensa» (p. 242). No entanto, apressa-se a negar a existência real das personagens do livro: «Não existiram quaisquer Dr. Saraiva Marques, Mui Mui, Suzie da Penha-e-Nantes, Comandante de Groot ou outros» (p. 243), apesar de logo matizar esta afirmação, ou seja, «É, porém, possível – admito-o com alguma relutância – que, no processo criador, alguns traços caracterizadores de entidades reais se tenham introduzido, sub-reptícia e fraudulentamente, nos meus heróis. Se for este o caso, prometo intimá-los, parafraseando o grande Eça:

- Queiram fazer o favor de sair das minhas personagens!

Por isso, Leitor de Macau, não perca tempo a procurar, nos seus conhecimentos, correspondências reais aos imaginários comparsas desta história.

³ Nota AICL: Também se usa a grafia Chicho com a mesma pronúncia da sugerida pelo autor.



Em qualquer caso e para os devidos efeitos, aqui firmo a tradicional fórmula de iibação de responsabilidade:

Qualquer semelhança foi pura coincidência!

(Ou incapacidade do Autor para disfarçar melhor as suas gentes.)

- *Mea culpa...*» (ib.).

Ora, como esta confissão, feita apenas no final da obra, é dúbia, fica-nos a convicção de haver, pelo menos, uma grande probabilidade de aquela ser uma construção da realidade muito verosímil, pelo que se torna paradigmática de uma certa forma de colonização.

O narrador, antes e depois de entrar na ação, mantém o seu estatuto de comentador irónico, como quem se quer demarcar da responsabilidade pelos atos dos outros. Dando-nos a conhecer a sua experiência de vida, recusa-se a abdicar do seu estatuto de respeitável funcionário superior, conforme manifesta na sua entrada: «o Autor é nesta hora algo tardia do desenrolar da obra, chamado a figurar, com alguma relutância, nesta história» (p. 185), relutância esta justificada pelo comportamento pouco digno, sobretudo por parte do Dr. Saraiva. Mas esta presença do Autor é reconfortante para percebermos as vicissitudes da vida dos funcionários públicos colocados no Ultramar nos anos cinquenta, sem darmos azo a generalizações pouco dignificantes para alguns deles, pessoas reais e não comparsas ficcionais.

A mulher nativa está omnipresente também e a forte atração que ela exerce nestes construtores do império nunca deixa de ser vincada. De facto, continentais são apenas a esposa do governador e a do autor / narrador, sendo as outras macaenses, isto é, *half-cast*, senhoras muito femininas, sociáveis e alegres, e, naturalmente, chinesas. As moçambicanas, negras ou mulatas, são mulheres atraentes, desejadas, disponíveis e sensuais. Esta inclinação, amor, paixão, desejo pela mulher nativa poderá também ser confirmado nas restantes obras de Rodrigo Leal de Carvalho

As viagens do Autor / narrador e a do médico, mostram-nos uma dimensão da migração (real) para as colónias: a progressão na carreira do funcionalismo público e a ascensão social que se lhe segue.

2.2. A Casa das Rugas

O narrador, o jovem Alexandre Rico, conta-nos a sua lenta busca de identidade, através de um melhor conhecimento da figura paterna. Pedro Rico, o pai do narrador, é um português do Continente que vai para Angola como topógrafo dos Serviços Geográficos e Cadastrais. Acaba por se ambientar aí, sentindo-se perfeitamente africano: «Se antes de ter nascido, Deus me tivesse perguntado em que local preferia chegar ao mundo, dir-lhe-ia Luanda. Sinto que nesta cidade sou tudo o que posso ser» (p. 58). No caos que Angola viveu em 75, deixa-se enredar, sem saber, na tráfico de diamantes, é obrigado a partir duas semanas antes da independência para o Continente ficando impossibilitado de regressar a Angola, onde deixou a mulher grávida.

Mamã Carminha, assim sempre chamada, é uma quitandeira por quem ele se apaixonou. É naturalmente a Mãe, negra, poderosa de «corpo roliço, as ancas de

dançarina da chuva» (p. 47). Mamã, funciona, pois, como nome próprio. Figura de presença central na obra, paciente, amante fiel, toda a sua vida é tecida de longas e cruéis esperas: primeiro espera o freguês das laranjas durante meses (é Pedro Rico), depois espera o marido que não mais regressará de Portugal, finalmente vive esperando Alexandre, o narrador, filho de ambos, que também partiu para Portugal em busca do pai, e aí ficará a estudar. Filho de branco e de mãe negra, naturalmente que Alexandre é mestiço, *half cast*, o símbolo dessa união entre a Europa e África ou, como diz o narrador, da «cor do amor entre dois mundos diferentes». (p. 37).

A *Casa das Rugas* conta, pois, a história de vida de um homem que sai de Portugal para longes terras e que se vai juntar com uma mulher local para constituir família. O mesmo destino teve Realtino Josué, o biscateiro português, que adota mesmo esse nome de angolano sabor, companheiro de Dona Kianda há mais de trinta anos, pais de três filhos. Eles são também outro exemplo de uma família mista feliz. Vão mesmo continuar em Angola durante e depois da guerra. Em relação ao Tio Martins, o mecânico português que voltou a Portugal por causa da guerra, exatamente com a mesma idade do pai de Eduardo (52 anos) é também um caso de profundo amor por Angola. Viúvo, acabou por regressar a Luanda, por não se ter adaptado a Portugal. Era inquilino de Mamã Carminha.

A presença discreta de uma açoriana e dos seus filhos num hotel de Gabela constitui uma exceção a esta migração masculina. Outra exceção poderá ser D. Isaltina de Albuquerque. Sabemos que ela é viúva, senhoria de D. Carminha, madrinha de casamento dos pais de Alexandre e madrinha deste. Poderemos, pois, supor que deve ter migrado para Angola com o marido. Não podemos entrar em linha de conta com Denise Thompson, a missionária americana que criou Mamã Carminha, nem com a enfermeira cubana, dado que, neste caso, se trata da presença de estrangeiras. Portanto, Angola / Luanda é vista como um mundo povoado essencialmente de homens brancos, portugueses, embora figurem alguns negros, estes têm uma presença muito limitada e discreta na obra. Em relação às mulheres, são as negras e as mestiças que configuram presenças mais intensas.

Verifica-se também uma visão idealizada da colonização, dado que todos esses homens brancos, além de se integrarem perfeitamente na vida da colónia, amam África, a mulher africana e são capazes de atos altruístas e de proteção aos naturais, sobretudo às crianças. Assim acontece com Pedro Rico que criou Afonso Domingos, alimentando-o e educando-o, (fazendo dele o pastor que o haveria de casar), ou como o Tio Martins que, aos sábados, ensinava dois meninos negros. Até mesmo Belarmino Cardoso, administrador do concelho, que, além de facilitar a instalação de Denise, tomou conta de Carminha quando esta, menina ainda, foi abandonada pela missionária americana, expulsada do território pela PIDE (de notar a presença da PIDE por oposição ao livro de RLC). O que verificamos também é que as relações interraciais são amistosas e feitas de igual para igual, como as que Pedro Rico e José Ricardo estabelecem com Jeremias e a companheira. Apesar disso, «Portugal era a fronteira obscura» (p. 16), quer para Mamã Carminha, quer para o comum dos Angolanos, o que nos levará a concluir que só em termos individuais se faz sentir esta bondade da colonização portuguesa, mas



não em termos gerais, quer culturais, quer políticos, quer económicos.

A única nota discordante nesta convivência multirracial pacífica é dada pelo porteiro do hotel Panorama que estranha a presença de um branco com uma mulher negra, em traje tradicional, pelo braço. Todavia, se juntarmos a este pormenor uma conversa entre Mamã Carminha e Pedro Rico, em que esta diz que conheceu alguns brancos que «só estão cá a pensar na casa que vão construir na aldeia natal» (p. 58), percebemos, pois, que o amor de Pedro Rico, de Tio Martins ou até de José Ricardo à terra não seria a regra geral. Não obstante, e apesar de se mostrar que os brancos fizeram uma debandada geral em 75, este apontamento é matizado pelo facto de se acrescentar que foram «com eles, os cabo-verdianos» (103), ou seja, partiram os não angolanos, independentemente de serem brancos ou não. Como é também esclarecedor o facto de Pedro Rico na sua fuga para o Continente ter sido abordado não por dois negros, mas por um militar mulato e por dois brancos que, sob ameaça, lhe tiraram os diamantes que José Ricardo lhe dera para ele levar do país.

A situação caótica de Angola em 75 fica plasmada na morte de Afonso Domingos, o bom pastor que trazia Deus nos olhos, exemplo de tenacidade e de bondade, e que alguns dias antes da independência foi morto por uma bala anónima transviada (p. 89). Morte sem sentido, ou talvez, com o sentido de que o melhor da terra, como Afonso Domingos, seu natural, é destruído. Ficam apenas oportunistas, como as figuras enigmáticas que intercetaram Pedro no aeroporto, que, doravante, só se importarão com os diamantes de Angola. Não é, pois, vista como uma questão racial essa luta.

Mesmo assim, há os que se recusam a partir por amor à terra. Aos que ficam, como Realino, esperava-os a loucura e a morte, ou como Tio Martins que, regressado «aos escombros do passado» (p. 17), suaviza, melancolicamente, o cansaço dos seus dias a dedilhar uma «enorme guitarra de doze cordas» (p. 17). Doravante deixaria de haver lugar para eles. Mas esses verdadeiros construtores do Império são-nos apresentados como trabalhadores, amantes da terra e da mulher africana, a mãe, por natureza, companheira fiel, terna, cooperante, cúmplice, doce e compreensiva.

Se Angola é descrita apenas com generalidades, sobretudo em função da abundância de espaço, mas também pelo clima quente e depressivo na estação das chuvas, pelo cacimbo; pelas cores, pelo «ensanguentado esplendor do crepúsculo» (p. 56); pela cozinha tradicional, em que, tanto Mamã Carminha como Dona Kianda são excelentes representantes, mormente através da muamba de galinha e o muzonguê; pelo fascínio por África que é marcado por inexplicáveis feitiços, como a morte fulminante do cão de Josué, de facto, isso deve-se ao facto de o espaço do narrador, ser, sem sombra de dúvida, o interior: o da casa, donde ele admira as mangueiras do quintal, e o seu próprio interior. Aliás, estas mangueiras adquirem uma função simbólica, já as suas folhas lhe servem para delinear o retrato do pai. Este Rosto vegetal, todo ele africano, ganha uma dimensão simbólica profunda, uma vez que foi desenhado sobre a terra vermelha amada com elementos perecíveis e superficiais (as folhas).

Se é verdade que, por um lado, «o sentido da vida se cumpre num trânsito de procura de uma realidade superior», por outro, e mais concretamente para os portugueses, «a viagem é uma forma de celebração simbólica do nosso destino e fado

da nossa errância e diáspora desmedidas e gloriosas», como diria Azevedo (2010: 20). Ora, a viagem que o narrador enceta é uma viagem em busca da sua própria identidade, em busca do pai, é, portanto, uma viagem iniciática, uma *Bildungsreise*. Se esta é uma viagem de regresso, às origens (do pai), é também uma viagem ao interior de si através de um melhor conhecimento que progressivamente vai tendo do pai. Ao longo da narrativa, a aproximação é feita através da representação que a memória da mãe dele construiu, servindo-lhe esta de mediadora. O momento crucial, o momento de maior aproximação ao pai é provocado pela observação de uma fotografia que despoleta na mãe o comentário: «- Estás cada vez mais parecido com o teu pai» (p. 63). Este comentário provoca em Alexandre um encontro / identificação com o pai. Aliás, esta ligação é pré-anunciada pelo autor, numa expressiva epígrafe de Ken Wiwa (escritor premiado queniano, nascido em 1968, cuja obra donde foi extraída esta citação, *In the Shadow of a Saint* foi escrita em honra do pai, [Ken Saro-Wiwa](#), ativista político assassinado): «Meu pai. Onde é que ele termina ou eu começo? Parece-me que passei a vida inteira atrás da sua sombra... Estará esta história a repetir-se através de mim ou serei eu a personagem do meu próprio imbróglio? É ele o meu pai ou serei eu o seu filho?». Esta ligação é ainda mais forte, porque a visão de Pedro Rico é a de um herói, também ele condenado politicamente. Percebemos isso ao mesmo tempo que Alexandre pela leitura que este faz de alguns papéis que o pai deixara, nomeadamente as suas considerações sobre o colonialismo e o último discurso de Allende que ele conservara. Este encontro com a representação física do pai é reforçado pela avó paterna, já em Portugal, quando esta, folheando um álbum, reconhece: «- És o retrato do teu pai. Parece até que estou a vê-lo quando tinha a tua idade». É nessa altura, quase no final da obra, que o narrador admite: «Em poucos minutos, a névoa de mistério que encobria a ausência do meu pai vai desaparecendo» (127). Finalmente. Era o encontro, ou seja, a identificação com a figura paterna.

No entanto, na obra, a viagem encetada é uma viagem circular. Se o narrador partiu em busca do pai, de facto, regressa, embora de férias, à terra da mãe. Sem o pai, que tinha morrido, mas com a memória dele vivificada. No avião, a seu lado, a sensualidade de uma mulata, de regresso a África também, potencia um segundo círculo a inscrever-se nesse outro. Adulto, o apelo já não é só à terra-mãe: doravante, o narrador está preparado para o encontro com a terra / mulher, vivificando assim, a figura paterna de que ele é o vivo retrato, mas também a continuação. Mamã Carminha, fiel ao compromisso que estabelecera com Pedro viverá também no filho esse mesmo amor. A missão de construção de impérios completa-se, de certa maneira, na mestiçagem, nessa segunda geração.

Os apontamentos que Alexandre vai tomando durante a narração funcionam como a reflexão sobre a própria identidade, como uma outra viagem ao fundo de si em busca de si, como a narração de si mesmo de que nos fala Ricoeur (1991).

3. Conclusão

Ao convocarmos estes dois autores e as suas práticas de migração, veio-nos à



memória o poema de Camões:

*Sôbolos rios que vão
por Babilónia, me achei,
Onde sentado chorei
as lembranças de Sião
e quanto nela passei.*

Camões

De facto, estes percursos de vida se, por um lado, burilam a identidade, enriquecendo-a de saberes, por outro, deixam sempre a mágoa, a saudade do local de origem: a Sião perdida. O que é curioso nos dois autores que ora estudamos, é que, sendo portugueses, essa sensação de exílio não se faz em relação a Portugal, mas em relação ao exótico, a Macau (e, de certo modo, a Moçambique também), ou Angola. E se em relação a EBP, Angola é a origem, o local do nascimento, já para RLC, Macau é apenas o local escolhido para trabalhar, o que torna esta sensação de exílio mais peculiar. Estas «malhas que o Império tece», se por um lado, alargaram os horizontes geográficos, por outro criaram várias identidades fragmentadas, sucedâneas ou mesmo simultâneas. No caso de EBP, a questão da identidade é mais premente devido à idade, mas também ao facto de que a saída de Angola não implicou um regresso definitivo, mas mais buscas / errâncias que o levaram à fixação num país estrangeiro, de língua e cultura diferentes (Canadá). De certa forma, a independência de Angola e o trauma da guerra, fizeram com que esta deixasse de lhe servir de conforto identitário, como o autor confessa: «Sinto-me como o filho que, na infância, foi abandonado pelos pais». Foram as mudanças políticas, sociais e futuras, entretanto acontecidas, que tornaram o local de origem irreconhecível e inapetecido, tornando assim impossível o regresso: «Quando voltei a Luanda em 1991 encontrei um deserto na minha rua. A minha casa estava habitada por estranhos, sombrios e desconfiados. Não olhei muito para não morrer. Há coisas que devem ficar connosco para sempre: os pequenos diamantes da memória». Ou então: «Saí de Angola a ouvir tiros. Volto para ouvir o meu coração». Não admira, pois, a confissão do autor: «Sempre me senti (até na minha própria terra) como um estrangeiro» (e-mail de 29 / 04 / 11). Para tentar colmatar essa perda, tenta ligar-se aos Açores: «Venho também dos Açores, de uma rua onde a casa de minha avó desafia o Tempo. Cresci um pouco entre aquelas paredes, ouvindo o mar» (2006: página pessoal do autor). Na verdade, a sua ida para o Canadá, impediu essa ligação.

Também no caso de RLC o desgosto pela mudança registada em Macau, levou-o à saída sem possibilidade de regresso. Diz o autor: «Macau da minha saudade; receio, porém que a mesma já tenha desaparecido, devorada pelo tempo, pela explosão do crescimento turístico e pela diáspora macaísta. Restauraram a nomenclatura da toponímia da cidade cristã e alguns descendentes dos comparsas, reais ou imaginários - das minhas histórias. Talvez que os nomes das ruas, becos e vielas da cidade velha lhe permitam despoletar a imaginação para um passado não muito remoto, mas - ai de mim - tão desaparecido» (e-mail do autor, em 19 / 02 / 2011).

São espaços diferentes: à imensidade do espaço angolano, convidando à vida interior, opõe-se a pequenez do espaço macaense que facilita o convívio, o auxílio

mútuo, o *gossip* local, a cumplicidade. Mas ambos são fascinantes, pela paisagem, pelo seu modo de vida, pelas suas gentes. Apesar disso, a mulher é, em ambos os casos, o fator mais poderoso de adaptação ao meio.

E não foi só na vida de RLC e de EBP que Macau e Angola deixaram as suas marcas. Foram estas duas regiões que marcaram tematicamente a obra dos dois, que os construíram como autores. Curiosamente, isto não significa que a receção da obra deles tenha conhecido o sucesso nesses territórios. Não obstante a qualidade da obra de RLC, constatámos pessoalmente que em Macau a sua obra é injustamente ignorada pela comunicação social e, logo, pelo público que quase não o conhece. Em relação a EBP esse desconhecimento também é marcante.

O difícil problema que se coloca a alguns críticos ou a algum público em relação a estes dois autores (e outros) é o de saber como adjetivá-los. Perguntar ou considerar que RLC ou EBP são escritores açorianos, ou angolano e macaense, não faz sentido. Parafrazeando Beltrão Coelho, editor de RLC, que afirmou a propósito da literatura que se faz em Macau: «Não há uma literatura de Macau, mas sim uma literatura sobre Macau» (e-mail de 24 / 04 / 2011), diríamos antes que são escritores portugueses que escrevem, preferencialmente, sobre Macau, no caso de RLC e sobre Angola, no caso de EBP. Deve considerar-se com mais proveito que são escritores portugueses, até porque, a saída deles das ex-colónias poderá ser entendida como uma recusa da perda da lusofonia como meio sócio-político-cultural envolvente. Todavia, que os Açores os reconheçam como seus também, é uma prova não de regionalismo bacoco, mas de interesse cultural nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, C.C. (2010). *O Lúdico na História do Oriente Português*. Macau: Instº Politécnico.
- CARVALHO, R.L. (2004). *Os Construtores do Império*. Macau: Livros do Oriente, 2ª ed.
- KAUFMANN, J-C. (2005). *A invenção de si*. Lisboa: Instº Piaget.
- PINTO, E.B. (2004). *A Casa das Rugas*. Porto: Campo das Letras.
- RICOEUR, P. (1991). *Temps et récit*. Paris: Ed. Du Seuil.

2. ANABELA NAIÁ SARDO, UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, INSTº POLITÉCNICO DA GUARDA. PORTUGAL,

ANABELA OLIVEIRA DA NAIÁ SARDO é licenciada em Ensino de Português e Francês, mestre em Estudos Portugueses e doutoranda em Literatura Portuguesa na Univ. de Aveiro.

Docente do Ensino Superior Politécnico desde 1991, começou a lecionar na Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto.



É, atualmente, Diretora da Escola Superior de Turismo e Hotelaria deste Inst^o, onde lecionava desde o ano 2000 e foi, também, durante quatro anos, Presidente do Conselho Técnico-Científico.

Para além da investigação que está a realizar acerca da obra da escritora Ana Teresa Pereira, também faz alguma pesquisa ao nível do Turismo, especificamente do chamado turismo literário, um turismo de nicho em franca expansão em alguns países europeus, bem como em países de outros continentes.



É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

A ILHA, TERRITÓRIO PRIVILEGIADO ONDE AS LEIS SÃO ABOLIDAS, ONDE O TEMPO SE DETÉM, EM MATAR A IMAGEM DE ANA TERESA PEREIRA, ANABELA SARDO, INST^o POLITÉCNICO DA GUARDA / ESCOLA SUPERIOR DE TURISMO E HOTELARIA UDI / TEMA 1.2

Ana Teresa Pereira nasceu, em 1958, no Funchal. Em 1989, publicou o seu primeiro livro, *Matar a Imagem*, com o qual ganhou o *Prémio Caminho Policial*. Em 1990, na coleção *Campo da Palavra* publicou o romance *As Personagens*. Estreou-se na literatura infantil com *A Casa da Areia* e *A Casa dos Penhascos*, dando assim início a uma nova e breve coleção para jovens. Desde então, tem vindo a publicar regularmente contanto já com uma extensa obra que ultrapassa uma trintena⁴. A singularidade da sua temática e a concisão da escrita dão a Ana Teresa Pereira um lugar próprio na literatura portuguesa atual.

No livro que analisamos, *Matar a Imagem*, encontramos alguns ecos biográficos da escritora. A heroína chama-se Rita e, tal como Ana Teresa Pereira, abandonou um curso de Filosofia para assumir a tarefa de escrever: Havia nela um medo feroz da escrita, de cair no poço sem fundo que era ela própria. O medo não era muito intenso nas semanas em que escrevia o livro na mente e as cenas e as personagens se formavam e desfaziam, e nem sabia se tinha um livro ou não. (Pereira, 1989: 11). Rita

vai casar com David, apesar das animosidades que se pressentem: Sentiu naquele instante que o detestava profundamente. A ele e ao que representava: um caminho certo, traçado, paralelo aos outros. (Pereira, 1989: 15) - uma rejeição que irá definir todas as heroínas das suas narrativas posteriores.

Para o evoluir desta história, vai ser fundamental o espaço: uma ilha, uma casa antiga, o mar e o nevoeiro sempre presente. O espaço constitui uma das categorias fundamentais da narrativa pelas articulações que estabelece com as restantes, assim como pelas incidências semânticas que o caracterizam. É um domínio específico da história ou diegese e integra os componentes físicos que servem de cenário ao desenrolar da ação e à movimentação das personagens: os cenários geográficos, interiores, decorações, objetos, etc. Por outro lado, é um conceito que pode ser entendido em sentido metafórico, abarcando atmosferas sociais (espaço social) ou psicológicas (espaço psicológico). Pode, assim, assumir uma variedade de aspetos em termos de opção de extensão: da largueza de uma região ou cidade à privacidade de um recatado espaço interior desdobram-se inúmeras possibilidades de representação e descrição espacial. É em função destas opções que certos escritores são associados a determinados cenários. A ilha é o espaço onde quase todas as histórias de Ana Teresa Pereira se desenrolam.

Logo nesta primeira obra, *Matar a Imagem*, o desenvolvimento da história acontece com a viagem da personagem principal para uma ilha paradisíaca que impressiona e deslumbra através de aspetos tão fantásticos como o inesperado da paisagem, a orgia das cores, os caminhos labirínticos, os assombrosos túneis e a água, o caprichoso e constante nevoeiro, os incríveis abismos e o mar a perder de vista.

Nas imagens desta ilha paradisíaca, de paisagem quase edénica, parece sobreviver o mito do Paraíso perdido. A ilha paradisíaca é, nas palavras de Mircea Eliade, o território privilegiado onde as leis são abolidas, onde o Tempo se detém (Eliade, s / d: 23). Este aspeto revelar-se-á fundamental em *Matar a Imagem*, cujas personagens revelam um comportamento 'mítico' na sua atitude face ao espaço e ao tempo.

Em *Matar a Imagem* (e em quase todas as obras posteriores), o nome dessa ilha (quase) nunca é mencionado. Contudo, alusões evidentes levam-nos a identificá-la com a Ilha da Madeira, de onde a autora é natural. E é a própria quem afirma, numa entrevista que deu ao *Jornal de Letras*⁵, que, apesar de não nomear a Ilha da Madeira, ela está sempre nos seus livros, nos cenários e na descrição da natureza dos lugares.

Nesta obra inicial de Ana Teresa Pereira, o bosquejo de locais e características da Ilha da Madeira é claro. Nas narrativas posteriores, haverá, essencialmente, a repetição de determinadas imagens que se tornam fundamentais e obsessivas. Vejamos alguns dos excertos exemplificativos deste texto, que abarcam, praticamente, as imagens que serão retomadas, constantemente, ao longo da obra posterior:

(...) ao deixar o aeroporto, ela só vira uma estrada escura, e depois um anfiteatro repleto de luzinhas brilhantes. (Pereira: 1989: 51)

⁴ No final do artigo encontra-se a bibliografia completa da autora.

⁵ Cf. Manuel Halpern, "A Imagem no Escuro", *Jornal de Letras*, 12/01/00, p. 12.



Jantaram numa povoação incaracterística e cheia de vendedores de artigos para turistas, depois seguiram por uma estrada à beira-mar. (...) atravessava túneis onde caía água e os fetos nasciam nas rochas nuas. (Pereira: 1989: 53)

(...) plantas circulares como rosas carnudas, formando maciços sobre as rochas. (...) Uma cascata descia das montanhas altíssimas e vinha precipitar-se sobre a estrada. (Pereira: 1989: 54)

(...) à esquerda a praia de calhaus negros, um cais, alguns barcos de pesca. (Pereira: 1989: 55)

Entre os calhaus da praia havia alguma terra onde crescia erva. E nalguns pontos alguém tinha plantado palmeiras, catos e umas bonitas flores amarelas. (Pereira: 1989: 65)

A água descia as montanhas e formava pequenos riachos que atravessavam a povoação, passavam debaixo da estrada, corriam entre as pedras e desaguavam no mar. E ao longo dos riachos havia caminhos por onde se podia seguir a pé (...). (Pereira: 1989: 66)

Seguiu pela estrada íngreme que subia as montanhas, afastando-se da costa. Havia maciços de hortênsias azuis e brancas à beira da estrada. E agapantos. (Pereira: 1989: 76-77)

E lá em cima o frio. O planalto longo, interminável, quase sem vegetação. Uma paisagem totalmente diferente do resto da ilha. (Pereira: 1989: 77)

A vinha nas latadas dos quintais e nos espaços entre as casas, as folhas fortemente coloridas pelo outono... (...). Tudo era uma orgia de cores. Os barcos de pesca, a folhagem, as montanhas onde havia grandes manchas de beladonas... (...) E nos terrenos mais húmidos, começavam a aparecer jarros... (Pereira: 1989: 83)

Havia plantações de bananeiras, canas-de-açúcar, legumes, árvores de frutos. Mas tudo em dimensões reduzidas. Uma paisagem de brinquedo. (Pereira: 1989: 97)

— Aquela vereda — disse Miguel indicando um vago sendeiro entre duas fazendas — desce até uma ribeira. Na margem há acácias e árvores de fruto. (Pereira: 1989: 98)

(...) cagarras e pardelas, que faziam criação nas ilhas desertas (...). (Pereira: 1989: 109) Depois entraram no nevoeiro. Havia momentos em que o nevoeiro se dissipava e surgiam vales fundos e rochosos. Era uma paisagem estranha... (...)

Quando chegaram à costa, chovia e o vento soprava com força. (...)

— A ilha está numa fase prematura de erosão — disse David — E é sempre assim no inverno, quando começam as chuvas fortes. Muitas vezes as estradas ficam cortadas. (Pereira: 1989: 141-142)

Apesar destas alusões evidentes, nunca se nomeia a ilha real e raramente se referem topónimos. Porém, em *Num Lugar Solitário* e em *O Rosto de Deus* existem indicações expressas do lugar físico em que a ação decorre. Faz-se referência, por exemplo, ao Paul do Mar, uma localidade situada a noroeste da Ilha da Madeira. O mesmo acontece na série de livros juvenis *A Casa*, inspirados nas aventuras de *Os Cinco*, de Enid Blyton. O arquipélago aparece aqui identificado — Ilha da Madeira e Porto Santo — e continua a ser considerado como um lugar fascinante e encantador.

Em *Matar a Imagem* e *As Rosas Mortas*, por exemplo, há a menção explícita a Lisboa, espaço que as personagens / a personagem (Rita / David, de *Matar a Imagem*, e Miguel de *As Rosas Mortas*) abandonam para regressar à ilha. Aquele é um lugar que contrasta nitidamente com o espaço mágico da ilha, como se pode ver nos seguintes excertos de *Matar a Imagem* e em *O Rosto de Deus*, respetivamente: A manhã azul de Lisboa atrás dos edifícios cinzentos e incaracterísticos. (Pereira: 1989: 10); Regressara à ilha dois anos atrás. Estava cansado da agitação de Lisboa, da falta de tempo livre, tempo para estar num café, para passear junto ao mar, vaguear simplesmente. E afinal aquela era a sua terra, sempre planeava voltar, era inevitável. (Pereira, 1999: 79)

Ao longo da obra, a ilha é, essencialmente, a ilha. Todavia, em *As Rosas Mortas*, para além da presença obsessiva de determinadas imagens e da descrição de determinados aspetos da natureza insular, há a referência explícita a alguns topónimos relativos ao arquipélago e a alguns locais, específicos da cidade do Funchal:

(...) onde se via a cidade toda, o porto, as Desertas ao longe. (Pereira, 1998a: 79)

(...) Lena (...) tinha o seu círculo de amigos, passava as manhãs no Clube Naval (...). (Pereira, 1998a: 80)

Se não tinha a cor escura da adolescência, dos verões no Lido (...). (Pereira, 1998a: 81)

E ao cinema?

— Está bem. Encontramo-nos às oito no Apolo. (Pereira, 1998a: 90)

A presença destes topónimos e referências talvez seja justificada pelo facto de *As Rosas Mortas* ser um dos livros mais realistas de Ana Teresa Pereira. As alusões diretas surgem, fundamentalmente, quando se fala do lado da realidade social, desaparecem quando as personagens passam para os espaços próximos da natureza ou para o *lado de lá*, o outro lado tão real, em Ana Teresa Pereira, como o primeiro.

A natureza (a terra, a água, as árvores, as cores, os pássaros, as flores e o mar) parece ser uma das razões por que a escritora continua a viver na Ilha da Madeira. A própria afirma que a sua proximidade com a mesma sempre foi muito forte e tem vindo a aumentar, o que se reflete na sua escrita. Deste modo, a sua ligação à natureza, o abandono à natureza, em todos os sentidos da palavra (Rocha, 1997) foi-se tornando cada vez mais visível nos seus livros. Esta forte afinidade é, também, uma característica fundamental das personagens / da *personagem* das suas narrativas, como se verifica logo em *Matar a Imagem* e se acentua, de forma obsessiva, a partir de *Noite Mais Escura da Alma*.

Em *Matar a Imagem*, há a descrição de uma natureza que inebria as personagens e a alusão a tradições, costumes e superstições populares que fascinam Rita / David / Tom, desenvolvendo todo um clima de mistério, sedução e fantástico que jamais será abandonado.

Alguns espaços, para além de singulares e excepcionais, parecem não ter existência real. São locais e particularidades geográficas que provêm das imagens e dos sonhos que obcecaram as personagens:

Uma cascata descia das montanhas altíssimas e vinha precipitar-se sobre a estrada.



— *Este lugar é impossível — murmurou ela. Ele sorriu.*
— *Ainda não viste nada.* (Pereira, 1989: 54)
Rita fechou os olhos e quando os abriu conteve a respiração. O mar desenhava uma paisagem perfeitamente irreal. (Pereira, 1989: 55)
É um lugar estranho. Tem algo de onírico, de irreal. (Pereira, 1989: 84)
Tom dissera: É um lugar que só existe às vezes. Acontece sairmos do túnel e não haver nada. (Pereira, 1996a: 84)
Talvez tenha olhado para baixo, para o Paul, e sentido toda a irrealidade do lugar (...). (Pereira, 1999: 153)
Outros são espaços puramente literários ou têm tudo a ver com a Arte, especialmente com a Pintura:
— *É como se estivesse entrando nas Mil e Uma Noites.*
— *Este lugar é quase impossível.* (Pereira, 1989: 58)
— *Eu chamo-me Rita e vivo na casa que fica do outro lado do túnel.*
— *Aquela que à noite parece a Villa R de Paul Klee?* (Pereira, 1989: 84)
Nos dias de chuva e nevoeiro a casa era uma mansão em Londres, numa rua mal iluminada onde caminhavam Sherlock Holmes e o Dr. Watson. Ou uma construção sinistra, empoleirada nos rochedos da Cornualha, de onde se faziam sinais aos afundadores. (Pereira, 1996a: 113)
Para além da sensação de irrealidade em relação ao espaço, que chega ao leitor através da forma como as personagens sentem os lugares e a natureza, a omissão em relação ao nome da ilha é fundamental, pois confirma o que anteriormente foi dito acerca da forma como o espaço é encarado na obra de Ana Teresa Pereira. Esta supressão nominativa dá ao leitor a liberdade de visualizar os sítios a partir de imagens que se repetem obsessivamente em todas as obras: o nevoeiro, a chuva, as cascatas, os túneis na rocha, as flores e os arbustos, a montanha, os abismos e o mar.
Os espaços, que as personagens procuram e valorizam, são lugares naturais que se opõem aos espaços sociais, como a cidade, por exemplo. Este antagonismo cidade / natureza vai-se sentir, constantemente, em todos os livros e está intimamente relacionado com o temperamento das personagens que amam a solidão e os sítios especiais, reservados e naturais.
Em *Matar a Imagem*, por exemplo, a voz crítica do narrador e das próprias personagens faz-se ouvir quando se entrevê a destruição de certos lugares mágicos da ilha por causa da incúria e da ganância dos homens. É o caso concreto da construção imoderada que se foi verificando ao longo dos tempos: A cidade era belíssima, mas tornava-se arrepiante a construção desenfreada, a destruição sistemática. (Pereira, 1989: 52)
O mesmo acontece em *As Rosas Mortas*, onde a casa, espaço fundamental, aparece ameaçada pela cidade tentacular, tal como testemunha o seguinte excerto: Era

uma rua próxima do mar onde havia hotéis e algumas casas antigas com jardins, condenadas a desaparecer dentro de pouco tempo (...). (Pereira, 1998a: 97)

No caso de *Um Lugar Solitário*, é toda a cidade que aparece ameaçada, até talvez mesmo a própria ilha: Hotéis. Muitos. Alguns não passavam de monstros de cimento. Que mais dia, menos dia iam devorar as poucas árvores... 'Esta cidade está quase morta'. E o resto da ilha. (Pereira, 1996a: 69). Este aspeto é basililar porque o desaparecimento desses espaços acentua a melancolia das personagens, como se pode confirmar através das palavras de David em *Matar a Imagem*: Este lugar é uma parte de mim e não existirá durante muito tempo. (...) E não gosto de pensar que este lugar vai desaparecer. (Pereira, 1989: 99). Mais à frente, Rita olha para trás e vê (...) prédios em construção, as vigas cinzentas, as tábuas, as terras pantanosas... (Pereira, 1989: 100). Confrontam-se, constantemente, dois mundos diferentes e, no entanto, tão próximos. Um deles ameaçando, tentacularmente, o outro: — É incrível que possa existir um mundo destes a poucos metros de uma rua cheia de automóveis. (Pereira, 1989: 98). O desaparecimento desses espaços vai ao ponto de influenciar a vida das personagens, como se pode ver através do seguinte excerto de *Um Lugar Solitário*: Lembrou-se de que Tom lhe dissera que já não pintava paisagens. Porque tinha a impressão de que era uma corrida contra o tempo. Uma corrida que não podia ganhar. E doía muito ver os locais que pintava, espaços perfeitamente mágicos, desaparecerem uns atrás dos outros. (Pereira, 1996a: 69). Os momentos em que parece haver uma vontade da escritora de ligar as suas histórias a uma realidade social que ela conhece, mas da qual voluntariamente se afasta (tal como as suas personagens), vão surgindo, esporadicamente, ao longo da obra com o objetivo de contrapor duas realidades e, finalmente, fazer sobressair uma delas. Apenas duas vezes, as personagens fazem afirmações acutilantes relativas aos responsáveis pela destruição desses lugares maravilhosos, como se vê no fragmento seguinte: E defendia, como Margarite Duras, que se devia matá-los. Os governantes. Os governantes. Os porcos (Pereira, 1996a:70). Esta passagem liga-se com uma outra de *Matar a Imagem* em que se compara o governo da ilha ao retratado na obra de George Orwell: ⁶ (...) era de uma ilha onde ela nunca estivera e cujo presidente do governo a fazia invariavelmente pensar no *Animal Farm*, de Orwell. (Pereira, 1989:15)

As personagens nunca se ligam socialmente, abandonam a cidade e acabam por ir viver para casas isoladas, longe de tudo e de todos. Por essa razão, em Ana Teresa Pereira, o espaço físico assume um papel que vai muito além da descrição de ambientes. Ele funciona, essencialmente, em estreita conexão com as personagens, evidenciando, muitas vezes, atmosferas densas e perturbadoras.

Ao longo das narrativas, os espaços sofrem afunilamentos progressivos: a ilha, a casa, o quarto, o sótão e a biblioteca (que se liga muitas vezes à cave por meio de um alçapão). Ambientes que se revelam propícios à solidão, à angústia e ao medo, sentimentos que nunca abandonam as personagens pereirianas. Alguns espaços são

⁶ George Orwell, pseudónimo de Eric Arthur Blair (1900-50), escritor e ensaísta inglês, que escreveu, entre outras obras, *Animal Farm* em 1945.



meramente psicológicos, quando se limitam ao cenário de uma mente: O mundo tinha algo de fantasmagórico, estava submerso numa espécie de névoa. Mas ele sabia que a névoa não existia lá fora, apenas na sua mente. (Pereira, 1989: 123) E ainda há, frequentemente, os espaços dos sonhos, aquáticos, apertados, labirínticos: O barco deslizava lento na água fria do canal (...). O pássaro morto caiu-lhe sobre os joelhos e ela gritou. Estava sozinha na cama. (Pereira, 1989: 79)

Em *Matar a Imagem*, tal como noutras diegeses, a natureza da ilha é uma presença que ultrapassa o físico porque é a descoberta da exterioridade como forma de interioridade. Há uma percepção aguda do espaço envolvente e uma quase fusão com a natureza que absorve completamente as personagens: Ele e o cais, ele e o mar, e as gaivotas, eram um só, eram partes de um todo, e a gaivota era ele e ele a gaivota. E ele (...) indistinto daquilo que o rodeava... (Pereira, 1989: 151). As personagens identificam-se com a natureza que as rodeia, numa tentativa de entrar em sintonia com a mesma e consigo próprias. Como se a natureza fosse um outro eu, como se tudo estivesse ligado, como se fizessem parte de um todo indissociável.

Como já referimos, a ilha é o espaço essencial de *Matar a Imagem* e de quase todas as histórias posteriores. Para além deste, há outros lugares obsessivos, que se repetem sempre, e são, por esse motivo, fundamentais. Um desses espaços é a casa. Rui Magalhães analisa esta simbologia em Ana Teresa Pereira e afirma que a simbólica da casa é absolutamente primordial, permitindo mesmo articular boa parte dos restantes símbolos espaciais. (Magalhães, 1999b: 113). Os outros símbolos espaciais a que alude Rui Magalhães são a biblioteca, o jardim e a água. A casa é, por um lado, a casa natal e a casa onírica de Bachelard,⁷ ou seja, a imagem de uma origem atravessada por todos os mitos da Literatura e pelo distanciamento provocado pela vida normal do sujeito e mesmo pelo seu afastamento geográfico. (Magalhães, 1999b: 113)

Entre outros exemplos que se poderiam indicar, este carácter mítico pode ser observado na casa da baía para onde vão viver Rita / David em *Matar a Imagem*, tal como na de Tom, no Paul, em *Num Lugar Solitário*; na de Marisa, em *As Rosas Mortas*, e na de Tom (da primeira história) ou nas casas duplas que Marisa / Paulo / Patrícia / Tom vão habitar (na segunda história); em *O Rosto de Deus* ou, ainda, em qualquer uma das casas dos quatro contos de *Se Eu Morrer Antes de Acordar*.

A casa é sempre isolada (mesmo quando se encontra no centro da cidade, como em *As Rosas Mortas*), num local de acesso difícil, num terreno acidentado. Pelo seu isolamento, a casa é um espaço peculiar e surge como ponto de comunicação entre mundos. Os espaços da casa (as caves, os sótãos, os quartos fechados) articulam-se numa única dimensão simbólica: permitem aceder ao diferente, ao *outro lado*. Assim, apenas por pouco tempo a casa se revela lugar de abrigo, pois ela é sempre a porta que pode ter outras portas dentro, o lugar da revelação em que se manifesta o pesadelo, o final absoluto de todas as ilusões. (Magalhães, 1999b: 114) A casa revela-se, normalmente, um sítio conhecido para as personagens e, no entanto, carregado de mistério. É o caso, por exemplo, da casa de Tom de *Um Lugar Solitário*:

E no interior era como um lugar onde ela tivesse vivido quando era menina, com cantos familiares onde se escondera a ler histórias de aventuras, corredores silenciosos onde brincava às escondidas (e se encontrara a si mesma atrás dos espessos cortinados de veludo). E, no entanto, tudo era desconhecido. (Pereira, 1996a: 113)

A casa é, também, vivida como uma espécie de lugar natural, que existe dentro da própria personagem: Algumas vezes na vida sentira que estava num lugar que existia dentro de si mesmo. (...) numa casa de campo de uma novela de Henry James, na casa de praia dos livros de Iris Murdoch. (Pereira, 1998b: 17)

Em alguns momentos, a casa pode representar a imagem do paraíso e da felicidade. É o que se passa com o que Tom sente no início de *A Noite Mais Escura da Alma*:

E algo parecido com a felicidade.

Estava na sua casa. A sua casa. Os seus livros. A sua música — ouviu vagamente a voz de Glenn Gould entoando a melodia. Flores do seu jardim. E uma mulher que não estava ali naquele momento, uma mulher que não tocara e que não pensava tocar, mas que de alguma forma também era sua.

E não fazer nada.

Nunca mais.

Alimentar-se do que o rodeava.

Uma personagem de si próprio. (Pereira, 1998b: 28)

Mas esta tranquilidade só acontece antes de aparecerem os monstros que habitam a casa. Rui Magalhães explica esta questão da monstruosidade no contexto do conflito das identidades: A monstruosidade consiste na exclusão do outro, exclusão dupla, do outro em relação ao um e do um em relação ao seu duplo que se liga ao outro que o enuncia para que ele o enuncie a si mesmo. (Magalhães, 1999b: 74)

Dentro de casa, e à volta dela, existem espaços que constituem o seu centro vivo e terrível (Magalhães, 1999b: 114). Um desses espaços é a biblioteca, local onde decorrem muitas das cenas decisivas das diegeses. Ela é um ponto de referência fundamental para as personagens para quem os livros são essenciais. É o lugar do mistério e do terrível, como se pode ler em *A Última História*: Comecei a passar as tardes na biblioteca. Mas inexplicavelmente sentia-me inseguro lá dentro. As bibliotecas sempre haviam representado a segurança, o centro do mundo. Aquela respirava ameaça.» (Pereira, 1991: 20). Mas é, também, o sítio dos encontros e da sedução:

A porta da biblioteca estava entreaberta.

Lá dentro, um clima mágico que o fez sorrir. (...)

Sobre a secretária estavam uma garrafa de vinho e dois copos. Um prato com pedaços de queijo. Os livros tinham sido afastados para o lado, descuidadamente.

Marisa estava sentada no tapete junto à lareira, e as chamas despertavam de forma perversa as manchas vermelhas do seu cabelo. (...)

Tinha um vestido curto, de veludo preto, meias pretas que faziam com que o seu corpo brilhasse como nunca. Os ombros nus, os seios semidescobertos. (...)

⁷ Cf. Gaston Bachelard, *La Terre et la Revêrie du Repos*, cap. IV.



É esta noite que vamos fazer amor. (Pereira, 1998b: 52).

A biblioteca, ponto de concentração absoluta do mundo no espaço e, também, no tempo, adquire, nos livros de Ana Teresa Pereira, o seu sentido mais fundo, mais terrível da palavra. O centro do universo. Um espaço mágico, infinito... (Pereira, 1998b: 24).

Ligado ao espaço da biblioteca surge aquele que envolve a casa: o jardim. Normalmente grande, muitas vezes mesmo com uma dimensão difícil de definir, é um local misterioso, exuberante e onde, como por magia, tudo se conserva perfeitamente tratado: (...) como se um jardineiro fantasma mantivesse o desenho eternamente. (Pereira, 1998b: 30).

Tal como outros espaços, também o jardim se relaciona com a Literatura: Seguiu uma alameda de rododendros, que o fazia invariavelmente pensar em Manderlay; quase esperava ouvir o mar, descobrir a pequena casa de praia onde Rebecca de Winter recebia os seus amantes. (Pereira, 1998b: 29). É na biblioteca e no jardim, áreas que se contamam entre si, que as personagens se confrontam com os duplos que existem dentro delas:

À noite, na biblioteca, por vezes uma janela aberta deixava entrar um cheiro espesso de flores venenosas. (Pereira, 1990: 100).

Levantou-se e, cambaleando ligeiramente, aproximou-se da porta que dava para o jardim. (...)

Lá fora uma claridade suave, quase inesperada, depois da luz artificial do interior. Respirou o ar fresco, os perfumes da terra, da água, das plantas.

— Quero sair de mim próprio — disse baixinho. (Pereira, 1998b: 29).

Os conceitos de espaço bem como o de tempo aparecem filtrados pela sombra luminosa da matéria que envolve os livros de Ana Teresa Pereira. Neste sentido, estamos perante textos de reflexão, ensaios filosóficos, fragmentos de uma escrita ilegível e antiga, como afirma Eduardo Prado Coelho (1999), sob a forma de ficção, que nos convidam vertiginosamente a sermos o que não somos, num mundo alternativo onde reina a subjetividade e a ilusão ou, quem sabe, apenas uma outra realidade.

E é porque querem viver nessa outra realidade que as personagens / a personagem, sempre relacionadas com o mundo da Arte (também ele um mundo alternativo), se afastam do mundo social, comandado pelos ponteiros do relógio, para viverem num universo paralelo, assumindo diferentes identidades e sofrendo metamorfoses, procurando, de certa forma, algo que concebem e a que aspiram, mas têm dificuldade em abranger. É sobretudo analisando os comportamentos das personagens, face ao Tempo, que se descobre a atitude mítica na obra de Ana Teresa Pereira. De acordo com o que afirma Mircea Eliade (S / d: 23)

Não se deve perder de vista que uma das funções essenciais do mito é justamente essa abertura para o Grande Tempo, o recuperar periódico de um Tempo primordial. Isso traduz-se na tendência para negligenciar o tempo presente, aquilo a que se chama o momento histórico.

⁸ Em *As Rosas Mortas* parece haver, pelo menos aparentemente, um final. Contudo, é um final infeliz.

Estes textos parecem conjugar os dois estados, aparentemente contraditórios, do sonho e da realidade, numa espécie de realidade absoluta, uma suprarrealidade que as personagens pensam encontrar na Ilha. São textos que procuram ir para além das aparências, numa busca da verdade e do sentido oculto e sagrado do que existe na terra, ao mesmo tempo fascinante e terrível.

O tempo linear é, em Ana Teresa Pereira, substituído pelo tempo total e cíclico, completo e uno. Pretende-se unir o indivíduo ao geral e completar, no momento, o passado que passou e ficou. Por isso, se sente uma espécie de tempo suspenso que se espraia em múltiplas dimensões de uma forma cíclica, impondo-se a repetição à duração do tempo físico.

Rui Magalhães chama a atenção para o facto de o tempo, dimensão fundamental, não ser, nestes textos, uma sucessão. Não reside no facto da repetição dos acontecimentos, na passagem das estações do ano ou nas gerações, mas naquilo a que chama o «paralelismo das séries», ou seja, consiste no facto de

(...) aqui ou ali, neste ou naquele espaço [existirem] linhas paralelas e também cruzamentos inevitáveis entre elas (...). O tempo é a passagem, o deslocamento entre séries distintas. (Magalhães, 1999b: 105).

Pensamos, contudo, que estes dois aspetos aparecem interligados: os acontecimentos repetem-se ou / e podem existir paralelamente. Por isso, as histórias de Ana Teresa Pereira não têm fim. Com a exceção de *As Rosas Mortas*,⁸ todas as narrativas são abertas. Daí ser o labirinto⁹ o que melhor caracteriza estes textos, pois esse é o círculo dos círculos.

O tempo e o espaço são labirínticos e repetitivos. Este aspeto vem agravar a sensação de condenação das personagens, uma espécie de destino ao qual é impossível fugir, como se deduz da leitura de *O Rosto de Deus*:

E uma dessas noites, ao entrar em casa, tomei a resolução. E quase ri alto porque sempre o soubera, para quê enganar-me a mim mesma, não estava a decidir nada, tudo estava decidido há muito tempo.

Voltarás no outono. (1999: 64)

Estamos condenados a repetir as mesmas cenas. Sempre. A realidade é isso. (1999: 153) Sair do círculo labiríntico afigura-se impossível, porque o tempo é infinito. As personagens prisioneiras do espaço da ilha, são-no também do tempo.

Desde sempre e para sempre são as demarcações temporais das histórias, desde o primeiro livro. O que Rui Magalhães afirma relativamente a *O Rosto de Deus* funciona como uma espécie de síntese da questão do espaço e do tempo em Ana Teresa Pereira:

para sempre e desde sempre são os limites, dir-se-ia ontológicos em que decorrem ou vão decorrendo os múltiplos percursos de aproximação, de absorção, de reconhecimento e de mistério que constituem a matéria deste livro. É entre um espaço, a um tempo, excessivamente material e excessivamente ideal que se perfila o horizonte

⁹ Rui Magalhães considera que se trata de um “labirinto do medo”. O seu livro sobre a obra da autora, já citado, tem precisamente como título *O Labirinto do Medo: Ana Teresa Pereira*.



de todos os desejos, o fantasma de todas as buscas, as figuras do essencial. Tudo se passa entre a memória (a imagem da memória) e a imagem íntima, inexprimível que constitui a matéria de que é feito o lado interior da pele, os ossos e a alma dos personagens. (Magalhães: 1999a: 306)

O tempo é circular, não símbolo de perfeição, mas de condenação. As personagens estão condenadas à impossibilidade de entrar no mundo real, as suas histórias obrigadas a repetir-se inevitavelmente, eternamente. O narrador condenado a contar, num irremediável círculo sem fim, essas sempre suas histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. LIVROS DE ANA TERESA PEREIRA

- (1989) *Matar a Imagem*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial.
(1990) *As Personagens*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção O Campo da Palavra.
(1991) *A Última História*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial.
(1993) *A Cidade Fantasma*. Lisboa: Editorial Caminho, SA Coleção Caminho Policial.
(1996a) *Num Lugar Solitário*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial.
(1996b) *Fairy Tales*. Black Son Editores.
(1997a) *A Noite Mais Escura da Alma*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção O Campo da Palavra.
(1997b) *A Coisa Que Eu Sou*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(1998a) *As Rosas Mortas*. Lisboa, Relógio d' Água Editores.
(1998b) *A Noite Mais Escura da Alma*. Lisboa: Círculo de Leitores
(1999) *O Rosto de Deus*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2000a), *Se Eu Morrer Antes de Acordar*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2000b) *Até Que a Morte Nos Separe*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2000c) *O Vale dos Malditos*. Black Son Editores.
(2001a) *A Dança dos Fantasmas*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2001b) *A Linguagem dos Pássaros*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2002a) *Intimações de Morte*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2002b) *O Ponto de Vista dos Demónios*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2003) *Contos*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2004) *Se Nos Encontrarmos de Novo*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2005a) *O Mar de Gelo*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2005b) *O Sentido da Neve*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2006a) *Histórias Policiais*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2006b) *A Neve*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2007) *Quando Atravessares o Rio*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.
(2008) *O Fim de Lizzie*. Lisboa, Relógio D' Água Editores.
(2008) *O verão Selvagem dos Teus Olhos*. Lisboa: Relógio D' Água Editores.
(2009) *As Duas Casas*. Lisboa: Relógio D' Água Editores.
(2009) *O Fim de Lizzie e Outras Histórias*, Lisboa: Relógio D' Água Editores.

- (2010) *Inverness*, Lisboa: Relógio D' Água Editores.
(2010) *A Outra*, Lisboa: Relógio D' Água Editores.
(2011) *A Pantera*. Lisboa: Relógio D' Água Editores.

LITERATURA JUVENIL

- (1991a) *A Casa dos Pássaros*.
(1991b) *A Casa dos Penhascos*.
(1991c) *A Casa das Sombras*.
(1991d) *A Casa da Areia*.
(1992) *A Casa do Nevoeiro*.
Lisboa: Editorial Caminho, Coleção Labirinto.

II. OBRAS E ARTIGOS SOBRE ANA TERESA PEREIRA

- COELHO, Alexandra Lucas (1999a), Eu estive aqui antes. *Público*, 17 / 07.
COELHO, Eduardo Prado
(1999) Intimidações de Morte. *Público*, 17 / 07.
(2002), A Ficção de um Absolut. *Público*, 5 / 01.
(2005) O que morrerá comigo quando eu morrer. *Público*, *Mil Folhas*, 10 / 09.
(2006) Onde tu estás é sempre o fim do mundo. *Público*, *Mil Folhas*, 21 / 01.
COSTA, Sara Figueiredo (2004), Seleção de contos de uma das autoras mais interessantes da narrativa portuguesa. Disponível em www.canaldelivros.com,
(<http://anateresapereira.blogspot.com> / 2004 / 08 / seleco-de-contos-de-uma-das-autoras.html), consulta em 16 / 11 / 2010.
ELIADE, Mircea
(1952), *Images et Symboles, Essais sur le symbolisme magico-religieux*. Paris: Editions Gallimard.
(s / d), *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa, Edições 70.
(1963), *Myth and Reality*. Illinois: Harper & Row, Publishers, Inc.
FONSECA, Rosélia Maria Ornelas Quintal (2003), *A personagem Tom. Unidade e pluralidade em Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado, Funchal: Univ. Católica Portuguesa.
HALPERN, Manuel, A Imagem no Escuro, *Jornal de Letras*, 12 / 01 / 2000, p. 12.
LUZA, Vera, (2007), Ana Teresa Pereira confessa-se. *Jornal da Madeira, Revista Olhar*, 30 / 06.
MAÇO, Tomás
(1993a), A noite dá-me um nome. *Jornal da Madeira*, 05 / 07.
(1993b), Eu Escrevo Contos de Fadas. *Jornal da Madeira*, 22 / 05.
MAGALHÃES, Rui
(1992), O Jardim das Sombras Inquietas. *Vértice 50*, setembro - outubro.
(1999a), As Faces do Centro, *COLÓQUIO / LETRAS*, nº 153 / 154, julho - dezembro.
(1999b), *O Labirinto do Medo: Ana Teresa Pereira*. Braga: Ed. Angelus Novus.
NEVES, Pedro Teixeira (2002), O Universo Mágico de Ana Teresa Pereira. *Agenda Cultural*, fevereiro.



NUNES, Maria Leonor (2008), O outro lado do espelho, *JL Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 13 a 26 de agosto.

PINHEIRO, Duarte Manuel (2010), *Além-sombras: Ana Teresa Pereira*. Tese de Doutoramento, Porto: Univ. Fernando Pessoa.

PIRES, Jorge P. (2002), Os Mundos Paralelos. *LER Livros & Leitores*, n.º 54, primavera.

ROCHA, Luís (1997), Escritora de Demónios e Anjos, *Jornal da Madeira*, 19 / 01.

SARDO, Anabela,

(2001a), *A temática do amor na obra de Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado, Aveiro: Univ. de Aveiro.

(2001b) Ana Teresa Pereira: histórias de amor e solidão. *CIBERKIOSK, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade* (<http://www.ciberkiosk.pt/livros/index.html>, junho).

(2001c), A Sedução do diabólico. *CIBERKIOSK, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade* (<http://www.uc.pt/ciberkiosk/livros/atp.html>, 3 de agosto).

(2001d), O Rosto de Ana Teresa Pereira. *Revista da Univ. de Aveiro – Letras*, n.º 18.

(2002), Quando a ficção vive na e da ficção. *CIBERKIOSK, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade* (<http://www.ciberkiosk.pt/ensaios/sardo.html>, 19 de maio).

(2005), Ana Teresa Pereira: uma 'geografia interior' de sombras e cores. *Românica, Revista de Literatura, Cores*, n.º 14, Univ. de Lisboa, Edições Colibri.

(2010), A obra de Ana Teresa Pereira: velhas histórias, contos de fadas ou pesadelos? *Atas / Anais 2010 do 13º Colóquio da lusofonia – 5º encontro Açoriano*, Brasil, abril; 2010, ISBN 978-989-95891-4-8, pp. 51 a 64.

(2010), Os anjos e outras temáticas recorrentes na obra de Ana Teresa Pereira. *Atas finais do XIVº Colóquio da lusofonia – Bragança*, setembro-outubro, ISBN 978-989-95891-5-5, pp. 25 a 34.

(2011) Intimidades e ambientes literários e artísticos na obra de Ana Teresa Pereira. *Atas / Anais do XVº Colóquio da lusofonia – Macau: quatro séculos de Lusofonia – Passado, Presente e Futuro*, setembro-outubro, ISBN, 978-989-95891-7-9, pp. 57 a 64.

III. OUTRAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland

(s / data), *Literatura e Realidade*. Publicações D. Quixote.

CAILLOIS, Roger (1965), *Au coeur du fantastique*. Paris: Gallimard.

CHEVALIER, Jean e CHEERBRANT, Alain (1982), *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Ed. Teorema.

COELHO, Alexandra Lucas, (1999a). Eu estive aqui antes. *Público*, 17 / 07.

(1999b) .Normalmente sou vampiresca. *Público*, 17 / 07.

CUDDAN, J. A., (1991), *Dictionary of Literary Terms and Literary Theory*. London: Penguin Books.

ELIADE, Mircea, (1952), *Images et Symboles, Essais sur le symbolisme magico-religieux*. Paris: Editions Gallimard.

(S / d), *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa: Edições 70.

(1963), *Myth and Reality*. Illinois: Harper & Row, Publishers, Inc.

JAMES, Henry (2003), *A Volta no Parafuso*. Lisboa: Relógio d' Água Editores.

REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina (2011), *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Almedina.

TODOROV, Tzvetan (1965), *La Séduction de l'Étrange. Étude sur la Littérature Fantastique*. Paris: PUF.

(1966), «Les catégories du récit littéraire», *Communications*, 8, pp. 125 a 151.

(1970), *Introduction à la Littérature Fantastique*. Éditions du Seuil, Coll. Poétique.

VAX, Louis, (s / d.), *A Arte e a Literatura Fantástica*. Lisboa: Editora Arcádia, S.A.R.L.

XAVIER, Leonor (2008), Histórias submersas. *Máxima*, Ano 20, N.º 232, janeiro, pp. 28 a 30.

3. ELISA BRANQUINHO, INSTº POLITÉCNICO DA GUARDA / ESCOLA SECUNDÁRIA DE SEIA, PORTUGAL



MARIA ELISA GOMES BRANQUINHO,

Atualmente professora de Português do Quadro da Escola Secundária de Seia, com Mestrado em Supervisão, Pós-Graduação em Supervisão Pedagógica no Ensino das Línguas e Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas. Exerce funções de Avaliadora do Desempenho Docente, tendo acumulado larga experiência como Orientadora De Estágio pela Univ. Católica de Viseu.

- APRESENTA TRABALHO CONJUNTO COM Anabela Sardo e Zaida Pinto





Zaida Pinto Ferreira é licenciada em Estudos Anglo-Americanos, mestre em Estudos Americanos e doutoranda em Literatura Americana na Univ. Aberta de Lisboa.

Docente do Ensino Superior Politécnico desde 1989, começou a lecionar no Instº Politécnico da Guarda, na Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto. Atualmente, leciona na Escola Superior de Turismo e Hotelaria deste Instº, desde o ano de 2000 e é Presidente do Conselho Técnico-Científico.

Foi Presidente do Conselho Pedagógico durante quatro anos, assim como Presidente do Conselho Científico de 2000 a 2004.

Tem participado em diferentes congressos com apresentação de algumas comunicações e publicou artigos em revistas de cariz científico e em Atas de congressos.

VASCO PEREIRA DA COSTA – O MAR IMENSO E ÍNTIMO DO POETA INCENDIADO PELO FOGO OCULTO DA ILHA RASGADA SOBRE O MUNDO, ELISA BRANQUINHO, ESC. SEC. DE SEIA & ANABELA SARDO, + ZAIDA FERREIRA, INSTº POLITÉCNICO DA GUARDA – UDI TEMA 1.1

*A ilha que esboço (onde sempre renasço)
fica na redondez do mundo
infindo*

onde me prefiguro e me recorto.

VPC, Lição de Montaigne in *Fogo Oculto*, p. 19.

Tudo que se passa no onde vivemos é em nós que se passa.

O presente artigo, como o título deixa antever, está dividido em duas partes fundamentais. A primeira esboça, de forma abreviada, um possível retrato de Vasco Pereira da Costa, para, numa segunda parte, ancorar a análise do seu livro de poemas *O Fogo Oculto* no qual, indubitavelmente, o homem / poeta / escritor se desvela, como mostram alguns versos dos quais destacamos os seguintes: Conheci princípios claros, ideologias limpas. / Hoje, com três quartos de caminho andado, / aguardo a vinda dos amigos (Costa, 2011: 15); Olho o tudo. E ninguém ouse / questionar o mais profundo / do que penso quero e faço (Costa, 2011: 19); Não pode a ilha ser o limite (Costa, 2011: 67).

Homem de cultura, Vasco Pereira da Costa nasceu em Angra do Heroísmo, numa ilha por cima do mundo, como o próprio afirma, no ano de 1948. Licenciado em Filologia Românica, na Univ. de Coimbra, foi, durante vários anos, professor do ensino secundário e esteve ligado à formação de professores, exercendo funções docentes na Escola Superior de Educação de Coimbra. Do seu vasto e culto currículo, fazem parte, ainda, outras funções como a de diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Coimbra assim como a de cônsul honorário

de França nesta cidade. Entre 2001 e 2008, regressou aos Açores para ser diretor da área da Cultura no Governo.

Fez parte do grupo de trabalho *Culture sans frontières* da DG X da União Europeia para o estudo do turismo cultural nas cidades europeias de média dimensão; foi representante de Portugal no programa *FAULT LINES da True and Reconciliation Commission* da República da África do Sul e faz parte do Conselho Diretivo da Fundação Lus-Americana para o Desenvolvimento (FLAD). Em representação da Associação Portuguesa de Escritores, tem integrado diversos júris de prémios literários, designadamente, o Grande Prémio A. P. E. de Poesia.

A sua vasta experiência pedagógica, cultural e literária tem levado Vasco Pereira da Costa a diversos cantos do globo (EUA, Venezuela, África do Sul, Senegal, Espanha, França, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Itália e Macau), para além de Portugal, onde tem proferido conferências sobre temas literários e pedagógicos. Para além disso, tem exercido as funções de consultor para programas infantis e trabalhado para a rádio e televisão em programas de índole literária e cultural.

A 20 de abril de 2011, Vasco Pereira da Costa foi distinguido com o título *Honoris Causa* em Letras pela Univ. de São José, em Macau, fundada em 1996 pela Univ. Católica Portuguesa e pela diocese local.

A extensa obra literária¹⁰ do autor passa pela ficção, poesia e memórias, tendo sido distinguido, em 1984, com o Prémio Literário Miguel Torga. Recorde-se, igualmente, o conto não publicado *O Maestro, o Poeta e o Menino de sua Mãe*, escrito em 1985, que foi distinguido com o Prémio Aquilino Ribeiro.

A versatilidade do homem, escritor e poeta transformou-o, igualmente, num notável pintor, criador de Manuel Policarpo, *heterónimo* oriundo da ilha do Pico. Com rápida passagem pela Terceira, desde há muito este pintor vai calcorreando o mundo. Contudo, quando lhe perguntam onde nasceu, responde, mitificando: *nasci numa ilha por cima do mundo*. (<http://www.carminagaleria.com/artistas/policarpo.php>)

Registem-se algumas exposições que aconteceram, em 2009, primeiro no Museu dos Baleeiros das Lajes do Pico, depois, na Ilha Terceira e, por último, em São Miguel (Portas do Mar), com o sugestivo título de *As Ilhas Conhecidas – Cartografia e Iconografia*. Segundo o texto de M. Poivreau, que consta do catálogo das exposições, As paisagens daqui resultantes (...) são abstratas essencialmente, e admitem, mesmo assim, uma grande diversidade de motivos figurativos tratados de maneira realista por vezes, de um modo *naïf* outras vezes. Eis como surgem mares, linhas de costa, céus, as cartografias – tudo reinventado através da matéria e da cor (...). Os quadros de Manuel Policarpo, que insiste na busca de signos sobre os rituais do Espírito Santo, tão enraizados nas suas ilhas dos Açores, [formulam] imagens que [conduzem] a uma leitura crítica, na tentativa de explorar valores socioculturais. Recorde-se, igualmente, a exposição de cartografia e etnografia, *Ilhas Conhecidas*, que esteve patente no Pavilhão do Mar, em Ponta Delgada, até fevereiro de 2010, uma revisitação, *um* retrato e um itinerário feito por quem conhece e vive nos Açores. Segundo o próprio, as telas

¹⁰ Bibliografia completa do autor no final do texto.



revelam as ilhas conhecidas por si. Deste modo, esta exposição assume-se como um permanente diálogo entre os universos telúrico, etnográfico e mitográfico das ilhas. Nessa mostra, cada tela de Manuel Policarpo tem carimbo açoriano, retratado através de técnicas mistas, jogando com diversos materiais, emprestando-lhe, como reforça, outras significações. Usa, portanto, o óleo, o acrílico bem como outros componentes materiais, como, por exemplo, as rendas açorianas.

Sintetizando a essência de Manuel Policarpo, podemos usar as palavras de VPC, quando o retrata como circunstância do tempo e dos espaços e que apenas caminha por onde o levam seus próprios passos <http://www.carminagaleria.com/artistas/policarpo.php> reclamando a sua condição de intelectual europeu. Contudo, em nossa opinião, sendo o pintor um homem do mundo, que vagamundeou o planeta, revela na sua obra um apelo fatal pela(s) sua(s) ilha(s) no Atlântico, concentração, no espaço, de tudo aquilo que inspira a sua alma de pintor. Síntese, portanto, do que as suas pupilas registaram, no disco duro da moleirinha, no seu périplo pela Europa, pelas áfrias, as américas e as áfrias, de uma infância repleta de experiências que influenciaram a sua criação artística e do espaço de vivência das ilhas açorianas que determinam o seu código genético.

Manuel Policarpo afirma ter olhos de cartógrafo, mãos impulsivas, índole de gravador. Experimenta, experimenta sempre, nunca estabelecendo, *a priori*, a técnica que vai utilizar (<http://www.carminagaleria.com/artistas/policarpo.php>).

Como romancista, contista, novelista e poeta, Vasco Pereira da Costa reconhece-se, essencialmente, como um contador de histórias: das coisas que me dão mais gozo, é ouvir uma história, mas também contá-la porque a palavra pode ser fruída

(<http://lusografias.wordpress.com/2010/07/11/vasco-pereira-da-costa-contador-de-historias>).

Para concluir este breve retrato, pintado com a ajuda dos relatos encontrados e através das palavras de Vasco Pereira da Costa, citamos um excerto de um texto seu, sobre o seu *heterónimo* Manuel Policarpo, que nos parece, igualmente, descrever o *ortónimo*:

Por isso dele dizem: é um poseur! – alça a sobancelha esquerda por detrás das lentes do estigmatismo com desdenhoso trejeito perante a mediocridade e, tão só porque peregrinou as sete partidas e já tem cãs sobejas e aprendizagens múltiplas, nem sequer reage aos que o sussurram como dileitante, cultivando uma ironia que, por vezes, roça o sarcasmo impiedoso.

- 'Tou-me marimbando!' – proclama do pico do Pico da sua altivez senhoril, do cume da sua libertada escravidão, do topo da sabedoria que lhe concedeu o passadio.

(<http://www.carminagaleria.com/artistas/policarpo.php>).

Da vasta obra de Vasco Pereira da Costa, iremos deter-nos no seu último livro *O Fogo Oculto*, composto por trinta e um poemas breves, com o objetivo de partilhar um olhar / olhares sobre os seus versos. A análise irá girar à volta do universo do sujeito poético, das suas imagens mais recorrentes e das palavras com sentidos de forte açorianidade e simbolismo que tocam o mar e o atravessam numa viagem em que as memórias se cruzam com a amplitude do sonho e se rasgam sobre o mundo.

O pulsar íntimo da ilha / ilhas percorre este conjunto de poemas em que o sujeito poético se diz nascido - Numa ilha, por cima do mundo (Costa, 2011: 7), tal como também declara o *heterónimo* Manuel Policarpo, recusando ser prisioneiro do espaço (da terra), dando voz à palavra e libertando-a, fazendo-a respirar, insuflando-lhe vida, fazendo arder o silêncio e, desfeita em água, transforma-a em chuva, escapando, assim, à clausura cinzenta da nuvem ameaçadora que reduz a amplitude e a liberdade: Tenta que o verso contenha apenas / as palavras do teu aparato (...). / E que tenham voz sopra e batimento / e se de terra acolham a charrua / e se de fogo incendeiem o silêncio / e se de água não sejam nuvem mas chuva (Costa, 2011: 9). Emerge este segundo poema de *O Fogo Oculto*, indução que permite desde logo o próprio título, Arte Poética, como uma revelação da arte poética de Vasco Pereira da Costa.

São as palavras essenciais, as mais úteis / as que te digam inteiro (Costa, 2011: 9) que, cumprindo o seu destino na rota do poeta, rasgam o horizonte como um pássaro e, apesar da barreira geográfica do mar, se alargam no universo, ainda que se alimentem do fogo oculto da terra e regressem ao inteiro silêncio do íntimo do ser (também fogo oculto?) onde se poderão aprender os traços do vazio (Costa, 2011: 37).

As palavras sabem a água, a fogo e a verde, tudo escorrido das montanhas, e o poeta, mago na ilha sem limites, rasga as portas do mar (Costa, 2011: 67), que é um terraço de prata (Costa, 2011: 55), que se abre para o mundo permitindo a viagem / viagens. A ilha por cima do mundo (Costa, 2011: 7) é o berço que embala o poeta nesta viagem em que a palavra eleita e apurada cumpre a sua função poética sem derrames semânticos de aventureiros e inúteis malabarismos estéticos. A ilha / ilhas contém em si as emoções, as tonalidades, a luz, a diversidade, o cheiro e o sabor da terra *mater*, o fogo das entranhas, a beleza deslumbrante da natureza intocada, o silêncio, a água na sua pureza e no seu poder fecundo e transformador. As palavras estão lá, no cenário genuíno da ilha, alojadas na sua íntima autenticidade, provavelmente ainda agarradas ao cascalho, como diria Miguel Torga (*Diário XII*); basta apurá-las para que cumpram a missão de revelar o poeta da ilha na sua totalidade. Basta dar-lhes voz sopra e batimento (Costa, 2011: 9), pedaços de vida carregados de emoções para que possam dizer o poeta inteiro e saibam ser a casa como espaço de aconchego e segurança; barco que permite a travessia, a viagem, o conhecimento; campo fértil que oferece o alimento ou entidade que permite o sonho, a evasão. Palavras com sabor a terra lavrada, palavras fogo que incendeiam o silêncio, palavras água nascidas no ventre da terra em forma de chuva abençoada. Deste modo, sente-se o pulsar da ilha / ilhas em cada palavra de Vasco Pereira da Costa e pressente-se o fogo incandescente e oculto do poeta que, embora marcado pela forte açorianidade, não se deixa consumir por ele e se alarga para além da ilha numa cosmovisão de viajante, sabendo que nas veias do mundo correm violas e versos (Costa, 2011: 23), que ainda há mares não sabidos (Costa, 2011: 11) e que Não pode ser a ilha o limite (Costa, 2011: 67).

Ao longo dos poemas, há revisitação / revisitações das ilhas, enquanto espaços de memórias, e uma intensa concentração de emoções e afetos nesses lugares referidos como se em cada um deles estivesse para sempre gravado, em forma de lava, um pedaço de humanidade (a do poeta, a de cada ilhéu e a de cada um de nós).



Em o Retrato recorda:

Quando era jovem

*O Arnaldo da Foto Lilaz tirou-me o retrato
que minha mãe suspendeu na sala.*

*Um terramoto impudente abalroou a casa
e o retrato ficou guardado entre pedaços
de memória amarela e dispersa.*

*Alguém que abra a gaveta
saberá como fui antes de conhecer
a provável morte.
(Costa, 2011:17)*

*Os lugares são reais, mas existem em cada poema numa combinação
imagística que nos transporta ao universo interior do poeta, resultante da proeza
artística do fingimento poético que revela a sinceridade intelectual das emoções
carregadas de simbolismo e nos permite aproximar do seu fogo oculto numa enorme
generosidade literária. Nesta obra de Vasco Pereira da Costa, perpassa o
testemunho vulcânico da ilha / ilhas, como exalta o poema Furnas do Enxofre: Uma
harmonia sem cuidado / aqui onde há tufo de seda verde / e nuvens saídas das
entranhas da terra: / é a sintaxe do magma ordenando os verbos do planeta (Costa,
2011: 43); a majestática beleza selvagem aparecendo como um paraíso genuíno, as
calhetas, as fajãs, como estonteantes cenários de verdura e lagoas cristalinas, num
namoro idílico com o oceano, a perpetuar o paraíso e a revelar-se como terraço sobre
o mar: O sol vai abrir a cancela do mundo (...) / Após a chuva desta noite / há um
verde que tanto insulta / que exulta de tão verde. (Costa, 2011: 53); o murmúrio da
água, elemento líquido de grande relevância temática e ambiental, que canta as suas
cantigas de frescura, conferindo à ilha a exuberância, a cor, a luz e a fertilidade e
que, ao mesmo tempo, simboliza o traço de separação e aproximação do mundo, de
um novo mundo.*

Em Fajã dos Cubres, o poeta, em breves, doces e belas pinceladas metafóricas, e soprando um leve toque de animismo, cria uma harmonia que enfeitiça os próprios peixes:

*Sobe o mar para sorver a cinza do céu.
Um soluço de onda. Um arfar de pedra.
Um sol de silêncio em pingos dispersos.
Mordem os peixes o anzol dos versos
(Costa, 2011: 61)*

A dolorosa solidão das ilhas e a toada, sempre presente, de uma saudade que chora na serenidade dos dias são outros importantes *leitmotiv* que atravessam esta obra. Mas a ilha não está enclausurada em si mesma nem o poeta aprisionado na ilha. Em Lição de Montaigne afirma, de forma assertiva:

Que sei? A utilidade de mim

em mim repousa.

*Olho o tudo. E ninguém ouse
questionar o mais profundo
do que penso quero e faço.*

*A ilha que esboço (onde sempre renasço)
fica na redondez do mundo
infundo
onde me prefiguro e me recorto.*

*E se morrer que seja a morte
que me destino.
(Costa, 2011: 19)*

Do mesmo modo, em Cantoria, o poeta revela-se livre como o cantador e os pássaros:

*As rimas do cantador estreitam o mar
e expandem a ilha até à tensão da agonia
enquanto os doze bordões de arame do tocador
rasgam espessos horizontes mudos. (Costa, 2011: 23)*

Também em Baía da Cré rema o tempo a solidão / numa penumbra de espuma (Costa, 2011: 65). Mas o poeta é lúcido e sabe que

*De nada vale contar as ondas uma a uma. /
Ninguém aqui é /*

porque ninguém aqui pode predicar a vida (Costa, 2011: 23).

E, então, para sair da penumbra, da agonia insular da solidão e da melancolia, deseja um T4 / em Nova Iorque / na Quinta Avenida, no centro da confusão e do movimento, para, finalmente, poder predicar a vida (Costa, 2011: 65). No entanto, o poeta também experimenta o prazer da tranquilidade e da paz da ilha quando se fecham as portadas do silêncio (Costa, 2011: 45).

Pode a ilha ser uma clepsidra fantástica em que tudo tem raiz na água, deter toda a luz e toda a majestade dos picos altaneiros, albergar cagarros protegidos nas suas mansões naturais, deslumbrar pela variedade exótica das cores, pelos contornos mais belos do seu corpo geográfico resultante das explosões vulcânicas, com albas que revelam após a chuva desta noite (Costa, 2011: 53) um verde que insulta de tão verde (Costa, 2011: 53) e que exulta de tão verde (Costa, 2011: 53). Pode a ilha ser o berço, a casa, o barco, o porto, a baía, a água e a terra, abrasada pelo fogo oculto, rica do imaginário ligado às aventuras marítimas, mas como tão claramente anuncia o poeta:

*Não pode a ilha ser o limite:
há picos que violam as nuvens
há sóis que fecundam as chuvas
há ventos que nenhum deus domina.*



*E os sonhos que rasgam as portas do mar
são de uma gente ativa
que tira o fogo oculto da terra
para incendiar as entranhas da vida.
(Costa, 2011: 67)*

Também os picos têm os seus cais que se rasgam para os oceanos pelo desejo e sonho do homem que quer partir e o poeta, que só o é porque é dono da sua liberdade, diz já ter escrito todos os versos deste mar (Costa, 2011: 47) em que os olhos dos peixes incendeiam as vagas (Costa, 2011: 57).

Vamberto Freitas interroga-se sobre a possibilidade de *O Fogo Oculto* poder encerrar um ciclo de escrita pelo tom da sua linguagem, asseverando ter Vasco Pereira da Costa traçado já um cânone literário pessoal que espelha as andanças que mais o 'definem'. Pensamos que esta opinião, com a qual concordamos, é sustentada pelos poemas *Arte Poética* (Costa, 2011: 9) e *Fogo Oculto* (Costa, 2011: 67). Parece-nos, contudo, que a devolução de múltiplas imagens e memórias dispersas, de que fala Freitas, assenta, essencialmente, em geografias que nos são pátrias. Atente-se nos versos seguintes que nos parecem iluminadores da presença de geografias que são pátrias ao sujeito poético:

*Conheci princípios claros. Ideologias limpas /
Hoje, com três quartos de caminho andado, /
guardo a vinda dos amigos. Varri o alpendre. /
Junquei de alecrim o chão da casa. /
Aqueci o forno. /*

Cozi o pão. (Costa, 2011: 15). ~

Finalmente, o poeta, que se pensa a si próprio e nunca se abandona, revela:

Então alcanço do Pico o pico.

O oceano se abre. Suspenso

Assim do mundo das águas fito

lá em baixo mas perto de mim que me penso

(emigrado para a terra que cria segura e longa

partindo dum cais ao rés das ondas)

De mesquinhas mágoas de ilhéu. (Costa, 2011: 47)

Assim, a açorianidade, a insularidade, a hospitalidade, o vulcanismo, e outras particulares tão próprios da idiosincrasia do arquipélago atlântico, de onde são originários Vasco Pereira da Costa e Manuel Policarpo, permitem-nos associar o poeta e o pintor que, num exercício de completude, dialogam, entre si utilizando imagens e simbolismos que os correlacionam, expressando o poeta e o pintor inteiros na sua complexa construção de entidades criadoras.

Em ambos, sempre o consequente desejo de rasgar as portas do mar (Costa, 2011: 67). Marcados pelas memórias, o poeta e o pintor (o poeta / pintor), refletem sobre si próprio(s) e, tal como os outros ilhéus, deixam-se incendiar pelo fogo oculto da terra (Costa, 2011: 67), conscientes, na linha de Bernardo Soares, que *Tudo que se passa no onde vivemos é em nós que se passa..*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS LIVROS DE VASCO PEREIRA DA COSTA

- (1978) *Nas Escadas do Império*. Contos, Coimbra: *Centelha*.
(1979) *Amanhece a cidade*. Romance, Coimbra: *Centelha*.
(1980) *Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo*. Memória, Lisboa: Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa.
(1980) *Ilhíada*. Poemas, Coleção Gaivota, Angra do Heroísmo: SREC.
(1984) *Plantador de Palavras Vendedor de Lérias*. Contos, Coimbra: Edição Câmara Municipal de Coimbra.
(1987) *Memória Breve*. Contos. Nova Série, nº 1, Angra do Heroísmo: Instº Açoriano de Cultura.
(1992) *Riscos de Marear*. Poesia, Ponta Delgada: Eurosigno.
(1994) *Sobre-Ripas Sobre-Rimas*. Poesia, Coimbra: Minerva.
(1997) *Terras*. Poesia, Porto: Campo das Letras – Editores.
(1999) *My Californian Friends*. Poesia, 1ª ed. Palimage / Gávea Brown, Viseu, 2000; 2ª ed. 2001; ed. bilingue, San Jose, CA, USA, 2009.
(2011) *O Fogo Oculto*. Poesia, Vila Nova de Gaia: Calendário de Letras.

OUTROS LIVROS

- (1977) TORGA, Miguel, *Diário XII*. Coimbra: Edição de Autor.
(1982) PESSOA, Fernando, *Livro do Desassossego* por Bernardo Soares. Org. e Pref. de Jacinto do Prado Coelho. Lisboa: Ática, volume II.

INTERNET: ARTIGOS E ENTREVISTAS

- (2011) <http://www.carminagaleria.com/artistas/policarpo.php> consulta a 11 junho.
(2010) *Chrystello, Helena e GIRÃO, Rosário (coordenadoras), Cadernos (e Suplementos) Estudos Açorianos*, caderno e suplemento 4 Vasco Pereira da Costa, Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia.
(1980) FARIA, Duarte, Recensão crítica a *Nas Escadas do Império e Amanhece a Cidade*. Revista *Colóquio / Letras*, n.º 54, março, pp. 74-75.
(2011) FREITAS, Vamberto, *Num Outro Regresso a Casa*. Disponível em
(2011) JCS, Vasco Pereira da Costa recebe título Honoris Causa em Letras da Univ. de São José, Lusa
(2011) <http://lusografias.wordpress.com/2010/07/11/vasco-pereira-da-costa-contador-de-historias>, consulta em 11 de junho.
(2011) http://www.mycalifornianfriends.com/poet_translators.htm, consulta em 25 agosto.
(2010) RTP, *Ilhas Conhecidas – de Vasco Pereira da Costa* (entrevista). Disponível em <http://videos.sapo.pt/qlsksqZEtIzRSYuZ6zbS>, consulta em 16 de julho.



4. ANA PAULA ANDRADE, PRESIDENTE CONSELHO EXECUTIVO CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA, AÇORES



ANA PAULA ANDRADE [CONSTÂNCIA] 1964)

– Nasceu em P. Delgada onde concluiu o curso geral de música no Conservatório Regional, tendo tido como professora Margarida Magalhães de Sousa (composição) e Natália Silva (piano). Em 1987 terminou o curso Superior de Piano no Conservatório Nacional (Lisboa), na classe da professora Melina Rebelo e no ano seguinte o curso superior de composição, tendo sido aluna dos compositores C. Bochmann, Constança Capedeville, Álvaro Salazar e Joly Braga Santos. Paralelamente estudou órgão na classe do Professor Simões da Hora, tendo realizado o exame do 5º ano. Estudou três anos no Instº Gregoriano de Lisboa, frequentando, na classe da Prof.ª Helena Pires de Matos, as disciplinas de Canto Gregoriano e Modalidade. Em 1989 realizou um concerto de órgão e piano no Conservatório de Toronto, integrado no ciclo de cultura açoriana.

Em 1990, participou num concerto na Univ. S.M.U. (nos estados Unidos), tocando como solista, com orquestra daquela Univ., o concerto para piano em DóM de Mozart.

Tem realizado diversos concertos a solo ou como acompanhadora de piano e órgão em várias regiões do continente e nas diversas ilhas do arquipélago.

Com a soprano Eulália Mendes realizou um concerto na Expo 98 em Lisboa, integrado no dia comemorativo dos Açores.

Em janeiro e em maio de 2006 acompanhou o grupo vocal Quatro Oitavas em duas digressões ao Uruguai e ao Brasil a convite da Direção Regional das Comunidades.

Desde 1989 é professora de Piano e Análise e Técnicas de Composição no Conservatório Regional, desempenhando nos últimos 3 anos o cargo de Presidente do Conselho Executivo do Conservatório de Regional de Música de Ponta Delgada.

Em 2010 acompanhou os Colóquios ao Brasil onde atuou com a Orquestra de Cordas da UDESC e acompanhou os Colóquios a Macau onde atuou com artistas chineses em execução de obras açorianas.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

É a pianista residente dos Colóquios.

Atuará em concerto com Raquel Machado (soprano) e Henrique Andrade Constância em violoncelo

5. CHRYS CHRYSTELLO, AICL, COLÓQUIOS DA LUSOFONIA, AUSTRÁLIA



CHRYS CHRYSTELLO (n. 1949) não só acredita em multiculturalismo, como é um exemplo vivo do mesmo. Nasceu no seio de uma família mesclada de Alemão, Galego-Português, Brasileiro e Português paterno e de marrano materno.

Publicou, aos 23 anos, poesia Crónicas do Quotidiano Inútil (vol. 1)

Foi para Timor em 1973 onde foi Editor-Chefe do jornal local (A Voz de Timor) em Díli, e em Portugal a Revolução dos Cravos (abril 1974) destronava uma ditadura velha de 48 anos, antes de ir (1976) desempenhar funções executivas como Economista, Chefe da Divisão de Serviços Administrativos, na Companhia de Eletricidade de Macau.

Depois, radicar-se-ia em Sydney (mais tarde Melbourne) como cidadão australiano onde viveu até 1996. De 1967 a 1996, dedicou-se sempre ao jornalismo (rádio, televisão e imprensa escrita). Até 1994, escreveu sobre o drama de Timor Leste enquanto o mundo se recusava a ver essa saga. Durante muitos anos na Austrália esteve envolvido nas instâncias oficiais que definiram a política multicultural daquele país.

Foi Jornalista no Ministério do Emprego, Educação e Formação Profissional e Ministério da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários.



VILA DO PORTO, ILHA DE SANTA MARIA, AÇORES 2010

Foi também Tradutor e Intérprete no Ministério da Imigração e no Ministério de Saúde do Estado de Nova Gales do Sul.



Começou a interessar-se pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor. Divulgou a descoberta na Austrália de vestígios da chegada dos Portugueses (1521-1525, mais de 250 anos antes do capitão Cook). Igualmente difundiu a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (com quatro séculos).

Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators & Interpreters), Chrys lecionou em Sidney na Univ. UTS, Linguística e Estudos Multiculturais a candidatos a tradutores e intérpretes. Durante mais de vinte anos foi responsável pelos exames dos candidatos a Tradutores e Intérpretes na Austrália (NAATI National Authority for the Accreditation of Translators & Interpreters).

Foi Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council (UTS Univ. de Tecnologia de Sidney).

É *Mentor* dos finalistas de Literatura da ACL (Association for Computational Linguistics, Information Technology Research Institute) da University of Brighton no Reino Unido. É igualmente *Revisor* (Translation Studies Department) da Univ. de Helsínquia.

Membro do Conselho Consultivo do MIL

Foi Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council (UTS Univ. de Tecnologia de Sidney).

Como jornalista, publicou milhares de trabalhos em jornais e revistas. Nas últimas duas décadas, como conferencista, apresentou temas de linguística e literatura em conferências (Austrália, Portugal, Espanha, Brasil, Canadá, etc.).

Em 1999, publicou o livro e Ensaio Político *Timor Leste: o dossiê secreto 1973-1975*, esgotado ao fim de três dias.

Em 2000 publicou (e-book) a monografia *Crónicas Austrais 1976-1996*.

Em 2005 publicou o *Cancioneiro Transmontano 2005* e publicou (e-book DVD) outro volume dos seus contributos para a história *Timor-Leste vol. 2: 1983-1992, Historiografia de um Repórter* (> 2600 páginas, ed. de autor CD).

Entre 2007-2010, traduziu obras de autores açorianos para Inglês, nomeadamente Daniel de Sá (Santa Maria ilha-mãe, O Pastor das Casas Mortas, S. Miguel: A Ilha esculpida, Ilha Terceira, Terra dos Bravos, Manuel Serpa (As Vinhas do Pico), Victor Rui Dores Ilhas do Triângulo, coração dos Açores (numa viagem com Jacques Brel), além de guias de turismo e mergulho sobre os Açores e outro material.

Lançou em março de 2009 *Crónica Açores: uma Circum-navegação, volume um* cronicando as suas viagens em volta do mundo.

Em 2011 publicou o segundo volume de *Crónica Açores: uma Circum-navegação da Editora Calendário de Letras*.

Chrys ainda mantém o interesse no ensino de tradução, multiculturalismo e Inglês. É o tradutor da Antologia (bilingue) de Autores Açorianos Contemporâneos a lançar no 16º colóquio.

PRESIDE à Direção da AICL Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia e ao Comité Executivo dos Colóquios, agora na sua 16ª edição.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

DESCOBRIR DANIEL DE SÁ OU O POETA DAS CASAS MORTAS,

CHRYS CHRYSTELLO AICL TEMA 2.1

FALO HOJE AQUI DE Daniel de Sá, um escritor e um amigo, cuja obra comecei a traduzir antes de o ler, de ser amigo, antes mesmo de saber a cor e o cheiro dos seus lugares de infância e de calcorrear as ruínas onde habitou e das quais se serviu para essa obra que é o "*O Pastor das Casas Mortas*". Mas não é da Beira que se fala, nem do pastor, nem das casas, é sobretudo das memórias guardadas na infância de casas onde o autor viveu e construiu, lentamente, uma teia de imagens, sentimentos e de princípios que nortearam a sua vida. Só conhecendo as suas ruínas, as pedras que foram casas, os campos que foram pastos e hoje perderam o cheiro, nos podemos vangloriar de entender a sua escrita mariense que sempre o marcou apesar de ter passado a maior parte da sua vida na micaelense Maia.

E a este respeito escrevia o autor em 2 / 9 / 2010

Emocionei-me mesmo, corisco adotivo dum raio. Eu sabia que facilmente descobririas a casa da Ribeira do Engenho bem como, mais facilmente ainda, as ruínas da casa do pastor de ovelhas, de cabras e de vacas. Aquela casinha da Ribeira do Engenho mantém-se tal e qual era há sessenta anos, quando nos mudámos para a de Santana, a tal que nunca tinha sido chamada casa antes de lá morarmos.

Um forte abraço, comovido.

Daniel

Para, mais tarde nessa data, acrescentar

Apesar de tudo, tenho saudades daquelas pedras. Elas não tinham culpa de não terem qualquer nobreza. Nós demos-lhes a possível. De caráter, claro.

Obrigado. Obrigado.

Um forte par de abraços.

Bastaram as fotos que eu tirara em Santa maria às ruínas do Daniel" como lhes chamei para provocar uma avalanche de recordações que vinham à tona como se tivessem ocorrido na véspera:

FALO HOJE AQUI DE Daniel de Sá, um escritor e um amigo, cuja obra comecei a traduzir antes de o ler, de ser amigo, antes mesmo de saber a cor e o cheiro dos seus lugares de infância e de calcorrear as ruínas onde habitou e das quais se serviu para essa obra que é *O Pastor das Casas Mortas*. Nesse livro e no plano da linguagem, o autor (ed. VerAçor 2007) dá-se ao luxo de exportar, por efeitos de mimética, para uma das regiões mais interiores e montanhosas de Portugal, a Beira Alta, o seu herói em busca de um amor perdido no léxico e na sintaxe dos velhos montes escalavrados por entre o pastoreio numa verdadeira apologia da solidão física e mental que é o retrato de Manuel Cordovão esse lusitano de um amor só para toda a vida. Como o autor diz, a começar, trata-se de um livro dedicado *Às mulheres e aos homens que ainda acendem o lume nas últimas aldeias de Portugal*.

Mas não é da Beira que se fala, nem do pastor, nem das casas, é sobretudo das memórias de casas onde o autor viveu e construiu, lentamente, uma teia de imagens, sentimentos e de princípios que nortearam a sua vida. Só conhecendo as suas ruínas, as pedras que foram casas, os campos que foram pastos e hoje perderam o cheiro, nos



podemos vangloriar de entender a sua escrita mariense que sempre o marcou apesar de ter passado a maior parte da sua vida na micaelense Maia.

Guardadas na infância, essas imagens, os cheiros e as cores perpassam ao longo de quase uma centena de páginas numa narrativa utilizando terminologia neutra (i.e. não insular) que deve ser lida como uma ode ao açoriano isolado, de si e do mundo, num amor perdido que se encontra apenas quando Caronte ronda.

Como diz o autor noutra obra *Embora eu vivesse numa ilha pequenina, a cinco minutos de um passeio calmo até ao aeroporto de quase todas as companhias aéreas que havia no Mundo, isso para o caso pouco importa!* Aliás esta transposição da naturalidade geográfica do personagem deixa-nos permanentemente na dúvida se a Teresa do Pastor não será irmã gêmea da outra personagem feminina que acompanha os seus passos numa digressão do livro Santa Maria: a Ilha-Mãe. Trata-se de uma visita não só ao *despovoamento das ilhas* mas ao despovoamento do país real, montanhoso, interior e árduo de Portugal. Aqui não se resgata o imaginário coletivo naquilo que tem de mais genuíno e identificador, antes pelo contrário, se dá a palavra a uma erudição improvável de um apascentador de cabras.

Aqui não há a memória plural, que vem de Gaspar Frutuoso, mas sim uma ficcionalização dum fenómeno que não se mimetiza apenas nesta digressão pela Beira Alta. As *Casas Mortas* são-nos apresentadas como um resultado inevitável e inelutável ao longo da vida do personagem principal, sem que a sátira ou o humor permeiem a couraça de convicções de Manuel Cordovão. Existe uma interdependência do autor, dos personagens e do leitor que nos levou a ver e rever dezenas de vezes, uma só passagem do livro para lhe dar na sua tradução o tom, o colorido, a sonoridade e a poesia das prosas. De início pensei que seria ocasião única, mas rapidamente me apercebi de que era recorrente à totalidade da obra ficcionada.

O resultado é uma prosa rica, densa e tensa, enovelando em diálogos simples e curtos um enredo que nos prende da primeira à última página e me levou a interrogar como é que fiquei órfão intelectual desde que acabei de traduzir o livro. As suas personagens e a sua escrita fazem de tal modo parte da minha vida que sinto uma espécie de síndrome de Estocolmo, fiquei cativo e apaixonei-me pelos captivos...e agora, como vai ser?

Já o outro livro intitulado *Santa Maria Ilha-Mãe* (editado em 2007) é uma viagem ao passado, permeada de nostalgia quase lírica e pela magia da infância e das suas cores simples, mas bem nítidas.

Fala-se de como os Açores conviveram com o isolamento ao longo dos séculos, dos ataques de piratas, uma ameaça constante a inculcar ainda mais vincadamente as

crenças de origem religiosa — numa ilha que felizmente não foi muito assolada por terramotos nem explosões piroclásticas. Essa *mundividência*, leva-nos naquilo que pode ser considerado o mais interessante guia ou roteiro turístico jamais escrito.

O próprio título gerou controvérsia, quer na versão portuguesa quer inglesa (*Santa Maria: Ilha-Mãe; Santa Maria, Island Mother*, ou como o próprio autor notaria: *Não se trata de mãe com valor de adjetivo, mas sim de dois substantivos, tanto mais que os liguei com hífen em Português. Como bem entendeu, uma ilha que é mãe também. Não é o caso de Ilha Verde, por exemplo...*

Diz-nos Daniel de Sá *O Clube Asas do Atlântico era um dos meus quatro lugares míticos. Os outros três, também sagrado um deles, eram a capela de Nossa Senhora do Ar, o Externato e o Atlântida Cine. Ainda hoje recordo exatamente o seu cheiro e todos nós - ao lê-lo - sentimos com ele, os cheiros, as cores e as toadas que nos descreve.*

Estes dois livros pertencem a um mesmo tempo, em que *falar do passado açoriano é, também, falar do seu presente, e referir-se ao presente é remeter inapelavelmente ao passado, o que mostra a unidade e a solidez de propósitos do livro*, como diria Assis Brasil, referindo-se ao notável e quase único traço constante de profundo humanismo que informa os textos. Todas as suas personagens, são de tal forma creíveis que nos sentimos transportados ao local e vivemos partilhando os sentimentos dos interlocutores.

Como magistralmente disse a escritora canadiana Ann-Marie MacDonald, ***A tradução, tal como a escrita, é uma arte e uma maestria, com um toque de alquimia. Quando o autor e o tradutor se reúnem, o resultado pode ser inspirador. As nuances traduzem a língua numa forma de arte.***¹¹

Assim, como tradutor desloquei-me, de novo à ilha em 2010 para conhecer as pedras, as casas e as ruínas do autor que em 2006 mal conhecia quando o comecei a traduzir e a quem aqui hoje rendemos preito. Calcorreei montes e vales, falei com gentes e saltei sebes e muros para ver de mais perto essa memória que criara a magia do livro *O Pastor das Casas Mortas*.

E a este respeito escrevia o autor em 2 / 9 / 2010

Emocionei-me mesmo, corisco adotivo dum raio. Eu sabia que facilmente descobririas a casa da Ribeira do Engenho bem como, mais facilmente ainda, as ruínas da casa do pastor de ovelhas, de cabras e de vacas. Aquela casinha da Ribeira do Engenho mantém-se tal e qual era há sessenta anos, quando nos mudámos para a de Santana, a tal que nunca tinha sido chamada casa antes de lá morarmos.

Um forte abraço, comovido. Daniel

Para, mais tarde nessa data, acrescentar

¹¹ "Translation, like writing, is both art and craft, with a touch of alchemy. When translator and author actually get to meet, the result can be inspired. Nuance is what translates language into art." Ann-Marie is a Toronto-based writer and actor. She has received accolades for her playwriting, acting and writing. Her play *Goodnight Desdemona (Good Morning Juliet)* won the Governor General's Award for Drama, the Chalmers Award for Outstanding Play and the Canadian Authors' Association Award for Drama. She won a Gemini Award for her role in the

film *Where the Spirit Lives* and was nominated for a Genie for her role in *I've Heard the Mermaids Singing*. Her first novel, *Fall on Your Knees*, was published in 1995 to much critical acclaim in Canada and abroad. Her latest book, *The Way the Crow Flies*, was shortlisted for both the Giller Prize and Governor General's Award

http://www.banffcentre.ca/programs/93_words/2007/bilic/past_programs.aspx



Apesar de tudo, tenho saudades daquelas pedras. Elas não tinham culpa de não terem qualquer nobreza. Nós demos-lhes a possível. De caráter, claro.

Obrigado. Obrigado. Um forte par de abraços.

Bastaram as fotos que eu tirara em Santa Maria às ruínas do Daniel como lhes chamei para provocar uma avalanche de recordações que vinham à tona como se tivessem ocorrido na véspera. Em 9 de outubro 2010, daniel.de.sa escrevia

... A Sr.ª Francelina e a Almerinda! Meu Deus, como me lembro bem delas! Pois é, e além daquilo tudo ainda cabia a máquina de costura! O que valia é que as mãos de minha Mãe eram tão pequeninas que quase não ocupavam espaço. Mas olha que eram mãos de fada, lá isso eram. Iam várias senhoras do Aeroporto lá a casa à costura. E havia raparigas que iam aprender. Aquele retangulozinho dava para tantas coisas e tanta gente! Até se dançava pelas festas principais do ano. E pendurava-se o porco ou deixava-se a carne em alguidares pelo chão, vigiada pela Durana (a cadela que se tornou uma lenda, como tu mesma pudeste constatar naquela conversa com um senhor antes da missa). Havia senhoras com o corpo assim mais para o menos bem feito que gostavam muito do trabalho de minha Mãe, que lhes ajustava o tecido ao corpo como se elas fossem manequins. Quando meu Pai morreu, tínhamos uns blocos de cimento que tinham sido feitos nos Anjos e estavam postos a secar no murinho do adro da ermida. A minha irmã ia comigo todos os dias regá-los para não racharem. E ninguém os roubou nunca! Eram para fazer uma casita, que a Câmara tinha autorizado usar os terrenos baldios em frente aos nossos pastos, numa parte larga da canada. Vendemo-los e serviram para pagar a renda desse ano ao menino José António Arruda. A dívida corrente de uma mercearia, nas Pedras de Santo Antão, ficou por pagar. Só a pude pagar cinco anos mais tarde. (Lembra-te de que vim só com o 4º ano.) Pedi a um compadre meu que passasse por lá, a perguntar quanto era a dívida, que eu iria em breve na minha primeira visita de saudade e queria pagá-la. Eram 900\$00. O dono da loja, que nunca imaginara poder receber aquele dinheiro, disse ao meu compadre: Ainda há gente séria neste mundo! Graças a Deus, não éramos dos piores... Mas que estou para aqui a dizer? Esta conversa não interessa a ninguém, só a mim e às minhas saudades. Culpa do Chrys, que me trouxe para aqui estas coisas memoráveis. Abraços. Daniel

Em 10 outubro de 2010, o autor voltava à carga emocional que as fotos das ruínas da sua velha casa em Santa Maria lhe inspiravam:

Vou falar só mais um pouco a propósito das fotografias do Chrys. Só lhes falta o cheiro. Foi precisamente do cheiro que mais falta senti, quando no verão de 2009 fui a Santa Maria depois de dezanove anos sem lá ter posto os pés. Os nossos pastos, sobretudo à volta da casa, eram amarelos e azuis da macela e do poejo. No resto a paisagem estava cheia de murta, giesta ou juncos. Arrotearam tudo. Ficou nem pasto nem jardim. Já não cheira. No Aeroporto, dos velhos cheiros, nada. Só um arzinho dele na casa da Ana [Loura]. A capela de Nossa Senhora do Ar ardeu, e foi substituída por aquela, muito parecida, mas de cimento. Resistiu a torre, que é de pedra, como pudestes ver. Meu Pai trabalhou na sua construção. Chegou a levar às costas uma pedra de duzentos quilos, que está lá, com certeza. Foi no alto daquela torre que meu

Pai me mostrou (a única vez que o fez) que ficara muito satisfeito com uma classificação minha. Só confessava a sua satisfação às escondidas, a minha Mãe. Creio que o dizia aos amigos. Ele pedira-me para eu ir fazer qualquer trabalho relacionado com as vacas. Eu tinha de estudar, porque ia haver chamadas orais de Francês, mas disse que não fazia mal, havia de me desenrascar. Meu Pai, que chegou a dizer que então iria ele, estava tão cansado que aceitou que eu fosse. No outro dia fui ter com ele ao cimo da torre, e perguntou-me de imediato: E então? Eu respondi: Tive quinze. Beijou-me, muito contente.

Aquelas silvas, em primeiro plano nas fotos das ruínas da casa, davam umas amoras diferentes de todas as que conheço. Embora gradas, não eram tão doces como as outras, e tinham uma pelica branca, muito ligeira, a cobri-las em parte. Em buracos das pedras daqueles muros as abelhas selvagens construam uns favos em barro (dois ou quatro) onde faziam um mel castanho, muito escuro, depositando um ovo em cada favo. Eu ia muitas vezes, mais um amigo da minha idade, à procura desses favos, a que chamávamos casulos. Abríamo-los com um espeto e chupávamos o mel trazido na ponta do próprio espeto. Esta espécie de abelhas é tão rara que o Dr. Virgílio Vieira, biólogo, que estuda esse tipo de bicharada cá nos Açores, nunca tinha ouvido falar delas. As matas do Aeroporto perderam o cheiro também. As árvores cresceram muito e são muito menos do que antigamente. O hotel também ardeu, não poderia cheirar como antes. O Clube Asas do Atlântico envelheceu tanto que lhe fizeram uns transplantes, pondo cimento onde havia madeira. Pronto, não se fala mais nisso. Eu teria praticamente uma história para cada foto, já disse. Mas poupo-vos.

Abraços. Daniel 10 outubro 2010

Não fiz esta segunda viagem à Ilha-Mãe como amigo do autor, mas como tradutor de um escritor que aprecio. Pode nunca ganhar a fama de um Prémio Nobel mas escreve para quem gosta de o ler e tem sido nossa missão nos Colóquios divulgá-lo e traduzi-lo. Muito há para fazer ainda neste campo mas para já convém partilhar convosco esta relação umbilical nunca cortada entre o autor e a ilha, e para isso nada melhor do que um texto do Daniel intitulado:

Santa Maria, uma declaração de amor

Considero-me um privilegiado quando me chamam mariense. Porque, como filho destas ilhas, tenho a sorte de ter pai e mãe. Foi meu pai São Miguel, minha mãe, Santa Maria. E, se pode ter-se dupla nacionalidade, por certo que poderá ter-se dupla insularidade.

Sou mariense, sim, e julgo que de pleno direito. Cagarro e santaneiro. O que foi outro privilégio, ter vivido em Santana. Mais de oito anos, depois de quatro por São Pedro, na casa do Sr. Armando Monteiro, e seis meses na Ribeira do Engenho, numa casinha que era toda ao pé da porta e tinha o telhado à altura do caminho.

De São Miguel saí ainda de cabelos compridos, de que guardo uma vaga memória mas somente do dia em que mos cortaram, já em São Pedro. Antes disso, e da ilha onde fui gerado e onde nasci, só sei o que me contava minha mãe. Tempo esse em que uma criança de dois anos podia andar pelas ruas e ir até longe, no longe relativo



do tamanho do corpo, sem deixar preocupado quem quer que fosse. Palmo e meio de pernas bastava para fugir facilmente das rodas de uma carroça ou de um carro de bois.

Muito cedo comecei a ser aluno da vida, em Santa Maria. Que belas lições recebi! Recordo a sabedoria de um povo a quem vi cavar um poço antes do tempo da sede. Aprendi a sua bondade em coisas tão simples como aquelas grandes pedras, postas ao alto à semelhança de pequenos menires, onde o gado ia roçar-se placidamente. A minha definição como pessoa começou a fazer-se com estes e com outros ensinamentos casuais ou espontâneos, sem pedagogia diplomada.

Pode parecer um contrassenso considerar um privilégio ter vivido em Santana, porque aquela era uma das aldeias mais rurais de Portugal. Nem havia sequer uma canada razoável que lhe fosse caminho. A que existia servia, em parte, como leito de uma ribeira, onde aflorava a rocha irregular posta a descoberto pela erosão. Durante séculos, foi a única via que levava a Vila do Porto. Maior isolamento do que aquele é difícil de imaginar. Ainda assim, em Santana nasceram e viveram pessoas de grande valor humano e social. Prodígios da superação.

De súbito, tudo mudou em 1945. Em Santana propriamente não, porque ela ficou imutável na sua rústica ancestralidade. Mas, mesmo ali ao lado, fora feito um aeroporto para ser um dos melhores e mais concorridos do Mundo. A Vila deixou de ser a principal referência, porque até na religião os de Santana se tornaram como que paroquianos da capela de Nossa Senhora do Ar, que antes fora lugar de culto de protestantes, católicos e judeus. Ia-se e vinha-se usando atalhos desenhados por milhões de passadas, cortados aqui e ali por muros que era preciso saltar. A aldeia isolada ficara a poucos minutos de um mundo novo e impensável. Mas aquela gente recebeu-o quase com a mesma naturalidade com que via nascer o Sol todos os dias, o Sol que gretava o solo árido no verão, depois de secos os lameiros do inverno. Aquela gente, que resistira à angústia da fome, numa penúria humilhante e indigna da condição humana. Como um pouco por toda a ilha, aliás. Mas que manteve uma dignidade bíblica, porque a dignidade é um estado de espírito mais do que uma afirmação social.

A nossa casa nunca fora chamada casa antes de lá morarmos. E, nesse tempo, era um absurdo pensar que quem tivesse menos de dezasseis anos não podia trabalhar. Não o proibía a lei, e a isso obrigava a necessidade de as mães não terem falta do que pôr na mesa à hora de comer. Apesar disso, não lamento nada da minha infância. Fui pastor de cabras, de ovelhas e de vacas. Cavalguei em pelo e sem esporas nem freio, como os índios. Nunca ninguém me ensinou a ter medo do dia nem da noite. Fui cowboy ou índio na mata de Monserrate e nas do Aeroporto. Mas não estraguei nenhuma árvore, nem os meus companheiros de aventuras. Conte histórias ao meu amigo Elias, e contava-me ele outra por cada uma das minhas. Matávamos o menor número possível de personagens, quer fossem índios ou bandidos. Apenas o essencial para haver vencedores e vencidos.

Entretanto, ia aprendendo em livros ou num quadro preto. Primeiro na escola de Santana. Com a D. Eduarda na 1ª classe, a D. Doroteia, na 2.ª, a D. Úrsula, na 3.ª, a D. Francisca, na 4.ª. Continuam a ser das minhas heroínas preferidas. Fizeram o milagre de me ensinar a ler, de explicar que povo somos e a que terra pertencemos.

Depois veio o Externato. Juntei à minha lista de heróis e de heroínas mais uns quantos predestinados para o bem e a sabedoria. Passei a pertencer também à geração do Cavaleiro Andante, sem dúvida a mais prodigiosa publicação juvenil que houve em Portugal. Não tínhamos dinheiro para livros nem revistas, por isso era o José Guilherme Correia que mo emprestava sempre. E alguns livros também, como o José Vieira Souto Martins, um amigo de que nada sei há meio século. Foi assim que pude ler Emílio Salgari, Mark Twain ou Enid Blyton.

E havia o Clube Asas do Atlântico. O Asas! Nunca ninguém me pôs na rua nem mostrou desagrado pela minha presença. Nem imaginavam o bem que me estavam fazendo. Ali ouvíamos os relatos do futebol e do hóquei das nossas alegrias patrióticas. Era onde eu tinha à disposição os principais jornais que se publicavam em Portugal. Um dos mais bem escritos era A Bola, e por isso, ao mesmo tempo que a rivalidade entre o Sporting e o Benfica era um dos principais fatores de unidade dos Portugueses, o desporto, contado naquele jornal que mudou tanto que se pode considerar extinto, era também uma lição de cultura. Não longe, o campo dos jogos épicos do futebol romântico de dois defesas, três médios e cinco avançados. Com o mítico Badjana a dar os últimos pontapés na bola, jogando pela equipa da Direção do Serviço de Obras, onde meu pai trabalhava. Depois veio outro clube, o de Gonçalo Velho, para o qual minha mãe e minha irmã bordaram os primeiros emblemas.

No entanto, a alegria suprema tinha lugar reservado no Atlântida Cine. O seu porteiro deixava muitas vezes as crianças entrarem sem pagar bilhete. Por isso o Sr. Cardoso faz parte da minha lista de heróis particulares. E o grito ó Cardoso, apaga a luz ainda ecoa nas minhas recordações como o anúncio de todas as claridades. Outro benfeitor de homens a haver. Na capela de Nossa Senhora do Ar aprendi o lado mais humano da vida. Aquele que pensa acima de tudo no que nos distingue dos irracionais. Se é certo que sem uma fé sobrenatural se pode ser boa pessoa, o cristianismo à maneira do Padre Artur é o testemunho do bem na Terra.

Mas qualquer pedaço de mundo vale pelo que vale a sua gente. A do meu tempo era feita destas e de outras figuras que marcaram o modo de ser de um tempo e de uma geração em que havia na ilha mais forasteiros do que naturais dela. Sorte nossa que a maior parte dos que em Santa Maria buscaram um pouco mais de fortuna ou um pouco menos de infortúnio eram pessoas de deixar saudades. Por isso o reencontro com velhos pioneiros dos tempos modernos da Ilha de Gonçalo Velho é sempre um momento de festa que dificilmente tem semelhança quando as amizades foram feitas por outras bandas.

O próprio aeroporto, começado a construir durante a guerra, acabou por ser um lugar de passagem para a paz. Se, em 1918, Franklin Delano Roosevelt escolheu Ponta Delgada para apoio ao transporte de tropas a caminho da Europa, por aquelas pistas passaram sobretudo soldados de regresso a casa. O nome de código da operação, Green Project, era ele mesmo uma declaração de esperança numa nova era.

Foi neste ambiente, um dos espaços nacionais onde mais se concentravam pessoas com ensino superior ou com uma cultura acima da média, que começou a germinar a minha vontade de fazer das palavras escritas um uso para além da obrigação de alguma



carta familiar. Sem Santa Maria, sobretudo sem o seu Externato, eu teria ficado pela 4.ª classe, tal como todos os rapazes que nasceram na Maia, em São Miguel, no mesmo ano que eu. Por um desses acasos que são difíceis de explicar, cresci logo nos primeiros anos de vida com uma curiosidade sem limites. Um dia, ainda antes de completar seis anos, perguntei a meu pai como é que se faziam versos. Ele era um improvisador de quadras e de histórias como poucos conheci na vida. Chegou a fazer o negócio de uma burra cantando ao desafio. E, nos intervalos do almoço, contava casos a homens da sua idade, mas tão interessados como crianças. Vi muitos filmes pelos seus olhos, ou ouvi-os da sua boca. Ele levou a sério a minha pergunta sobre poesia, e respondeu como se deve sempre responder a uma criança: dizendo a verdade das coisas como se se falasse ao adulto que a criança será um dia. Logo a seguir exercitei o meu novo conhecimento cantando para uma vizinha da minha idade, de que só guardo a memória de uns longos caracóis loiros. Sei que começava assim, esse que foi em rigor o meu primeiro poema: Sou Daniel / da ilha de São Miguel.

Era, sim, com a sorte de ser da Ilha-Mãe também. E nela vivia então um poeta que fez parte do meu imaginário, e de quem eu muito quis ser imitador: Lopes de Araújo. Não tive a sorte de ser seu aluno, mas a ânsia de alcançar um estatuto semelhante ao seu foi talvez o maior impulso que me levou a dedicar-me à escrita.

Mas Santa Maria veio a ser para mim cenário de drama também. Numa certa manhã, os responsáveis pela Direção do Serviço de Obras estavam reunidos para despedir pessoal. O critério escolhido foi o de optar pelos trabalhadores com menos filhos. O nome do meu pai foi um dos primeiros a serem falados, porque éramos só minha irmã e eu. Minha irmã não estudara porque as propinas equivaliam a um terço do ordenado de meu pai. Que levou um ano a decidir se eu deveria frequentar ou não o Externato. Acabou por resolver-se pela positiva, e eu reví a gramática da 4.ª classe, feita um ano antes, estudando-a enquanto vigiava as vacas. Valeu-nos que nunca paguei propinas no colégio, como chamávamos ao Externato.

O Miguel Côrte-Real, esse homem da linhagem dos primeiros povoadores e a quem Santa Maria muito deve, não concordou com a ideia, alegando que eu estudava, e que meu pai e minha mãe, costureira, se sacrificavam a trabalhar mais do que podiam para eu ter aquele privilégio. Estava a questão por decidir quando chegou um funcionário com uma notícia dramaticamente irónica. Meu pai acabara de deixar vago definitivamente o seu lugar na vida.

Este é o autor que primeiro descobri e traduzi. Depois dele viriam Dias de Melo, Caetano Valadão Serpa, Onésimo de Almeida, Mário Moura, Álamo Oliveira, Fernando Aires, Eduíno de Jesus, Urbano Bettencourt, Cristóvão de Aguiar, Victor Rui Soares, Vasco Pereira da Costa e Eduardo Bettencourt Pinto e muitos outros que fui lendo e traduzindo, a todos creio que posso dizer que conto com eles como amigos especiais e companheiros. Cheguei a esta idade sem nunca ter tido um autor amigo embora amigos tivesse que eram autores. Foi com eles - e com muitos outros que aqui não nomeio por desfazio - que cresci a apreciar e a ler autores de matriz açoriana.

Por Daniel de Sá ter sido o primeiro que traduzi quis vir aqui homenageá-lo na terra que ele me deu a conhecer nesse seu livro. Propus até que designassem uma rua com

o seu nome ou como ele sugeriu que a CMVP desse o nome de Santa Maria Ilha-Mãe a uma rua. Por ter sido ele o primeiro foi ele um dos primeiros que levei nessa jornada dos colóquios pelo mundo, para que fosse traduzido em várias outras línguas como o Búlgaro, Russo, Romeno, Polaco, Esloveno, Italiano e Francês. Está aqui presente a sua tradutora búlgara, a Ilyana Chalakova, uma das muitas que associada aos colóquios da lusofonia, rapidamente se apaixonou por essa escrita singular.

Por mais que não queiram os seus autores ali vive a todo o instante a palavra mar. Essa a onnipalavra que jamais se desvanece também nos poemas de Vasco Pereira da Costa e de Eduardo Bettencourt Pinto, ambos aqui presentes, e mesmo quando Daniel de Sá escreve sobre montes e vales das Beiras.

Aliás Daniel disse que aqui bem perto na Ribeira do Capitão e na Praia dos Lobos as arribas praticamente desaparecem oferecendo a ilha a quem vem do mar. E esta ilha, nós, que somos corsários das palavras, a tomamos como nossa para todo o sempre para que seja partilhada entre todas as pessoas de bem e de boa vontade desfaldando bem alto esta bandeira da Lusofonia que por todo o mundo erguemos como se fora um Padrão dos Descobrimentos. Obrigado Daniel e obrigado Ilha-Mãe.

1004. VOLITANDO

*Vieram os deuses
plantaram ilhas
onde dantes havia água
uma era Ilha-Mãe,
havia a Mãe-Ilha,
outra Marilha,
a Ilha Menina
a Ilha-Filha
nove irmãs
filhas de Posídon e de Afrodite
nascidas da espuma do mar*

*nos montes verdes
rugiam dragões
cuspiam fogo
tremiam os chãos
secavam ribeiras
vomitavam magma
choviam trovões
de Tor filho de Ódin
esquecido das gentes e animais*

*pobres escravos e colonos
amanhadores de rochas e fomes
desbravadores de mínguas
crentes e temerosos*



*orando promessas seculares
criam no destino e sabiam-se culpados
ainda hoje penam
com liberdades que não pagam dízimos
votam com os pés da emigração
a libertação de todas as cangas
mas voltam sempre
romeiros em promessas várias
açorianos até ao tutano
sem alforrias nem autonomias
perenes escravos destas ilhas
escrevem a história que poucos leem*

É graças a esse autor que traduzi e hoje, aqui homenageamos, que os Colóquios se arvoraram em paladinos da literatura de matriz açoriana, encarregues de atravessarem mares nunca dantes navegados e chegarem a leitores insuspeitados em línguas diversas que também aí se faz a Lusofonia em que acreditámos.

Lomba da Maia, 4 maio 2011

ALGUMA BIBLIOGRAFIA

- Sá, Daniel. (1988) *Bartolomeu* (teatro), edição da D.R.A.C. Angra do Heroísmo:
Sá, Daniel. (1990) *Um Deus à Beira da Loucura* (novela), edição da D.R.A.C., Angra do Heroísmo.
Sá, Daniel. (1992) *Ilha Grande Fechada* (romance), ed. Salamandra, Lisboa, 1992, 2ª ed. Ponta Delgada Ver Açor 2010
Sá, Daniel. (1995) *Crónica do Despovoamento das Ilhas (e Outras Cartas de El-Rei)* (crónicas históricas), ed. Salamandra, Lisboa, 1995:
Sá, Daniel (1997) *E Deus Teve Medo de Ser Homem* (novela), edição Salamandra, Lisboa, 1997:
Sá, Daniel (1999) *As Duas Cruzes do Império – Memórias da Inquisição* (romance), edição Salamandra, Lisboa, 1999:
Sá, Daniel, (2007) *O Pastor das Casas Mortas* (novela), edição Ver Açor.
Sá, Daniel, 2007 *Santa Maria a Ilha-Mãe* ed. Ver Açor
Sá, Daniel, 2009 *S. Miguel a ilha esculpida*, ed. Ver Açor
Sá, Daniel, 2009 *Peregrinos do Senhor Santo Cristo dos Milagres* (ensaio histórico), edição Paulus Editora, Lisboa
Sá, Daniel, 2010, *Terceira Terra de Bravos* ed. Ver Açor

6. CONCHA ROUSIA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA, GALIZA

CONCHA Rodríguez PÉREZ,

Nascida o **04-10-1962**, em **Covas** (Os Brancos, Galiza)

Psicoterapeuta. Licenciada em 1995 em psicologia **pola Univ. de Santiago de Compostela, especialidade em psicologia clínica.**

Master in Science, Marriage and Family Therapy, Univ. de Maryland, USA, 1999. Tese de graduação intitulada **Multilingualism and psychotherapy.**

Vice-secretária da Academia Galega da Língua Portuguesa e cofundadora da mesma em 2008.

Membro da Associação Galega da Língua desde 2004.

Membro da associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa.

Presidente pela parte galega do Instº Cultural Brasil Galiza, fundado em 2009 e apresentado publicamente em Santa Catarina em março de 2010 e em Madrid em outubro deste mesmo ano.

Membro da Junta Diretiva da Ordem dos Psicólogos da Galiza, e Coordenadora da Comissão Cultural, desde onde, entre outras atividades criou o Prémio Literário 'Rosa de Cem folhas' que vai pela sua quarta edição.

PUBLICAÇÕES:

- **As Sete Fontes**, Romance publicado em 2005, formato e-book pola editora digital portuguesa ArcosOnline, Arcos de Valdevez, Portugal.
- **Dez x Dez** 2006, Antologia poética, Abrente Editora (Galiza).
- **Cem Vaga-lumes** Obra composta por 16 haikus premiados e publicados polo Concelho de Ames, ano 2006.
- **Herança**, Conto publicado em 2007 em *Rascunho* (Jornal de literatura do Brasil), Curitiba, Brasil.
- **Primeira Antologia do Momento Lítero Cultural**, em formato digital. 2007, Porto Velho, Brasil.
- **Nas Águas do Verso**. Antologia. 2008, Porto, Portugal.
- **Antologia do XXII Festival de Poesia do Condado**. 2008, Gráficas Juvia.
- **Poeta, Mostra a tua Cara**. Antologia. 2008, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Volume 7 da Coleção **Poesia do Brasil**, correspondente ao XV Congresso Brasileiro de Poesia, que se celebra em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Tem publicado **poemas e outros textos** em diversas revistas galegas como *Agália* ou *A Folha da Fouce*; e em jornais como o *Novas da Galiza*, *Galicia Hoxe*, *A Nosa Terra*, *Portal Galego da Língua*, *Vieiros*, e em brasileiras como *Momento Lítero Cultural*.
- **Agora Já Não é Nada: Narrativa da desfeita**, Lethes 2007. É uma análise do significado da perda das funções que mantinham os espaços comunitários que desapareceram com a desarticulação da cultura tradicional.
- **Um dia**. Publicado em *A Nossa Terra*; 2006. Uma análise da violência de género.
- **Mudança de Narrativa Linguística**, Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa 2008.

PRÉMIOS

- Prémio de Narrativa do Concelho de **Marim**, 2004, Galiza.



- Prêmio de poesia do Concelho **Ames**, 2005, Galiza.
- Ganhadora do **Certame Literário Feminista do Condado**, 2006, Galiza. Com o romance *A Língua de Joana C.*

Colaboradora dos Colóquios da Lusofonia. Em março de 2010 participou na Comitiva Oficial do 13º Colóquio na sua visita à Academia Brasileira de Letras, onde deu uma palestra para falar da participação da Galiza nos Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa. Em 2011 fez parte da comitiva oficial do 15º Colóquios a Macau.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.



O CONTRIBUTO DA GALIZA PARA O ACORDO ORTOGRÁFICO E O VOCABULÁRIO COMUM CONCHA ROUSIA AGLP – ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA TEMA 3.1

A Galiza esteve desde sempre vinculada com a Lusofonia; este vínculo não se pode resumir apenas no fato de partilhar língua, mesmo que esse seja o aspeto cultural mais destacável. A língua é ademais o veículo pelo que outras manifestações culturais acontecem, e o fato de na Galiza ter-se escolhido por parte das autoridades correspondentes, Junta da Galiza e Real Academia Galega, uma ortografia que difere da ortografia da escrita na Lusofonia, faz mais difícil ver os nexos e acontecimentos culturais comuns que a Galiza mantém com a Lusofonia.

Neste trabalho tratar-se-á de ver como a Galiza está envolvida no AO 1990 numa relação ou vínculo entre a Galiza e a Lusofonia.

A língua própria da Galiza é o português galego ou, entre nós, simplesmente galego. Sabemos que essa língua se formou a ambos lados do rio Minho e da Raia seca, naquilo que naqueles recuados séculos era a Galiza lucense e a Galiza bracarense: ambas são igualmente berço da língua. Testemunho brilhante dessa língua comum são os Cancioneiros medievais que chegaram até nós, ditos galego-portugueses em denominação moderna, pois na época essa língua era a galega, que só depois veio a denominar-se portuguesa ao sul da Raia, consequência duma separação política.

Sabemos também que essa nossa língua teve depois um venturoso florescimento e expansão para o sul e o ultramar, levada pelos nossos irmãos portugueses. Ao norte

dessa Raia, ela entrou no declínio que denominamos “os séculos obscuros”, substituída pelo castelhano na administração pública, na igreja, e até na criação literária. Mas ela permaneceu viva nos beijos do povo, que a conservou como língua própria, de comunicação e de identidade comunitária, como também em beijos dos poetas populares do Ressurgimento do século XIX. E só modernamente, depois duma terrível guerra mal chamada civil, ela começou a se perder, ou então a se misturar com o castelhano numa mixórdia que costumamos chamar de “castrapo”.

É verdade que a língua foi cultivada timidamente nos anos desse pós-guerra, mas só com a chegada da democracia, depois da morte do ditador Franco, ela recuperou algumas posições no ensino, na administração, na igreja, e floresceu também na criação literária. Contudo, foi profunda a pegada do longo período franquista, fazendo por um lado com que uma classe média emergente desertasse da sua língua para adotar a castelhana, e pelo outro que parte dos criadores literários, a miúdo ditos de esquerda, adotassem como genuína uma fala apenas oral, mal recolhida dos beijos do povo, e já muito aculturada pela língua dominadora do Estado Espanhol.

Essa, digamos, tendência “populista”, quer fosse genuína ou não, foi aproveitada nos anos imediatamente anteriores e posteriores à denominada transição democrática (fins dos anos 70 do século derradeiro) para se tentar impor como normativa uma mistura galego-espanhola, grafada com ortografia castelhana, destinada ao ensino e à nascente administração autonómica, numa mescla que era fácil para os funcionários castelhano-falantes. Esse intento de imposição, feito por Decreto e por funcionários do Estado Espanhol nos começos dos anos 80, foi o catalisador para se despoletar um conflito linguístico, que perdura até hoje, entre os partidários do galego-espanhol, apoiados pelo Estado, e aqueles que reataram os laços, nunca totalmente esquecidos, com a velha tradição linguística galego-portuguesa.

Com efeito, já desde o Ressurgimento se veio manifestando no dito galeguismo o desejo de recuperar aquela tradição autóctone, considerando os seus cultivadores que essa era a língua própria e genuína da Galiza, nela escrevendo as suas obras e impulsionando o conhecimento do português ao sul da Raia. Esse movimento, ainda pouco desenvolvido, foi em todo o caso truncado, como foi dito, pela guerra, mas foi recuperando o impulso no pós-guerra, e finalmente tornou-se movimento cívico nos anos 80, sobretudo nas camadas mais jovens e conscientizadas da população. É o movimento chamado reintegracionista, hoje felizmente florescente, embora com a aberta oposição dos funcionários do Estado Espanhol, mormente da direita herdeira do franquismo, mas também dalguns velhos intelectuais galegos duma esquerda já ultrapassada: esta derradeira é a tendência dita isolacionista, que diz acreditar num galego totalmente independente do português.

O isolacionismo tem hoje o seu núcleo mais duro nos denominados Instº da Língua Galega e Real Academia Galega (1), cujos membros são em muitos casos os mesmos, e que em teoria assessoram o governo galego autónomo; por isso é às vezes chamado de oficialismo. Na oposição, o movimento reintegracionista cristalizou naqueles anos em entidades independentes, tais como a Associação de Amizade Galiza-Portugal, a Associação Galega da Língua, as Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, e outras.



Cumpra acrescentar aqui que as diferenças entre o isolacionismo e o reintegracionismo não se reduzem à uma simples ortografia, como amiúde pretendem os que querem tirar importância ao conflito, mas afetam radicalmente a toda a língua, na sua morfologia, léxico, sintaxe e fonética, campos todos nos que a castelhanização massiva faz com que a expressão dos funcionários autonómicos se torne irreconhecível como galega ou portuguesa da Galiza.

Participação galega no Acordo Ortográfico

Como, então, conseguiu a pequena e submetida Galiza romper esse cerco político que a estrangulava, e voltar ao seio da Lusofonia, que de sempre por ela esperava de braços abertos? Como conseguiu participar nas negociações dum Acordo Ortográfico que, segundo os isolacionistas, não lhe diz respeito?

A participação galega nas negociações do atual Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa tem os seus antecedentes nas iniciativas do professor português Manuel Rodrigues Lapa nos anos 30 do século passado (2), que tiveram eco na Galiza nos membros do Seminário de Estudos Galegos, das Irmandades da Fala históricas e da denominada Geração Nós, mas que ficaram goradas pela rebelião militar que provocou a guerra da Espanha.

Nos anos 50 passa o protagonismo ao professor galego Ernesto Guerra da Cal, exilado desde o fim da guerra em Nova Iorque e justamente considerado iniciador do reintegracionismo contemporâneo com a sua alta produção literária e científica; ele já participara “como galego”, por convite português, numa comissão preparatória do Acordo Ortográfico de 1945, no Rio de Janeiro (3).

Ainda nos anos 70, o incansável M. Rodrigues Lapa nos lembrava a velha unidade galego-portuguesa no seu soado artigo “A recuperação literária do galego” (4), que põs a questão em termos da recuperação da literatura galega para a Lusofonia. (Digamos entre parênteses que o saudoso Rodrigues Lapa não era nenhum “imperialista linguístico”, como foi injustamente acusado por algum intelectual marxista galego, que hoje está na Real Academia Galega. Muito ao contrário, ele tinha a honra chamar-se “galego de Anadia”, por considerar que nos seus confins o velho reino galécio chegava até ao rio Mondego).

Enfim, não se conseguindo então o Acordo, e já nos anos 80, foram convocadas para 1986, e por convite do Brasil, sessões de debate e negociação dum novo Acordo Ortográfico da Ortografia Simplificada, na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, membros das Irmandades da Fala modernas (5) realizaram no 1984 gestões com Guerra da Cal, Lindley Cintra, Celso Cunha, Malaca Casteleiro, Jacinto Nunes, a Academia das Ciências de Lisboa, a Academia Brasileira de Letras, e as embaixadas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, para continuar a presença e participação galegas nessas sessões, que foram iniciadas por Guerra da Cal.

Foi então constituída uma Comissão que viria a ser legalizada em ambos os Estados ibéricos como Comissão Galega do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, presidida

por Ernesto Guerra da Cal e integrada, entre outros, pelos académicos galegos Jenaro Marinho, Valentim Paz-Andrade, os professores Isaac Alonso Estraviz, António Gil Hernández e José Martinho Montero Santalha, como também por José Luís Fontenla e eu próprio (6). O secretário da Academia Brasileira de Letras, Antônio Houaiss, convidou então E. Guerra da Cal, como Presidente da Comissão Galega, para participar como observador pela Galiza no Encontro Internacional de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa do Rio de Janeiro. Na impossibilidade, por razões familiares, de se deslocar ao Rio, Guerra da Cal delegou as suas atribuições numa delegação de observadores da Galiza, que participou nas sessões de trabalho no 1986 (7).

Aquela participação foi reconhecida pelas outras delegações, por iniciativa dos países africanos, no seguinte comunicado: “As delegações de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Brasil ao Encontro de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa, realizado no Rio de Janeiro, na Academia Brasileira de Letras, de 6 a 12 de maio de 1986, agradecem o assíduo comparecimento às suas sessões dos observadores da Galiza, escritor José Luís Fontenla, professora Adela Figueroa e professor Isaac Alonso Estraviz, em representação do professor Ernesto Guerra da Cal, bem como do observador da União Latina, professora Rogéria Cruz. / Rio de Janeiro, 12 de maio de 1986” (8).

O Acordo do Rio não vigorou, como sabemos, mas por fins dos anos 80 foi retomada a iniciativa para uma reunião dum novo Acordo e, no 1990, o Prof. Dr. Manuel Jacinto Nunes, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, enviou uma carta à Comissão Galega do Acordo, comunicando: «solicitamos, pois, a presença de dois representantes galegos, para tomarem parte, como observadores, na mencionada reunião em Lisboa, de 8 a 12 de outubro de 1990» (9). Esta delegação galega de observadores estava composta por José Luís Fontenla e António Gil Hernández, que participaram nas reuniões de trabalho e colaboraram na redação do texto definitivo do Acordo Ortográfico, nele incluindo os “galeguismos” *brêtema* e *lôstrego* entre 19 exemplos de proparoxítonas com vogal tónica fechada (na *Base XI 2º a*), tirados do Prontuário Ortográfico das Irmandades da Fala (10). O comunicado que, em nome dos Estados lusófonos, anunciava o Acordo da Ortografia Unificada de 1990, dizia assim: “As delegações de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Portugal com a participação de uma delegação de observadores da Galiza, reunidas em Lisboa [...]”, e assim foi recolhido também no Diário da República portuguesa, na Resolução da Assembleia que aprovava o Acordo para ratificação: “com a adesão da delegação de observadores da Galiza” (11).

Posição galega a respeito do Acordo

Não tendo um Estado próprio, a Galiza foi, contudo, reconhecida como observadora no Acordo Ortográfico, no que implicitamente se reconhece o seu Léxico, por via dos citados “galeguismos”. E talvez seja este o lugar para mencionar que nalgumas Bases do Acordo são consagradas, com bom critério histórico-etimológico, algumas distinções gráficas que na Lusofonia em geral não têm de regra distinção fonética, mas sim na



nossa variante galega. Só um par de exemplos (mas há mais): a distinção gráfica entre *ch* e *x*, que entre nós é também distinção fonética: /tʃ/ e /x/, por exemplo “cheque” (bancário) e “xeque” (árabe), “bucho” (pança), “buxo” (planta); e distinção entre *e/i* e *o/u* átonos, por exemplo “cardeal” (prelado) e “cardial” (rel. à cárdia), “área” (de superfície) e “ária” (de ópera), “moral” (de moralidade) e “mural” (de muro), “soar” (fazer som) e “suar” (ter suor), “pontoar” (pôr pontões) e “pontuar” (pôr pontos), etc. (12)

(Talvez caiba aqui mencionar parenteticamente que a variante galega da língua portuguesa tem ainda algumas outras, digamos, “peculiaridades” próprias que se mantêm numa forma mais tradicional e histórica, sem deixar de subsistir dentro da virtualidade estrutural do sistema linguístico comum. Tais são, por exemplo, alguns pontos do sistema pronominal, ou verbal, ou fonológico, formas que podem ser percebidas talvez como pertencendo a uma etapa anterior da nossa língua, mas que, na oralidade como na escrita, podem contribuir com um “sabor de língua” antigo ou nortenho à sua beleza expressiva. Não incidem, em senso estrito, na aplicação do Acordo, mas talvez mereçam alguma consideração entre os seus signatários, caso se vierem a tratar ainda no futuro algumas questões técnicas marginais ao seu respeito. Poderíamos considerar esta a “posição galega”, ou da AGLP, sobre o Acordo) (13)

O contributo galego hoje

A Galiza então, por via dos seus cidadãos reintegracionistas, continuou a movimentar-se em prol da reintegração na língua comum, e no ano 2008 foi fundada a Academia Galega da Língua Portuguesa, uma de cujas comissões, a Comissão de Lexicologia e Lexicografia, já elaborou um Léxico da Galiza, para se integrar no Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, e que já foi incorporado aos vocabulários da Porto Editora, e do corretor informático FLiP 8. (14)

Além da mencionada Comissão de Lexicologia e Lexicografia, a Academia Galega da Língua Portuguesa tem uma Comissão de Gramática, uma Comissão de Publicações de Clássicos da Galiza (15), uma Comissão de Relações Internacionais, e uma Comissão de Informática. Publica um Boletim (16), assina Protocolos de Colaboração e Apoio Recíproco com instituições similares da Lusofonia e outros âmbitos linguísticos, realiza Seminários de Lexicologia, participa em congressos, encontros da Lusofonia, homenagens a vultos lusófonos. Tem ainda em andamento o projeto do Dicionário Galego da Língua Portuguesa, dirigido pelo professor Isaac Alonso Estraviz, que com perto de 130 000 entradas é o mais completo dicionário galego (17). Colaborou também noutras edições na Galiza, entre elas uma moderna edição portuguesa do clássico galego “Sempre em Galiza”, o ideário do líder galeguista A. R. Castelão. (18)

Ferramentas informáticas da AGLP

Entre as ferramentas informáticas, podemos mencionar o seu Portulano de recursos, e o Arquivo Digital (19). Este Arquivo Digital da Academia Galega da Língua

Portuguesa visa ser um repositório de materiais digitalizados acerca da língua portuguesa na Galiza e da cultura galega em geral. Conterá materiais de texto, áudio, vídeo e imagem em formatos padronizados comuns (o material estará protegido pelas licenças *Creative Commons*, permitindo-se o seu livre acesso, utilização, distribuição e cópia sem alterações e com atribuição da fonte original). Estará albergado num servidor da Internet dedicado, a cargo da AGLP e organizado com a ferramenta *DSpace* de catalogação e acesso. A parte mais cumprida do Arquivo será o material audiovisual dos numerosos eventos comunicativos públicos de diversos géneros (palestras ou relatórios, mesas redondas, entrevistas, debates, lançamentos editoriais, recitais) à volta da situação da língua da Galiza, na sua relação com o resto da Lusofonia e no seu conflito sociolinguístico atual com o espanhol, ou em torno da cultura, literatura ou política. O Arquivo assegurará em todos os casos o caráter público e isento de restrições de distribuição dos materiais. Com a sua apresentação organizada, pretende-se oferecer ao público, aos pesquisadores e às instituições dados de primeira mão para o conhecimento não só da situação social da língua portuguesa na Galiza mas também dos aspetos formais e estruturais das suas diversas realizações orais e / ou escritas.

O futuro

Continuam, naturalmente, os trabalhos diversos da AGLP, bem como da Associação Pró-Academia Galega da Língua Portuguesa, que apoia a Fundação AGLP. Mencionemos, de imediato, que se tem projetado, para os dias 11-12 de outubro, um Congresso dedicado ao saudoso Ernesto Guerra da Cal, com o fim de salientar o seu papel fulcral na participação galega no Acordo Ortográfico, assim como a vida, a obra e o exemplo cívico deste grande vulto galego, que viveu e morreu no exílio desde o fim da guerra civil, e cujas cinzas repousam hoje em solo português. (20)

Muito mais se poderia dizer, é claro (21), mas seja isto suficiente para apresentar um panorama da problemática linguística galega hoje, bem como da posição da nossa Academia a esse respeito. Carlos Durão, agosto 2011

(1) Originalmente os seus nomes estavam na língua do Estado espanhol: *Instº de la Lengua Gallega* e *Real Academia Gallega*, como também muitas das suas publicações estavam em espanhol

(2) “Para esta indispensável aproximação é necessário em primeiro lugar reformar a ortografia galega no sentido da nossa ortografia oficial, sempre que isso seja possível, que quase sempre o é” (*Diário da Noite*, Lisboa, 24 agosto 1932; recolhido em *Estudos galego-portugueses*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1979, p. 20); “O acordo filológico entre as duas regiões seria coisa fácilima, não precisando sequer da intervenção oficial: bastava um entendimento entre o Centro de Estudos Filológicos e o Seminário de Estudos Galegos” (*Seara Nova*, nº 425, 1935, pp. 261-262; depois em “António Sérgio e o problema da língua literária”, *Estudos galego-portugueses*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1979, p. 121)

(3) “Pensa ele [Guerra da Cal], e muito bem, que devíamos fazer uma reunião



entre portugueses, brasileiros e galegos, para lançar as bases de uma reforma ortográfica” (Carta do Rio, de M. Rodrigues Lapa, na altura exilado no Brasil, a F. Fernández del Riego, da editora galega Galaxia, 15 novembro 1958: em *Cartas a Francisco Fernández del Riego sobre a cultura galega*, de Manuel Rodrigues Lapa, 2001, Ed. Galaxia); Guerra da Cal participou, também como galego, no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros na Baía em 1959, no V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros em Coimbra em 1963, e no I Simpósio Lusobrasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea na Univ. de Coimbra em 1967

(4) Revista *Colóquio / Letras*, Lisboa, nº 13, 1973, pp. 5-14; reproduzido na revista *Grial*, nº 41, 1973, pp. 278-287 (e depois em *Estudos galego-portugueses*, op. cit., pp. 53-65)

(5) José Luís Fontenla e Carlos Durão

(6) Na constituição da Comissão, em 1985, entrevistaram o prof. Dr. Fernando Alves Cristóvão (presidente do ICALP), o prof. galego Dr. Carvalho Calero e o prof. moçambicano Dr. Luís A. Polanah.

(7) A delegação estava integrada por Isaac Alonso Estraviz, José Luís Fontenla e Adela Figueroa; a delegação de funções por Guerra da Cal foi feita a I. A. Estraviz (pode ver-se a reprodução fac-similar da carta em: I. A. Estraviz, "Estudos filológicos galegoportugueses", Alhena Eds., Madrid, 1987, entre as pp. 80 e 81; estava previsto irem às sessões V. Paz-Andrade e C. Durão, mas, por razões familiares, eles não se puderam deslocar ao Rio

(8) Assinavam, por Angola, a professora Maria Luísa Dolbeth Costa, por Cabo Verde o embaixador Corsino Fortes, por Moçambique o professor Luís Filipe Pereira, por Portugal o professor Manuel Jacinto Nunes, por São Tomé e Príncipe o professor Albertino Homem dos Santos Sequeira Bragança, e pelo Brasil o académico Austregésilo de Athayde. Pode ver-se a reprodução fac-similar na p. 127 de "O Acordo Ortográfico e a Lusofonia", Vol. III de Linguística, Sociolinguística e Literatura Galaicolusobrasileira e Africana de Expressão Portuguesa, Fundação Europeia Viqueira, Instº de Estudos Lusogalaicos, *Temas de O Ensino*, nºs 11-13, Ponte Vedra-Braga, 1987 (vide <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=194229323954773&set=a.194229277288111.50956.100001031212338&type=1&theater>, e <http://www.lusografia.org/ao/fotos-acordo-86.htm>); também em *O Ensino* (nºs 14-17, 1986, pp. 278-279) figura o documento de "Adesão da Comissão da Galiza" ao Acordo (<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=204852386225800&set=a.204852356225803.55291.100001031212338&type=1&theater> e <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=204853622892343&set=a.204853599559012.55292.100001031212338&type=1&theater>); p. 174, *NÓS*, Revista internacional galaicoportuguesa de cultura, nºs 4-6, Ponte Vedra-Braga, 1987 (aquela "iniciativa dos países africanos" era justa correspondência à insistência do

Presidente das Irmandades da Fala J. L. Fontenla de que fossem convidados ao Rio todos os países lusófonos, os países africanos incluídos)

(9) J. L. Fontenla, "O Acordo Ortográfico 1990 - Crónica de uma semana de 5 dias", II Congresso Internacional de Literaturas Lusófonas, *NÓS*, Revista da Lusofonia, Ponte Vedra-Braga, 1994, nºs 35-40, p. 136 (reprodução fac-similar:)

(10) Prontuário Ortográfico das Irmandades da Fala, nºs 2 / 3 de *Temas de O Ensino*, Ponte Vedra-Braga, 1984 (consultar-se na Rede atualizada e muito ampliada em: <http://lusografiacarlosdurao.blogspot.com/>)

(11) assinavam, por Angola, Filipe Silvino de Pina Zau, pelo Brasil Antônio Houaiss e Nélda Piñon, por Cabo Verde Manuel Veiga, pela Guiné-Bissau Antônio Lopes Júnior, por Moçambique Maria Eugénia Paiva Cruz, por São Tomé e Príncipe João Hermínio da Silva Pontífice, e por Portugal Manuel Jacinto Nunes; in I Congresso Internacional de Literaturas Lusófonas, *Nós*, revista da lusofonia, Ponte Vedra-Braga, 1990 / 91, nºs 19-28, entre p. 470 e 473 (vide <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=194229340621438&set=a.194229277288111.50956.100001031212338&type=1&theater>); e no Diário da República – I Série - A, nº 193, 23-8-1991, p. 4370, publica-se a Resolução da Assembleia da República nº 26 / 91 (<http://dre.pt/pdf1sdip/1991/08/193A00/43704388.pdf>), aprovando o Acordo para ratificação, e mais uma vez mencionando: "com a adesão da delegação de observadores da Galiza", *ibid* (na Galiza, o Acordo foi adotado por algumas organizações não governamentais, mas não, é claro, pelas instituições da Comunidade Autónoma, dependentes do Estado espanhol)

(12) *BASE III: DA HOMOFONIA DE CERTOS GRAFEMAS CONSONÂNTICOS;*

BASE V: DAS VOGAIS ÁTONAS; poder-se-ia dizer nesses casos que o Acordo Ortográfico tem um rendimento fonológico maior para a variante galega do que para outras lusófonas, mas noutros casos é ao contrário (como no caso da distinção oral entre "b" e "v"), ou até ambos na mesma palavra (é o caso de "voo" e "voou" (de voar), "vou" (de ir), "bou" (barco de pesca), e outros); o que é outra maneira de dizer que as variantes que cabem no Acordo precisam umas das outras para lhe dar sentido pleno

(13) seria o caso de, p. ex., a diferenciação entre os pronomes pessoais "te" e "che" com valor de acusativo ou objeto direto, e dativo ou objeto indireto, respetivamente; ou do alofone / η / em "uma / ũa / uŋa" e derivados; ou dos chamados perfeitos fortes: "fizo" ou "fezo" por "fez", "trouxo" por "trouxe"; ou da preservação dos plurais etimológicos: verão / verões, aldeão / aldeãos, guardião / guardiães, refrão / refrães; da distinção oral na 3ª pess. pl. entre o pret. perfeito e o mais-que-perfeito: "falou / falaram" (pronunciado "falárom: faláron"), "falara / falaram" (pronunciado "falaram: faláraŋ"); a preferência por formas como "dous", "cousa", "imos", etc.

(14) Porto Editora, Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, 2009; FLiP:



(15) p. ex. o clássico “Cantares Galegos”, de Rosalía de Castro, a denominada poeta nacional galega)

(16) que vai pelo nº 4 (também publica os Anexos)

(17) versão pré-Acordo na Rede <http://www.estraviz.org/>

(18) nele escreveu o autor: “O galego é um idioma extenso e útil, porque -com pequenas variantes- fala-se no Brasil, em Portugal e nas colónias portuguesas” (pp. 41-42 de *Sempre em Galiza*, Eds. Galiza, Centro Galego de Buenos Aires, 4ª ed., 1974; 1ª ed. de 1944); e: “A nossa língua está viva e floresce em Portugal” (*ibid.*, p. 241) (*vide* <http://www.pglingua.org/agal/atraves-editora/2692-sempre-em-galiza-inaugura-atraves-de-nos>)

(19); <http://www.academiagalega.org/>

(20) a AGLP dedicou-lhe o site: <http://querradacal.academiagalega.org/>, como antes fizera com o professor R. Carvalho Calero: <http://carvalhocalero.academiagalega.org/>

(21) por exemplo os esforços por incluir a Galiza como observador no Instº Internacional da Língua Portuguesa e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Anexo gráfico



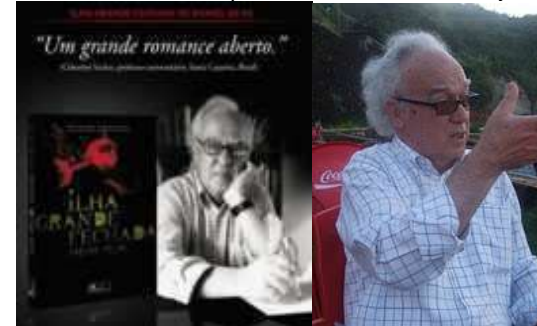
(Configurador do Flip8, que inclui a opção do português da Galiza)

(a CPLP incluiu a nossa bandeira no meio das outras da Lusofonia na reunião da Cidade da Praia, Cabo Verde, 20 de julho de 2009: é também imagem emblemática das Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, utilizada pela primeira vez com ocasião da constituição da Comissão Galega do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em 1985).

7. DANIEL DE SÁ ESCRITOR MICAELENSE, ESCRITOR AÇORIANO, HOMENAGEADO E CONVIDADO ESPECIAL EM SANTA MARIA

DANIEL AUGUSTO RAPOSO DE SÁ nasceu a 02 / 03 / 1944. e reside na Maia, S. Miguel, Açores,

Aos dois anos deixa a Maia (S. Miguel, Açores) para, com a mãe e a irmã, ir juntar-se ao pai, que no ano anterior fora trabalhar no aeroporto de Santa Maria. Frequentou três meses a escola de São Pedro, onde nada lhe foi ensinado por, devido à idade, não estar matriculado. Em janeiro de 1951 a família mudou-se para Santana, tendo sido matriculado na escola desse lugar, substituindo nas estatísticas outro aluno de seis anos também. Frequentou o Externato de Santa Maria até ao quarto ano, tendo feito o quinto ano no Externato da Ribeira Grande. Fez o curso do Magistério Primário antes de ser professor nos Fenais da Ajuda por quatro anos. Começou a escrever para o jornal de Cícero de Medeiros, com o pseudónimo Augusto de Vera Cruz. Cumprido depois o serviço militar (recruta e especialidade) nas Caldas da Rainha e Tavira, passando ao B. I. I. 18, dos Arrifes, até ser desmobilizado. Depois de mais um ano como professor, desta vez na Maia, entrou para a congregação missionária dos Combonianos, esteve quase três anos em Valência (onde fez o curso de Filosofia e o primeiro ano de Teologia) e alguns meses em Granada, onde frequentou a Faculdade de Teologia. Pai de três filhos, foi membro Junta Regional dos Açores, o governo nomeado que preparou as primeiras eleições para a Assembleia Regional. Considera-se, culturalmente, apátrida, no mais permanecendo ilhéu e português. Tem várias obras publicadas e contribuiu para inúmeras revistas e jornais.



OBRAS:

Sá, Daniel. (1982) *Génese* (novela), D. R. A. C. da Secretaria Regional de Educação e Cultura, Angra do Heroísmo.

Sá, Daniel. (1985) *Sobre a Verdade das Coisas* (crónicas-contos), edição da Junta de Freguesia da Maia.

Sá, Daniel. (1987) *O Espólio* (novela), Signo, Ponta Delgada.

Sá, Daniel. (1987) *A Longa Espera* (contos), ed. Signo, Ponta Delgada, 1987

Sá, Daniel. (1988) *Bartolomeu* (teatro), edição da D.R.A.C. da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, 1988:

Sá, Daniel. (1990) *Um Deus à Beira da Loucura* (novela), edição da D.R.A.C. da Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo.

Sá, Daniel. (1992) *Ilha Grande Fechada* (romance), ed. Salamandra, Lisboa, 1992, 2ª ed. Ponta Delgada Ver Açor 2010



- Sá, Daniel (1993) *A Criação do Tempo, do Bem e do Mal* (ensaio), ed. Salamandra, Lisboa
- Sá, Daniel. (1995) *Crónica do Despovoamento das Ilhas (e Outras Cartas de El-Rei)* (crónicas históricas), edição Salamandra, Lisboa, 1995:
- Sá, Daniel (1997) *E Deus Teve Medo de Ser Homem* (novela), edição Salamandra, Lisboa, 1997:
- Sá, Daniel (1999) *As Duas Cruzes do Império – Memórias da Inquisição* (romance), edição Salamandra, Lisboa, 1999:
- Sá, Daniel (2003) *A Terra Permitida* (romance), ed. Salamandra, Lisboa, 2003;
- Sá, Daniel, (2003) *Açores – Colección Monumental y Turística* – edição Everest, León, Espanha;
- Sá, Daniel, (2007) *O Pastor das Casas Mortas* (novela), edição Ver Açor.
- Sá, Daniel, 2007 *Santa Maria a Ilha-Mãe* ed. Ver Açor
- Sá, Daniel, 2009 *S. Miguel a ilha esculpida*, ed. Ver Açor
- Sá, Daniel, 2009 *Peregrinos do Senhor Santo Cristo dos Milagres* (ensaio histórico), ed Paulus Editora, Lisboa
- Sá, Daniel, 2010, *Terceira Terra de Bravos* ed. Ver Açor
- Velhas Energias para um Mundo Novo*, ensaio, EDA, 2010.
- Sá, Daniel, 2011, *As Rosas de Granada* (poesia), edição familiar não comercializável, conceção gráfica Ver Açor / Hélder Segadães.

Apresentou o tema

DE SÃO PEDRO A SANTANA, PELA RIBEIRA DO ENGENHO

Basta às vezes um pequeno nada para que se sinta que a nossa vida vai valendo a pena. Há algumas semanas, aconteceu-me uma dessas revelações que nos iluminam os dias. Uma cunhada minha contou-me uma conversa casual que tivera com um senhor de nome Braga, de Santo Espírito. Quando ele soube da nossa relação familiar, pediu para a minha cunhada me transmitir um desejo seu – que eu nunca deixasse de ser mariense.

Ninguém pode deixar de ser aquilo que é. Até o Chrys Chrystello me define como o micaelense mais mariense. O certo é que me coube a boa sorte de, como ilhéu, ter pai, são Miguel, e mãe, Santa Maria.

Das minhas memórias não ficou nenhuma dos meus primeiros dois anos, vividos na Maia onde nasci. Meu pai, que era carroceiro, percebeu que em breve aquela profissão deixaria de ser um modo de vida. E por isso tentou melhor sorte na ilha que se transformara, de um ano para o outro, numa pequena imitação da América para onde tinham emigrado tantos dos seus homens. De tal maneira que, nesse tempo, as mulheres eram muito mais de metade da população de Santa Maria. Estava-se no ano de 1945, e, no seguinte, minha mãe, minha irmã e eu fomos juntar-nos a ele. Não me lembro da viagem nem das primeiras semanas, passadas numa casa à entrada da Ribeira do Engenho, juntamente com os proprietários. Depois fomos para a casa de veraneio de São Pedro da família do Sr. Armando Monteiro, onde estivemos mais de três anos. Dali haveríamos de voltar à Ribeira do Engenho, para uma casinha com o

telhado à altura da estrada. Creio que esta e a primeira se conservam com poucas alterações, mas a que pertenceu à família Monteiro infelizmente não.

As minhas recordações não chegam, pois, ao tempo de antes da casa de São Pedro. É ali que começo a existir na minha memória. Recordo vagamente, por exemplo, da visita a bordo a um tio meu que seguia para Lisboa, a caminho de Angola, e que, como se aquela fosse uma terra estrangeira, não pôde sair do navio. Ou outra visita, a da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima, que juntou meia ilha em Vila do Porto. E ainda me lembro de como ficava maravilhado ao ver que a água que a minha mãe vazava da chaleira se transformava em café na cafeteira. Não me apercebera ainda de que na chaleira já estava o pó de cevada torrada. Ou de um dia estar a brincar com um vizinho no corredor, fazendo nós, por turnos, de cavalo e cavaleiro. A certa altura, sendo ele o cavaleiro, começou a dar-me ordens contraditórias. Sem saber o que fazer, pensei em como seria difícil os cavalos perceberem o que pretendiam os donos. E tive pena deles. Esse foi com certeza um momento decisivo para que eu tenha passado a vida a respeitar os animais e a tratá-los quase como se fossem pessoas.

Cresci com algumas incapacidades. Há as que me terão feito falta de vez em quando, mas há outra, que contraria a psicologia e é de certo modo estranha numa criança, cuja origem não sei explicar. Por mais que me pusessem à prova, eu era incapaz de mentir. Se da mais inocente mentira minha dependesse a salvação do Mundo, o Mundo não se salvaria. Talvez por essa e outras características pouco comuns, embora não melhores nem piores do que as das crianças da minha idade, é que o Sr. Armando Monteiro, cuja família passava as férias estivais naquela casa, como sempre fizera, predizia para mim um futuro a que gostaria de assistir. Espero não o ter desiludido muito.

Eu ainda não sabia ler, e já, por um mistério qualquer que tão-pouco consigo explicar, se me perguntassem o que eu queria ser quando fosse grande eu responderia que gostaria de escrever romances e ser “chofer”. Pela condução nunca me entusiasmei muito, mas os romances e outras prosas estavam, afinal, no meu destino.

Quando morava já na casinha da Ribeira do Engenho que tem as telhas à altura do caminho, passei a frequentar a escola. Despedia-me de minha mãe a chorar, e ia por ali abaixo com a alma muito encolhida, com o coração muito apertado. A realidade deu razão a todos os meus medos do primeiro dia. O professor transformara aquela casa, a poucos metros da igreja, numa verdadeira casa de horrores. Eu ficava transido de pavor sentado na beira da carteira, e assim foi sempre até às férias do Natal, sem que alguém ouvisse ao menos um suspiro meu ou o mais ligeiro ruído do corpo a mover-se fosse para o que fosse. Como eu não estava matriculado, o professor nunca me dirigiu uma palavra sequer.

Com o Ano Novo de 1951 chegou a libertação. Fomos viver para Santana, e passei a frequentar a escola daquele lugar onde haveria de definir-se, para sempre, a minha personalidade. Por isso como pessoa sou e serei sempre mariense e “santaneiro”. Era assim que chamavam a quem vivia na mais antiga povoação do arquipélago. O termo era pejorativo, mas evoco-o como um elogio.



A casa para onde fomos viver nunca tinha sido chamada casa antes de lá morarmos. Mas o aumento da população da ilha, por causa das obras e outros serviços relacionados com o Aeroporto, foi de vários milhares nos anos que se seguiram a 1944. Por isso qualquer espaço que abrigasse da chuva era usado como moradia.

Mas a mudança de escola mudou também a minha vida. Para sempre e penso que para melhor. A professora era uma regente escolar, bonita, dócil e competente. Chamava-se Eduarda, e era tia de duas futuras amigas e colegas de profissão, a Clara e a Zélia. Eu não tinha ideia ao menos do que era uma conta de somar, mas a D. Eduarda percebeu que podia fazer de mim qualquer coisa. Arranjou um subterfúgio para me matricular, e passei para a 2ª classe logo nesse ano, tendo aprendido a tabuada num só dia. Depois de eu ter começado a confundir tudo a partir da tabuada dos quatro, a D. Eduarda disse-me, a brincar, que eu tinha de decorá-la inteira no feriado de 28 de maio. Ela viria a ficar muito preocupada quando percebeu que eu a levava a sério, o que me custou o dia fechado em casa de manhã à noite. Mas nunca mais esqueci que duas vezes dois são quatro e nove vezes nove oitenta e um, mais o que vem pelo meio.

Na segunda classe tive outra regente, a D. Doroteia, do Pico. Tão mansa que, em vez de régua, usava as próprias mãos para dar “bolos”. Acabava o dia, naturalmente, com elas muito mais doridas do que as dos alunos supostamente castigados. Na terceira classe foi ainda uma regente que tive como professora. A D. Úrsula, irmã do Dr. Jorge. Com ela os menos respeitadores, que chegaram a fazer até que a D. Doroteia chorasse por não ser capaz de impor disciplina, passaram a comportar-se como anjinhos. Mas, comparada com a de São Pedro, a escola de Santana, frequentada também pelas crianças dos Anjos e do Paul, continuou a ser um paraíso. Na minha 4ª classe estreou-se como professora a D. Francisca, vinda do Faial, uma jovem só dez anos mais velha do que eu. Foi ela que completou o milagre das três regentes que a haviam precedido, e que tinham de ensinar as quatro classes, a mais de trinta rapazes e raparigas, com idades entre os seis e os catorze anos. Numa pequena casa que fingia de escola, com um quadro preto, giz e dois ou três mapas. Mas foi ali que começaram todas as minhas crónicas, todos os meus contos de Natal, todos os meus livros. E esta comunicação também. Com que cumpro a minha presença num colóquio que em boa parte me é dedicado, coisa que não sei se mereço, mas que, reconhecidamente, agradeço.

Sei que Santa Maria não me esqueceu. E eu a ela muito menos. Foi, para mim, uma terra de dificuldades, mas foi-o também de facilidades. As dificuldades tornaram-me rijas as raízes para a vida; as facilidades permitiram que, dos nascidos em 1944, eu fosse o único rapaz da Maia a ter ido além da 4ª classe.

Feliz de mim, a quem tal ilha-mãe foi dada.

O Santaneiro

Eu já não tenho o gado p'ra tratar,
Nem livros que me esperam para estudo;
Nem tenho de mentir, para ir brincar,
Dizendo que já sei, que já fiz tudo.

Mas chego a crer que um dia, se eu voltar,
A linda ilha dir-me-á quanto me iludo:
Que é pequena p'ra ver, grande p'ra amar,
Que a vida é sempre igual e eu é que mudo!...

Quem voltasse a tirar (inda o desejo)
Às cabras leite, às crias o barbilho,
Sorvendo, de manhã, o sol num beijo.

E gostar de comer, com pão de milho,
Peixe assado e beber chá de poejo,
Ser criança, ter Pai e ser bom filho.

8. DANIEL GONÇALVES, EBS SANTA MARIA / AJISM *suplente*



Daniel da Silva Gonçalves nasceu em Zurique na Suíça a 20 de abril de 1975. Em 1983 os seus pais regressam a Portugal e fixam residência em Santo Tirso. Completou o liceu em Santo Tirso, tendo passado, antes, pelo Seminário do Bom Pastor em Ermesinde e pela Escola C+S de Vila das Aves.

Em Braga completou a licenciatura em Ensino de Português pela Univ. do Minho.

Em 1999 inicia a sua atividade profissional como professor em Santa Maria, ilha no sul dos Açores, onde fixou residência depois de obtido um lugar de nomeação definitiva na Escola Básica e Secundária de Santa Maria, com uma breve passagem pela Escola Básica e Secundária de Porto Moniz, na Madeira, em 2004.

Embora a sua atividade profissional seja a docência, não se afasta dos jovens, sendo, atualmente, presidente da direção da Associação Juvenil da Ilha de Santa Maria – AJISM – e membro da Comissão Restrita da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila do Porto. Como poeta tem publicados os seguintes livros: a respiração dos gestos (Lisboa, 2000), um lugar onde supor o silêncio (Fafe, 2003), o afeto das palavras (Fafe, 2004), dez anos de solidão (Fafe, 2007), rumores para a transparência do silêncio (Fafe, 2009). A sua obra foi reconhecida com as seguintes distinções: o Prémio de Revelação de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores em 1997, o



Prémio de Poesia Cesário Verde em 2003, o Prémio LABJOVEM 2008 para jovem criador açoriano, o Prémio de Poesia Manuel Alegre em 2010 e uma menção honrosa no Concurso de Poesia Palavra Ibérica 2010, entre outros prémios e distinções.

QUEM SOMOS AFINAL? AS DIFICULDADES DA EDIÇÃO DA POESIA EM PORTUGAL. DANIEL GONÇALVES, EBS SANTA MARIA / AJISM
TEMA 2.2.

Diz-se que, em Portugal, apenas trezentas pessoas adquirem regularmente obras de poesia. Há poetas que dedicam as suas obras a esses trezentos fiéis seguidores.

Mesmo que se publiquem mais que trezentos exemplares, muitos desses são oferecidos ou perdidos nas inúmeras tentativas de obterem resenhas, reconhecimento ou críticas. A verdade é que a publicação de poesia é difícil e pouco apreciada por livreiros e editores. As editoras que se dedicam exclusivamente à poesia são poucas e sofrem do problema da agremiação intelectual, do parentesco lírico ou, como direi, das escolas que tomam partido por este ou aquele caminho, literariamente talhado à conta e à custa de polémicas ocas. Se acrescentarmos a este problema o facto de nas escolas a poesia se resumir a alguns poetas do século XX e à lírica camonianiana, temos uma situação que parece grave para o culto da poesia. Afinal, este país de poetas, não é um país para poetas.

Organizou dois livros: Políticas em linguagem: perspetivas identitárias junto ao Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan e Estratégias: comunicação e gestão junto as Profas. Dras. Esmeralda Rizzo e Angela Schaun, editora Expressão e Arte (2008).

Sua publicação é vasta, tanto em revistas internacionais (artigos e capítulos de livros em inglês, francês e espanhol) e em revistas nacionais (língua portuguesa).

A área de formação é Linguística, com ênfase em Discurso e Pragmática. Atua na docência de Linguística e Comunicação.

As temáticas de sua pesquisa versam sobre identidade, diferença, sociocultural, políticas de representação.

É SÓCIO DA AICL.

BECHARA — ERUDIÇÃO E HUMOR EM SUA SAGA LUSÓFONA, DINA MARIA MARTINS FERREIRA, UNIV. ESTADUAL DO CEARÁ, BRASIL TEMA 1.2

Em 2000, foi eleito para a cadeira 33.
Brincou: '*Virei imortal, mas não imorrível*'
(Bechara, In: Revista *Piauí*, 2011)

Considerações

Esse texto se dirige muito mais para um gênero de ensaio do que propriamente a um artigo de caráter descritivo-científico, não só pela vontade de retratar a construção de identidade de um amante da linguagem no equilíbrio entre vida e conhecimento, como também por ser parte de minha pesquisa conhecer sujeitos da *intelligentsia* que habitam a Academia, uma academia que extrapola (ou não) os muros universitários e alcança a mídia, a grande difusora dos embates identitários, senão territorialistas, que ocorrem entre áreas do saber e até entre as autoridades do saber. Nessa perspectiva não estaríamos ainda nos jardins de Akademo? Akademo, com a letra k mesmo, o Akademo proprietário dos jardins na Grécia onde Platão fundou sua Academia, que de tão restrita só aos homens do saber tinha em seus portões o seguinte aviso: Quem não souber geometria não pode entrar. Pelo menos é um dizer verdadeiro da ordem do mítico.

Mas ainda acredito nos jardins— floridos— do conhecimento que ainda habitam as Academias, sejam quais forem elas — Academia Brasileira de Letras, Academia de Ciências, Academias universitárias, e assim por diante—, mas reafirmo que visto ao lado florido, aquela parte onde filólogos, gramáticos e linguistas podem apreciar juntos a beleza da linguagem. E não é à toa que Evanildo Bechara, na reportagem da Revista *Piauí* (junho de 2011), diz, com o seu humor elegante, àqueles que querem entrar nos jardins do conhecimento: [...] o aluno dev[e] ser poliglota em sua própria língua: 'Ninguém vai à praia de fraque ou de chinelo ao Municipal' (Bechara, *apud* Revista *Piauí*, 2011: 49).

9. DINA MARIA MARTINS FERREIRA
NIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, BRASIL



DINA MARIA MARTINS FERREIRA

É pós-doutora pela Univ. Estadual de Campinas / Unicamp (2002 e 2003).

Doutora pela Univ. Federal do Rio de Janeiro / UFRJ (1995).

Mestre pela Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro / PUC / RJ (1988).

Atualmente é pesquisadora e professora da Univ. Presbiteriana Mackenzie, em regime integral / PPI.

É autora de livros: Discurso feminino e identidade social, editora Annablume e FAPESP (2002 1ª. ed. / 2009 2ª. ed. revisada e ampliada) e Não pense, veja - o espetáculo da linguagem no palco do Fome Zero, editora Annablume e FAPESP (2006).



E é pela postura do gramático e filólogo Evanildo Bechara, diante da ocasião noticiosa em torno do livro didático *Para uma vida melhor*, que, aqui, como linguista - adoro caminhar por jardim floridos, professor, não sou briguenta—, passeio humildemente ao lado da voz do Professor Bechara na reportagem o *Senhor Norma Culta* na referida revista.

Apenas para esclarecimento o livro didático *Para um vida melhor* foi aprovado pelo Ministério da Educação do Governo Federal do Brasil e adotado por meio milhão de estudantes do Ensino Fundamental, cuja tessitura passa pela apologia do erro para alguns e a naturalização do ensino do registro popular em sala de aula para outros, o que motivou tantos debates— o trecho do livro que saiu na mídia: Mas eu posso falar os *livro*? Claro que pode. E também afirmo que minha intenção não é discutir sobre o que se encerra no referido livro, mas me ater a voz do jardineiro da língua, Evanildo Bechara.

1. A voz: humor na erudição

E diante de tanto barulho, a mídia se dirigiu ao Professor Bechara para entrevistas (Revista *Piauí* de junho de 2011 e Revista *Veja*, de maio de 2011). Concomitante à edição das entrevistas, o estudioso da língua portuguesa, consagrado pela Academia Brasileira de Letras, passa a ser o centro das atenções na CVL, sigla do Centro Virtual da Linguagem, local de discussões e divulgações da classe dos linguistas, discussão que aqui só se presentifica como ponto de oposição de sujeitos representacionais de cada área: gramática e linguística.

Por que chamo a atenção para a erudição e humor desse gramático? Se ele me permite ao neologismo eu diria uma erudição 'bechariana', porquanto se permeia do humor *em vida*, um *pathos* refletor da paixão de quem descreve *sobre* a língua portuguesa. Na minha reverência ao equilíbrio de quem sabe *sobre* e não esquece que está *em vida*, a lisura emotiva do conhecimento, uma citação de sua entrevista na revista *Piauí*:

[...] a primeira palavra que Evanildo Bechara falou foi **mãe**. 'O registro mais antigo do vocábulo está no indo-europeu, antes disso não temos conhecimento', ele explicou, durante um almoço na Academia Brasileira de Letras. 'A palavra veio do latim **matrem**. No francês temos **mère**; **mother**, no inglês; **mutter**, no alemão. Em quase todas as línguas, a palavra começa com a bilabial **m**, que nos obriga a juntar a abrir os lábios para pronunciá-la. Quando os bebês falam mamãe, talvez o que queiram mesmo é **mamar**.' (Bechara, *apud* Revista *Piauí*, 2011)¹².

E foi essa citação que me motivou a esse ensaio. Era o que eu estava ouvindo, antes de ler a edição — leitura em voz alta de meu marido, no café da manhã de uma manhã ensolarada (rara, em São Paulo), do artigo Senhor Norma Culta. Ele interrompe sua leitura exclamando e decidindo: — Nossa! Estou impressionado! Como pode ser tão culto e fazer a gente rir com a erudição. Meu marido continua. Fico só imaginando

nossos filhos no mama[ãe][á]. Nós vamos, de qualquer jeito, ao Colóquio de Lusofonia Açores 2011, em Santa Maria, a Ilha-Mãe! Que agora é nossa *ilha-mamãe*! Eis o falar *sobre* a língua portuguesa que *em vida* não esquece a emoção.

E, para elucidar a vida ligada ao conhecimento, o humor ao conhecimento, o dia a dia ao saber erudito, minha admiração (sinônimo de 'inveja santa') diante de suas colocações, brinco com a escritura de Evanildo Bechara pelo que Derrida (1973) chama de iterabilidade — *iter* e *itera* → ou seja, repito criando o novo.

Bechara

(a) mostra que autores míopes pontuam mais. Ele diz: Isso ocorre porque eles leem mais pausadamente [...] Nosso Machado e nosso Rui Barbosa eram míopes que pontuavam muito;

(b) ensina contrapartidas sintático-semânticas declamando: Chegou a costureira, pegou do pano, pegou da agulha, pegou da linha, enfiou a linha na agulha, e entrou a coser;

(c) conhece os sofrimentos provocados pela gramática: Quer tirar um professor de português do sério? Peça que ele lhe explique o uso do hífen;

(d) começa, constantemente os discursos com a frase: Bem-vindos à nau dos insensatos, só louco para ser professor de português no Brasil hoje;

(e) extasia-se com a leitura, tanto que ficou trancado em uma livraria, em Estocolmo. Ele lia quietinho em um canto e fecharam a loja com ele dentro. Mas, nem só de livros ele vive, sabe se virar e conta: A sorte foi que conseguir abrir uma janela e pedir ajuda a uma senhora que passava;

(f) sabe, mesmo que esteja imbuído do espírito do acordo, na academia depois das palmas vem as palmadas;

(g) reconhece que em árabe não lê, mas sabe xingar muito bem, pois era o que as avós faziam muito bem;

(h) dança **com** Marlit, sua esposa, para explicar o sentido de companhia da preposição com;

(i) explica a vida pela dinâmica da língua: É como acontece na gramática, um verbo que só pedja objeto direito agora pede objeto indireto. Era transitivo, passou a intransitivo. É você saber receber a vida como ela é e não arquitetar uma vida diferente da realidade'.

2. Doxa, heterodoxia, ortodoxia

E por que uma CVL, pela voz de alguns linguistas, precisa gritar por um território identitário? Linguistas se contrapõem ao espírito do acordo. Por que não podemos perceber os efeitos de um fazer histórico e a emergência de estereótipos? Como o próprio Bechara verifica:

¹² As citações e falas de Evanildo Bechara no referido ensaio na Revista *Piauí*, daqui em diante, não vão receber numeração de páginas, pois o referido ensaio justamente está mais

para uma reescritura do já dito, e, como ensaio, não se propõe a multiplicidades de referências teóricas.



Até o século XIX, as gramáticas eram mais normativas do que descritivas. No século seguinte, com Ferdinand Saussure, a linguística adquiriu proeminência, e a ênfase foi para o estudo interno e a descrição das línguas, feitas com base na oposição de diferenças e semelhanças, de sintagmas e paradigmas, de significados e significantes – foi o primado do método estrutural.

Consolidaram-se, assim, estereótipos. Enquanto o linguista era vinculado à ideia de liberdade, o gramático simbolizava a opressão. Todo o falar seria legítimo, não existiria certo ou errado, desde que o falante se faça entender. A correção seria uma violência a jeitos diferentes de falar do aluno. (p. 52)

Pierre Bourdieu (2007) pode explicar os tatames políticos de ideias e identidades do saber pelos conceitos de *doxa* na ortodoxia e na heterodoxia. Não estaríamos no universo da opinião que se balança pelos ventos do poder hegemônico e da força das diferenças, respectivamente?

Explicando os conceitos argumentativos. *Doxa* seria a opinião que é aceita sem comprovação, que é evidente a ponto de o fato de submetê-lo à dúvida constituir um crime social; não enunciável sob a forma de regras verbais, perde para o raciocínio verbal e para o argumento público. A *ortodoxia* seria o substituto imperfeito da *doxa*, a contraparte dialética da heterodoxia; toma explicitamente a forma de um sistema de regras para o comportamento societal, e, como tal, pode ser pronunciada e abertamente confrontada como uma 'outra *doxa*' invasora ou heterodoxa; permanece em uma perpétua relação dialética com sua contraparte, a heterodoxia, e, indiretamente, com a *doxa* em si. E a *heterodoxia* seria o que se origina na sociedade como uma reação à intromissão de elementos externos desconhecidos; emerge dos vários 'discursos concorrentes', discursos esses que, ao mesmo tempo, revelam a verdade da *doxa* e a questionam.

Se tentarmos aplicar esses conceitos na discussão entre gramática e linguística sobre o livro *Para uma vida melhor*, o referido livro vem invadir com sua heterodoxia os espaços da *doxa*, tanto da do gramático quanto da do linguista; a força da invasão de territórios do saber pode cair no perigo da ortodoxia. Mas, de qualquer forma, nesses embates políticos de reivindicação de territórios-identidade do saber, o paradoxo da *doxa* se estabelece, pois, a ordem estabelecida pela *doxa* de cada campo-território mostra em sua ortodoxia as condições de existências de convivência intolerável, ao mesmo tempo que denuncia uma heterodoxia aceitável e até naturalizada, não podendo haver um espírito de acordo como propõe o mestre Bechara.

Sem dúvida, a delimitação dos territórios está para a *doxa*, que designa um conjunto de crenças, associadas à ordem das coisas próprias a um universo dado, que se impõe de maneira pré-reflexiva e logo indiscutível como evidentes e inevitáveis. E aí se manifesta o que Bourdieu chama de poder simbólico, um poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem. O poder se manifesta por instrumentos de conhecimento - linguística e gramática -, e que vão construindo objetos identitários com formas simbólicas - as áreas do saber. Tais confrontos entre diferentes *doxa* (ou no interior da

mesma *doxa*) quando ocorrem resultam em uma luta pela definição da realidade, senão da Verdade com letra maiúscula. Em Bourdieu (2007: 79),

Ortodoxia, opinião direta, ou melhor, direcionada, que objetiva, sem ser nunca completamente bem-sucedida, à restauração do primeiro estado de inocência da doxa, existe somente no relacionamento objetivo que a opõe à heterodoxia.... É definida como um sistema de eufemismos, de maneiras aceitáveis de pensar e falar o mundo natural e social, que rejeita comentários heréticos como blasfêmias. Porém, a evidente censura imposta pelo discurso ortodoxo, a maneira oficial de pensar e falar o mundo, esconde outra censura mais radical: a declarada oposição entre a opinião 'correta', direita, e a 'incorreta' ou 'esquerda', que delimita o universo de discurso possível, seja ele legítimo ou ilegítimo, eufemístico ou blasfemo, mascara, por sua vez, a oposição fundamental entre o universo das coisas que podem ser ditas, e conseqüentemente, pensadas, e o universo daquilo que não é tomado como dado.

E no espírito do acordo, Bechara busca o equilíbrio:

O problema é como ensinar a gramática. É claro que a ABLin, que é a Associação Brasileira de Linguística, tem que aplaudir a posição de [...] um linguista. Mas a ABL, que tem por princípio estatutário o cultivo da língua, não pode aplaudir o que os linguistas aplaudem. O erro está em um linguista condenar a ABL ou a ABL condenar um linguista. A ABL disse apenas que o livro, naquele momento, inseriu a Linguística onde deveria estar tratando da língua padrão.

3. Considerações finais

Concordo com o mestre da língua portuguesa de que o professor nada mais é que um estudante mais velho e concordo com a jornalista do ensaio ao dizer que o professor mantém os ombros largos e o peito aberto de sua infância de nadador quando foi campeão de natação pelo Náutico no Recife e [...] que a disciplina que mais gostava era matemática, pois queria seguir carreira de [...] engenheiro aeronáutico.

Acho, professor, que é um engenheiro aeronáutico, apenas se esqueceu desse vocabulário, pois organiza e estrutura voos incomensuráveis no espaço da língua portuguesa, e que continua nadador, de ombros largos e peito abertos, senão não seria a âncora firme para abraçar sua saga lusófona, em mares bravios, mas com certeza navegáveis. Que Camões me perdoe em negar os seus mares nunca dantes navegados!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Senhor Normal Culta. *Revista Piauí*, 57. Ano 5, junho de 2001, pp. 48-52.
Bourdieu, Pierre. (2007[2001]). *O poder simbólico*. 11ª. ed. (Trad. Fernando Tomaz). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
Derrida, J. *Gramatologia*. (Trad. Miriam Chainerman e Renato Janine Ribeiro). São Paulo: Perspectiva, 1973.



10. EDUARDO BETTENCOURT PINTO, VANCOUVER, CANADÁ, escritor, comunidade açoriana na diáspora



EDUARDO BETTENCOURT PINTO.

Nasceu em Gabela, Kwanza Sul, Angola, em 1954. Tem ascendência açoriana pelo lado materno. Cresceu em Luanda e saiu do país em setembro de 1975. Fixou residência no Zimbabué e depois em Ponta Delgada, Açores. Reside no Canadá desde 1983. É editor da revista literária online *Seixo Review*.

A sua poesia está traduzida para Inglês, Castelhana, Galego, Catalão e Letão. Está representado em várias publicações em Portugal, Angola, Brasil, Canadá, Estados Unidos e Reino Unido.

É funcionário estadual, consultor informático e editor da revista literária *Seixo review*, na Internet.

Escreve para publicações no Canadá, Estados Unidos, Portugal e Brasil.

Organizou e publicou *Nove Rumores do Mar - Antologia de Poesia Açoriana Contemporânea* (1996).

Está representado em várias antologias, nos Estados Unidos, Reino Unido, Portugal e Brasil.

É membro do P. E. N Clube Português. (página pessoal do Eduardo (<http://www.eduardobpinto.com>)). Recebeu o Prémio Nacional Bienal Copa 2008, instituído pelo Congresso Luso-Canadiano.

Publicou vários livros de poesia e ficção. Alguns deles: *Menina da Água* (1997), *Tango nos Pátios do Sul* (1999), *Casa das Rugas* (2004) e *Travelling with Shadows / Viajar com Sombras* (2008).

Tem em preparação o livro *One Day Between Us*, ficção.

Bibliografia:

Poesia:

Emoção; Ponta Delgada, Açores, 1978.

Razões, Ponta Delgada, Açores, 1979.

Poemas, (c / Jorge Arrimar); Ponta Delgada, 1979.

2ª Edição, Tipografia Martinho, Macau, 1993

Mão Tardia; Gaivota, SREC, Angra, Açores, 1981. (Prémio Revelação do suplemento cultural *Contexto do jornal Açoriano Oriental*).

Emersos vestígios; Sete Estrelo, Mira, 1985. 2ª Edição, Seixo Publishers, Pitt Meadows, Canada, 1994.

A Deusa da Chuva; Gaivota, SREC, Angra, Açores, 1991.

(Prémio Mário de Sá-Carneiro da Association Portuguese Culture et Promotion, St. Dennis, France, 1988; para o original, então intitulado «Regresso do olhar».

Menina da Água; Éter / Jornal da Cultura, Ponta Delgada, Açores, 1997.

Tango nos pátios do sul; Seixo Publishers, Pitt Meadows, 1999.

2ª Edição, revista e aumentada; Campo das Letras, Porto, 2001.

Um dia qualquer em junho; Instº Camões, Coleção Lusófona, Lisboa, 2000.

Ficção:

As Brancas Passagens do Silêncio; Signo, Ponta Delgada, 1988.

Sombra duma rosa - contos; Edições Salamandra, Lisboa, 1998.

O príncipe dos regressos - narrativas; Edições Salamandra, 1999.

A casa das rugas - romance; Campo das Letras, Porto, 2004.

Antologia (organização):

Os Nove Rumores do Mar - Antologia da Poesia Açoriana Contemporânea; Seixo Publishers, Pitt Meadows, 1996.

2ª Edição, Instº Camões, Coleção Insularidades, Lisboa, 1999.

3ª Edição, Instº Camões, Coleção Insularidades, Lisboa, 2000.

Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. Calendário de Letras / AICL, VN de Gaia, 2011

Tradução:

Oito poemas de J. Michael Yates; apresentação e tradução com Rosa Pinto, Sete Estrelo, Mira, 1985.

Representado em várias publicações em Portugal, Estados Unidos, Canadá e Inglaterra.

CARLOS FARIA: UM TROVADOR DE AFETOS, EDUARDO BETTENCOURT PINTO, ESCRITOR, CANADÁ TEMA 1.2

Carlos Faria, natural da Golegã, Ribatejo, chegou aos Açores já com o título de campeão nacional de halterofilismo. A sua pujança física, porém, escondia um coração sensível e uma hombridade cuja grandeza se revelava amiúde em ações solidárias para com o próximo, fruto de uma empatia genuína e abrangente. Foi um homem do seu tempo, atento e preocupado com os paradoxos e os cânones históricos do seu país e do Mundo. Na sua pasta de Delegado de Propaganda Médica cujo périplo incluía algumas ilhas açorianas, não levava apenas prospectos inerentes à sua profissão. Carlos Faria era um homem de palavras iluminadas, de pequenos relâmpagos de tinta que compunha num caderno a cheirar a remédios e alegria. À falta deste, até um guardanapo de restaurante servia para escrever os seus poemas. Grande parte deles



era sobre a ilha que ele considerava a maior, pela sua inigualável magia e beleza: S. Jorge.

Neste trabalho trataremos da sua relação com os Açores, num enfoque que abrange artistas plásticos, escritores e poetas, dos quais foi amigo e promotor apaixonado e relevante.

1. O primeiro contacto

Subi as escadas do Jornal *Correio dos Açores*, em Ponta Delgada, numa tarde letárgica, pesada e húmida. Nunca tinha estado ali. Era evidente o meu desconforto: sentia as pernas entorpecidas, e assaltava-me a amarga sensação de que me aproximava do inevitável crepúsculo das coisas inesperadas. Esse, parece-me, foi sempre o sentimento de dúvida daqueles que se afoitam, inseguros e trémulos, às implacáveis instâncias do imprevisto. Essa penosa caminhada, entre mistério e sombras, tinha a ver com o rasgo lírico de uma alma assustada com o poder da poesia. O poema que eu levava no bolso, como se fosse uma estrela-do-mar, deixara-me cativo da sua ressonância. Precisava de livrar-me dele, autonomizá-lo como a uma criança a quem se ensina os primeiros passos. Um jovem (como era eu nessa altura), enfrenta sempre uma horda de fantasmas no momento em que se atira, de corpo e alma, ao incógnito. E aquelas palavras que levava comigo eram, naquele momento de incerteza, o meu espelho mais íntimo daqueles dias na ilha.

Nessa altura o suplemento literário **Basalto** era coordenado por Laurindo Cabral e Carlos Faria. O primeiro, com longas barbas à Antero de Quental e óculos de lentes grossas, exercia as funções de jornalista; o segundo, poeta, ia regularmente aos Açores como Delegado de Propaganda Médica.

Novato na arte da escrita, eu tropeçava no fulgor das palavras, rascunhadas com paixão sob a chuva da claraboia da casa da minha avó Irene. Estava em Ponta Delgada há pouco tempo, vindo do êxodo angolano e de uma passagem episódica pelo Zimbabué. Foi uma altura da minha vida seguramente amarga: perdera o sentido de África e a mais elementar fé nos homens. Esse era um sentimento de naufrago, um epítome de toda a minha experiência como ser humano.

Lia com avidez os grandes mestres da poesia grega e italiana, os versos sanguíneos de Neruda, os rasgos cerebrais e o génio de Pessoa, a Granada soalheira e cantante de Lorca, o mundo. A poesia era a minha harpa de agitações.

Escrevia então com ardor coisas que me atravessavam os pulsos nas longas noites da ilha sob a eterna humidade do seu clima, que deslizava pelo meu corpo com a placidez e a perseverança de um molusco. Era tudo isso o que eu levava para o suplemento literário do jornal: a casa em ruínas do meu coração.

Carlos Faria era um homem possante e seguro. O seu aparato físico impressionava e infundia respeito. Essa primeira impressão, porém, nada tinha a ver com a afabilidade do seu carácter e a cativante fluidez do seu carisma. Foi exatamente isso o aconteceu comigo nesse longínquo e primeiro encontro na Redação do jornal *Correio dos Açores*.

Ficaria inevitavelmente amigo de ambos, ou seja, de Laurindo Cabral e de Carlos Faria. Anos mais tarde iniciaria com o primeiro, e nesse mesmo jornal, o suplemento literário *Seixo*.

2. Carlos Faria e os Açores

A poesia, no caso de Carlos Faria, não era uma forma lúdica de expressão social para impressionar, mas uma exalação da vida, soberana, com a qual disseminava a nobreza dos sentimentos, o amor e a ternura pelas pessoas e pelos lugares. Socorria-se dela em qualquer momento e lugar. Senhor de uma memória prodigiosa, não só recitava os seus versos como os de outros autores. Era um exímio declamador de Federico García Lorca, por exemplo. Ditos com paixão e mestria, os versos de Lorca ganhavam uma fulguração quase onírica. CF era um mágico das palavras, daquelas que eram música e pareciam dançar na sua voz como insubmissas dançarinas de luz.

Se na altura em que o conheci eu me encontrava ainda na fase de descoberta dos Açores, e a dar os primeiros passos no mundo literário, Carlos Faria era já um poeta conhecido. De facto, já tinha livros publicados. Entre outros: «Distância Azul» (1957), «Marinheiro Bêbado» (1959), «Rosto e Diálogo» (1966), «S. Jorge (Ciclo da Esmeralda)» (1979; 2ª. ed. 1992) e era já, digamos, uma figura cultural respeitada nos Açores e nos meios intelectuais açorianos do Continente.

A par da Literatura, CF foi muito ativo nas artes plásticas como promotor de exposições de pintura. Juntamente com o pintor Rogério Silva, de quem era amigo, envolveu-se em inúmeras atividades no âmbito da Galeria Açoriana de Arte **Gávea**. Sob os auspícios da mesma vieram inclusivamente a publicar livros de poesia de Ivone Chinita, Rui Duarte Rodrigues, J.H. Santos Barros e Vitorino Nemésio, ensaios do poeta Emanuel Félix, teatro de Norberto Ávila, e em cuja coleção editorial **Gávea / Glacial** faziam parte, além de Carlos Faria e Rogério Silva, João Carlos e Costa Brites. Esteve igualmente envolvido em suplementos culturais como, por exemplo, «Glacial» do Jornal A União de Angra do Heroísmo, e de «Basalto» do Jornal *Correio dos Açores* de Ponta Delgada.

Nas suas múltiplas viagens aos Açores, além da sua participação em atividades de índole literária e nas artes plásticas, foi um cultor de amizades. Do seu vasto número de amigos contavam-se, entre outros, o escultor Canto da Maia, Tomás Borba Vieira, Santos Barros, Urbano Bettencourt, Ivone Chinita, Álamo Oliveira, Onésimo Teotónio Almeida, Dias de Melo, Armando Côrtes-Rodrigues, Natália Correia, Vitorino Nemésio.

O que desde logo sobressaiu em CF, desde o início da nossa amizade, foi a sua evidente empatia para com os mais desfavorecidos socialmente, a sua ternura e respeito pelos idosos e as crianças, pelos que trabalhavam a terra duramente, ou aqueles que tiravam das águas do mar o seu ganha-pão. Numa das minhas pesquisas na Internet¹³ dei com esta mensagem, retirada de uma carta que CF escreveu a um amigo, Luiz Pacheco, e que retrata esse aspeto da sua personalidade:

¹³ www.facebook.com/CarlosFaria



«Só me considero responsável pelo que disser em poema... Assim responsabilizo-me pelo lirismo, pela liberdade intocável da criação poética, sem rótulos ou obrigações. Não creio em humanismos literários. O chamado neorealismo sempre me cheirou a fadinho intelectualizado.

Quem tiver que gritar a verdade, abra a janela e grite o que tiver para dizer. QUEM amar o próximo, ame mas não faça arte velada. Estou farto de humanistas literários que nem um copo de água dão a outro homem. Tira para fora da literatura Portuguesa a poesia lírico-romântica-saudosista e vê o que te resta... E não me leves o Cesário Verde em nome do realismo como certos ingénuos detratores da arte querem fazer em nome da cegueira demagógica...»

A poesia, nesta aceção e naquela que transparecia na sua postura social, não era configurada segundo o figurino do literato, intelectualizado até às unhas, mas sem um vínculo humano, sanguíneo.

S. Jorge (Ciclo da Esmeralda), o último livro que CF publicou revela-nos um espírito em divagação lírica e apaixonada por uma ilha: S. Jorge. Aquele espaço físico representa sobretudo a dimensão mitológica de um mundo inicial, cuja simbologia agracia a ideia de um génesis, puro ainda, livre das influências corruptoras de séculos civilizacionais. Com efeito, João, sujeito a que alude em seis composições poéticas, surge como um subentendimento do Adão, homem simples, pescador, pastor e agricultor «que não quer trabalhar mais para não morrer rico!¹⁴»

O desprendimento relativamente às coisas materiais não é uma opção social, mas o resultado de uma filosofia de vida. Esta, influenciada pelos mecanismos telúricos que inebriam a alma, proporcionam-lhe uma elevada grandeza de espírito, assente na comunhão direta e íntima com os elementos circundantes. A terra, o mar, o céu e as estações são como membros intrínsecos da formação do indivíduo, como uma raiz ou uma divindade que une o ser ao seu mundo, o da ilha. Tempo e espaço não constituem, no dizer do poeta, um obstáculo à sua plenitude porque «na ilha / o tempo é uma longa música / de espera / que os camponeses repartem entre / o tempo da pesca e do milho.¹⁵» No poema intitulado *A Passagem do Tempo nas Horas* redescobrimos a epistemologia existencial do poeta, transfigurando-se à medida que a sensibilidade vai monopolizando as metáforas. São elas os ponteiros do relógio que qualificam, numa asserção, diríamos, expansível, as fronteiras semânticas de um Éden intocável e em permanente viagem emocional:

Na ilha o tempo que passa não tem que ver com o tempo: é longo e acontece como espaço geográfico, cor, luz, distância...

A manhã, ou a noite, contam como dias fora do calendário e o homem vive por dentro tudo o que do exterior resolve ou complica a sua existência...

Tudo aqui é uma ilha: gente, natureza, a própria ilha e o mar.

O mar é dentro da ilha já que ele vem até à sua ilha e lhe dá o seu tamanho de ilusórios limites: prova-os as marés altas ou baixas! ...

O tempo é uma distância medida pelos olhos, pelos ouvidos, pela memória, pelo ritmo de caminhar. Não há máquinas ainda para medir o tempo!

Quando o João diz: «Agora», quer dizer «Aqui»: é lugar e não tempo.

Passado, Presente, Futuro: A ilha em Viagem, viajar sem viajar!

No poema *Mapa-mundo*, o poeta infere sobre a questão do espaço, resolvendo-o igualmente de uma forma lírica e metafórica:

Aprendo, nas ilhas pequenas, que o mundo é exatamente do seu tamanho: sem filosofia nem cálculos matemáticos.

Golegã ou Nova York?

São Jorge ou Madrid?

Espaço onde caiba um homem, e a sua geografia será história...

A ilha é pequena?

A ilha é pequena, sim? E depois?

O espaço que falta a uma ilha, seria se houvesse mais espaço, o espaço que sobejaria!

A sua visão minimalista do Mundo relativiza tudo. As referências geográficas, climatéricas e humanas são parte de um cosmos poético cuja visão de vida e das coisas posicionam-nas numa outra realidade. O olhar da sensibilidade é a única geografia da ilha, residindo aí toda a sua grandeza. Quero dizer: quanto mais elevada e intensa a ternura, mais extensa se torna a ilha.

O mundo natural, cujas tonalidades ganham variadas transfigurações mercê das metamorfoses climatéricas, ou das que resultam dos feitos da luz natural dão ao poeta, qual pintor atento, múltiplas visões de cor. Vejamos alguns exemplos:

«Ilha de cabelos verdes e corpo alto / por todo o horizonte»,

«Rio de pedra: verde a sua água»,

«A tarde foi caindo com a beleza cinzenta que o céu açoriano tem, quando as nuvens vão descendo dos picos às fajãs e a luz passa a vir do mar, azulada e húmida...»,

«O verde das pastagens — a tal pele de esmeralda!»,

«O céu azul claro, claro fino, como lâmina fria de navalha, a descer ao fim do horizonte, para lá do Faial»,

«E o verde é aço vegetal / negro e forte!»,

«Esmeralda, o ar da manhã...»,

«O basalto é azul até onde o mar chega...»,

«A bruma é um dia em flor...»,

«Uma garça saiu, branca, agora do cinzento e corre sem fronteiras para os nossos olhos.»

¹⁴ Carlos Faria, S. Jorge (*Ciclo da Esmeralda*), p. 16.

¹⁵ Carlos Faria, S. Jorge (*Ciclo da Esmeralda*), p. 26.



No essencial, **S. Jorge (Ciclo da Esmeralda)**¹⁶ de CF, além de um sentido tributo à ilha de S. Jorge, é um ato de amor. No entanto, o poeta crê-se apenas como um repórter de uma realidade observada, sonogando o sentir. O objeto cantado é o sujeito do seu lirismo, como testifica nos últimos versos do seu poema **S. Jorge, Costa Norte...**:

João acena-me com os braços erguidos, chama-me com os seus gestos de pescador e camponês: gestos que trazem raízes e ondas, a bondade universal da ilha e do mundo!

Não é o que sinto e canto que faz o Poema! O poema é a ilha e a sua gente, o resto do que digo não passa duma manhã de esmeralda com um homem dizendo «bom dia» nos gestos de trabalhar!

A musicalidade deste livro reside essencialmente na sua euforia poética. É uma quase obstinada perseguição pelo absoluto, um «sentir» onírico que resulta numa outra realidade, a das imagens e dos sons genesíacos e imaculados. O autor cria os seus próprios paradigmas, como se todas as experiências e afinidades sociais e telúricas com a ilha de S. Jorge fossem o resultado de um elevado sincretismo poético, de uma apologia iluminada pela mais fascinada beatitude, num dizer exuberante da alma e dos sentidos.

3. Conclusão

Estive com o poeta pela última vez em 1998, em S. Jorge, no decurso do **Encontro de Escritores Açorianos** e durante o qual CF foi homenageado. Não obstante caminhar com o apoio de uma bengala, e de o seu corpo de atleta apresentar já os vestígios e o lampejo da idade, mantinha, incólumes, o seu espírito jovial e a candura de sempre.

Carlos Faria não era apenas um poeta de palavras. Era um bardo das águas, irreverente, único, solidário e intemporal nos seus afetos, leal, e em cuja humildade restolhava o vórtice do seu caráter como homem e artista. Connosco ficará para sempre a sua visão do mundo e da vida, subjacente a uma poética dos sentidos e da relação idílica entre o homem, o seu espaço e a sua ancestralidade. Carlos Faria cantou a ilha com o esplendor da ternura, escolhendo as palavras mais sensíveis. Foi com elas que navegou pelas estações mais íntimas, beijando com reverência os inolvidáveis e luminosos dias da ilha.

11. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007

EVANILDO CAVALCANTE BECHARA nasceu no Recife, a 26 de fevereiro de 1928. Quinto ocupante a Cadeira nº 33, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da

Costa. Evanildo Cavalcante Bechara nasceu no Recife (PE), em 26 de fevereiro de 1928.



Aos onze para doze anos, órfão de pai, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a fim de completar sua educação em casa de um tio-avô.

Desde cedo mostrou vocação para o magistério, vocação que o levou a fazer o curso de Letras, modalidade Neolatinas, na Faculdade do Instº La-Fayette, hoje UERJ, Bacharel em 1948 e Licenciado em 1949.

Aos quinze anos conheceu o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da língua portuguesa, que na época contava entre 81 e 82 anos.

Essa experiência permitiu a Evanildo Bechara trilhar caminhos no campo dos estudos linguísticos.

Aos dezassete, escreve seu primeiro ensaio, intitulado Fenômenos de Intonação, publicado em 1948, com prefácio do filólogo Lindolfo Gomes.

Em 1954, é aprovado em concurso público para a cátedra de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e reúne no livro Primeiros Ensaios de Língua Portuguesa artigos escritos entre os dezoito e vinte e cinco anos, saídos em jornais e revistas especializadas.

Concluído o curso universitário, vieram-lhe as oportunidades de concursos públicos, que fez com brilho, num total de onze inscritos e dez realizados.

Aperfeiçoou-se em Filologia Românica em Madri, com Dámaso Alonso, nos anos de 1961 e 1962, com bolsa oferecida pelo Governo espanhol.

Doutor em Letras pela UEG (atual UERJ), em 1964.

Convidado pelo Prof. Antenor Nascentes para seu assistente, chega à cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEG (atual UERJ) em 1964.

Professor de Filologia Românica do Instº de Letras da UERJ, de 1962 a 1992.

Professor de Língua Portuguesa do Instº de Letras da UFF, de 1976 a 1994.

¹⁶ S. Jorge (Ciclo da Esmeralda), com uma reedição em 1992, seria o último livro publicado por CF.



Professor titular de Língua Portuguesa, Linguística e Filologia Românica da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Professor de Língua Portuguesa e Filologia Românica em IES nacionais (citem-se: PUC-RJ, UFSE, UFPB, UFAL, UFRN, UFAC) e estrangeiras (Alemanha, Holanda e Portugal).

Em 1971-72 exerceu o cargo de Professor Titular Visitante da Univ. de Colônia (Alemanha) e de 1987 a 1989 igual cargo na Univ. de Coimbra (Portugal).

Professor Emérito da Univ. do Estado do Rio de Janeiro (1994) e da Univ. Federal Fluminense (1998).

Doutor Honoris Causa da Univ. de Coimbra (2000).

Distiguído com as medalhas José de Anchieta e de Honra ao Mérito Educacional (da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro), e medalha Oskar Nobiling (da Sociedade Brasileira de Língua e Literatura).

Foi convidado por acadêmicos amigos para candidatar-se à Academia Brasileira de Letras, na vaga do grande Mestre Afrânio Coutinho, na alegação de que a instituição precisava de um filólogo para prosseguir seus deveres estatutários no âmbito da língua portuguesa.

É o quinto ocupante da Cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 11 de dezembro de 2000, na sucessão de Afrânio Coutinho e recebido em 25 de maio de 2001 pelo Acadêmico Sérgio Corrêa da Costa.

Foi Diretor Tesoureiro da Instituição (2002-2003) e Secretário-Geral (2004-2005).

Criou a Coleção Antônio de Moraes Silva, para publicação de estudos de língua portuguesa, e é membro da Comissão de Lexicologia e Lexicografia e da Comissão de Seleção da Biblioteca Rodolfo Garcia.

Entre centenas de artigos, comunicações a congressos nacionais e internacionais, Bechara escreveu livros que já se tornaram clássicos, pelas suas sucessivas edições. Diretor da revista *Littera* (1971-1976) – 16 volumes publicados; da revista *Confluência* (1990-2005) – até agora com 30 volumes publicados.

Orientador de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado no Departamento de Letras da PUC-RJ, no Instº de Letras da UFF e no Instº de Letras da UERJ, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de dissertações de Mestrado, de teses de Doutorado e de Livre-Docência na Faculdade de Letras da UFRJ, no Instº de Letras da UERJ e em outras IES do país, desde 1973.

Membro de bancas examinadoras de concursos públicos para o magistério superior no Instº de Letras da UFF, no Instº de Letras da UERJ e no Departamento de Letras da USP, desde 1978.

Foi Diretor do Instº de Filosofia e Letras da UERJ, de 1974 a 1980 e de 1984 a 1988; Secretário-Geral do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1965 a 1975;

Diretor do Instº de Educação do Rio de Janeiro, de 1976 a 1977;

Membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 1978 a 1984;

51
Chefe do Departamento de Filologia e Linguística do Instº de Filosofia e Letras da UERJ, de 1981 a 1984;

Chefe do Departamento de Letras da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, de 1968 a 1988.

Membro titular da Academia Brasileira de Filologia, da Sociedade Brasileira de Romanistas, do Círculo Linguístico do Rio de Janeiro. Membro da Societé de Linguistique Romane (de que foi membro do Comité Scientifique, para o quadriênio 1996-1999) e do PEN Clube do Brasil.

Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Foi eleito por um colegiado de educadores do Rio de Janeiro, uma das dez personalidades educacionais de 2004 e 2005.

A convite da Nova Fronteira integra o Conselho Editorial dos diversos volumes do Dicionário *Caldas Aulete*.

Em 2005 foi nomeado membro do Conselho Estadual de Leitura do Rio de Janeiro e da Comissão para a Definição da Política de Ensino, Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa, iniciativa do Ministério da Educação.

Dentre suas teses universitárias contam-se os seguintes títulos:

- A Evolução do Pensamento Concessivo no Português (1954),
- O Futuro em Românico (1962),
- A Sintaxe Nominal na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta (1964),
- A Contribuição de M. Said Ali para a Filologia Portuguesa (1964),
- Os Estudos sobre Os Lusíadas de José Maria Rodrigues (1980),
- As Fases Históricas da Língua Portuguesa: Tentativa de Proposta de Nova Periodização (1985).

Autor de duas dezenas de livros, entre os quais a *Moderna Gramática Portuguesa*, amplamente utilizada em escolas e meios acadêmicos, e diretor da equipe de estudantes de Letras da PUC-RJ que, em 1972, levantou o corpus lexical do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, sob a direção geral de Antônio Houaiss.

É professor da UERJ e da UFF e membro da ABL

É patrono dos Colóquios da Lusofonia e dos Encontros Açorianos da Lusofonia desde 2007.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

EXTRAÍDO DO JORNAL O DIA: FONTES DA REFORMA ORTOGRÁFICA, EVANILDO BECHARA* ABL.

Rio domingo, 24 de julho de 2011- Temos recebido de vários leitores uma pergunta muito oportuna neste período em que se intensificam entre portugueses críticas ao novo Acordo Ortográfico: por que os portugueses rejeitam tão veementemente aquilo que seu representante legal se comprometeu a adotar?

As críticas dos portugueses chegam a apelar, nos sucessivos abaixo-assinados às autoridades governamentais competentes, para que se revogue o compromisso de



implantação do sistema ortográfico aprovado pelos sete países de língua oficial portuguesa.

A indagação é oportuna nesta coluna, porque, no meio da gritaria, quase sempre não aparecem razões de ordem técnica que invalidem as Bases em que se assentam as normas do novo sistema. Já em 1911, depois de aprovada a reforma ortográfica elaborada pelos melhores filólogos que Portugal tinha à época, confessava D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos:

‘O público! Qual foi o acolhimento que fez à Reforma? Naturalmente as opiniões estão divididas. Houve e há entusiastas, críticos, indiferentes e adversários. Reacionários rombos, avessos a todo e qualquer progresso, aos quais as quarenta e tantas regras mostraram, pela primeira vez, quantas e quais são as dificuldades da ortografia nacional, entendem que fomos nós que as inventamos, baralhando e complicando tudo. Constatou mesmo que esses descontentes iam angariar assinaturas a fim de reclamar a revogação da portaria de 1 de setembro [DE 1911].

Podemos começar a dizer que as novas normas não são tão novas para os portugueses, porque em geral ratificam usos que já vêm praticados desde 1945, ou antes, portanto há mais de meio século. Os pontos de que se afasta a nova proposta de 1990 praticamente dizem respeito a questões mal resolvidas pelo sistema de 1945, e que também se tornam mal resolvidas pelo sistema vigente no Brasil desde 1943. Dentre essas questões cumpre ressaltar o emprego do hífen. Bem ou mal, os redatores do texto oficial, sem se afastar muito das normas de 1945 na sua redação, nos seus exemplos e até nas suas exceções, procuraram sistematizar melhor o que foi possível, numa área da ortografia que se mostra muito sutil quando os fundamentos se baseiam no desvanecimento da noção da composição, na evolução semântica, na aderência de sentido, no sentimento do falante ou na perda em certa medida da noção de composição. O espaço limitado desta coluna não nos permite aprofundar nossa pesquisa para demonstrar os íntimos laços que aproximam as Bases do Acordo de 1990 ao Formulário Ortográfico de 1945.

Vamos nos limitar a apontar as principais alterações gráficas nas regras de acentuação a serem adotadas pelos brasileiros, regras que já vinham do sistema ortográfico de 1945, com as alterações levadas a efeito por lá em 1975, praticadas, portanto, pelos portugueses e africanos:

- 1) desaparece o circunflexo de ‘voo, enjoo, perdoó’, etc.;
- 2) desaparece o circunflexo de ‘creem, leem, deem, veem’;
- 3) desaparece o acento gráfico agudo dos ditongos abertos ‘oi’ e ‘ei’ dos paroxítonos (‘heroico’, sem acento, mas ‘herói’ com acento; ‘ideia’, sem acento, mas ‘réis’ com acento);
- 4) desaparece o acento gráfico agudo das vogais ‘i’ e ‘u’ da sílaba tônica de paroxítonos quando procedidas de ditongo decrescente (‘feitura’, ‘baiuca’);
- 5) desaparece o acento gráfico tônico do hiato ‘ii’ dos paroxítonos (‘xiita’, ‘tapiira’);
- 6) desaparece o uso do trema;
- 7) desaparece o acento diferencial, exceto em ‘pôde’ e ‘pôr’.

Neste particular, a única cedência do lado português relativa ao sistema de 1945 será o desaparecimento das consoantes não pronunciadas ‘c’ e ‘p’ para indicar o timbre aberto da vogal anterior, ou por força da etimologia, ou ainda por força da tradição ortográfica: ‘diretor’, ‘Egito’. Reforma que haverá de agradar às criancinhas portuguesas que começam a escrever.

Cremos que estas cedências brasileiras de seus hábitos ortográficos bem demonstram o desejo firme de colaborar para a unificação tão almejada por todos os que sonham que nossa escrita reflita a maturidade cultural e política tão necessária à divulgação e ilustração do idioma compartilhado por tantos países soberanos.

12. FERNANDA SANTOS, CLEPUL – CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS E EUROPEIAS DA UNIV. DE LISBOA, PORTUGAL e DOUTORANDA NA UNIV. FEDERAL DE SANTA CATARINA, BRASIL



FERNANDA SANTOS (15 / 04 / 1977). Atualmente é doutoranda em História na Univ. Federal de Santa Catarina – Brasil, investigando o Colégio da Bahia e o projeto pedagógico dos Jesuítas no Brasil.

É licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses, na Faculdade de Letras, Univ. de Lisboa, e Mestre em Literaturas e Culturas dos Países Africanos de Expressão Portuguesa, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova de Lisboa. Destaca-se como investigadora integrada no Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias das Univ.s de Lisboa e como investigadora colaboradora na CompaRes (Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos), sendo também investigadora no Núcleo de Estudos Africanos do Instº Europeu de Ciências e da Cultura Padre Manuel Antunes.

Um dos seus trabalhos mais importantes foi como bolsista da Fundação Ciência e Tecnologia, no projeto *Fontes Históricas para a Expansão Portuguesa do Arquivo Secreto do Vaticano*, promovido pelo Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Univ. Católica Portuguesa de Lisboa, de dezembro de 2005 a maio de 2008.

A pesquisa será publicada em três tomos (Atlântico-Brasil-Oriente) em julho de 2011, pela editora Esfera do Caos.



Atua também na área da ficção literária, tendo-lhe sido atribuídos o 2.º lugar no Prémio Camões Pequeno, promovido pela Câmara Municipal de Machico, em 2009, e o **1.º lugar no 4.º Prémio Literário da Lusofonia, promovido pela Câmara Municipal de Bragança e pelos Colóquios da Lusofonia, em 2010.**

Foi investigadora na obra recentemente publicada pela editora Gradiva: *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*, com a elaboração de diversas entradas em ordens religiosas e ordens honoríficas portuguesas, de 2004 a 2007; revisora da edição da obra *O Mito dos Jesuítas*, volumes I e II (versão portuguesa), de José Eduardo Franco, em 2005.

Participou como revisora na edição da *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, S.J.*, editada pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 2005 e 2010.

É SÓCIO DA AICL.

JOSÉ EDUARDO FRANCO, ausente



JOSÉ EDUARDO FRANCO, PRESIDENTE, DIREÇÃO DO INSTº EUROPEU DE CIÊNCIAS DA CULTURA PADRE MANUEL ANTUNES (FACULDADE DE LETRAS DA UNIV. DE LISBOA PARCERIA COM A ESAD - FUNDAÇÃO RICARDO ESPÍRITO SANTO SILVA), PORTUGAL

JOSÉ EDUARDO FRANCO. Historiador, jornalista, poeta e ensaísta. Especialista em História da Cultura.

Doutorado pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris* em História e Civilização e Doutorado em Cultura pela Univ. de Aveiro, Mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa e Mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Univ. de Lisboa.

Tem desenvolvido trabalhos originais de investigação nos domínios da mitologia portuguesa e das grandes polémicas históricas que marcaram a vida cultural, política e religiosa do nosso país.

Especial novidade tem representado os seus estudos sobre os Jesuítas, de modo particular, sobre o fenómeno do antijesuitismo e sobre a hermenêutica dos mitos e das utopias portuguesas e europeias.

Entre a sua vasta obra publicada podem-se destacar os seguintes livros:

- *Mito dos Jesuítas em Portugal e no Brasil, Séculos XVI-XX*, 2 vols., Lisboa, Gradiva, 2006-2007;

- *O Padre António Vieira e as Mulheres: Uma visão barroca do Universo feminino*, (em coautoria com Isabel Morán Cabanas), Porto, Campo das Letras, 2008; *Padre Manuel Antunes (1918-1985): Interfaces da Cultura Portuguesa e Europeia*, obra coordenada em parceria com Hermínio Rico, Porto, Campo das Letras, 2007;

- *Jesuítas e Inquisição: cumplicidades de confrontações*, Rio de Janeiro, Editora da Univ. Estadual do Rio de Janeiro, 2007;

- *Padre António Vieira (1608-1697): Imperador da Língua Portuguesa*, Coordenação e coautoria, Lisboa, Correio da Manhã, 2008;

- *Jardins do Mundo: Discursos e Práticas*, Coordenação com Cristina da Costa Gomes, Lisboa, Gradiva, 2008, *Madeira - mito da ilha-jardim: cultura da regionalidade ou da nacionalidade imperfeita na Madeira*, Lisboa, Gradiva, 2009.

Coordena a conclusão do projeto de investigação intitulado *Documentos sobre a História da Expansão Portuguesa existentes no Arquivo Secreto do Vaticano* financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e promovido pelo Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da UCP.

É também membro da comissão coordenadora do projeto da edição crítica da *Obra Completa do Padre Manuel Antunes, S.J* em processo de publicação pela Fundação Calouste Gulbenkian; e coordena o projeto de edição crítica da *Obra Completa do Marquês de Pombal*.

É ainda autor e é codiretor do projeto *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e recentemente editado pela Gradiva.

Tem exercido as funções de membro da Direção do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias das Univ.s de Lisboa, de Vice-Presidente da Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos e de Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Tradutores.

Atualmente é Presidente da Direção do Instº Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes (instituição da Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa em parceria com a ESAD - Fundação Ricardo Espírito Santo Silva), tem coordenado os cursos de Ciências da Cultura.

É SÓCIO DA AICL.

A GLOBALIZAÇÃO DO ENSINO DA COMPANHIA DE JESUS: OS CURRÍCULA DOS JESUÍTAS E A GRANDE REVOLUÇÃO PEDAGÓGICA NA ÉPOCA MODERNA, JOSÉ EDUARDO FRANCO, CLEPUL – CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONA E EUROPEIAS DA UNIV. DE LISBOA E FERNANDA SANTOS, CLEPUL – UNIV. FEDERAL DE SANTA CATARINA – BRASIL
TEMA: 3.6. PORTUGUÊS NOS GRANDES ESPAÇOS

Este artigo pretende mostrar como grande parte das mutações estruturais da educação ocorreram na época moderna, entre os séculos XVI e XVIII, abandonando-se



a conceção medieval de ensino, com toda as suas implicações na estrutura curricular e na organização escolar. Todas estas mutações foram associadas aos colégios da dependência de congregações religiosas. A educação global foi, em grande medida, associada a esses estabelecimentos de ensino, e a Companhia de Jesus fez dos colégios uma realidade internacional e globalizante, não deixando de lhes imprimir uma dinâmica nova, aprofundando técnicas pedagógicas e institucionalizando novas modalidades no ensino.

Tendo em conta o perfil missionário da Companhia de Jesus, a sua pedagogia conheceu uma expansão a nível mundial, tornando-se global e unificada por um ideário comum, e por uma obra que orientará toda a metodologia de ensino dos Jesuítas: a *Ratio Studiorum*. De fato, a Companhia apresentou-se, no campo pedagógico, como possuidora de uma consciência que nunca até aí se impusera com tanta convicção. Numa sociedade que oscilava dentro de perturbações críticas das contestações religiosas do século, a Companhia de Jesus jogava suas cartas no ensino, uma arma capaz de provocar transformações sociais.

No âmbito deste colóquio, o nosso artigo pretende abordar em maior detalhe o plano de estudos seguido nas escolas da Companhia de Jesus. Este constava de três cursos: Curso de Letras, Curso de Filosofia ou Artes e Curso de Teologia. Nos colégios jesuítas praticava-se uma escolaridade que poderia ir, no mesmo colégio, desde o ensino das primeiras letras até ao de disciplinas de nível universitário.

O Curso de Letras era o mais elementar de todos, e estava dividido em três partes que correspondiam às designações de Gramática, Humanidades e Retórica. A finalidade pretendida era a aquisição de uma expressão oral e escrita correta na língua latina.

Este artigo pretende ainda mostrar como a contribuição da Companhia de Jesus no conhecimento da língua portuguesa foi cabal, pois todo o ensino dos Jesuítas assentou no estudo do Latim, a base comum do currículo de estudos. A unidade do ensino era reforçada pelo fato de cada classe ser anual, ter o seu próprio professor, livros escolares comuns, métodos de ensino comuns, como a comunicação oral professor-aluno, bem como os apontamentos na aula serem escritos em latim. A questão pedagógica fundamental era tornar o aluno capaz de se expressar, oralmente e por escrito, na língua latina. A partir do latim se aprendia a língua mãe e também o grego.

A compreensão última do processo histórico, sobretudo no domínio educativo, obriga-nos a escavar as superfícies e a olhar para as correntes subterrâneas: apercebemo-nos então que as ruturas são contemporâneas das continuidades, que a visibilidade dos tempos quentes esconde por vezes a discrição das mutações lentas.

António Nóvoa

1. Introdução

A pedagogia da Companhia de Jesus conheceu uma expansão a nível mundial, não só graças ao perfil missionário da Ordem, como graças a um ideário comum nos colégios que implementou, através de uma obra que orientará toda a metodologia de ensino dos Jesuítas: a *Ratio Studiorum*. De fato, a Companhia apresentou-se, no campo pedagógico, como possuidora de uma consciência que nunca até aí se impusera com tanta convicção. Numa sociedade que oscilava dentro de perturbações críticas das contestações religiosas do século, a Companhia de Jesus jogava suas cartas no ensino, uma arma capaz de provocar transformações sociais.

No entanto, o forte investimento estratégico feito pelos Jesuítas na criação de redes nacionais ligadas a uma rede internacional de instituições de ensino não se fez sem controvérsia, sem oposição militante, sem chocar uma mentalidade dominante que não entendia e até negava as virtualidades de um ensino generalizado. Boa parte do antijesuitismo europeu da época moderna emerge como reação à preponderância que os Jesuítas estavam a conquistar no plano da formação e, por essa via, no plano controlo do modelo de homem e de sociedade que se queria modelar para o futuro. A expansão de uma rede educativa como aquela que os Jesuítas foram capazes de criar suscitou tentativas concorrenciais de criação de redes paralelas por outras organizações religiosas e não só, mas desenvolveram também uma consciência nova em relação ao valor da educação e do poder que lhe era associado para atrair recursos materiais, apoios políticos e sociais e para exercer influência no plano do controlo das consciências.

Em Portugal, a rede de colégios em expansão articulada com os dois polos de ensino pré-universitário e universitário em Coimbra e em Évora fomentada pelos dos Padres da Companhia, só foi possível pela obtenção de meios avultados, atraindo mecenas do Estado e privados. A capacidade empreendedora revelada suscitou tanto a admiração como o receio de muitos. A oposição a este empreendimento não tardou a chegar tanto da parte das outras ordens religiosas como da parte de figuras gradadas da hierarquia eclesiástica, como da parte de estratos sociais com poder junto da coroa.

A controvérsia que se acende coloca em confronto duas leituras sobre o valor e papel da educação ao serviço dos reinos e das sociedades humanas em geral, que se pode entender no debate mais vasto em torno da preponderância das Armas por confronto com as Letras. São duas perspetivas que levantam uma questão / fronteira na modernidade em torno da visão da educação, do seu ideário e utilidade para o progresso ou para o atraso dos povos. A argumentação dos jesuítas em favor do seu projeto de ensino generalizado e gratuito, acessível a todos os estratos sociais, não pode deixar de ser vista como reveladora de uma visão avançada que viria a ser consagrada mais tarde pelas políticas educativas na época contemporânea que visam oferecer a educação a todos.

Vale a pena citar aqui um passo de um documento saído da pena dos Jesuítas portugueses intitulado *Informação sobre a causa dos Estudos no Reino de Portugal*. Escrito em 1611 como representação junto da corte de Madrid para defesa do projeto educativo da Companhia de Jesus em plena implantação no reino, é um texto



significativo de uma corrente de pensamento educativo que acreditava na educação como meio de aperfeiçoamento humano tanto no plano individual como social:

(...) e particularmente a este tão principal de poder-se aperfeiçoar na alma e potências mais nobres e superiores dela. E esta razão seria bastante e obrigatória para pôr estas escolas, embora não houvesse outra necessidade na república delas, especialmente que há a forçosa e precisa por outra cabeça, que é para que na república possa haver a cópia necessária de Teólogos, Cônegos e Casuístas para o bom governo da Igreja e cura das almas e pregação da doutrina da nossa santa fé e religião cristã; de legistas para a administração da justiça e bom governo político; de médicos e boticários para a conservação da vida e saúde do corpo; de matemáticos para o uso da navegação, arquitetura e máquinas de guerra e outras utilidades necessárias numa república. (Información, p. 3)

Estamos perante um documento que encerra uma espécie de manifesto em favor da educação enquanto utopia que traduz a esperança na construção de uma sociedade nova, melhorada pelo saber à luz dos parâmetros da ética cristã.

2. A Companhia de Jesus no contexto da Modernidade

A Bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, de 27 de fevereiro de 1540, aprovada pelo Papa Paulo III, assinalou a criação oficial da Sociedade ou Companhia de Jesus, organizando em ordem canónica tanto o pensamento religioso como a ação espiritual comum. Ao grupo ativo de alunos castelhanos, navarros, bascoianos, bascos e portugueses, estudantes em Paris no colégio de Santa Bárbara, organizado em torno de Inácio de Loyola, se deveu a investigação de uma *Ratio* para o estudo e a ação católica. Encorajados pelo desejo de peregrinação a Jerusalém e unidos pela propagação da Fé entre os infiéis, os jesuítas encararam como uma urgência fundamental ensinar exemplarmente todos aqueles que não estavam instruídos na doutrina cristã (Manso, 2009: 92).

O século XVI foi especialmente marcado pelo desenvolvimento de diversos domínios do saber, por um interesse progressivo pelas fontes dos textos, um movimento de revitalização do original. Os autores gregos e latinos representaram uma das fontes do conhecimento, bem como os primeiros autores cristãos. Cultivou-se o estudo das línguas antigas, como latim, grego e hebraico, numa época que assistiu ao investimento massivo na educação e na formação teológica e retórica de novas gerações de prosélitos da *militia Christi*. Se a Europa se transformou num espaço dilacerado pelas cisões religiosas das reformas, fragmentada também pelos nacionalismos emergentes, manteve, no plano ético, uma unidade cultural de fundo, assente no Cristianismo e na herança da cultura clássica, que apontou, em última instância, para uma consciência do universal. Nos séculos XV e XVI deu-se um alargamento das fronteiras do universal, com as grandes navegações e a expansão europeia (Urbano, 2009: 27-28).

A Igreja católica encontrava-se fragilizada no seu prestígio secular, espoliada de bens pelos príncipes que aceitavam o Protestantismo e que entendia que a Igreja

não devia possuir riquezas. Era uma Igreja secular, detentora de verdades sagradas, que era atacada e criticada. Nesta conjuntura reconhecia-se que a Igreja não estava a agir com dinamismo que as circunstâncias lhe exigiam. Não bastava organizar concílios ou eliminar os heréticos por via da Inquisição. Era necessário organizar uma ação mais concreta, permanente e firme, que permitisse convencer os adversários ou todos aqueles que corresse o risco de ser subvertidos no seu pensamento religioso. Era necessário reunir gente nova, aguerrida, que fizesse da palavra divina uma arma de combate assertiva e vigilante. Mais do que uma nova Ordem religiosa, era necessária uma autêntica milícia, um laborioso exército de homens de religião, constantemente alerta. É neste contexto histórico que surge a Companhia de Jesus e o seu comandante supremo foi Inácio de Loyola (Carvalho, 1986: 282-283).

Neste contexto se afirmou a ação educativa dos Jesuítas, sobejamente importante, tendo em conta sua doutrina, seu projeto educativo e sua pedagogia. As instituições que fundaram, dirigiram e fizeram proliferar estavam comprometidas com um ideário religioso cujo objetivo primacial era ganhar uma nova consciência dentro da Igreja Católica. Conforme já afirmámos noutro estudo, este programa científico-cultural tem implicações pedagógicas indissociáveis e está ao serviço da missão fundamental dos Jesuítas, em particular, e da Igreja Católica, em geral: a missão *ad gentes*, em particular, e da evangelização, em geral. (Franco, 1999: 114)

As discussões acerca da proveniência histórica dos modelos educativos atuais quase sempre se ancoraram entre os séculos XVI e XVIII, onde estão grande parte das mutações estruturais da educação, como o abandono da concepção medieval de ensino, com toda as suas implicações na estrutura curricular e na organização escolar, ou as estratégias de gestão da sala de aula. Todas estas mutações foram associadas aos colégios da dependência de congregações religiosas. A educação global foi, em grande medida, associada a esses estabelecimentos de ensino, e a Companhia de Jesus fez dos colégios uma realidade internacional, não deixando de lhes imprimir uma dinâmica nova, aprofundando técnicas pedagógicas e institucionalizando novas modalidades no ensino (Ó, 2003: 165-167).

A Idade Moderna apareceu assim designada pela historiografia por assinalar, na História, uma revolução científico-tecnológica, que em muito se deve à expansão territorial, às novas descobertas científicas, ao povoamento e colonização de outras terras, outrora desconhecidas e entretanto mapeadas pelos navegantes. Desse modo, é impossível escamotear o papel decisivo da Península Ibérica nestas novas conquistas, povoando e colonizando vastos territórios. Os séculos XVI e XVIII foram focos de grandes mutações estruturais no ensino. Os colégios, no século XVI, apareceram associados à fundação de novas Univ.s, dependendo delas, mas ao mesmo tempo diferenciando-se destas. As Univ.s de origem medieval, que continuavam sendo as mais importantes em quase todos os lugares, mantiveram, em tese, suas instituições antigas e serviam de modelos para as novas fundações. Na prática, diversas inovações surgiram nas estruturas universitárias, seja pelas novas concepções educativas, seja, precisamente, pelo caráter cada vez mais nacional, e até mesmo regional, de muitas Univ.s. A tipologia e a terminologia das instituições tornam-se mais



complexas, fazendo com que a uniformidade aparente da *universitas* medieval perdesse decididamente o passo para a diversidade das práticas locais (Charle; Verger, 1995: 41).

Os modelos educativos e as práticas educativas dos Jesuítas contribuíram para produzir o mundo pós-medieval. De fato, a Companhia apresentou-se, no campo pedagógico, como possuidora de uma consciência que nunca até aí se impusera com tanta convicção: a da importância social da educação e do ensino. O ideal jesuítico era sentar todas as crianças nos bancos das suas escolas, orientando o seu ensino para modelá-las dentro do pensamento filosófico que os orientava. Numa sociedade que oscilava dentro de perturbações críticas das contestações religiosas do século, a Companhia de Jesus jogava suas cartas no ensino, uma arma capaz de provocar transformações sociais (Carvalho, 1986: 329).

3. A orientação pedagógica da Companhia de Jesus

Inácio de Loyola expôs, nas Constituições que redigiu, a orientação pedagógica da Companhia de Jesus, indicando as disciplinas que deveriam ser estudadas, os livros que deveriam ser lidos, a condução do estudo, etc. (Loyola, 1997). Com base nessa doutrina, e depois de adquirida a prática suficiente do ensino, redigiu-se um texto normativo, para uso geral, pacientemente discutido em todos os pormenores até se considerar definitivo. O texto ficou redigido em 1585, sendo depois submetido à experiência de vários mestres, em anos subsequentes, estando pronto e sendo impresso em 1598, em Nápoles. Por circular de 8 de janeiro de 1599, o texto foi finalmente promulgado para todas as escolas da Companhia. O texto seria utilizado quase sem alterações até 1832, conhecido como *Ratio Studiorum*. Todo o ensino das disciplinas tinha como base a *Ratio*, programa e regulamento pedagógico de toda a Companhia de Jesus, e instrumento de homogeneização do ensino dos Jesuítas. Nas palavras de Francisco Rodrigues: (...) concluímos com toda a segurança que os processos de pedagogia que em nações estranhas e em Portugal formaram tantos homens eminentes, foram essencialmente os mesmos que, nos Colégios de Coimbra, Lisboa e Évora e de outras cidades, guiaram na educação da juventude os religiosos da Companhia (Rodrigues, 1931: 436).

O plano de estudos seguido nas escolas da Companhia de Jesus constava de três cursos: Curso de Letras, Curso de Filosofia ou Artes e Curso de Teologia. A estrutura de uma escola desta natureza não tem correspondente nas escolas atuais, visto que normalmente os estudos se dividem por graus de ensino. Nos colégios jesuítas praticava-se uma escolaridade que poderia ir, no mesmo colégio, desde o ensino das primeiras letras até ao de disciplinas de nível universitário. Inácio de Loyola determinou quais as matérias que deveriam ser ensinadas, em todos os escalões, nas escolas da Companhia, indicando nominalmente o que não deveria ser ensinado e que era a parte do foro contencioso do Direito Canónico, as Leis e a Medicina. Admitiu, porém, que estas mesmas matérias pudessem ser lecionadas nas suas escolas desde que os respetivos professores não fossem jesuítas (*apud Carvalho, 1986: 333*).

O Curso de Letras era o mais elementar de todos, e estava dividido em três partes que correspondiam às designações de Gramática, Humanidades e Retórica. A finalidade pretendida era a aquisição de uma expressão oral e escrita correta, mas na língua latina, e não na língua nacional.

Todo o ensino dos Jesuítas assentou no estudo do Latim, a base comum do currículo de estudos. A unidade do ensino era reforçada pelo fato de cada classe ser anual, ter o seu próprio professor, livros escolares comuns, métodos de ensino comuns, como a comunicação oral professor-aluno, bem como os apontamentos na aula serem escritos em latim. A questão pedagógica fundamental era tornar o aluno capaz de se expressar, oralmente e por escrito, na língua latina. A partir do latim se aprendia a língua mãe e também o grego.

Os estudos de Gramática estavam ordenados segundo três graus sucessivos, de dificuldade crescente, constituindo três classes denominadas inferior (*Infima classis grammaticae*), média (*Media classis grammaticae*) e superior (*Suprema classis grammaticae*). Cada classe, que era anual, tinha seu professor próprio, com aulas diárias, de tarde, que inicialmente eram de três horas e depois passaram a duas horas e meia. Na classe inferior estudavam-se as declinações e os géneros; na média, as conjugações; na superior, a sintaxe. O autor cuja construção latina se considerava normativa era Cícero. Em cada um dos graus sucessivos do estudo da Gramática se ia aprendendo o Grego: na classe inferior, os princípios da língua; na média, composições acessíveis de Ovídio e de algum autor fácil; e na superior, textos de S. João Crisóstomo e de Esopo (Carvalho, 1986: 334-335).

Quando os colégios foram fundados, no século XVI, não existia, no Ocidente moderno, um *corpus* de textos que se equiparasse aos da Antiguidade. A educação apareceu, por isso, associada ao estudo das línguas antigas. Os textos da Antiguidade clássica eram considerados como formadores, transmissores de lições morais ou cívicas, destacando comportamentos dignos de serem imitados (Chervel; Compère, 1999: 152).

A gramática adotada nas escolas da Companhia de Jesus era a *De Institutione Grammatica Libri Tres*, do jesuíta Manuel Álvares, impressa em Portugal pela primeira vez em 1572. Manuel Álvares, mestre de línguas latina, grega e hebraica, primeiro professor de Gramática no Colégio de Santo Antão de Lisboa, foi uma figura cimeira da pedagogia jesuítica. A sua Gramática ainda era usada no século XIX e teve, desde o século XVI, cerca de três centenas de edições, umas totais e outras parciais, e foi adotada em toda a Europa para o ensino de língua latina (Carvalho, 1986: 335-336). Ao Curso de Letras seguia-se o Curso de Filosofia, ou Artes. O primeiro constituía preparação indispensável para o segundo, e era comprovado por um exame de Latinidade. Aqui eram estudadas as matérias de Dialética, a Lógica, a Física e a Metafísica. Na área da Filosofia, a universalidade dos Jesuítas alcançou um sucesso ímpar, constituindo as suas obras modelos orientadores das doutrinas filosóficas que defendiam. As obras produzidas pelos jesuítas portugueses eram utilizadas em muitas Univ.s europeias durante os séculos XVI, XVII e XVIII (Carvalho, 1986: 343).



Os chamados manuais produzidos pelos professores do Colégio das Arte de Coimbra que ficaram famosos com o nome de *Conimbricenses* criaram em Portugal e na Europa uma espécie de base generalizada para um ensino secundário ou pré-universitário de Filosofia. Por estes manuais estudaram grandes figuras que trouxeram inovação ao pensamento ocidental e que estão na base do grande debate entre Antigos e Modernos que desemboca no Século da Luzes. Descartes, Voltaire, entre outros pensadores que revolucionaram o pensamento moderno beberam no caldo filosófico da escolástica jesuíta e ali obtiveram ferramentas metodológicas e desenvolveram capacidade crítica para depois romperem com os velhos paradigmas. Pinharanda Gomes destaca a novidade e a importância do contributo dos jesuítas portugueses para a promoção de um ensino propedêutico em filosofia que servia de base aos estudos avançados que lhe sucediam: A escola conimbricense, que surgiu na história da filosofia como flor de renovação, nos fins do século XVI – num mundo em mudança e que se descobre sobre o sujeito de observação – elaborando num sistematizado *corpus philosophicum* todo o saber antigo, ordenado segundo a arquitetura aristotélica, não se tinha por obra definitiva, nem por visão derradeira de toda a Filosofia. O grupo de livros que se chama *conimbricenses* aparece como um primeiro passo, antecedente de outros passos, quais esses que a doutrina e a disciplina viessem a propor à aventura do conhecimento. (...) Curso septuagintal, organizando em sistema as disciplinas triviais e quadriviais, a propedêutica lógica e a prática das ciências, os Conimbricenses foram novidade na filosofia europeia do século XVI, reconstituindo o liceu aristotélico, reatribuindo à filosofia o património da enciclopédia de todas as ciências, adunando o método da escolástica árabe, sobretudo a dos comentários de Averróis, aos desígnios da escolástica latina medieval, e assumindo as tendências modernizantes da Renascença. Por isso se diz que eles são um dos *grandes descobrimentos* dos portugueses, em que, posta a claro toda a terra, e mais analisado o céu, se orientava o espírito para o esclarecimento de toda a verdade (Gomes (2), pp. 121, 122 e 123).

O Curso de Teologia constituía o mais elevado escalão da preparação alcançada nos colégios da Companhia de Jesus. Nele se estudavam Teologia Escolástica, a Sagrada Escritura, o Hebreu e a Casuística. A Casuística, também chamada de Casos de Consciência ou simplesmente Casos, era a disciplina subtil, onde se discutiam as soluções mais convenientes para situações dilemáticas (Carvalho, 1986: 352-353).

A *Ratio Studiorum* regulamentou a ocupação do espaço e do tempo: a separação por secções, os frequentes exercícios escritos, os distintos níveis de conteúdo, os prémios, as recompensas, etc. O objetivo era o aluno manter-se ocupado e ativo. A aprendizagem tomou a forma de um contínuo, dividindo os alunos de cada classe em campos opostos, num sistema de competição. Todo este processo competitivo e de emulação foi reforçado com debates e exames públicos, aos quais assistiam as autoridades locais e as famílias dos colegiais. Compreende-se facilmente que o mérito individual e o êxito escolar encontram aqui terreno fértil, ao contrário do ensino praticado nas Univ.s medievais, onde o esforço individual não obtinha

recompensas imediatas e os escassos exames eram tão só uma formalidade para os que assistiam aos cursos.

Todo um conjunto de saberes foi extraído do trato direto e contínuo com os alunos fechados na escola: saberes relacionados com a manutenção da ordem e da disciplina nas classes, o estabelecimento de níveis de conteúdo, a invenção de novos métodos de ensino e, em suma, conhecimento do que hoje se denomina organização escolar, didática, técnicas de ensino e outras ciências subtis de caráter pedagógico que tiveram o seu início na gestão e governo dos jovens (Varela; Alvarez-Uría, 1991: 32-34). A pedagogia jesuítica adotou o método dos colégios parisienses, o *modus parisiensis*. O *modus parisiensis* diferencia-se pelo fato de ensinar gramática sólida, graduar classes e cursos, implementar exercícios nas classes e individualizar o aluno. Inácio de Loyola se inspirou no *modus parisiensis* preferindo-o ao *modus italicus* de ensinar. As características deste método de ensino tinham a ver com o que era praticado na Univ. de Paris, onde os colégios estavam agregados à Univ.. A disciplina predominava, o currículo estava rigorosamente determinado e era percorrido por professores e alunos; as exercitações escolares que se seguem às aulas são frequentes; são formadas classes consoante o aproveitamento dos alunos; para cada classe está designado um professor; a matéria é rigorosamente ensinada; os alunos passam à classe seguinte após rigoroso exame; a convivência professor / aluno é familiar, sendo o professor solícito com o aproveitamento do aluno. Com efeito, os Jesuítas mantiveram na sua organização escolar um plano de progressão através da gradual complexidade das matérias (Gomes (1), 1996: 85).

O *modus parisiensis* surgiu, efetivamente, da necessidade de os colégios de Paris se articularem com as Univ.s a que estão anexados, através de suas práticas e normas pedagógicas. Na primeira metade do século XVI assemelhou-se ao interior dos colégios dos Irmãos da Vida Comum. O ensino baseava-se num programa de leituras, complementado por um vasto leque de tarefas, das repetições às disputas (*exercitia* ou *exercitationes*), por meio dos quais os estudantes exibiam os seus conhecimentos e o domínio das matérias. Novamente os alunos apareciam agrupados por classes, de acordo com um plano de progressão em níveis sucessivos de complexidade, em função da idade e dos conhecimentos. Os exames determinavam quem passava para os níveis seguintes.

Os Jesuítas imprimiram uma nova dinâmica à pedagogia do *modus parisiensis*, fazendo dele uma realidade internacional, tomando os princípios e as práticas codificadas em Paris mais elásticos, mais complexos, ao mesmo tempo que institucionalizaram modalidades associadas a programas considerados de ensino integral, mantendo em sua organização escolar um plano de progressão através da gradual complexidade das matérias. Ainda aprofundaram técnicas pedagógicas, tornando o professor um decifrador dos conteúdos desenvolvidos (Ó, 2003: 167).

Estes colégios jesuítas distinguiam-se ainda daqueles que circundavam a Univ. de Paris pela aposta que era feita nos conteúdos programáticos de direção espiritual. A gestão de ensino passou a ser integrada, incluindo os aspetos intelectual, religioso e moral, marcados pelo rigor próprio dos regulamentos, os tempos de



descanso, relaxamento, recreio e diversão. Com efeito, a preocupação principal da educação dos Jesuítas era estimular os alunos à aprendizagem, promovendo a interiorização plena dos conteúdos programáticos através da ação participativa dos educandos (Ó, 2003: 168-170).

O colégio jesuíta surgiu, nos alvares da Modernidade, como uma instituição global que abrangia toda a vida do estudante. O ensino era concebido para além da aprendizagem dos conteúdos curriculares e defendia-se a educação integral. O que a Companhia de Jesus procurou fazer foi montar e testar um dispositivo capaz de responder positivamente aos requisitos da formação moral dos jovens. Este dispositivo esteve na base do sucesso do projeto educativo dos Inacianos, e conferiu-lhes o monopólio das instituições educativas ao longo de quase três séculos. Aspectos como o nivelamento e a hierarquização de conteúdos, a progressão educativa, a diferenciação por idades, a classe homogeneizada, mas ao mesmo tempo a atenção individualizada a cada aluno remontam à Idade Moderna, quando se dá um movimento de proliferação de colégios, para o qual contribuí, em grande medida, a ação religiosa e educativa da Companhia de Jesus.

4. Os *Curricula* na Época Moderna

4.1. As Humanidades e o ensino da língua

A palavra humanidades tem uma história complexa, já que por etimologia do termo combina variações ou contaminações lexicológicas. A primeira remete-nos ao neologismo *humanitas*, pelo qual Varrão e Cícero traduzem o grego *paideia*. A educação tem, assim, como objetivo formar um novo homem, no sentido pleno do termo. A segunda vem da tradição cristã, que distingue as *litterae humaniores* das *litterae divinae* ou *sacrae*, do mesmo modo como literatura profana se distingue de Escritura. A tradição cristã evidenciou o caráter eminentemente laico das humanidades. O terceiro componente semântico do termo diz respeito aos humanistas. Nascido no berço da Renascença, os humanistas são os sábios e os escritores da Antiguidade grega e romana. O termo conserva a marca indelével da sua origem. Entre os ciclos medievais, seja da gramática seja da filosofia, a Renascença humanista abre um curso específico, embora já viesse da Idade Média a tradição de leitura e apropriação desses textos antigos. Na sua origem, o nome de Humanidades foi dado pelos Jesuítas aos estudos intermediários entre os de gramática e os de retórica. A organização escolar que se fixa no século XVI é a mesma que se fixa para colégios seculares ou jesuíticos, e mais tarde em outras congregações, definindo cinco cursos de Humanidades: três de Gramática, um de Humanidades e um de Retórica.

Na história da educação no Ocidente encontramos duas tradições opostas: na primeira a criança aprende de cor os poemas homéricos e prepara-se para o estudo da retórica, para a eloquência e para falar na tribuna; na segunda tradição, dedica-se aos poetas da cidade, denuncia os artifícios da sofística, que ensina a provar algo e a provar o seu contrário. Coloca-se aqui em primeiro plano o ensino e a prática da Filosofia. Este debate, presente na Grécia antiga, conheceu diversas discussões ao

longo da História. Não foi apenas a noção de filosofia que se ampliou para novas conceções do mundo (ligadas ao Cristianismo, como a Escolástica, ou relacionadas a características do mundo moderno, como o pensamento científico), mas também o património literário que se enriqueceu, adotando como suporte duas línguas clássicas, e posteriormente três.

Em épocas diferentes e até numa mesma época, dois tipos de educação foram oferecidos às classes dirigentes ou mais abastadas: uma fundada na natureza, a observação às coisas e ao Universo, permitindo ao homem situar-se no mundo, multiplicar as suas marcas, inscrever a sua ação. A outra vertente apoiada em textos e no estudo da língua, necessária à comunicação, à persuasão, suporte necessário e indispensável do pensamento. A língua é um fator integrador do indivíduo numa nação, numa cultura, numa elite. É também um elemento de partilha com os seus ancestrais e com os seus contemporâneos. O indivíduo que a tradição humanista procura formar é aquele que teve contacto com autores, com a prática dos textos, com a civilização fundadora, pelo exercício da tradução, da imitação e da composição, adquirindo o gosto, a capacidade crítica, a capacidade de julgamento pessoal, e a arte de se exprimir oralmente e por escrito, segundo as normas recebidas. Este ideal que se pretende atingir, no horizonte das humanidades, certamente conhece, alternadamente, um sujeito cristão, do colégio jesuíta, o cidadão das Luzes, o republicano dos liceus modernos. A educação das Humanidades preconizou uma educação global, na sua parte estética, retórica, mas também moral e cívica, produzindo o já referido modelo de homem ideal da sua época.

Se quiséssemos percorrer a história do ensino das Humanidades, estas remontam ao ensino das artes liberais. O modelo por elas proposto remonta ao século IV a.C., e foi fixado por Sócrates, em Atenas, herdado pelos romanos. A literatura latina, os autores romanos e os exercícios de composição em latim constituem o seu eixo. O grego, que conheceu uma extensão variável segundo as épocas, foi considerado um ensino de luxo, mas os textos gregos, quando explicados, foram também centrais neste ensino (Chervel; Compère, 1999: 149-150).

4.2. O ensino das Ciências

Na Europa desenvolviam-se os estudos matemáticos. Descartes, alunos dos Jesuítas, criou a Geometria Analítica e realizaram-se outros importantes progressos (Leite, 1993: 46). Já o estudo das Matemáticas no Brasil teve princípios muito humildes, fazendo, inicialmente, parte da escola de ler, escrever e contar, portanto com as primeiras operações, à altura dos discípulos deste género elementar de ensino. Em 1584 dizia-se escola de ler, escrever e algarismo e, em 1605, lição de Aritmética, nos três principais colégios (Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco).

O estudo da Física era também parte integrante do curso de Artes. No Renascimento, a Matemática tendia a separar-se da Física enquanto disciplina, e nos Estatutos da Univ. de Coimbra de 1559, junto ao curso de Artes e distinto dele, nomeou-se a cadeira de Matemática. A Física, ensinada então nas Univ.s, era a de Aristóteles,



e por ela se pautavam algumas interpretações da Sagrada Escritura. Formou-se a mentalidade positiva de que as Letras Sacras nunca podiam estar em contradição com os fatos físicos certos e averiguados, e que a mudar alguma coisa, teria de ser a interpretação. As experiências físicas do mundo moderno desmoronaram as teorias do mundo físico de Aristóteles e de Ptolomeu. As novas ideias circulavam e entravam oficialmente nas escolas da Companhia. O Colégio das Artes de Coimbra fazia imprimir em 1754 o Compêndio dos Elementos de Matemática necessários para o estudo das Ciências Naturais e das Belas-Letras. Na área das Matemáticas, o Compêndio de Inácio Monteiro, que abrangia elementos de Aritmética, Geometria, Secções cónicas e Trigonometria; dentro da Física noções de Estática, Mecânica, Hidrostática, Aerometria, Hidráulica, Ótica e Eletricidade (Leite, 1949: 166). Nos colégios do Brasil circulavam obras como as de Newton e Boscovich (Leite, 1949: 27).

Não se pode deixar de referir, no âmbito das ciências, a Aula da Esfera, que entre finais do século XVI e meados do século XVIII, foi a mais importante instituição de ensino e de prática científica em Portugal. Funcionando enquanto centro de formação de especialistas científicos de que o país precisava, foi também o centro de organização de alguns dos mais importantes empreendimentos científicos da época, por ali passando nomes eminentes da ciência europeia do século XVII. Criada de 1590 a 1759 no Colégio de Santo Antão, em resposta a um pedido direto do Cardeal D. Henrique, a Aula da Esfera funcionou como a porta de entrada de uma série de inovações e conhecimentos científicos, tornando-se numa instituição de ensino internacional. Inúmeros jesuítas-cientistas, provenientes de colégios europeus, por ali passaram, num processo de circulação e de transmissão científica: pessoas, livros, ideias, conceitos circulavam em trânsito, da Europa para a Ásia e vice-versa.

O nome da Aula faz alusão direta ao ensino da Cosmografia e introdução à Astronomia, temas que usavam como texto o *Tratado da Esfera*, de João de Sacrobosco, uma obra redigida no século XIII, parafraseada e comentada. Segundo Henrique Leitão, os temas que se trataram nessa Aula foram vastos, introduzindo estudos cosmográfico-astronómicos, ensinando Geometria, baseada no estudo dos primeiros livros dos *Elementos*, de Euclides; Aritmética e os rudimentos de Álgebra, Trigonometria plana e esférica, Náutica, Geografia, Hidrografia e Cartografia. Ensinou-se ainda Ótica, Perspetiva e Cenografia, Gnomónica, construção de instrumentos científicos e de máquinas simples, Estática e Hidrostática, técnicas de Arquitetura e Engenharia militar, abordaram ainda assuntos como a Astrologia, ainda que não enquanto disciplina científica (Leitão, 2008: 20).

5. Considerações finais

Os Jesuítas procuraram incutir uma cultura escolar católica nos seus alunos, através da catequização e do ensino. Dominique Julia descreve a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos [...] (Julia, 2009: 9). João Adolfo Hansen referiu

uma cultura escolar jesuítica associada à política católica portuguesa, organizada pela *Ratio*. Como ficou descrito, cabia aos colégios divulgarem essas normas, com vista a um modelo cultural, de padrões distintivos, dentro de um ideal de excelência humana (cf. Hansen, 2001).

O fenómeno de disseminação de colégios foi pontuado por André Petitat como um primeiro momento decisivo da escolarização. Em sua análise, ele observou que os colégios das congregações católicas, das igrejas protestantes e aqueles que eram vinculados às Univ.s tinham dispositivos escolares semelhantes (Petitat, 1994: 76). Do mesmo modo, Dominique Julia assinalou a formação cristã das crianças como uma das finalidades essenciais das Reformas protestante e católica, e o catecismo, nascido da concorrência entre as confissões religiosas, como um fenómeno associado à escolarização (Julia, 2002: 52).

A introdução das séries e das classes escolares deu-se também nos colégios protestantes e católicos do século XVI, disseminando-se e aperfeiçoando-se ao longo dos séculos seguintes (Petitat, 1994: 77). A escola atual muito deveu à matriz pedagógica dos colégios dos Irmãos da Vida Comum, criados nos Países Baixos ainda durante o século XIV, ativos no norte da Alemanha e na Polónia até finais do século XV, que contavam já com um agrupamento de alunos feito por classes, divididas por programas distintos, com o seu professor e com uma sala ou local de aulas. Aqui também se praticava o chamado ensino simultâneo, no qual os alunos das primeiras classes eram ensinados pelos alunos de classes mais elevadas. Do mesmo modo, eram promovidos exames para passagem à classe superior, eram estabelecidos horários, e estimulava-se o aluno ao estudo por meio de atribuição de prémios. Emulação e prémio eram elementos de pacificação e incentivo, e funcionavam como dispositivos normalizadores-disciplinadores (Ó, 2003: 167).

Cada um dos aspetos do ensino dos Jesuítas visavam moldar o jovem estudante: o exame de consciência através da oração, missas diárias, as doutrinas aprendidas pela memória, a vigilância constante do professor, até mesmo na seleção das leituras do aluno, em suma, e como aponta o instrumento unificador da pedagogia da Companhia de Jesus, a *Ratio Studiorum*, apartar os colegiais do caminho dos vícios, mostrando-lhes o caminho da virtude, e nesse sentido, os professores deveriam ser exemplos a seguir (Varela, 1983: 132-133).

As ordens religiosas dedicadas à educação da juventude preocuparam-se, desde muito cedo, em proporcionar aos religiosos que se ocuparam de tal função educativa uma formação especial. No caso concreto dos Jesuítas, a obra de Jouveney, *De ratione discendi et docendi* informou qual deveria ser a imagem do professor e do discípulo (Jouveney, 1900: 85-86). O papel exemplar e interventivo do professor foi assunto sobre o qual o autor insistiu, no século XVII, mostrando que este não só deveria ser modelo de conduta moral e religiosa, para o aluno, mas de igual modo deveria burilar os autores estudados nas aulas, incluindo os pagãos e os profanos, de modo a que estes fossem panegíricos de Cristo (Varela, 1983: 134).

É preciso assinalar que a constituição da infância e a formação de profissionais dedicados à sua educação são duas faces de uma mesma moeda. Os



colégios foram os lugares escolhidos para se ensinar formas concretas de transmissão de conhecimentos e de moldagem de comportamentos que, mediante ajustes, transformações e modificações ao longo de pelo menos dois séculos, permitiram a aquisição de todo um acúmulo de saberes codificados acerca de como pode ser mais eficaz a ação educativa. Só assim se compreendeu a aparição da pedagogia e dos seus especialistas.

Os colégios passaram a ser espaços fechados, nos quais se praticou o regime de internato, evoluindo de locais de residência e de estudo para espaços físicos de clausura, inteiramente separados do resto do mundo por muros altos. (Ó, 2003: 166) Varela concebeu o colégio de um modo muito semelhante, considerando-o um espaço fechado e um lugar específico de instrução e educação, que procurou transformar e moldar as vontades, assim como preservar os enclausurados dos males provenientes do século, inscrevendo-os num espaço moral e neutralizador do exterior, onde se poderia exercer continuamente a vigilância (Varela, 1983: 157).

Este sistema disciplinar foi o primeiro plano da atuação dos colégios jesuítas, tendo em conta que estes foram uma alavanca da revolução do ensino moderno (Ó, 2003: 166).

O segundo plano trabalhou com o conceito-chave de classe que o colégio concebeu. Desse modo, o colégio procurou abarcar um maior número de alunos, e todo o projeto moderno assentou nessa ideia de inclusão de um maior afluxo de alunos. Os alunos passaram a ser uma massa homogênea para ser ensinada, o que designaríamos como classe ou turma, todavia com especificidades, como a faixa etária ou o nível de conhecimentos individual. O agrupamento dos alunos em classes sucessivas obrigou a graduar programas, a encadeá-los pelo nível de complexidade, a seccionar o tempo escolar e a subdividir o espaço. Esta é uma imagem familiar que nos acompanhou até aos dias de hoje, uma vez que aulas são, predominantemente, constituídas por uma sala, uma classe e um professor. Esta combinação não mais será abandonada, privilegiando-se a homogeneização, em contraponto à dispersão, ao mesmo tempo que se individualizava cada aluno. António Nóvoa viu nestes aspetos as referências estruturantes do ensino e do trabalho pedagógico até aos dias de hoje, uma espécie de modelo que se impôs, ao longo do tempo, como via única (Nóvoa, 1995: 27).

Assinalável foi também a questão da individualização do aluno, mudança educativa que se deu entre o século XVI e finais do século XVII, a partir dos conceitos da *Ratio* e das obras de Jouvency, que se debruçaram no conhecimento das faculdades e condições dos colegiais, referindo a eficácia de uma ação educativa que se adaptasse às características de cada um. A *Ratio* procurou responder à necessidade de os Jesuítas conseguirem construir bons católicos, fiéis à Igreja de Roma. No caso de Jouvency, a ênfase foi dada ao trato contínuo com o aluno, às suas qualidades pessoais. Esse cuidado, aparentemente desinteressado, moldava as almas e as direcionava para a fé cristã (Varela, 1983: 156-157).

Os colégios modernos se diferenciaram das Faculdades de Artes medievais pelo fato de sequestrarem os alunos, isolarem o aluno do seu contexto social e familiar. No período medieval não havia divisão de idades no mundo social, nem nas escolas

catedrais e Univ.s, estudantes de diferentes idades conviviam e aprendiam lado a lado (Cf. Ariès, 1981).

Tratou-se da produção histórica de um sujeito, neste caso o aluno, e da produção das estruturas que intervinham sobre as atitudes, disposições e comportamentos dele. Assim, a cultura pedagógica afirmou-se, marcando as competências morais do educando, vinculando-lhe um plano de estudos. Em termos educativos, o ensino nos colégios jesuítas defendeu a produção de um indivíduo capaz de dar o seu contributo particular para a integração moral e cristã da sociedade, através do domínio de várias experiências escolares. Os Jesuítas lançaram mão de uma multiplicidade de jogos estratégicos, procurando formar um sujeito não apenas através dos bancos da escola e dos compêndios utilizados na classe, mas inculcando diversos comportamentos morais.

Mas para além desta prevalecente função moral, as instituições de ensino modernas, nomeadamente o ideário subjacente ao plano pedagógico dos Jesuítas, tiveram a virtualidade de motivar os formandos para a conquista da excelência à luz de um ideário individual de perfeitibilidade que deveria ter expressão no plano da comunidade mais alargada. Ser o melhor cristão possível, ser o melhor professor, o melhor cientista, ser melhor missionário, procurar a excelência em tudo que o se realiza não deixar de articular-se com a ideia de fundo cristão que vai modelar, a partir do século XVIII, o ideal mitificado do progresso humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. LIVRO:

- Ariès, Phillipe. (1981) *História social da família e da criança*. 2.ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Carvalho, Rómulo de. (1986) *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Charle, Christophe; Verger, Jacques. (1995) *História das Univ.s*. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP.
- Durkheim, Émile. (1995) *A Evolução Pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Franco, José Eduardo. (1999) *Brotar Educação: História da Brotéria e da Evolução do Seu Pensamento Pedagógico (1902-1996)*. Lisboa: Roma Editora.
- Gomes (1), Manuel Pereira. S.J. (1996) *Sto. Inácio e a Fundação de Colégios*. Gracos.
- Gomes (2), Pinharanda. (1992) *Os conimbricenses*, Lisboa : Instº de Cultura e Língua Portuguesa.
- Informação en la causa de los Estudios no Reino de Portugal*, Madrid, Luiz Sánchez, 1611.
- Jouvency, J. (1900) *De la manière d'apprendre et d'enseigner (De ratione discendi et docendi)*. Paris: Hachette.
- Leitão, Henrique (2008) *Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.



Leite, Serafim. (1993) *Breve História da Companhia de Jesus no Brasil. 1549-1760*. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa.

Leite, Serafim. (1949) *História da Companhia de Jesus no Brasil*. vol. VI e VII. Lisboa - Rio de Janeiro - São Paulo: Edições Loyola.

Loyola, Inácio de. (1997) *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares*. Parte IV. São Paulo: Edições Loyola.

Ó, Jorge Ramos do. (2003) *O Governo de Si Mesmo: Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal (Último Quartel do Século XIX – Meados do Século XX)*. Lisboa: EDUCA.

Petit, André. (1994) *Produção da escola / Produção da sociedade: análise sociohistórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Rodrigues, Francisco, S.J. (1931) *História da Companhia de Jesus na Assistência a Portugal*. Porto: Apostolado da Imprensa.

2. ARTIGOS EM REVISTAS

Chervel, André, Compère, Marie-Madeleine. (1999) « As Humanidades no Ensino. In: *Educação e Pesquisa*. vol. 25, n.º 2. São Paulo: Univ. de São Paulo, pp. 149-170.

Julia, Dominique. (2001) A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n.º 1, pp. 9-43.

Manso, Maria de Deus. (2009) A Missão dos Jesuítas Eborenses no Ultramar. In: *Revue – Revista da Univ. de Évora*, Ano VI, n.º 10-11, pp. 92-100.

3. ARTIGO / CAPÍTULO DE LIVRO:

Julia, Dominique. (2002) Disciplinas Escolares: Objetivos, Ensino e Apropriação, in: Alice Casimiro Lopes, Elizabeth Macedo (Orgs.). *Disciplinas e Integração curricular: História e Políticas*. Rio de Janeiro: DP&A editora.

Nóvoa, António. (1995) Uma educação que se diz 'nova', in: António Candeias, António Nóvoa, Manuel Henrique Figueira. *Sobre a educação nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos*. Lisboa: Educa.

Urbano, Carlota. (2009) O Padre António Vieira e a Companhia de Jesus, in: José Eduardo Franco (Coord.). *Entre a Selva e a Corte: Novos Olhares sobre Vieira*. Lisboa / Florianópolis: Esfera do Caos, pp. 27-41.

Varela, Julia; Alvarez-Uría, Fernando. (1991) La maquinaria escolar, in: Julia Varela e Fernando Alvarez-Uría, *Arqueologia de la Escuela*, Madrid: Ediciones Endymion, pp. 13-55.

13. FRANCISCO MADRUGA, editora calendário das letras [HTTP://WWW.CALENDARIO.PT](http://www.calendario.pt)

FRANCISCO FERNANDES MADRUGA

Nascido em Mogadouro, Distrito de Bragança a 6 de maio de 1957, vive em Vila Nova de Gaia desde os 4 anos, foi sócio fundador das Editoras Campo das Letras, Campo

da Comunicação, do Jornal *Le Monde Diplomatique* edição portuguesa e da Empresa de Comércio Livreiro, distribuidora da Editorial Caminho.

Foi membro da Comissão Organizadora do III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro. Trabalhou no Jornal Norte Popular e foi colaborador permanente do jornal A Voz do Nordeste. Teve colaboração regular nos Jornais Nordeste, Mensageiro de Bragança e Informativo. Editou em colaboração com a Revista BITÓRÓ a Antologia Novos Tempos Velhas Culturas.

Foi fundador do Fórum Terras de Mogadouro e responsável pela respetiva revista. Foi membro da Direção da APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros durante 2 mandatos.

Foi Fundador da Calendário de Letras, projeto Cultural onde desenvolve a sua atividade profissional. Convidado a estar presente em anteriores colóquios foi selecionado em 2010 para ir ao Brasil, e em 2011 a Macau, divulgar e buscar parcerias editoriais, e apresentar uma pequena mostra com exemplares de autores contemporâneos portugueses (e dos Açores) como Anabela Mimoso, Cristóvão de Aguiar, Chrys Chrystello, Vasco Pereira da Costa, etc. Será o editor da Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos da autoria de Helena Chrystello e Rosário Girão, e da sua versão BILINGUE (Português-Inglês). Igualmente editará a Antologia ou Anuário dos trabalhos dos Colóquios entre 2002 e 2010.



SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

AICL – PASSADO, PRESENTE E FUTURO, FRANCISCO MADRUGA, EDITORA CALENDÁRIO DAS LETRAS TEMA: 3.1.

É sempre ingrato o papel de quem participa nos Colóquios da Lusofonia não na condição de Investigador, mas mais na de observador, interessado na temática, porque não reconhecer que esta participação enriquece igualmente os contactos, as parcerias e as sinergias próprias de um setor que vive desta estreita teia de interesses de quem



investiga e de quem edita para dar a conhecer ao público os trabalhos científicos ou de outros géneros. Do romance, á poesia, ao ensaio e outras temáticas.

Desde que iniciamos a nossa participação nos Colóquios a quando da apresentação de “Cães Letrados” de Cristóvão de Aguiar na CM Lagoa temos acompanhado os diversos Colóquios na qualidade de convidados. Foi assim em Santa Catarina, em Bragança, Macau e agora em Santa Maria.

Desta colaboração resultaram algumas edições que de outra forma eventualmente não caberiam no catálogo da Calendário de Letras.

Aqui editamos sucessivamente os “Contos Tradicionais do Teófilo Braga”, “Aquela Palavra Mar” e “Búzios” de Anabela Mimoso, “O Fogo Oculto” de Vasco Pereira da Costa e “Chrónica Açores” de Chrys Chrystello.

Não pretendemos nem queremos ser a editora oficial da AICL. Estaremos sempre disponíveis para analisar projetos que contribuam para o enriquecimento do nosso catálogo sem compromissos e sem obrigações de parte a parte.

Nos tempos difíceis que vamos atravessando tudo tem que ser devidamente ponderado. A concentração do mercado editorial e de distribuição coloca novos desafios às pequenas editoras. Os compromissos com os nossos parceiros (colaboradores, fornecedores e autores) têm que ser uma constante. Pagar direitos e serviços é o mínimo que se pode exigir. Quando se ultrapassa esta barreira a credibilidade do projeto estará em causa. Não vamos por aí!

Menos disponibilidade orçamental por parte de entidades públicas e privadas vão condicionar a edição de projetos cuja venda comercial se afigure mais difícil.

Neste contexto temos que realçar e agradecer o apoio que o Governo Regional dos Açores tem dado a projetos da Calendário de Letras tais como a edição de “O Fogo Oculto” de Vasco Pereira da Costa e a edição que nestes Colóquios em Santa Maria damos à estampa a “Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos” com organização de Helena Chrystello e Rosário Girão.

De referir igualmente a continuação da parceria para a organização da Festa do Livro do Faial que anualmente decorre na cidade da Horta durante as Festas do Mar.

Tem este preâmbulo o intuito de enquadrar a nossa participação nestes Colóquios de modo a conseguir uma maior clareza de ideias e propósitos.

No plano pessoal e no âmbito da legalização da AICL entendeu o presidente dos Colóquios convidar-me para sócio fundador e para fazer parte dos órgãos sociais.

Neste contexto gostaria de colocar algumas questões que tenho vindo a equacionar e que quero partilhar com todos os presentes.

PASSADO – Viveram estes Colóquios do trabalho, empenho e dedicação do Chrys Chrystello e dos apoios que foi conseguindo angariar.

PRESENTE – A legalização da AICL não veio no fundamental alterar as características do PASSADO. Apenas, o que não é menos importante, veio legalizar os apoios recebidos e tornar a vida da Associação mais clara.

FUTURO – Diz-me a experiência pessoal da participação em diversos projetos que este tipo de Associações tem que ter obrigatoriamente uma grande dose de militância, mas

que tem que tender para uma organização mínima e para gerar receitas próprias que consolidem e desenvolvam o projeto.

Chrys Chrystello não é eterno, mas se ele não existisse nas condições que conhecemos, não haveria Colóquios.

É fundamental repensar os Colóquios numa perspetiva da sua sustentabilidade.

Angariar novos sócios individuais e coletivos.

Ancorar a AICL a alguma entidade que esteja disponível para anualmente receber a Organização dos Colóquios.

Garantir a realização nos Inst^{os} Politécnicos ou Univ.s aderentes de encontros temáticos descentralizados, que permitam a divulgação dos Colóquios anuais.

Tentar junto do setor privado apoios em troca de divulgação das respetivas marcas.

Que me desculpem o nosso Presidente, os Patronos e os Participantes, mas a manterem-se as atuais circunstâncias a participação vai diminuir, não pela falta de interesse, mas pelos custos da mesma.

Passaremos inevitavelmente para um Grupo de discussão na internet que não sendo mau é pouco significativo.

Acho que deveríamos perder algum tempo a discutir estas questões para ganharmos aquilo que é mais importante “a continuação com visibilidade da AICL e dos Colóquios da Lusofonia”.

14. HELENA CHRYSTELLO, EBI maia+ AICL, COLÓQUIOS DA LUSOFONIA *suplente*



(M^a) HELENA FERREIRA DA COSTA SIMÕES CHRYSTELLO

Vice-presidente da direção, membro dos comités científico e executivo dos colóquios desde o primeiro, preside ao secretariado e é moderadora de sessões.



Helena Chrystello tem uma licenciatura em Ensino, variante de Português – Francês e mestrado em Relações Interculturais, subordinado ao tema Da Língua à Interculturalidade: um estudo de caso pela Univ. Aberta; curso superior de secretariado do Instº Superior de Línguas e Administração (ISLA), Lisboa; Certificat Pratique de la Langue Française, Université de Toulouse – Le Mirail e Certificado de Aptidão Profissional – Bolsa Nacional de Formadores, Instº do Emprego e Formação Profissional.

Lecionou, desde 1976 / 1977 e durante vários anos no ensino básico, secundário e profissional (coordenadora de cursos e da PAP – Prova de Aptidão Profissional).

Foi assistente na Escola Superior de Educação de Bragança, na área científica de Língua Francesa (2002 / 2005) e supervisora de estágios.

Foi tradutora da PNN-LUSA, Sydney, Austrália, proporcionando serviços de apoio de tradução, interpretação e comunicação social, nos campos linguístico, literário e técnico em congressos (1995-2005).

Foi tradutora de Francês Técnico de programas para cursos técnico-profissionais da CICOPN (1986 / 1988).

Participou e foi oradora em vários congressos nacionais e internacionais, com trabalhos publicados em atas e revistas científicas da especialidade.

Pertence à ACT / CATS 'Association Canadienne de Traductologie'.

É Vice-Presidente da Comissão Executiva, membro da Comissão Científica e Preside ao Secretariado Executivo dos Colóquios da Lusofonia (em Bragança e S. Miguel, Açores). Membro nomeado do júri do Prémio Literário da Lusofonia (anual) de 2007 a 2009.

Compilou em colaboração com a professora Doutora Maria Rosário Girão dos Santos (Univ. do Minho) uma Antologia de autores açorianos contemporâneos (originalmente destinada ao currículo regional) cuja edição bilingue (PT-EN) será pré lançada no 16º colóquio.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

A CATARSE DE CRISTÓVÃO DE AGUIAR

TRABALHO CONJUNTO COM ROSÁRIO GIRÃO, MANUEL J. SILVA TEMA: 1.1.

15. ILYANA CHALAKOVA, UNIV. DE SÓFIA ST. KLIMENT OHRIDSKI, BULGÁRIA

ILYANA CHALAKOVA *ausente*

de nacionalidade búlgara, licenciada em Filologia Portuguesa pela Univ. de Sófia St. Kliment Ohridski, mestre em Tradução e Redação pela mesma instituição e mestre em Estudos Sobre as Mulheres pela Univ. Nova de Lisboa; presentemente está no fim de um processo de doutoramento em Literatura Portuguesa Contemporânea em Sófia. Trabalha como jornalista de economia para o serviço económico sobre Portugal da ADP News, e professora auxiliar de português língua não-materna, tradução económica e tradução teatral, assim como tradutora de português na Univ. de Sófia. As suas

publicações e interesses científicos perpassam as áreas da produção literária e artística no feminino com foco sobre o código corporal, literatura erótica, texto dramático português contemporâneo, literaturas africanas de expressão portuguesa, tradução e transferências culturais. Publica tradução e crítica literária na imprensa e edições especializadas na Bulgária, Portugal e Europa Central e do Leste.

Publicações principais:

Níveis de construção do contraste na escrita feminina de Paulina Chisinau. Dicotomias presentes e possíveis, in *Atas do Colóquio Internacional de 15 Anos de Filologia Portuguesa Univ. de Sófia St. Alimenta Ohridski*, Nov.º 07. Já tomou parte em vários Colóquios da Lusofonia desde 2007.



É SÓCIO DA AICL.

TRADUPOÉTICAS: POESIA AÇORIANA PELAS TERRAS DE VASCO
PEREIRA DA COSTA, ILYANA CHALAKOVA, UNIV. DE SÓFIA ST.
KLIMENT OHRIDSKI TEMA: 1.1. / 4.1

(ausente APRESENTADO POR HELENA ANACLETO-MATIAS)

A comunicação tem por objetivo apresentar um projeto de tradução literária, especificamente debruçado sobre a expressão poética açoriana de Vasco Pereira da Costa. O projeto ideado e elaborado para o **Jornal Literário** de Sófia selecionou nove poesias da coletânea "Terras" do autor, dentre elas **Prima Terra**, **Ofélia** e **O Sétimo Dia**. As nove poesias, tal qual as nove ilhas açorianas, se transpuseram para a língua búlgara pela mão da tradutora que tal qual verdadeiro viajante transpôs e se transpôs pelo imaginário mais próximo e mais distante. O espírito fervente não se contentou com a simples criação da versão e foi além: pensou e repensou as transferências culturais, juntou ingredientes comuns, trocou impressões numa tensão de tocar o universal, errou pela terra-mãe e disseminou-se em vivências, até resultar numa introdução para-tradutória que não pôde faltar à *suprema empresa*.

O texto que se lança aqui representa o fruto de uma breve reflexão sobre um processo tradupoético que não se separa da inspiração pessoal e da dádiva humana.



1. Da génese duma terra do imaginário. Introdução

A maneira como surgiu este projeto pode ser definida como uma terra do encontro e caracterizada de instantânea. O primeiro foi um encontro real no espaço físico e a segunda – uma característica do que se dissolveu como café instantâneo pelo corpo em absorção rápida – combateu o sono da espera e estimulou a imaginação recetiva. O encontro macaense abraçou-se à impaciência moscovita da passagem, intermediado pelo objeto da oferta que neste caso usou o método do refrescamento para se entranhar. O pensamento de quem leu, sendo desprovido da habitual resistência da rapidez e totalmente entregue à mais subtil influência da lentidão, não se recusou e rendeu-se às grandezas de fantasiar o que poderia resultar daquela leitura. À medida que ia lendo, sorria, comprazia-se, escolhia, sublinhava, metia entre as linhas letras estranhas às feições românicas do texto. Até que cedeu ao cansaço.

O despertar moveu as intenções para a elaboração frenética do plano de tradução poética. A escolha subjetiva da tradutora impacientou-se a contornar uma terra própria dentro das “Terras” que percorreu anteriormente. Os contornos deixaram no meio do novo campo nove poesias – **Ofélia, Ios, Paros, Thera, O Sétimo Dia, Uma Escultura Inuit, Cosmogonia Cogui I**, com o abrir da **Prima Terra** e o fechar da **Terra Derradeira** a repetir a original conceção da coletânea. Como tanto o fluir da reflexão como o trabalho da tradução precisavam de se movimentar entre os pedaços que constituíam o novo terreno acrescentou-se o aparelho em voo – **Em Louvor do Boeing 737**. Após o processo de delineamento do novo espaço, constituído pelos textos, passou-se à transposição dos mesmos para o búlgaro que, além da transição de costume, implicou também uma construção poética adicional. A combinação dos dois afinal levou ao desdobrar de uma elaboração poética de segundo grau: o grau da partida, impressionador, constante influenciador, sólido; o grau da ordem adicional – dado, jubiloso, principiante na grande tarefa que fantasiou e cujo terreno tão poucas vezes frequentou; neste decorrer dos acontecimentos não se tratou porém de um grau de partida e outro de chegada, formando os dois um eixo de entrelaçamento entre o texto de partida e o de chegada, tratou-se antes da criação de um círculo mais complexo entre uma expressão poética original e uma re-expressão poética imaginada, envoltos no pano de fundo de uma suposição de arquétipo poético correspondente à expressão de origem e capaz ser funcional em mais re-expressões imaginadas do que a presente: perceba-se aqui a introdução que acima chamámos de para-tradutória. Tais planos de *delimitar, recriar e preparar o terreno* imaginado conheceram a presença material numa das edições setembristas do **Jornal Literário** de Sófia. Os confins orientais a que se estenderam estes versos açorianos abrigaram-nos numa página-postal que levou o devido selo e carimbo. Se chegou a tempo, de quem foram as mãos pelas quais passou, qual foi a receção que lhe foi dada, o futuro saberá responder. O que é certo por agora é que se falou na *terra* mas

2. Qual terra?

Os artigos sobre o vocábulo “terra” nos dicionários da língua portuguesa são razoavelmente compridos e perpassam sentidos a começar com “planeta”, passar por “solo” e chegar a “localidade” e “pátria”; o problema da definição sobrecarrega-se ainda mais se formos juntar “o continente” da “terra firme” ou “a vida eterna” da “terra da verdade”. O que sem dúvida envolve numa relação estreita as mais variadas nuances dos sentidos é a presença da noção da fronteira: existe uma linha a delimitar o planeta do resto do Sistema Solar, o solo das outras camadas, a localidade da vastidão erma a rodeá-la, o continente dos oceanos, a infinidade da eternidade da vida finita. A fronteira põe uma linha divisória entre contextos de traços semelhantes mas possuidores de pormenores cuja importância estabelece a impossibilidade do relacionamento baseado no princípio da igualdade. O ímpeto pela diferenciação revela ter valor divisório e opera a segmentação da terra universal em terras segregadas.

No caso concreto das leituras búlgaras e da versão nesta língua eslava das **Terras** de Vasco Pereira da Costa apresentava-se uma complexidade extrema de perceção da noção da terra e da sua segmentação: haveria uma terra de origem e se sim, possível ou não a sua nomeação? onde é que cabia o conjunto das terras lançadas na coletânea – abrigava-se no seio duma mãe superior ou insistia na sua maioria de idade, demonstrando existência autónoma, apesar de gravitar à volta das feições do parentesco? de que maneira se operava a viagem de uma terra para outra, ou seja como se passavam as fronteiras entre as terras – encadeavam-se viagens uma após outra sempre a sair do mesmo ponto de partida ou seguia-se um caminho progressivo? tinha a viagem um fim ou representava um girar vertiginoso por uma circunferência que tendia sempre a relembrar a sua relação com o centro por meio do raio? como é que se reduplicava a viagem na tradução, qual a imagem que o segundo grau da *terra poética* demonstrava e atingia a versão a mesma recetividade por parte de quem não tinha a *relação do raio* com o centro?

2.1. De onde vem? Como é a sua terra?

São duas perguntas que qualquer aluno num curso inicial de língua estrangeira é instigado a exercitar ou duas curiosidades que qualquer viajante a uma terra estrangeira é quase obrigado a satisfazer em relação à que pertence de origem. A questão da pertença quanto à pergunta donde vinha¹⁷ a produção literária de Vasco Pereira da Costa e como era esse terreno de criatividade constituía a principal dificuldade logo no princípio da tal introdução para-tradutória de que se falou um bocado acima.

¹⁷ Preferiu-se aqui o verbo simples em vez dos derivados “provir” ou “advir” pela hesitação entre o significado do influenciado do passado ou influenciador do futuro!



O nome das Ilhas dos Açores, só por si, apresentava a mais exótica sonoridade para o ouvido búlgaro – a noção que fazia surgir na mente falava de alguma terra fragmentada no meio dum oceano, mais próximo do Continente Europeu: tudo isto se a ignorância, ou melhor, o distanciamento (em todos os sentidos: físico, político e cultural) não confundisse aquela “beleza inquestionável” (apesar de ignorada!) com outros *bocados* visíveis acima de outras superfícies de outros mares; e na melhor das hipóteses a imagem açoriana coincidia com uma noção de pertença ao complexo conjunto da instituição política, social e cultural portuguesa. Neste sentido vinha a primeira dúvida: qual era a terra de que vinha o presente projeto de tradução poética? – tratava-se de uma originalidade açoriana ou portuguesa? em que se iria falar: em literatura açoriana ou em literatura portuguesa, ou em literatura açoriana no seio da literatura portuguesa? No fundo da hesitação que se avolumava a única certeza de que se dispunha era a convicção de que o simples conceito da nacionalidade e ainda menos o da regionalidade não resolvia de maneira alguma o problema.

Passou-se à reflexão sobre o que foi feito até à data presente: a verdade é que nunca se falou nas páginas do **Jornal Literário** de Sónia em literatura portuguesa, dentre os artigos de interpretação literária, as traduções de autores e respetivas introduções de obras e vidas deles; falou-se em nomes, não simplesmente portugueses mas lusófonos¹⁸ – apresentaram-se vozes lusófonas, entre as quais poderíamos enumerar aqui Herberto Helder, Lídia Jorge, José Eduardo Agualusa, Luísa Costa Gomes, Inês Pedrosa, Paulina Chiziane, Jacinto Lucas Pires, Paula Tavares, José Luís Peixoto, Rui Zink; quase nunca se identificaram nacionalidades, pelo contrário, criaram-se expectativas de texturas literárias que simplesmente partilhavam o arquétipo da terra-língua – usavam o mesmo fio de tecer mas teciam de forma diferente, nisso contava-se com a sensibilidade de quem lia distinguir, estabelecer dentro de si mesmo, as diferenças. Nunca se pensou que mais cedo ou mais tarde viria o momento em que tinham de se dar os primeiros toques no quadro que seria a imagem, incerta claro, mas identificável na hora de rebuscar as leituras antigas, abstrair-se do texto concreto e edificar um comentário geral. Melhor, nunca se pensou que o princípio nacional ou regional na literatura fizesse sentido numa iniciativa de promoção de tão modesto tamanho e caráter voluntário. A iniciativa sempre partiu do princípio que Julia Kristeva (2004) defendeu em relação à suposta coletividade feminina, ou seja, o génio não tem sexo nem género e assim sendo, não teria também nacionalidade. O próprio percurso franco-búlgaro dela confirmava a existência de um génio extranacional que não se deixava prender pelas origens nem pelos novos destinos e se desdobrava para um influenciar global. Semelhantes pensamentos porém, apesar de serem enraizados na profundidade de quem mais abertamente os partilhava, distanciavam ainda mais a mente da tarefa do enquadramento do projeto: tinha de se falar em literatura, tinha de se falar em literatura portuguesa e tinha de se falar em literatura açoriana. A decisão tinha sido tomada: desta vez aflorar-se-ia o nacional e o regional, e esboçar-se-ia um

¹⁸ A própria explicação do conceito da lusofonia, para o público geral na Bulgária e claro está, para aquele não especialista em ciências humanas, representava outro desafio – tinha de se

quadro geral. Na balança tinha pesado a força do exótico que a simples palavra “açorianidade” exerceria na imaginação do leitor búlgaro por causa da mais completa convicção na “força sedutora” dos processos de titularização, assim como a define nas suas conceções Kleo Prothristova (2003).

No seu prefácio à **Nove Rumores do Mar. Antologia de poesia açoriana contemporânea** Vamberto Freitas escreve:

“Se a literatura é também o reflexo principal da territorialidade e história de um povo, a literatura açoriana, como componente integrante da literatura portuguesa, é indiscutivelmente marcada por coordenadas temáticas muito próprias, a sua estética, do mesmo modo, tem sido moldada por essa peculiar geografia de fronteira marítima entre a Europa e as Américas, por uma condição simultaneamente desse isolamento e do sentimento de pertença ao restante país e aos mundos de *miragens no outro lado do mar*.” (Freitas 2000: 15)

Nas imaginações do leitor por fora da área da pertença a perspetiva da geografia linguística realmente dispõe a literatura açoriana no campo da literatura portuguesa, mas não se poderia negar que a geografia da mais simples localização física isola e limita (felizmente não em termos criativos) a produção literária das nove ilhas atlânticas. O isolamento, que nutre a diferenciação criativa, nunca perde a oportunidade de lançar à mesa a questão sobre a literatura açoriana e o seu lugar extracanônico dentro da literatura portuguesa. As forças centrífugas e centrípetas da criatividade açoriana em relação ao Portugal continental são admiráveis e encontram-se em perfeita sintonia com as novas características de um “país cada vez menos (e ainda bem) homogéneo” (Freitas 2000: 13). A força centrípeta tem na mira o último, isto é, a polifonia das comunidades de criadores que culturalmente têm posturas anti-essencialistas. A força centrífuga, por sua vez, esforça-se por perder o laço com a complexa imagem, ainda em vigor, da produção literária nacional, muitas vezes carregada de subtis conceções colonialistas no seio da cultura que compreende mas teima em continuar a negar a textura polivocal do seu volume. Por isto tudo, percebe-se o porquê da definição de “epopeia” que Freitas dá a todas as iniciativas quanto à literatura açoriana. Certa epopeia foi também a publicação das poesias de Vasco Pereira da Costa na Bulgária.

A “terra”, fragmentada e fluida pelo meio do Atlântico, desta vez tinha escolhido o sentido oposto às tradicionalmente esperadas Américas e vinha ao canto mais oriental do continente europeu apresentar uma das suas vozes. E essa sim, precisava de introdução perante as expectativas do leitor distante.

2.2. Ilhéu

Além da relatividade do tempo e das fronteiras geográficas a oscilar, a temática açoriana é dita existencialista e centrada sobre a vida na ilha. De acordo com Eduardo Bettencourt Pinto, organizador da antologia acima referida, na ilha pode-se nascer de duas maneiras: “do corpo duma mulher ou pelo fulgor da sensibilidade” (Pinto 2000: 159). Para

recorrer, quase sempre, ao paralelismo com a francofonia, introduzindo a especificidade, no primeiro caso, da língua portuguesa e a sua expansão geográfica.



Vasco Pereira da Costa são válidas as duas: a primeira um pouco antes da metade do século passado e a segunda – desde sempre. A sua formação filológica como se o instigasse pelo caminho da criação literária. A este ponto no jornal vinha uma breve referência às conquistas, mais próximas e mais distantes, da sua expressividade, tanto criativa como pedagógica e afinal iluminadora. O presente texto prescinde de tal informação visto que os seus leitores saberão tudo e mais relativamente à questão.

Mesmo assim, mereceu ter sido feita esta menção da origem de ilhéu que deixou a marca dos fenómenos naturais a amontoar-se em paisagens cuja força metafórica recriava o universo interior do poeta; os lugares das imagens naturais a transformar-se em personagens verdadeiras. Mas quais lugares e cujas personagens? O que se confirma é a ideia da ilha na imaginação açoriana como invariável ponto de partida e de chegada. Freitas faz a recensão da última coletânea, **Fogo Oculto**, de Pereira da Costa do passado junho com a única palavra “regresso” – o mover-se de fora para (dentro?) a ilha (Freitas 2011: 15). O “regresso”, porém, advém da viagem na busca de outros mundos (sem fundos) e pessoas, errância por entre as “miragens no outro lado do mar”. Foi precisamente uma viagem à qual se convidou o leitor búlgaro.

3. Percorrer e imaginar

Chegar e partir – a falta de fixação na vivência da emoção em Pereira da Costa serve-se das alas do ímpeto *mecânico* da “aeronave” que se encontra em perfeita harmonia com a natureza da liberdade do voar por e do voar para. Em **Terra de Lídia**, como nos relembra Bettencourt Pinto, Maria Orrico *percebe* que “ninguém chega aos Açores mais do que uma vez. O primeiro passo nas ilhas é definitivo e irrevogável, marca-nos para o resto da vida o corpo em viagem.” (Pinto 2000: 9) A terra, mãe verdadeira ou madrasta cuidadosa para os autores do arquipélago, é a sensação primária de perpétuo influir e diluir, falta de estática, personalidade multifacetada, presença que engana ter limites enquanto disfarça a real extensão infinita. A marca da extensão, nomeada viagem, é a fibra na qual se enfiar as trinta e quatro poesias da coletânea **Terras** – expressão da pluricontinentalidade, mas com mundividência e simbolismo assinalavelmente atlânticos. O existencialismo açoriano, em que se falou antes, apoia-se nas sete terras e duas terras-mães escolhidas para a tradução, nas palavras “ilha”, “mar”, “terra”. A lição a tirar do destino e das andanças do ilhéu esconder-se-á na tentativa de passar a compreender a limitação quantitativa do “menos” como vontade qualitativa de se avolumar e desdobrar em “mais”. A extensão que se opera durante o dito desdobramento invariavelmente toca o Outro. A vontade de se captar a presença do Outro que povoa as *terras no outro lado* em Vasco Pereira da Costa apoia-se em profundas referências culturais que facilitam a passagem pelos lados búlgaros, que fazem possível o encontro do leitor forasteiro com a sensibilidade açoriana. O interiormente vivido pelo ilhéu ao enfrentar o Outro é servido com sabor a peregrinação a um Outro de segunda ordem. A este paladar não lhe falta o comum do repensar a Criação – uma reflexão pacata, compreensiva da imperfeição e sabedora das múltiplas combinações que derivam do ato criativo e que fazem a vivência quotidiana

multifacetada e *grande*. Semelhantes pontos comuns aliciam o leitor de fora a percorrer mundividências alheias, sentir por meio da palavra emoções distantes, refletir o global e esquecer pelo menos por instantes as inclinações para o heterogéneo.

O ato a percorrer a que se vê convidado o leitor búlgaro implicará sem falta o instrumento da imaginação e a este ponto o que fará sentido nos tempos a seguir da publicação será a análise da receção literária em vez da tradicional análise da produção literária.

Por agora, porém, nos dias que precedem a saída do número cujas páginas acariciarão o cheiro açoriano duma Terra já arquetípica, ficará a dúvida perante a impossível distinção de mar e terra, perante a sua união num só, numa mãe no horizonte que antes de tudo se sente, inclusive por quem a imagina a um segundo grau – o da receção búlgara.

Agitação perante a iminência da viagem veemente.

Num Boing por nove terras.

Leitura dócil...

Imaginação em alerta emotiva

Sobre a Terra.

Nota final: Lamenta-se aqui a impossibilidade de apresentar a cópia digital da edição do **Jornal Literário** a incluir a tradução da seleção das **Terras** de Vasco Pereira da Costa, que foi a intenção inicial desta publicação. Pede-se desculpa pela (se calhar exagerada) carga emotiva das modestas linhas acima que saíram pelos dedos de quem no e em princípio intentou somente traduzir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. Bettencourt Pinto, Eduardo (org.) (2000) *Nove Rumores do Mar. Antologia de Poesia Açoriana Contemporânea*, Lisboa: Instº Camões.
2. Freitas, Vamberto (2000), “Prefácio” a Bettencourt Pinto, Eduardo (org.), *Nove Rumores do Mar. Antologia de Poesia Açoriana Contemporânea*, Lisboa: Instº Camões.
3. --- (2011), “Num Outro ‘Regresso’ a Casa” in *Açoriano Oriental*, 20 de maio de 2011, 15.
4. Kristeva, Julia (2004) “Is There a Feminine Genius?” in *Critical Inquiry* 30 (Spring).
5. Протохристова, Клео (2003) *Западно-европейска литература. Съпоставителни наблюдения, тезиси, идеи*, Пловдив: Летера.

16. JOANA POMBO SOUSA TAVARES NETA DE DALBERTO POMBO, TRABALHA NO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DALBERTO POMBO

JOANA POMBO SOUSA TAVARES, 27 anos (21 / 09 / 1983), licenciada em Biologia Marinha pela Univ. dos Açores no ano de 2006, desde cedo se fascinou pela área da biologia pela influência do seu avô, Dalberto Teixeira Pombo. Durante a sua frequência na Univ. dos Açores, foi membro do Grupo de trabalho de Ficologia, sob orientação de



Doutora Ana Neto e foi coautora de um poster e de um artigo científico, na área da Zonação Intertidal. Enriqueceu a sua formação académica com estágios na área de Educação Ambiental, na delegação de Ponta Delgada da Quercus e no Oceanário de Lisboa, onde desempenhou funções na área de alimentação dos animais existentes, assim como no Controlo de Qualidade de habitats. Foi responsável, sob coordenação do Museu Carlos Machado, da catalogação e tratamento da coleção particular de Dalberto Pombo e sua posterior exposição no Centro de Interpretação Ambiental Dalberto Pombo, do qual é atual Coordenadora.

DALBERTO POMBO, JOANA POMBO. NETA DE DALBERTO POMBO, CENTRO DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL DALBERTO POMBO TEMA 2.1

Dalberto Teixeira Pombo, natural de Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo, nasceu a 9 de novembro de 1928.

Foi viver para a ilha de Santa Maria no ano de 1952 por razões profissionais, onde permaneceu o resto da sua vida.

Açoriano de coração, desde cedo se interessou pela geobiodiversidade local, pouco conhecida na época, investigando-a *in loco*, nos diversos passeios e recolhas entomológicas direcionadas sempre para temática da Educação Ambiental - *Sem qualquer esforço eles compreendem porquê e como devemos proteger o meio que nos rodeia, pois andam DENTRO dela, verificando pessoalmente os inconvenientes que pretendemos hoje combater.* (Dalberto Pombo, 1985).

Desde pequenas colheitas de insetos a etiquetagem internacional de Tartarugas Boba, Dalberto Pombo contribuiu para o enriquecimento do Biologia e Ecologia Local e Internacional, que lhe conferiram a designação do restritivo específico *pomboi* em cinco espécies - uma pulga-do-mar, dois escaravelhos e dois ácaros - que, através das suas colheitas foram dadas a conhecer à Ciência Internacional.

Dalberto Pombo, Naturalista Mariense através da sua paixão pela natureza, paixão que rapidamente se contagiava, contribui a longo prazo para o conhecimento que possuímos atualmente da Biogeodiversidade da ilha, porque *trabalho de menino é pouco mas quem o perde é louco* (Dalberto Pombo, 1985).

I. Vida e Obra

Dalberto Teixeira Pombo nasceu a 9 de novembro de 1928 em Almofala, Figueira de Castelo (Guarda). Filho de António Maria Nascimento Pombo e Dulce Costa Teixeira, estudou no Liceu Nacional de Portalegre, no qual terminou o Curso Geral dos Liceus, em 1945, com sonho de seguir Medicina. Sonho este que abdicou, de forma a acompanhar sua mãe, por questões de saúde durante o destacamento militar em Macau do seu pai, Tenente Militar de profissão. Em Santa Maria casou com Noémia Pombo com quem partilhou 52 anos da sua vida, teve três filhos, sete netos e um bisneto.



Fig. 1: Fotografia de Dalberto Pombo. Fig. 2: Dalberto Pombo, em 1964 na Aeronáutica Civil.

A sua vida profissional inicia-se assim em 1950, na Repartição de Finanças de São João da Madeira, até ingressar na Direção Geral da Aeronáutica Civil, em 1952 como escriturário de tráfego, com colocação na ilha de Santa Maria, sendo posteriormente Despachante de Mensagens (Figura 2) e, já na ANA-EP Aeroportos de Portugal, foi Tesoureiro, onde se reformou em 1988.

Dalberto Pombo desde cedo se apercebeu que Santa Maria era um mundo por descobrir! Autodidata nas Ciências Biológicas, tornou-se um Naturalista com conhecimentos aprofundados na área da Entomologia, Paleontologia e Botânica, sendo a sua maior dedicação, o ensino dos mais jovens no âmbito da Biologia e Educação Ambiental. Neste âmbito criou, no final da década de sessenta, o Centro de Jovens Naturalistas (CJN), através do qual Dalberto Pombo incumbia nos jovens locais o gosto pela natureza, através de passeios pedestres, observação de aves e recolha / preparação de insetos para futuras coleções (Figura 3).





Figura 3: Preparação de coleções entomológicas e observação de aves migratórias.

Figura 4: Cartazes de divulgação do Centro de Jovens Naturalistas, elaborados por Dalberto Pombo.

De forma a explorarem novas biodiversidades, o CJN realizou viagens à Serra do Gerês e às Dunas de São Jacinto, assim como ao Grupo Central do Arquipélago dos Açores (figura 4) de forma a colaborar com um investigador alemão na determinação de uma nova subespécie da espécie da Borboleta endémica *Hipparchia azorina* no referido grupo.

As atividades realizadas pelo CJN, assim como os dias comemorativos ambientais eram acompanhados por folhetos, cartazes desenhados pelo próprio Dalberto Pombo de forma a cativar os jovens a participar (Figura 5).



Figura 5: Postal do Dia Mundial da Árvore, elaborado por Dalberto Pombo e divulgação de lições de Xadrez.

Como resultado de alguns destes trabalhos, em outubro de 1970 o Centro de Jovens Naturalistas edita o volume nº 1, de quatro "Boletins dos Jovens Naturalistas". Os boletins ilustravam atividades realizadas pelo CJN, ensinamentos na temática da biologia (e.g. preparação de Lepidópteros e Coleópteros e como organizar uma coleção de geologia), assim como algumas curiosidades de ciências biológicas (Figura 6).

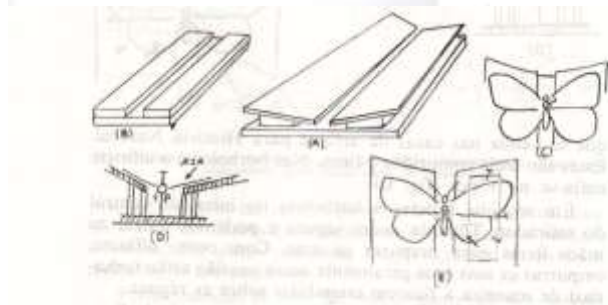


Figura 6: Capa do 1º Boletim dos Jovens Naturalistas e esquema do processo de preparação de Lepidópteros.



Paralelamente, fundou o Agrupamento 294 do Aeroporto, do Corpo Nacional de Escutas do qual foi posteriormente Chefe de Agrupamento durante cerca de 20 ano, acompanhando-o em todas as suas atividades, e *sempre à escuta* para as suas curiosidades, encontrava-se sempre disponível para os esclarecer e ensinar, recorrendo sempre à brincadeira.

A curiosidade sempre constante de Dalberto Pombo tornou-se um estilo de vida. A vontade de aprender e de descobrir o mundo que o rodeava, levava-o a estar sempre preparado para as ocasiões, fazendo-se sempre acompanhar de caixas de fósforos e pequenos tubos para recolha, caso encontrasse algo “Magnífico”.

Após alguns anos a residir em Santa Maria, Dalberto Pombo questionou-se sobre a presença de Tartarugas Marinhas, nomeadamente da espécie *Caretta caretta*, uma vez que estas não nidificavam na ilha, e apresentavam um padrão constante na sua ocorrência (tamanho e época).

De forma a satisfazer a sua curiosidade, Dalberto Pombo elaborou placas de metal numeradas com a seguinte inscrição “*Please send to Dalberto Pombo ...*”. Com colaboração dos pescadores locais, iniciou-se a etiquetagem das Tartarugas Marinhas, com alguma recompensa monetária de forma a garantir o sucesso do retorno das tartarugas ao mar.

Mais tarde (durante a década de 70), e contactado pelo Dr. Archie Carr, investigador do Departamento de Biologia da Univ. da Florida, Dalberto Pombo colabora

no estudo da referida Univ. que tinha como principal objetivo determinar a localização das Tartarugas Marinhas durante o “Ano Perdido” (Gráfico 1).

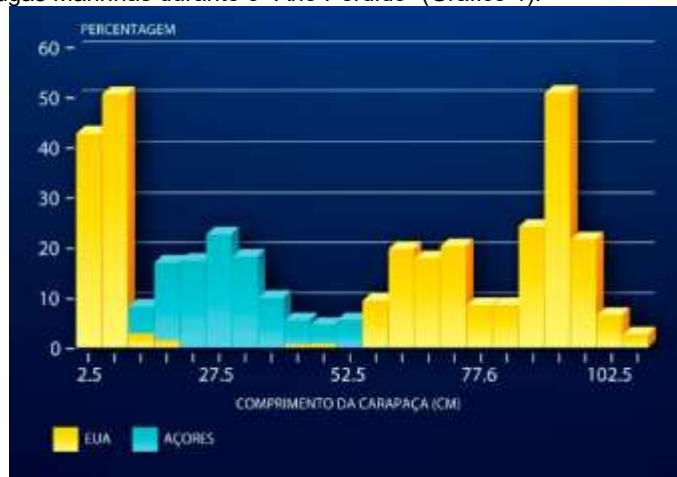


Gráfico 1: Gráfico dos registos da Univ. da Flórida e dos Açores, as ocorrências de *Caretta caretta* do estudo “Ano Perdido”.

Eram já conhecidos os primeiros dias de vida do ciclo de vida, após saída do ninho em praias das costas americanas, e o seu retorno após cerca de dez anos, com meio metro de medição de carapaça. Com os primeiros conceitos de Corrente do Golfo, os Açores eram um provável local para localizar a presença das tartarugas seguidas por Dr. Archie Carr.

Após alguns anos de etiquetagem (figura 7) por parte de Dalberto Pombo e do CJN, e seguidamente pelo Departamento de Oceanografia e Pescas da Univ. dos Açores, as primeiras tartarugas foram detetadas ao longo das costas americanas, atestando assim a teoria e curiosidade de ambos.

A constatação de que, em Santa Maria verificavam-se lacunas em diversas áreas de estudo, permitiu colaborar com diversos investigadores internacionais, nacionais e regionais que detinham o “Mr. Pombo” como referência na ilha.



Figura 7: Etiquetagem por parte do Jovens do Centro de Jovens Naturalistas

Estas contribuições resultaram em diversas atualizações da fauna dos Açores, nomeadamente de artrópodes, como é o caso do artigo de Ed. Luna de Carvalho, (1984) *Coleópteros colhidos nos Açores pelo Major Bivar de Sousa, entre julho de 1978 e agosto de 1979 (incluindo alguns apanhados por Dalberto Teixeira Pombo na ilha de Santa Maria)* * (*Insecta, Coleoptera*), que determina novas espécies para a ilha de Santa Maria, nunca dantes registadas.

Mais tarde, Pérez-Iñigo (1992), Investigador do Museu Nacional de Ciências Naturais de Madrid, publica um artigo que se baseia exclusivamente em estudo efetuados a partir de colheitas enviadas por Dalberto Pombo. Como resultado são determinados 716 exemplares, sendo sete espécies e 3 subespécies novas para a Ciência, incluindo a espécie *Humerobates pomboi* (Figura 8 c) denominado em homenagem ao seu coletor.

São cinco as espécies com terminologia *pomboi* - uma pulga-do-mar (*Ampithoe pomboi* Matheus & Afonso, 1974), dois ácaros (*Humerobates pomboi* Pérez-Iñigo 1987; *Damaeus pomboi* Pérez-Iñigo, 1992) e dois escaravelhos (*Tarphius pomboi* Borges, 1991; *Athous pomboi* Platia & Borges 2002), resultado de agradecimentos e homenagens a Dalberto Pombo pela sua paixão e curiosidade da biodiversidade de Santa Maria.

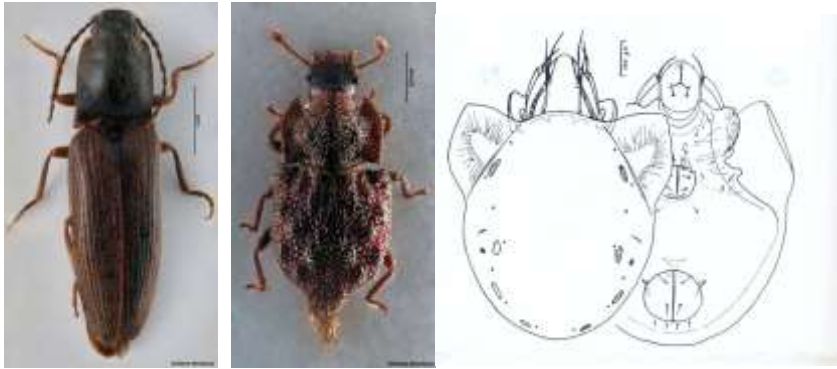


Figura 8: Espécies pomboi a) *Athous pomboi*, b) *Tarphius pomboi*, c) ilustração do *Humerobates pomboi*



Na sua constante procura do conhecimento Dalberto Pombo identificou-se com a filosofia da Ordem da Rosa Cruz, da qual foi membro, tendo esta influenciado o seu modo de vida.

Segundo esta teoria os homens podem desenvolver as suas potencialidades para se tornarem melhores, mais sadios e felizes. O rosacrucianismo tem por objetivo levar o Homem ao autoconhecimento e à manifestação da sua real natureza espiritual a fim de contribuir para a evolução de toda a Humanidade.

A crença nesta filosofia levou-o à realização de dois programas de rádio na Estação Emissora do Clube asas do Atlântico: *O Oculto*, sobre fenómenos paranormais e *Pirâmide* sobre questões religiosas, nomeadamente na Crença de Deus.

O conhecimento que possuía da Geobiodiversidade de Santa Maria era revelado com a paixão com que transmitia aos mais novos e graúdos, realçando o seu

lema que “*trabalho de menino é pouco, mas quem o perde é louco!*”, enfatizando assim a ideia que o mínimo *bichinho* coletado pode revelar grandes descobertas.

Em agosto de 2007 o seu espólio foi cedido à Secretaria Regional do Ambiente e do Mar com intuito de fazer parte da exposição do Centro de Interpretação local, que seria denominado mais tarde por *Centro de Interpretação Ambiental Dalberto Pombo*.

Em maio de 2008, pela dedicação à defesa do Património Natural, contributo para a sensibilização, conservação da Natureza e o seu trabalho voluntário em prol da formação dos jovens, Dalberto Pombo foi distinguido, em título póstumo, pela Assembleia Regional Legislativa Regional dos Açores com a Insignia Autonomica de Mérito, na Categoria de Mérito Cívico.

Dalberto Pombo faleceu a 11 de dezembro de 2007, deixando um legado de influências, de inspiração, de transmissão de conhecimentos que serão sempre reconhecidos.

E como dizia Dalberto Pombo “*e terminamos satisfeitos pelo facto de estas nossas “PEGADAS” não se verem...*”

II. Bibliografia

- Pérez-Iñigo, Carlos (1992), “*Oribatid mites (Acari, Oribatei) from the Azores Island II*” in *Açoreana* 7 (3): 345-370.
- Luna de Carvalho, Ed. (1984) “*Coleópteros colhidos nos Açores pelo Major Bivar de Sousa, entre julho de 1978 e agosto de 1979 (Incluindo alguns apanhados por Dalberto Teixeira Pombo na ilha de Santa Maria)*” * (*Insecta, Coleoptera*) ” in *Boletim da Sociedade Portuguesa de Entomologia* nº 49 vol. II.

17. JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007





JOÃO MALACA CASTELEIRO licenciou-se em Filologia Românica em 1961, e doutorou-se em 1979, na Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa, com uma dissertação em Sintaxe da Língua Portuguesa.

É, desde 1981, professor catedrático na mesma faculdade.

Tem lecionado e coordenado a cadeira de Sintaxe e Semântica do Português, no âmbito da licenciatura, e vários seminários nas áreas da Sintaxe, Léxico e Didática, no âmbito do mestrado.

Foi diretor de investigação do Centro de Linguística da Univ. de Lisboa, conselheiro científico do Instº Nacional de Investigação Científica e presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987.

Tem coordenado e colaborado em diversos projetos de investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro, em articulação com organismos como o Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação, entre outros.

É professor convidado na Univ. da Beira Interior, no Departamento de Artes e Letras.

É membro da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1979, e foi até 2009 presidente do seu Instº de Lexicologia e Lexicografia.

Ao longo da sua carreira de professor orientou já mais de meia centena de teses de doutoramento e de mestrado.

Ganhou o Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra, da Sociedade de Língua Portuguesa, em 1981, agraciado pelo Governo Francês com o grau de Cavaleiro das Palmas Académicas, em 1986.

A sua bibliografia, iniciada com a tese de licenciatura em 1961, é constituída por muitas dezenas de estudos dedicados à linguística e à lexicologia.

Editou obras como *A Língua e a Sua Estrutura*, *A Língua Portuguesa e a Expansão do Saber*, *Nouvelles perspectives pour l'enseignement du portugais en tant que langue étrangère*, *A Língua Portuguesa em África e A Língua Portuguesa no Oriente: do séc. XVI à Atualidade*.

Foi o coordenador *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* e o responsável pela versão portuguesa do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*.

Tem participado em congressos e conferências, dentro e fora do país, apresentando e publicando textos científicos.

Assumiu funções institucionais:

Conselheiro Científico do Instº Nacional de Investigação Científica, ao longo de 20 anos,

Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa ou Presidente do Instº de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa desde 1991.

Para além da sua intensa e produtiva atividade docente, tem dedicado a sua carreira ao estudo da sua língua, e a sua extensa obra de investigação inclui inúmeros livros e artigos científicos.

Assumiu também a responsabilidade por Projetos de Investigação de grande importância, como *Português Fundamental*, *Estruturas Lexo-Gramaticais do Português*

Contemporâneo, o *Dicionário eletrónico do Português Contemporâneo* ou o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*.

Tem colaborado na qualidade de Professor Visitante ou de Professor Convidado com diversas instituições, nomeadamente a Univ. de Macau e o Instº Politécnico de Macau, e dirigido várias Teses de Mestrado e Doutoramento.

O reconhecimento dos seus méritos e do seu trabalho traduz-se em especial no respeito que académicos de todo o mundo têm demonstrado pela sua obra, pelos inúmeros convites para que participe em Conferências e Seminários Internacionais, recebeu do governo Francês o Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, julho de 1998.

A 26 de abril de 2001 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República Portuguesa com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

É **patrono dos Colóquios da Lusofonia** e dos Encontros Açorianos da Lusofonia desde 2007 e um convicto defensor da adoção das regras prescritas pelo Acordo Ortográfico de 1990 em cuja conceção participou.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

18. JOÃO COSTA SIMÕES CHRYSTELLO, ASSESSOR TÉCNICO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

BRAGANÇA 2009



FLORIPA,
AÇORIANÓPOLIS 2010



MACAU 2011



JOÃO CHRYSTELLO (N. 1996).

Membro supranumerário dos Colóquios devido à impossibilidade legal pela sua idade. Frequenta o 10º ano da Escola Secundária da Ribeira Grande (Informática), São Miguel, Açores.

Apesar de muito jovem, desde 2008 tem-se mostrado um excelente assessor como assistente técnico, responsável – entre outras atividades - pela gravação e verificação das Atas / Anais em CD / DVD e milhentas pequenas coisas invisíveis que ele consegue



colocar a funcionar, nas áreas tecnológicas (desde conversão de obscuros tipos de ficheiros e programas ao roaming dos telemóveis / celulares).

Em Bragança (2009 e em 2010), no Brasil 2010 e Macau 2011, desempenhou já de forma eficaz e sóbria, as funções de sonoplasta e luminotécnico, além de prestar um inestimável apoio informático a todos os oradores, às sessões culturais paralelas e à organização dos colóquios.

16. LUCIANO PEREIRA, Departamento de Línguas da Escola Superior de Educação, Setúbal, Portugal suplente

LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA, luciano.pereira@ese.ips.pt.

Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Português / Francês)

- Mestre em Literaturas Medievais Comparadas
- Doutor em Línguas e Literaturas Românicas
- Provas Públicas para Professor Coordenador

1. Comunicações e artigos:

- *L'interculturel, l'audiovisuel et l'enseignement des langues*
- *As cores da língua portuguesa como expressão de cultura*
- *A cultura açoriano-catarinense na obra de Franklin Cascaes*
- *Paiva Boléo e a cultura açoriano-catarinense.*
- *A representação da Ilha na literatura de temática açoriana*
- *A representação da Arrábida na literatura portuguesa*



2. Ensaios:

- *O universo do imaginário*
- *Os bestiários franceses do Século XII*
- *O bestiário e os contos tradicionais portugueses*
- *A fábula em Portugal*

3. Unidades Didáticas para alunos do Ensino Complementar da Língua Portuguesa na Alemanha (em colaboração):

- *A cidade*
- *O mundo das línguas*

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Professor do Ensino Secundário. (Setúbal, 1982 / 1986)
- Formando, Orientador pedagógico, Assistente, Professor Adjunto e Professor Coordenador (Escola Superior de Educação de Setúbal, 1986 / 2010)
- Colaborador da Divisão do Ensino do Português no Estrangeiro da Direção Geral de Extensão Educativa (1990 / 1995)
- Coordenador do Ensino da Língua e Cultura portuguesas - Embaixada de Portugal em Bona (1995 / 1996)
- Coordenador do Departamento de Línguas da Escola Superior de Educação de Setúbal (2002 / 2005 e 2010)
- Vice-Presidente do Conselho Diretivo (2005-2008)

- ***É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.***

A LAGOA DAS SETE CIDADES – CRISTALIZAÇÕES DE MEMÓRIAS, MITOS E LENDAS. LUCIANO PEREIRA, COORDENADOR, DEPTº DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO E DA LINGUAGEM TEMA: 3.1.

A Lagoa das Sete Cidades situa-se no interior de um cone de estrato vulcânico. Formada, segundo alguns, por dois lagos contíguos, a verdade é que o contraste entre a cor azul e a cor verde das águas de cada um deles oferece um dos mais esplendorosos espetáculos naturais. Tanta beleza tem, ao longo dos séculos, incendiado a imaginação dos homens que foram projetando, nas suas águas, velhos mitos diluvianos de continentes e cidades perdidas; velhas profecias apocalípticas e algumas memórias mais ou menos traumáticas. Nas suas margens aprenderam a sublimar os medos e a curar a dor, deram-lhes formas literárias e criaram lendas de encantar. Alguns viram nela vestígios do grande continente que teria constituído a Atlântida descrita por Platão; outros confundiram-na com a Ilha dos Bem-Aventurados ou com a ilha de São Brandão; outros, ainda, lembraram-se dos castigos divinos, do dilúvio, das cidades pecaminosas, de Sodoma e Gomorra e das catástrofes que engoliram cidades ricas e opulentas como forma de castigo divino pela luxúria, pela injustiça e pela falta de compaixão, como se julgava ter acontecido com várias cidades e aldeias dos países baixos, onde se desenvolveu, desde a Idade Média, todo um ciclo de lendas em torno das cidades desaparecidas, engolidas pelo mar ou afundadas em lagos e lagoas, no fundo dos quais, ainda hoje, muitos conseguem ouvir o chamamento dos sinos nas noites de Natal.

1. As versões da lenda

Várias são as versões da lenda que conhecemos sob o nome genérico da lenda das sete cidades. Centrámos-nos no núcleo das versões que nos pareceram mais antigas, as que melhor articulavam os seus mitos clássicos com as angústias do pensamento medieval, afastámos assim as versões ou características que exibiam uma estilística poética excessivamente pronunciada, tal como se tornou de bom gosto com o



romantismo no século XIX. As versões, hoje mais difundidas, na ilha, terão sido criadas após a sua colonização e apresentam fórmulas poéticas excessivamente rebuscadas. Apresento aqui um extrato de uma delas que me foi transmitida diretamente numa das minhas viagens a São Miguel, no âmbito de um dos Colóquios da Lusofonia. Conta a história os amores contrariados entre um pastor e uma jovem princesa. Parece-me apresentar menos interesse do ponto de vista do imaginário, pela frequência e recorrência do tema dos amores contrariados que levam à morte dos dois intervenientes, e pela ausência dos núcleos míticos relacionados, por um lado com os espaços utópicos e por outro com os castigos, de tipo diluvianos, que constituirão o verdadeiro núcleo desta comunicação: “Um abismo os separava / Que um rei cruel o cavou / Lá no fundo havia fogo / E a princesa então chorou. // Chorou princesa e pastor / E as lágrimas corriam / Que dois lagos se formaram / Sete cidades se viam. // Sete cidades no fundo / Dos lagos que se beijaram / Um é verde, outro é azul / Cor dos olhos que choraram.” As versões divulgadas por Gentil Marques (1977), por Fernanda Frazão (s.d.) e por José Viale Moutinho (2005) foram, certamente, as que granjearam maior divulgação junto do conjunto da população portuguesa. O núcleo mítico permanece rigorosamente o mesmo, embora divirjam em pormenores narrativos, apresentando o primeiro autor, aqui citado, a versão mais literária e mais elaborada e o último uma versão mais adequada aos mais jovens, isto é, mais resumida e mais simplificada.

Já José Leite de Vasconcelos, em *Contos Populares e Lendas* (1969, II, 862-863), referia Arruda Furtado, *Nas Ilhas Encantadas* relembrou um artigo de um jornal dos Açores de 1926, em que o Dr. Humberto de Bettencourt apresentava uma alocução aos alunos da Escola Normal Primária intitulada: “A lagoa das sete Cidades – Razão deste nome na história e na lenda micalense.”: “Quando a gente portuguesa, em princípios do século XV, se lançou arrojadamente na empresa de desvendar os mistérios do Mar Tenebroso, fê-lo ainda muito imbuída das ficções e lendas maravilhosas, que desde a mais remota antiguidade andaram sempre ligadas à existência desse Mar e das terras desconhecidas que na sua imensidão se ocultavam. Uma dessas ficções, e das que mais vivamente impressionavam as imaginações do tempo, era a que se referia à existência, em longínquas paragens oceânicas, numa ilha, chamada das Sete-Bispos ou das Sete-Cidades, por nela se presumir a localização doutros tantos centros urbanos, de avantajada grandeza e suntuosidade, em que se congregavam importantes núcleos de população cristã da Península Ibérica, emigrada da mesma na época das invasões dos Árabes...” A lenda permite situar com alguma precisão os acontecimentos do ponto de vista temporal e histórico, tendo-se dado a realização da viagem no ano de 1040. “Os bispos seriam neste caso moçárabes, acompanhados por muçulmanos da tribo Al-Kabya, tendo partido da cidade de Lisboa. Noutra versão, os bispos terão partido do Porto.” (Paulo Pereira, 2006, IX, 31).

Outra, que nos parece mais antiga, afirma-se como uma lenda histórica recheada de elementos míticos, faz referência a um rei poderosíssimo, senhor de uma ilha continente, fora das colunas de Hércules, em pleno Atlântico, onde reina a justiça, a paz e a sabedoria. Muitos julgaram reconhecer nesse continente a famosa e esplendorosa civilização da Atlântida descrita por Platão. Infelizmente, segundo a versão de Gentil

Marques, a infertilidade da sua esposa tornara-o triste e taciturno, cada vez mais irado, insensato, irrefletido, cruel, injusto, rancoroso, impaciente, impulsivo e exacerbado, espalhando o ódio e a guerra. Após uma violenta disputa com a rainha, apareceu-lhe uma luz em forma de mulher que lhe anunciou que Deus se havia compadecido do sofrimento da rainha e que em breve seriam pais de uma filha, linda como o sol, todavia, para penitência dos seus pecados, o rei ficava proibido de a ver durante os seus primeiros trinta anos. A princesa teria que ser guardada dentro de um palácio guardado por sete cidades, cercadas por intrançáveis muralhas de bronze. A desobediência a esta proibição seria punida com a sua morte e a aniquilação do seu reino por um imenso cataclismo. O rei tudo fez tal como a luz lhe ordenara, voltou a ser um bom rei, mas com o tempo voltou a cair numa profunda depressão causada pela saudade da imagem e a ausência do carinho da filha. A saudade tornou-o impaciente e, sofrendo, voltou às fúrias até enlouquecer e partiu a caminho do castelo guardado pelas sete cidades: “Quando chegou junto das muralhas altas e fortes, desembainhou a espada e descarregou sobre elas um terrível, um espantoso golpe, em que pôs toda a sua impaciência de alma e todo o sofrimento do seu coração. Nesse mesmo momento, houve um ruído imenso, a terra estremeceu e das suas entranhas saíram enormes línguas de fogo... O mar, numa fúria indomável, cresceu sobre a terra e envolveu-a completamente... As nuvens e as ondas misturaram-se, confundiram-se, num cenário de tragédia.” (Gentil Marques, 351). Do cataclismo sobraram apenas nove bocados de terra que constituíram o arquipélago dos Açores. O palácio onde vivia a linda princesa transformou-se na lagoa das sete cidades; de um lado, azul, pela cor do seu vestido; do outro, verde, pela cor dos seus sapatos.

Fernanda Frazão prefere sublinhar a dimensão medieval da versão eventualmente moçárabe aqui referida, recorda a antiga Antília, porto sonhado por navegadores e aventureiros das descobertas marítimas. Conta-nos que o filho do próprio Cristóvão Colombo testemunhara o fascínio que tal ilha exercia no imaginário do pai que lhe motivou desejos de partida e de busca. Algumas cartas de marear anteriores aos descobrimentos, enquanto projeto organizado, traziam, de facto, figurada, a oeste da costa portuguesa, uma enorme ilha com o nome de ilha das Sete Cidades. Conta-nos que uma lenda do tempo da invasão de Tarique, no ano de 711, relata-nos que um grupo de sete bispos fugiu da península com todos os cristãos que o desejaram, embarcando na voz do Douro em busca de segurança e paz, aportando numa ilha paradisíaca onde cada bispo terá fundado uma cidade com governo próprio. Tal fora a sabedoria dos seus governantes que se estruturara uma sociedade ideal, possibilitando a todos um desenvolvimento espiritual e filosófico que só as utopias podiam oferecer. Conta que alguns navegantes lá terão chegado fortuitamente e terão trazido ao infante D. Henrique um punhado de areia da praia onde um ourives de Lisboa extraiu bastante ouro. Os homens em questão terão desaparecido do reino quando os mandaram lá regressar. A ilha fabulosa nunca mais foi achada. Relata a lenda que, certo dia, um enorme cataclismo desmoronara os maravilhosos palácios e as muralhas das sete cidades, enquanto ondas alterosas se encarregaram de apagar aquele paraíso da face da terra. No seu lugar ficaram nove pequenos pedaços de terra, perdidos na imensidão



do mar: “Tudo quanto restou foi a memória do paraíso fabuloso e duas belíssimas lagoas, uma verde, outra azul: a Lagoa das Sete Cidades.” (Frazão, 123)

2. A Atlântida, a Ilha dos Bem-Aventurados, a Antília e São Brandão

A Atlântida foi vencida pela sua própria avidez e sede de conquista. A sua ambição fê-la afastar-se da retidão e da justiça. Perderá a guerra contra a sabedoria de Atenas e será destruída pela ira divina. É essa mesma avidez e sede de riquezas que levará os portugueses a esquecerem os valores que determinaram a fundação e a consolidação da sua nacionalidade, levando-os a um empreendimento que custará a vida a milhares de seres humanos: “Pois nesse tempo podia atravessar-se esse mar. Nele existia uma ilha, diante dessa passagem a que chamais, segundo dizeis, as colunas de Hércules. Esta ilha era maior que a Líbia e a Ásia reunidas.” (Traduzido por Fernando Martinho a partir de Platão, *Œuvres complètes*, t. X Timée, Les Belles Lettres, Paris, 1956 in Droz, 162; Plato, II, 440) “Durante numerosas gerações, e enquanto dominou nelas a natureza do deus, os reis escutaram as leis e permaneceram ligados ao princípio divino, com o qual tinham parentesco. Os seus pensamentos eram verdadeiros e grandes em tudo; usavam de bondade e também de discernimento em presença dos acontecimentos que sucediam e uns em relação aos outros. Assim, desdenhosos de todas as coisas para além da virtude, faziam pouco caso dos seus bens: transportavam como um fardo a massa do seu ouro e das suas outras riquezas, não se deixavam embriagar pelo excesso da sua fortuna, não perdiam o domínio sobre si mesmos e caminhavam retamente. Com uma clarividência aguda e lúcida, viam bem que todas estas vantagens aumentavam pelo afeto recíproco unido à virtude, e que, pelo contrário, o zelo excessivo para com estes bens e a estima que por eles se tem fazem com que eles próprios se percam, e que também a virtude pereça com eles. Por efeito, deste pensamento e graças à presença persistente do princípio divino neles, todos os bens que acabamos de enumerar não cessavam de crescer em seu proveito. Mas, quando o elemento divino começou a diminuir neles, por efeito do cruzamento repetido com numerosos elementos mortais, quando dominou o carácter humano, então, incapazes daí em diante de suportar a sua prosperidade presente, caíram na indecência. Pareceram disformes aos olhos dos homens clarividentes, porque tinham deixado perder os mais belos dos bens mais preciosos. Pelo contrário, aos olhos de quem não sabe discernir que género de vida contribui verdadeiramente para a felicidade, foi então que pareceram perfeitamente belos e bem-aventurados, cheios como estavam de avidez injusta e de poder. E o deus dos deuses, Zeus, que reina pelas leis, e que certamente tinha o poder de conhecer todos estes factos, compreendeu que disposições miseráveis tomavam esta raça, com um carácter primitivo tão excelente. Quis aplicar-lhes um castigo, a fim de os fazer refletir e de os reconduzir a uma maior moderação. Para este efeito, reuniu todos os deuses, na sua mais nobre morada: esta situa-se no centro do Universo e vê do alto tudo o que participava do Devir...” (Traduzido por Fernando Martinho, a partir de Platão, *Œuvres complètes*, t. X Critias, Les Belles Lettres, Paris, 1956 in Droz, 164-165; Platon, II, 546-547).

A Atlântida passou a ser uma metáfora de um espaço de perfeição, um paraíso terreal, uma promessa de eterna sabedoria e felicidade tanto para cristãos como para muçulmanos, tão real que passou a ser procurada por homens santos, aventureiros e representada nas mais antigas cartografias medievais: “Foi de Lisboa que partiram os Aventureiros quando da sua expedição que tinha como objetivo saber o que o oceano encerra e quais são os seus limites, como dissemos. Existe em Lisboa, junto dos banhos termais, uma rua com o nome de Rua dos Aventureiros. Eis como as coisas se passaram. Reuniram-se oito homens, todos primos-irmãos. E depois de terem construído um navio de transporte, embarcaram nele água e víveres em quantidade suficiente para uma navegação de vários meses. Fizeram-se ao mar ao primeiro sopro do vento leste. Depois de terem navegado uns onze dias, chegaram a um mar cujas ondas espessas exalavam um odor fétido e ocultavam numerosos recifes que dificilmente eram visíveis. Receando perecer, mudaram a direção das velas e correram para o sul durante doze dias e atingiram a ilha dos Carneiros, assim chamada porque numerosos rebanhos de carneiros pastavam sem pastor e sem ninguém para os ajudar.” (Coelho, António Borges: 54, 55). O trecho incendiou tanto a imaginação da época que continua a fazer parte do imaginário poético contemporâneo: “- Há alguns anos, foi desta cidade, a mais ocidental de todo o al-Andalus e do mundo conhecido, que partiu um grupo de oito aventureiros, todos eles primos-irmãos, cujo objetivo era descobrir o oceano e os seus limites. Reuniram-se no mesmo local onde nos encontramos neste preciso momento e combinaram a sua façanha. Construíram, então, um navio de carga e lançaram-se ao mar. Não conseguiram, porém, passar além de umas ilhas que encontraram no mar alto e, segundo contaram no regresso, foram atacados por bandos de aves de rapina da família dos falcões, chamadas açores.” (Santos, Alberto: 173, 174.) Não há dúvida que o texto árabe ou eventualmente moçárabe referido por António Borges Coelho faz alusão a uma das versões da Navegação de S. Brandão: “Singravam com vento em andamento ligeiro, pois Deus era o seu guia. Por mar correm grande parte do ano, e aí vão avistando muitas maravilhas e suportando grandes canseiras. Pareceu-lhes avistarem terra tão longe quando a podiam divisar. Sem demora, para ali se dirigem, velas desfaldadas e mãos nos remos. Ao chegarem lá, amarram o navio na praia e entram em terra. Nessa terra avistam ovelhas sem número, todas de velos brancos e de tamanho que ultrapassa o dos veados.” (ed. Crítica: Nascimento, Aires A., 1998, 151). Narciso Armando aproveitou, de forma encantadora, todo este imaginário lendário e poético na sua monografia romântica *Terra Açoriana*: “É esta a lenda remota da Atlântida, que a Idade Média não esqueceu. Os antigos historiadores orientais tinham falado desse grandioso continente desaparecido. As tradições e lendas medievais guardaram a recordação confusa de terras perdidas no Oceano imenso, povoadas e civilizadas, imersas em bruma, mistério e encanto. Quando, pela Europa além, renasceram a arte, a filosofia e o esplendor dos velhos tempos clássicos e as trevas medievais principiaram a dissipar-se, uma nova aurora pairou sobre o Mundo. Mas as antigas lendas maravilhosas continuaram a povoar a imaginação dos povos. Afugentados da Terra os fantasmas do passado, era no Mar que eles ainda



encontraram refúgio, entre nevoeiro misteriosos e longínquos, na amplidão das águas, que se perdiam no infinito vago e tenebroso. Para a fantasia tétrica e fatalista duns, o Mar era semeado de ilhas de morte, povoadas de monstros horrendos. Para a imaginação poética e crente doutros, o Mar, em vez de Inferno, era Paraíso, semeado de ilhas de maravilhosa riqueza e encanto, povoadas de gente feliz e bem-aventurada. A Ilha de S. Francisco, a Ilha de S. Brandão eram terras abençoadas, onde a vida corria santa e sem pecado. A Ilha das Sete Cidades, a Antília, era vasto império oceânico, onde um príncipe cristão imperava sobre povos crentes e piedosos. Assim, como lá para o Oriente, no interior da Ásia, imperava, num reinado feliz e secular, o famoso Prestes João, separado da Cristandade pelo mar imenso da Moirama; assim, lá para o Ocidente, no meio do Atlântico, reinava, na Antília fabulosa, o famoso Tartarax, também cristão e crente, separado da Cristandade pelo deserto imenso das águas.” (Narciso, Armando, 1932, s.p.).

3. As Sete Cidades e as cidades submersas e sepultadas

Não nos alongaremos sobre a densa simbólica universal atribuída ao número sete. Representa a totalidade do tempo e do espaço, uma totalidade de um dinamismo total. Sete são os dias da semana, os planetas conhecidos pelas civilizações clássicas, os graus da perfeição, as esferas ou graus celestes. Recorrente na Bíblia, representa a totalidade humana, simultaneamente masculino e feminino no Talmude; familiar ao Islão, e em particular ao ismaelismo, sete são as voltas que o fiel deve dar à Caaba durante a sua peregrinação à Meca. Chevalier e Gheerbrant (1994, 605) referem que a famosa obra de Nizami, *As Sete Princesas*, junta a simbologia das cores à da astrologia: “cada um dos sete palácios tem a cor de um dos sete planetas; em cada um deles encontra-se uma princesa de um dos sete climas.” O tema das sete colinas sagradas está subjacente ao estabelecimento de grandes cidades imperiais: Roma, Constantinopla, Lisboa... A cidade que assenta em sete colinas, a cidade formada por sete núcleos ou sete colinas, institui-se como um centro poderosíssimo onde espaço e tempo ganham uma dinâmica sagrada fundindo o homem, a sociedade e o cosmos numa dimensão intemporal e atópica (Paulo Pereira, XIV, 2006, 129-130). O motivo do encanto que rodeia certas das cidades sepultadas por castigos é bastante recorrente na tradição portuguesa e europeia em geral. Na Beira Baixa, na Serra da Estrela, diz-se ter havido uma cidade perto da Lagoa Escura, onde viveu um pastor que muito viajava guiado por uma estrela que terá dado o nome à Serra (J. Leite de Vasconcellos, II, 1969, 869). Na península da Troia em frente a Setúbal diz-se que existia uma cidade que se arrasou toda com a areia que caiu do céu por castigo e que ainda hoje existe muitos tesouros por debaixo daquela areia, o que do ponto de vista arqueológico não deixa de ser relativamente verdade: “Grande peixe é a baleia, / Que lá no mar se criou! / Três dias choveu areia, / Quando Troia s’arrasou!” (J. Leite de Vasconcellos, II, 1969, 871). Em Maiorca (Capdepera) também se refere a existência de uma cidade encantada que é conhecida com o nome de Paradela e que os velhos pescadores de Artá asseguram ser a mítica e lendária Troia (Sabrafín, 2001, 57).

J. Leite de Vasconcellos cita Franz Schemarsel, *Die Sage von der Untergangene Stadt*, p. 58 (Berlim 1913) para referir que em certas ocasiões vêem-se as suas antigas habitantes a lavarem-se, a pentear-se e a fiarem, tal como as nossas Moiras. A tradição francesa associa frequentemente *Mélusine* a tesouros encantados e a cidades submersas. Refere que em lendas bretãs, normandas e flamengas, em certos dias, em particular na noite de Natal, haja que já tenha ouvido, vindo dos fundos dos lagos o dobrar dos sinos a chamar para a missa do galo. O homem medieval não concebe o castigo divino apenas no inferno, teme a ira de Deus como uma das suas manifestações neste mundo, tal como acredita nos milagres enquanto recompensas concretas dos que os merecem pelo seu esforço e virtude. Os castigos não recaiam apenas sobre os indivíduos, mas sobretudo sobre as sociedades e as cidades pecaminosas tal como acontecera com Sodoma e Gomorra (Gênesis 19: 24-28). O coletivo teme a ira divina quando se afasta da palavra de Deus. O egoísmo coletivo, o orgulho, o esbanjamento de alimentos, a exibição de incalculáveis fortunas perante a miséria, as privações, as doenças e os maus-tratos são sentimentos que atormentam o inconsciente coletivo, tal como todo o tipo de perversões e de má governação em que o exercício do poder é discricionário e autocrático baseado no medo, na tortura e na humilhação. Os Países Baixos, pela sua situação geográfica, e pelas riquezas geradas pela sua intensa atividade comercial destacam-se na construção desse tipo de imaginário. É evidente que reais e constantes inundações de terras literalmente arrancadas e conquistadas ao mar estão na base da formação de numerosas lendas que irradiaram por toda Europa e acompanharam uma população que se via obrigada a emigrar pelos cataclismos naturais e pelas constantes rixas e guerras causadas pela cobiça e pela ganância. Em alguns casos Deus envia um mensageiro para por à prova o amor ao próximo, mas é sempre junto dos pobres que encontra acolhimento, encontramos o mesmo tema na mitologia grega e que Ovídio (1966, 221-224) retomou nas suas *Metamorfoses* (Filemon e Baucis): “*Jadis, il y eu de cela bien des siècles, Léau était une ville riche et fière, remplie de bâtiments splendides et de châteaux, si bien que les princes pensèrent même en faire leur capitale. Les grosses tours grises se dressaient fièrement vers le ciel, symbole des riches orgueilleux qu’elles abritaient. C’était en vain que le pauvre mendiant frappait à la porte des châteaux, elles restaient closes ou si elles s’ouvraient c’était pour laisser sortir un chien qui chassait les pauvres gens. (...) Leur prière fut entendue : par une froide nuit de Noël, Dieu envoya l’ange Gabriel, habillé en mendiant vers l’orgueilleuse ville des riches. Priant et mendiant, l’ange alla de porte en porte, mais partout se heurta à des refus cruels et à des injures. La coupe était pleine. Léau devait cesser d’exister. Une bise cinglante souffla sur les fortifications, chassant la neige dans l’air obscurci, une terrible tempête approchait. Sur l’ordre de Dieu, le sol s’affaissa, des vagues sauvages déferlèrent en hurlant sur les murailles puissantes, l’eau monta toujours plus haut, tout fut renversé et dans un grand cri de désespoir, la ville s’enfonça dans l’abîme, engloutissant les riches pendant qu’ils festoyaient.*” (Marquet e Roeck, 1980, 282-283). Em todos os tempos, as grandes calamidades ajudaram alimentar a imaginação popular que interpretava esses fenómenos da natureza como castigos divinos. Gregório de Tours relata que no ano 580, no quinto ano do reino de Childeberto,



grandes dilúvios castigaram várias regiões da Gália franca sob o domínio dos Merovíngios (Grégoire de Tours, 1980, 17-19 e 41-43).

4. Conclusão: Entre a Lenda e a História

De todo o que ficou dito, penso poder afirmar que o imaginário da Lenda das Sete Cidades reforça o que, desde Gaspar Frutuoso, sabemos quanto à originalidade da genética e da cultura açoriana e em particular micalense. Em primeiro lugar reforça o contributo mediterrânico, sem menosprezar os contributos do Norte da Europa com particular destaque para o núcleo flamengo. Relativamente a São Miguel, parece-me que a provável colónia de africanos ou mouriscos não pode de nenhuma forma ser desvalorizada e terá sido tão importante para a sua primeira identidade cultural quanto a colónia de reinóis, com maior domínio dos algarvios e alentejanos. “O grande número de mouriscos, criados do Infante D. Henrique, sugere o caráter quase compulsivo da colonização micalense logo numa fase inicial, explicável quer pela debilidade das correntes migratórias, quer pela especificidade do clima da ilha (...) Qual o estatuto jurídico desta primeira leva de mouriscos? Da leitura das fontes fica-nos a impressão de que se trataria de homens semilivres (servos), mas posteriormente os “mouros” serão recrutados como escravos.” (Santos, 1989, I, 132).

Numa segunda fase teremos que ter em conta um número significativo de degredados e perseguidos pela justiça, verificando-se até alguns casos de bigamia. Mais tarde encontraremos gente oriunda de todo o reino desde Entre-Douro e Minho até ao Algarve, sem menosprezar os das Beiras e da Estremadura. O Povoamento das ilhas fez com sofrimento, talvez até alguma desumanidade: “Nós sabemos, pela história, como se fez, de forma tão desumana, o povoamento da ilha de S. Tomé, começado em 1486 com portugueses, na maioria degredados por comutação de pena de morte, e escravos que se iam buscar à costa da atual Nigéria para ficarem a seu serviço nos trabalhos agrícolas. Em 1493, foram juntar-se-lhes 2000 crianças judias de ambos os sexos, com menos de oito anos de idade, arrancadas a seus pais, expulsos de Castela no ano anterior” (Campos, Viriato, s.d., 97). A lenda é constituída de medos, pesadelos, sonhos e superstição, mas também de religiosidade, uma religiosidade intimamente ligada às forças da natureza e, em particular, ao vulcanismo: “De todas as ilhas, aquelas onde o povo é mais religioso, de uma religiosidade feita de temor, sincera, sem fanatismo, mas nebulosa e apavorada, é São Miguel. Esta feição do espírito religioso do micalense, que aliás também existe, posto que em menor grau, nas outras ilhas e se traduz, como nota Arruda Furtado, na designação de castigo, aplicada não só às grandes catástrofes, como a pequenas desgraças triviais...” (Ribeiro, 1983, 525).

A Laqa das Sete Cidades constitui uma das mais perfeitas cristalizações do temor popular em relação à ira divina. Segundo Bachelard (1983, 339) a ira constitui a mais direta das transações entre os homens e o universo e vice-versa: “*L'eau violente est un des premiers schèmes de la colère universelle*”.

5. BIBLIOGRAFIA

- BACHELARD, Gaston (1983) – *L'eau et les rêves. Essai sur l'imagination de la matière*. France: Librairie José Corti.
- BRUNEL, P. (1988) – *Dictionnaire des Mythes Littéraires*. France : Éditions du Rocher.
- CAMPOS, Viriato (s.d.) – *Sobre o descobrimento e povoamento dos Açores*. Lisboa: Europress.
- CHEVALIER J.; GHEERBRANT A. (1982) – *Dicionário dos símbolos*. Lisboa: Teorema.
- COELHO, António Borges (2008) – *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Caminho.
- DIAS, Tenente Francisco José (1981) – *Cantigas do Povo dos Açores*. Instº Açoreano de Cultura. Açores: Angra do Heroísmo.
- DROZ, Geneviève (1992) – *Os Mitos Platónicos*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- FRAZÃO, Fernando (s. d.) – *Lendas Portuguesas*. Lisboa: Amigos do livro.
- GOEMAERE, Pierre (1974) – *Si le monde avait été plus grand...* Brussels: Editions Labor.
- MARQUES, Gentil (1997) – *Lendas de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MARQUET, Léon; ROECK, Alfons (1980) – *Legendes de Belgique*. Uitgeverij N. V. «De Vlijt» Antwerpen.
- MOUTINHO, José Viale (2005) – *Portugal Lendário*. O livro de ouro das nossas lendas e tradições. Lisboa: Seleções do Reader's Digest.
- NARCISO, Armando (1932) – *Terra Açoreana*. Lisboa: Edições Paulo Guedes.
- NASCIMENTO, Aires. A. (1998) – *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*. (Ed. Crítica) Lisboa: Colibri.
- OVIDE (1966) – *Les métamorphoses*. Paris: Garnier-Flammarion.
- PEREIRA, Paulo (2004) – *Enigmas Lugares Mágicos de Portugal. Paraísos Perdidos e Terras Prometidas*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PEREIRA, Paulo (2006) – *Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal*. vol. 9. Lisboa.
- PEREIRA, Paulo (2006) – *Enciclopédia dos Lugares Mágicos de Portugal*. vol. 14. Lisboa.
- PLATON (1950) – *Œuvres complètes*. II. Traducion nouvelle et notes par Léon Robin. France: Gallimard.
- SABRAFÍN, Gabriel (2001) – *Cuentos Fabulosos y otros relatos fantásticos de las Islas Baleares*. Barcelona: La Foradada.
- RIBEIRO, Luís da Silva (1983) – *Obras II História. Centenário Ribeiriano*. Instº histórico da Ilha Terceira. Açores: Angra do Heroísmo.
- SANTOS, João Marinho dos (1989) – *Os Açores nos séc. XV e XVI*. Vol. II. Fontes para a história dos Açores. Direção Regional dos Assuntos Culturais. Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- SANTOS, S., Alberto (2009) – *A escrava de Córdoba*. Porto: Porto Editora.
- TOURS, Grégoire de (1980) – *Calamités et Miracles*. Paris: Éditions Stock.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1969) - *Contos Populares e Lendas*. vol. II. Coimbra: Por ordem da Univ..



19. LUÍS GAIVÃO, MESTRE EM LUSOFONIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – UNIV. LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS LISBOA, PORTUGAL



LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO, Mestre em Lusofonia e Relações Internacionais.
Dissertação: *CPLP: a Cultura como Principal Fator de Coesão*. ULHT, Lisboa 02 de julho de 2010.
Formador da Bolsa de Formadores do ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural).
Adido Cultural nas Embaixadas de Luxemburgo, Bruxelas e Luanda. Abriu o Centro Cultural Português de Luanda (1996) de que foi diretor até 2001, ano em que foi transferido para o Luxemburgo, onde também foi Diretor do Centro Cultural Português, até 2006.
Produziu centenas de eventos culturais em todas as áreas da cultura: belas-artes, música portuguesa clássica e ligeira, literatura portuguesa, história, filosofia, poesia, pedagogia, gastronomia, didática, e ações nas áreas das bibliotecas, do teatro, da dança, da moda, do folclore, etc. Colaborou com entidades culturais internacionais: Luxemburgo, França, Espanha, Bélgica, Catalunha, Hungria, Brasil, Cabo Verde, Angola, RD Congo, Alemanha Federal, Cuba, Madagáscar, Reino Unido, etc.
Participou em congressos em representação de Portugal e em nome pessoal, nas áreas da cultura, da educação e da língua portuguesa.
Foi em 1995, cooperante na área da Educação de Adultos, em Cabo Verde.
Professor de origem, foi Assessor do Secretário de Estado da Reforma Educativa, em 1990-91 (Pedro d'Orey da Cunha, sendo Ministro Roberto Carneiro), e Presidente do Conselho Diretivo.
Tem várias obras publicadas, nos campos literário e científico, e é autor de textos de especialidade cultural e da língua portuguesa.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

**LUÍS DA SILVA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE E OS AÇORES: AS
LUZES, AS GUERRAS LIBERAIS E O PENSAMENTO. LUÍS MASCARENHAS**

GAIVÃO. MESTRE EM LUSOFONIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS. EX-ADIDO CULTURAL EM LUANDA, LUXEMBURGO E BRUXELAS. TEMA: 3.6. PORTUGUÊS NOS GRANDES ESPAÇOS (HISTÓRIA)

1. Enquadramento histórico.

É, ainda, de certa forma incompreensível, o mistério que parece rodear o silenciamento da história relativamente a Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, quando são sobejamente tratadas e conhecidas as biografias e os estudos que contemplam os intérpretes principais da luta pela instauração diplomática, militar e política do liberalismo, em Portugal.

O marquês de Fronteira (D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto), escreveu as suas memórias militares e políticas pelo próprio punho, o conde de Lavradio (D. Francisco de Almeida Portugal) deixou, igualmente, as suas memórias diplomáticas e políticas, o marquês de Sá da Bandeira (Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo) encontrou ilustres historiadores para as suas intervenções militares e políticas, o Duque de Palmela (Pedro de Sousa Holstein) tem, igualmente, abundante historiografia a ele relativa, o mesmo sucedendo relativamente ao Duque da Terceira (António José de Sousa Manuel e Meneses Severim de Noronha), e ao duque de Saldanha (João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun) e a tantos outros políticos, militares, diplomatas, que a história registou como figuras importantes no período da instauração do liberalismo até à regeneração. Pinheiro (1992, p. 8) escreve: *Na edição de 1913 do catálogo do Museu Militar, se procurarmos as campanhas da liberdade e lermos a descrição do teto de Columbano, veremos que no grupo da esquerda figuram D. Pedro, o duque de Saldanha, o duque da Terceira, Sá da Bandeira, o conde das Antas, José Jorge Loureiro e o marquês de Fronteira. Ao centro estão Mouzinho da Silveira, Silva Carvalho, Palmela e Garrett. Num dos dois grupos, ou simultaneamente nos dois, Luís Mousinho devia estar. Mais condecorado, e tendo participado mais tempo na guerra civil do que o marquês de Fronteira, Luís Mousinho foi também mais tempo ministro do que Mouzinho da Silveira e secretário de Estado único da Regência da Terceira. Deveria em qualquer caso ter lugar à frente de Garrett, que não foi senão secretário de alguns dos ministros e não se distinguiu durante a guerra civil.*

Certo é que se torna difícil encontrar as razões que justifiquem o esquecimento a que este vulto da maior importância da história do liberalismo parece encontrar-se votado, pois, na maior parte da bibliografia sobre o liberalismo e o período das guerras liberais só aqui e ali é mencionada a ação notável de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque nos diversos campos em que se produziu e, de algum modo, sempre na sombra dos restantes companheiros que, com ele, partilharam, no mesmo campo ou, algumas vezes, no do adversário, os complicados e difíceis acontecimentos da época.

2. Apontamento histórico-geográfico e genealógico.

Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque foi o 5º filho de João Pedro Mouzinho de Albuquerque (1736-1815), fidalgo cavaleiro da Casa Real, corregedor da Corte,



desembargador do Paço e comendador da Ordem de Cristo e de sua mulher, Luiza Gutierrez da Silva e Ataíde (1763-1819), de Leiria. Nasceu em 1792, na freguesia de São Vicente, em Lisboa. Os avós paternos eram Pedro Mamede Mouzinho de Albuquerque e Isabel Margarida de Almeida do Amaral e do lado materno Luís da Silva de Ataíde, 6º morgado da Casa do Terreiro em Leiria e Isabel Gutierrez de Tordoya Maraver y Silva. Casou com Ana Mascarenhas de Ataíde filha de José Diogo Mascarenhas Neto, superintendente geral dos Correios, aderente das ideias pró-liberais e acusado, em 1808, de traidor, o que o fez emigrar para Paris, onde viveu muitos anos e veio a fundar e a ser diretor dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, (revista publicada de 1818 a 1822) e de Maria Luiza Maraver Silva Ataíde.

Voltando à casa onde nasceu Luís Mouzinho, sabemos que era frequentada por homens de letras e era vizinha do mosteiro de São Vicente de Fora e que seu padrinho, o marquês de Ponte de Lima foi o fundador da Real Biblioteca Pública (1796). Como 5º filho, tinha-lhe sido destinada uma carreira eclesiástica na Ordem de São João de Jerusalém ou na de Malta, mas aos 16 anos (1808) recusou essa via para seguir as ideias do seu Tio (futuro sogro) José Diogo Mascarenhas Neto que, entretanto, recebera ordem de prisão pelo seu pró-francesismo. É que as tropas de Napoleão, comandadas por Junot, provocaram a retirada da corte para o Brasil (29 de novembro 1807) que, segundo Pinheiro (1992, p. 31-32) deixou: *ordens para os governadores do Reino receberem bem o exército francês e evitarem desnecessários derramamentos de sangue. Uma deputação dos governadores, encarregada de cumprimentar Junot, foi seguida de outros oficiais e de notáveis. O cardeal-patriarca de Lisboa, os bispos do Porto e do Algarve saudaram, nas suas pastorais, o grande exército que viera em socorro dos Portugueses. O Conselho de Regência integrou nas suas sessões o delegado francês Herman mas sem direito a voto. A ficção só terminou, por ordem de Napoleão, a 1 de fevereiro de 1808. Em maio o Governo do Regente declarou guerra à França e o manifesto, por essa altura publicado, marcou uma viragem evidente na política externa portuguesa.*

Em Leiria, onde Luís Mouzinho agora vivia, as filhas de José Diogo Mascarenhas Neto passeavam a cavalo com oficiais franceses e a atitude dos liberais pró-afrancesados considerava mais primordial a instauração das novas ideias do que a própria fidelidade ao Rei. Este facto, aliado à vaga nacional de rebelião contra as invasões francesas, levou à perseguição e prisão de muitos liberais, à denúncia de serem maçons e à *Setembrada*. Na realidade, os conflitos de Junot com os liberais portugueses e a Maçonaria começaram quando, relata Lopes (2008, p. 15) *a bandeira portuguesa foi substituída pela bandeira francesa (...)* também porque, *rejeitado pela Maçonaria portuguesa como seu representante, Junot começou também a expressar ambições pelo trono português, promovendo, inclusive um partido que solicitou a Napoleão a aplicação em Portugal de uma constituição de tipo francês.*

Após a tomada de Almeida pelos franceses, na terceira invasão, comandada por Massena, e na sua sequência, na noite de 10 para 11 de setembro de 1810 houve

grande repressão sobre a Maçonaria, acusada de simpatizante dos franceses, e, então, foram presos 48 indivíduos, depois embarcados na fragata *Amazonas*, que zarpou do Tejo a 18 e chegou a Angra, Terceira, a 25, local do seu desterro.

Lopes (2008, p. 15) é perentório: *(...) Este facto fez esquecer a Maç.: Em Portugal por algum tempo; mas apesar d'elle a Maç.: Se propagou depois; a melhor parte da Officialidade Portuguesa e os varões mais distinctos do pais lhe pertenceram (...)*¹⁹

Os ingleses, entretanto, com o apoio da fragata *Lavinia*, transportaram vários destes deportados para Portsmouth, onde chegaram a 19 de outubro, como exilados. Nestas aventuras, entre outros importantes liberais ia José Diogo Mascarenhas Neto, enquanto um seu filho, João, incluído na expedição de Massena, foi feito prisioneiro e executado (11 de março de 1811). Este facto teve consequências na vida de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, pois provocou o reforço dos laços familiares, decorrendo daí o casamento (em 1816) com sua prima Ana de Mascarenhas de Ataíde, enquanto o seu irmão primogénito, Pedro Mouzinho de Albuquerque, casava com a outra irmã, Henriqueta Júlia de Mascarenhas de Ataíde, ambas elas, por sua vez, irmãs do sentenciado.

Ainda solteiro, Luís Mouzinho mantinha um vivo interesse pelo conhecimento das ciências, que praticava: colecionava minerais, insetos, produtos químicos, conhecia os autores clássicos e manifestava inclinação para a poesia.

Em 1809 integrava a Brigada Real de Marinha, passo necessário para poder integrar a companhia dos Guardas-Marinhas, no Rio de Janeiro onde se encontrava a Corte, uma ambição que ficou por cumprir, frequenta a Real Academia de Marinha, em 1812 completa o curso de Matemáticas, habilita-se a oficial engenheiro e, dado considerar à altura alguma fragilidade do seu corpo (conhecem-se três períodos de doença) e a frugalidade do seu estilo de vida, solicita trabalhar no Observatório Real de Lisboa, lugar onde, contudo, o montante que ganhava não era suficiente para poder vir a casar.

Parte, então, para o Fundão onde trabalha, com a ajuda de um parente, como agricultor e, aos 24 anos, casa com sua prima Ana Mascarenhas de Ataíde, como já foi mencionado. Escreve (de 1816 a 1819) os elogios duma vida bucólica no poema didático *Geórgicas Portuguesas*, que viria a ser publicado, nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, onde Cândido Xavier redige uma recensão muito elogiosa e parte para Paris nesse ano, ao encontro do tio e sogro e dos liberais refugiados, juntamente com a mulher e os dois filhos já nascidos: Fernando Luís e Isabel Gabriela Mouzinho de Albuquerque.

Pinheiro (1992, p. 36) descreve: *Em Paris, Mascarenhas Netto tornara-se diretor dos "Anais das Ciências, das Artes e das Letras". À revista, onde o tio publicara um «Catecismo do Agricultor», se deve a edição das «Geórgicas Portuguesas». Cândido Xavier recenseou o livro de forma extremamente elogiativa e Mascarenhas Netto terá visto no sobrinho um potencial colaborador. Exilados desde o período das invasões, os redatores da revista teriam então em Paris amplos contactos quer no mundo da cultura*

¹⁹ Reorganização da Maçonaria Portuguesa, in *O Malhete*, nº 41. Lisboa, 1882, p. 483.



e da ciência quer mesmo no da política. O abbé Grégoire contava-se entre os amigos de Mascarenhas Netto e o próprio Lafayette se relacionava com os portugueses.

Em Paris Luís Mouzinho completa a sua formação literária e científica, frequenta os laboratórios de química do *Jardin des Plantes* e assiste aos cursos de *Vauquelin*, ilustre farmacêutico e químico francês, colabora ativamente nos *Annaes* e na sua forte ação de difusão e desenvolvimento cultural e científico.

Em 1822 faz uma viagem à Suíça e regressa, então, a Portugal, em 1823.

Oferece ao parlamento as suas *Ideias sobre o Estabelecimento da Instrução Pública. Dedicadas à nação portuguesa e oferecidas a seus representantes*, um primeiro esboço de reforma educativa para habilitar o Reino. Escrevia nela: “*É a ignorância que torna o Homem perverso; a educação e a instrução são as bases do edifício social*”.

Foi bem recebido por Palmela, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que o nomeou provedor da Casa da Moeda, onde também lecionou uma cadeira de química. Redigiu, nesse âmbito um compêndio de Física e Química, foi sócio correspondente da Academia das Ciências, desde 27 de abril de 1823, a quem, segundo Pinheiro (1992, p. 38) *ofereceu 12 quadros das reações químicas que já tinham merecido no Inst^o de Paris um relatório positivo de Gay Lussac*.

Em novembro de 1824, torna-se sócio efetivo da Academia, na classe de Ciências Naturais, e já em 1825, desloca-se aos Açores, donde resulta a publicação das *Observações sobre a Ilha de S. Miguel Recolhidas pela Comissão enviada à mesma Ilha em agosto de 1825 e regressada em outubro do mesmo ano*, o primeiro trabalho de caráter científico publicado em português sobre a hidrogeologia açoriana.

Desde 1823 fez parte da Comissão de Pesos e Medidas e é encarregado de coligir informações científicas sobre o Reino (1826). Gozava, finalmente, de prestígio e de estabilidade económica. Vê, então, recusada a publicação, por dois censores da Academia, de uma memória sobre a *Importância das Ciências e das Artes para o Progresso das Nações* e pede a devolução da mesma memória, reafirmando tudo o que nela escreveu.

Conhecido como poeta e homem de ciência, perfilhando as ideias do iluminismo e imbuído de um romantismo natural, a partir de 1824 vemo-lo, logo a seguir à Vilafrancada (27 de maio de 1823 e à Abrilada (30 de abril de 1824), alinhar com Palmela de quem era amigo. Tinha, então, a patente de tenente do Real Corpo de Engenheiros. D. João VI morre (10 de março de 1826) e D. Pedro, no Brasil, a 29 de abril, concede a Carta Constitucional ao Reino de Portugal, abdica da coroa portuguesa em favor de sua filha D. Maria da Glória em 2 de maio, a mesma Carta Constitucional é jurada nas Cortes a 31 de julho e daí em diante, Luís Mouzinho torna-se um seu acérrimo defensor. Em 11 de dezembro de 1826 está nomeado engenheiro no quartel-general do governador das armas da Beira Alta, o general Azeredo.

Em 22 de fevereiro de 1828 D. Miguel desembarca em Lisboa e o país recebe-o em apoteose. Em 29 nomeia um ministério absolutista, dissolve as Cortes a 13 de março, e é aclamado em 25 de abril, como rei absoluto, pelo povo, no Terreiro do Paço.

Levanta-se uma perseguição implacável contra os liberais e muitos exilam-se no estrangeiro. Lopes (2008, p. 41) relata: *Em alguns locais do país as Lojas maçónicas*

enquadram a revolta contra o poder miguelista, mas sem sucesso imediato, o que levou muitos maçons ao exílio, primeiro em Inglaterra, França, Estados Unidos ou Brasil, mas posteriormente convergindo para os Açores, tornados baluarte dos defensores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Luís Mouzinho consegue obter uma licença para partir para o estrangeiro a 14 de maio. Deixa a família e a filha recém-nascida (Maria Luíza) e chega a Londres (28 de maio), a 27 de julho parte para Falmouth, local donde sai a 10 de agosto para o Brasil, via Madeira (onde desembarcariam vários oficiais e dinheiro) e Cabo Verde, para, refere Pinheiro, (1992, p. 59): *entregar cartas e convencer o Imperador a suster a causa da filha e da Carta Constitucional.*

Esta viagem não corre muito bem e Luís Mouzinho, provavelmente devido a intrigas entre emigrados de diferentes posicionamentos liberais-maçónicos junto da corte de D. Pedro; parece desanimado. Palmela, em Londres toma conhecimento e escreve ao Ministro das Relações Exteriores e da Marinha do Brasil, Aracati (marquês de Aracati, João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, marido da Marquesa de Alorna) que Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque é um conselheiro que deve ser ouvido. O Imperador, no entanto, acolhe-o com frieza, enquanto Luís Mouzinho lhe entrega uma memória sobre as medidas para o restabelecimento da Carta Constitucional, a que o Imperador não dá resposta. Em 7 de janeiro de 1829 está de regresso a Londres, onde a situação dos liberais era desesperada, entre os exilados de Plymouth.

O Duque de Wellington (Arthur Wellesley), então Primeiro-ministro inglês e conservador, queria acabar com o campo de exilados liberais portugueses, ao mesmo tempo que se opunha ao desembarque dos mesmos na Terceira. Saldanha fora impedido de desembarcar nessa ilha açoriana pela armada inglesa. No entanto, 600 homens conseguem chegar à Terceira, em 6 de março, transportados nos navios *Blanche, Hope e Edward*.

Luís Mouzinho (era Secretário do conde de Vila Flor, com quem estabeleceu uma amizade e fidelidade até ao fim da vida) parte de Brest em 5 de junho com Vila Flor e chegam a Vila da Praia a 22 de junho de 1829 e ainda nesse mesmo dia a Angra. Refere Pinheiro (1992, p. 61) *Para se subtraírem ao bloqueio tinham sido obrigados a passar do brigue para uma pequena escuna. A ilha estava bloqueada pela armada de D. Miguel e vigiada pelos Ingleses, mas a chegada de Vila Flor dava novo alento aos seus defensores, que logo a 11 de agosto de 1829 foram atacados pela esquadra miguelista. Dele escreveu o conde de Vila Flor e marquês de Fronteira um elogio da simplicidade, citado por Pinheiro (1992, p. 39): «Luís Mousinho abandonara o lugar de provedor da Casa da Moeda pela defesa da Liberdade e havia poucas semanas que integrava o exército com a patente de tenente do Real Corpo de Engenheiros». Apesar de o posto não condizer com a idade, o prestígio permitia-lhe «ser ouvido de igual para igual pelos*



generais», o que se devia à facilidade e elegância com que se exprimia, o que lhe era possível devido ao seu talento e vasta instrução”.²⁰

3. Os Açores.

3.1. A 1ª viagem. Observações sobre a Ilha de S. Miguel.

Nas *Observações sobre a ilha de S. Miguel*, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque escreve uma saborosa narrativa do descobrimento das Ilhas (1826, p. 3): *O Infante D. Henrique, tão conhecido pelo poderoso impulso que dêo á Navegação, e Commercio dos Portuguezes, mandou no anno de 1431, da Villa de Sagres no Algarve, o Cavalleiro da Ordem de Christo Frei Gonçalo Velho Cabral, correr os mares para o Oeste, em descoberta de terras, de que em nome de ElRey de Portugal, e da Ordem de Christo, de que era Grão-mestre, tomasse noticias, e posse.*

Tendo o referido Navegante encontrado os baixos, que denominou, e ainda hoje chamâmos as “Formigas”, situados entre as Ilhas de Santa Maria, e S. Miguel, não dêo fé nem de huma, nem de outra das Ilhas, e voltou a Portugal a dar parte ao Infante d’aquella observação. Esta notícia não fez desistir o Infante d’aquella Indagação; antes parece que, animado com a certeza da existência d’aquelles baixa, e penedos, logo no anno seguinte tornou a mandar o mesmo Navegante Frei Gonçalo com ordem de explorar os mares vizinhos aos baixos das “Formigas”. Partido Cabral segunda vez de Sagres navegou para o Oeste com próspera rota, e no dia 15 de agosto de 1432 descobriu, e aportou a huma Ilha deserta, a que dêo o nome de Santa Maria, e que foi a primeira descoberta no grupo dos Açores... (...) Gostoso o Infante com as noticias, que o Navegador Cabral lhe dêo no regresso (...) lhe fez mercê de Capitão Donatário de Santa Maria, e o authorisou para recolher Colonos, até na sua própria casa, que com ele partissem a povoar a Ilha.

Embora a versão possa ser contestada por estudos históricos mais recentes, não deixa de ser uma descrição pitoresca e romântica, ao estilo do autor. Curiosa, também, a versão dos primeiros passos na descoberta da segunda ilha, sendo curta a distância, “12 légoas”, que separa uma ilha da outra, o que se terá passado, para que, só em 8 de maio de 1444, tal facto se vir a dar? Refere o autor que, tendo S. Miguel serros elevados poderia ser vista de longe, mas para a explicação duma demora de 13 anos, encontra justificações nos factos de que os colonos da Santa Maria teriam povoado primeiro a costa oposta a S. Miguel e o facto desta última ser, à época, coberta de espessos arvoredos e com terrenos pantanosos que produziam muitas névoas condensadas sobre ela fazendo considerar que seria uma acumulação de vapores na borda do horizonte e não uma ilha. Conta, depois, que, (o.c. p. 4) *seguindo o Padre Fructuoso, que hum escravo negro, tendo fugido a seu Senhor Colono em Santa Maria, e caçando em hum dia claro nos altos d’aquella Ilha, observou ao longe a de S. Miguel;*

e, julgando com esta notícia obter o perdão de seu dono, voltou a ele, dêo-lhe parte da sua observação, que sendo verificada pelos habitantes de Santa Maria foi por eles transmitida ao Infante.

Foi, então, somente à segunda tentativa que Gonçalo Velho Cabral tomou a segunda ilha que, por ter sido no dia 8 de maio, como se disse, ficou com o nome de S. Miguel. E continua Luís Mouzinho (o.c. p. 4): *e deixados alli hum certo número de Africanos da Casa do Infante, que para esse fim conduzia a seu bordo, se partio gostoso para Portugal (...) [e tendo] observado que nas duas pontas tinha a referida Ilha picos agudos, e muito elevados.*

Luís Mouzinho descreve, igualmente, uma outra viagem de Gonçalo Cabral a S. Miguel, subsequente à primeira, para efeitos de concretização da colonização, e refere que nessa viagem, os africanos que lá haviam deixado, se encontravam aterrorizados com uma variedade e intensidade de fenómenos vulcânicos que nunca tinham presenciado, tais como estampidos de explosões, tremores de terra muito violentos, bancos de pedra-pomes na água, ramos e troncos de árvores a boiar e que os movimentos tectónicos haviam modificado o interior da ilha, e que só não teriam fugido, por não terem meios de navegar.

Após mais algumas narrativas bastante bem humoradas sobre estes primeiros tempos da colonização, Luís Mouzinho descreve, numa primeira aproximação, a geologia, a flora (muito arvoredo, cedros, e faias) e fauna (não havia répteis nem quadrúpedes, somente ratos, pombos bravos, milhanos, melros e canários) da ilha, com rigor científico, tendo percorrido praticamente todos os locais do litoral e do interior.

E, desse modo, desde a primeira povoação em Vila Franca do Campo onde o trigo se deu bem e outras culturas foram introduzidas, vai descrevendo o que observa, relativamente à sociedade que, entretanto, se foi sedimentando até à data das observações. E salienta, por diversas vezes, algumas críticas ao que constata na sociedade: (o.c., p. 7-8). *Esta distribuição junta com a instituição dos Vinculos, e Capellas, que os proprietários nobres e poderosos, quasi sem exceção, deixarão por sua morte, contribuiu desde o começo da desenvolvimento da povoação em S. Miguel, para concentrar a propriedade rural nas mãos de poucos, para fundar hum pequeno número de casas opulentas no meio de huma povoação indigente, e miserável.*

Os primeiros Colonos foram de necessidade ativos, e industriosos; obrigados pela necessidade, e pelo desejo de fazer fortuna; o luxo por huma parte, e pela outra a indolência, e a incúria lhes fôrão completamente desconhecidos. Não acontecêo porem assim aos successores dos Vinculos por eles estabelecidos: nascidos e criados na opulência, a necessidade cessou de estimula-los ao trabalho; e o luxo e a indolência tomarão o lugar da atividade. Esta a razão, pela qual se vê a Ilha de S. Miguel fazer nos primeiros 100 annos, depois da Colonisação, agigantados progressos, e passar pouco depois a hum estado estacionário, e talvez até decadente.

²⁰ In *Revista de História das Ideias*, vol. VII. Instituto de História e Teoria das Ideias. Araújo, Ana Cristina, “Revoltas e Ideologias em Conflito Durante as Invasões Francesas”, em *Revoltas e Revoluções*, p. 68. Instituto de História e Teoria das Ideias. Coimbra. (<http://rhi.fl.uc.pt/pesquisa>)



Segue-se uma completa descrição geológica de S. Miguel, bem como à sua divisão administrativa civil, com quadros dos funcionários e militares, rendas públicas, e, no respeitante à agricultura, traça um retrato do mau estado em que se encontrava: atrasada tecnicamente, socialmente distorcida, desflorestada, mal irrigada, embora reconheça a boa qualidade dos solos. Depois, trata da navegação e comércio e da falta de estruturas portuárias, bem como da reduzidíssima variedade de produtos para exportação. E faz considerações sobre a distribuição da propriedade e suas consequências. Poder-se-ia, então, afirmar que os princípios iluministas e liberais preenchem o seu pensamento e, se transpusermos as suas muito frequentes observações e reflexões sociais, económicas e políticas, para os dias de hoje, logo acharemos o quão atuais elas são: (o.c., p. 32) *Accumulando os principais povoadores todos os seus haveres nas mãos solitárias dos administradores dos Vinculos, que instituirão, estes nascerão já opulentos com o trabalho alheio: fartos, não só do tornasário, mas do supérfluo, nada os estimulou á aplicação; poderão impunemente tornar-se indolentes, orgulhosos, e ignorantes, porque têmão gôsos sem trabalho, esplendor sem mérito, e consideração sem luzes, nem merecimento. Estas as razões, pelas quais degenerarão da atividade, e da industria dos Fundadores*

Luís Mouzinho considera, igualmente, que as obras despesistas [uma pecha nacional, já na época e tal como hoje], são de evitar: (o.c., p. 35): *Todas as vezes que nestas obras [tratava-se de abrigos para a navegação, pequenos portos] como deveria fazer-se, se atendesse tão somente à segurança, e comodidade, sem dar ao luxo, ou elegância das construcções, a Fazenda Real teria de fazer para elas módicos sacrificios, e os Póvos da Ilha receberião prósperos resultados.*

Propõe, ainda, planos para a construção de estradas, a partir da abertura de uma estrada geral de Este a Oeste, ao longo da cadeia central da Ilha, da qual partiriam pequenos ramos para as principais povoações, tendo em vista o aumento da produção agrícola e escoamento de produtos. Da pág. 37 à pág. 43, elabora o capítulo *Observações sobre o Valle das Furnas e aguas, que nele brotão*, onde, cientificamente, descreve os solos, as montanhas, os picos, as crateras, as lagoas, as “Solfatáras” que (o.c., p. 39) *estão sempre ensopados pelo vapor aquoso, que se condensa, e se precipita ao sair da bôcca, e cobertos de efflorescencias de enxofre, e de sulfato de alumina; esta emissão de vapores he acompanhada de hum som rouco, e majestoso, que resôa a huma grande zabumba, tocando a distancia.*

Acaba as *Observações* com os quadros da composição química das três águas do Vale das Furnas. Resumida esta sua primeira abordagem, de caráter científico, aos Açores, continuemos, agora, pela linha traçada de outras ligações açorianas do liberal Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque.

1.2. Os principais eventos liberais nos Açores.

D. João VI e a Corte haviam regressado a Portugal em 3 de julho de 1821, Dom Pedro proclama a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822 que só a 15 de novembro de 1825 vem a ser reconhecida por D. João VI.

Dão-se, entretanto, os episódios da *Vilafrancada* (1823) e *Abrilada* (1824), já referidos, com o patrocínio da Rainha Carlota Joaquina, da Igreja e dos absolutistas, comandados por D. Miguel. A situação política é completamente instável e, na reviravolta que D. João VI protagonizou, quando recebe a bordo do navio inglês *Windsor Castle* o infante D. Miguel, demite-o de «Generalíssimo» e o envia para Viena de Áustria, os liberais encontram alguns momentos de trégua, coisa pouca, pois a morte surpreende D. João VI em 1826.

O sucessor é D. Pedro, Imperador do Brasil, o qual abdica da Coroa Portuguesa em favor de sua filha D. Maria da Glória, que por ora, tem 7 anos de idade (viria a ser D. Maria II). Elabora uma Carta Constitucional (1826), de modo semelhante ao que tinha feito no Brasil, e, com a finalidade de tecer pontes entre os partidários do absolutismo (D. Miguel) e os liberais, nomeia o irmão D. Miguel para “Generalíssimo” das Forças Armadas Portuguesas, como seu pai já havia feito.

Exilado em Viena de Áustria, D. Miguel regressa a Portugal, via Londres, a 23 de fevereiro de 1828 e promove um golpe de estado, dissolve as Cortes, suspende a Carta Constitucional e é aclamado Rei Absoluto. A divulgação desta proclamação chega à Ilha Terceira em 17 de maio de 1828, e o Capitão-general dos Açores, Manuel Vieira Albuquerque Touvar e a Câmara aclamam o novo monarca.

Entretanto, José Quintino Dias, comandante do Batalhão de Caçadores 5, apoiado por liberais, em 12 de julho de 1828, promove um golpe e toma a Fortaleza de São João Baptista da Ilha Terceira, reúne a Câmara e declara fidelidade a Maria II de Portugal, restaura a Carta Constitucional, nomeia um governo interino e expulsa os miguelistas, inclusive o Capitão-general Touvar, que se refugia em S. Miguel.

D. Miguel, ignorando, ainda, estes eventos, nomeia, entretanto, em Lisboa, para Capitão-general dos Açores, o vice-almirante Henrique da Fonseca de Sousa Prego, o qual, ao chegar a Angra (15 de julho de 1828) foi impedido de desembarcar e viu as suas bagagens serem-lhe retiradas e vendidas em hasta pública, tendo-se retirado para Ponta Delgada e daí para Lisboa, onde D. Miguel o reconfirma no posto e lhe confia uma armada para tomar à força a Terceira e, de caminho, a Madeira, também em poder dos liberais.

Em Angra, Cipriano da Costa Pessoa consegue unir os liberais, um tanto desanimados, e força a Câmara a manter a fidelidade à causa liberal, convoca voluntários para a defesa, expulsa os apoiantes do absolutismo, enquanto se reforçam as fortificações da ilha e D. Pedro envia apoios, por meio de Palmela (em Londres), que nomeia Diocleciano Leão de Brito Cabreira para General das Armas dos Açores. Este chega a Angra em 5 de setembro de 1828 e forma-se, então, uma Junta Provisória do Governo dos Açores que, a 28 de outubro se proclama Governo Legítimo de Portugal e declara Angra como capital do Reino de Portugal. São nomeados ministros de estado e passa-se a chamar Regência de Angra, logo de seguida mudada para o nome de Junta Governativa Provisória.

A situação é deveras instável, a Regência executa julgamentos excessivos (condenações à morte) contra alguns dos absolutistas e D. Pedro permuta, então o Governador Militar e General de Armas dos Açores: sai Cabreira e entra Saldanha que,



não conseguindo desembarcar na Terceira (...), impedido pelo bloqueio naval inglês (a Inglaterra apoiava, nesta altura, D. Miguel), tem de o realizar em França. Esta notícia provoca indignação internacional e leva a Inglaterra a levantar o bloqueio naval à Terceira.

Pelo lado absolutista, Sousa Prego toma, com facilidade, a Madeira aos liberais e dirige-se para Ponta Delgada (1 de novembro de 1828), com o objetivo de conquistar a Terceira. Falhadas tentativas negociais, patrulha durante um mês as águas da ilha e regressa a S. Miguel (12 de dezembro de 1828), indeciso no ponto de desembarque.

A partir de Ponta Delgada, Sousa Prego efetua, com a sua armada, um bloqueio severo, mas inconsequente, à Terceira, local onde os liberais aproveitaram a demora das indecisões absolutistas para reforçarem a presença na ilha de muitos emigrados vindos da Inglaterra e da França e mantendo comunicação com o Brasil, enquanto Palmela continuava a enviar homens e equipamento militar para reforçar a sua defesa.

O mesmo Palmela, por reconhecer alguma falta de entendimento entre as chefias político-militares em Angra, extingue a Junta Provisória e nomeia o General António José Severim de Noronha (Conde de Vila Flor e futuro Duque da Terceira) como Governador e Capitão-general dos Açores.

Este chega, então, à ilha acompanhado de um numeroso grupo de emigrados (a 29 de junho de 1829), nos quais se inclui Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, dando início ao segundo contacto deste com os Açores.

Assim, a Capitania-Geral dos Açores passa a ter, a partir de junho de 1829, dois titulares, um por cada partido: Sousa Prego em Ponta Delgada e Vila Flor em Angra.

D. Miguel decide, em julho de 1829, ordenar o ataque à Terceira, e assim envia a sua armada (sob o comando de José Joaquim da Rosa Coelho) e trava a Batalha da Praia (11 de agosto de 1829), com a derrota miguelista, facto que levantou, decisivamente, o moral dos liberais e lhes deu credibilidade internacional. O topónimo Praia foi alterado, na sequência dos factos, para Praia da Vitória.

Palmela consegue, então, desembarcar na Terceira (15 de março de 1830) e é nomeado por D. Pedro para Presidente da Regência, enquanto Vila Flor é nomeado Marechal de Campo e Comandante Militar da Terceira. Mouzinho de Albuquerque é escolhido para Secretário de Estado de todas as repartições da Regência de Angra (equivale a Primeiro Ministro), e, mais tarde, em 2 de julho de 1831, pede a exoneração do cargo para se dedicar mais à ação militar, como ajudante de campo de Vila Flor. São nomeados, igualmente, embaixadores da Regência em Londres e Paris.

Em 7 de abril de 1831, Vila Flor e os liberais, partem de Angra decididos a conquistar as restantes ilhas: a Ilha do Pico é ocupada sem resistência, seguindo-se a de S. Jorge, onde se dá o recontro da Ladeira do Gato (10 de maio de 1831), com vitória liberal, seguindo-se o Faial, o que foi conseguido à 2ª tentativa, e, logo de seguida, a Graciosa. As ilhas de Flores e Corvo reconheceram sem oposição o governo liberal.

Os miguelistas detinham, unicamente, S. Miguel e Santa Maria. São Miguel caiu para os liberais em 3 de agosto de 1831, depois de uma tentativa de resistência no chamado combate de Ladeira da Velha. Santa Maria rende-se, logo de seguida.

Com o arquipélago em seu poder, Palmela viajou para Londres a fim de convidar D. Pedro a ir para os Açores e daí, planejar o assalto a Portugal. Começou, então, o recrutamento para o exército liberal.

D. Pedro chega a Ponta Delgada em 22 de fevereiro de 1832, vindo de França (Belle Isle) com 7000 soldados. Aí aportara em junho de 1831 e fora muito bem recebido, proveniente do Brasil, donde partira em abril do mesmo ano) e, em 2 de março (1832) viaja de Ponta Delgada para Angra. Aqui, nomeou novo governo, constituído por Palmela, Mouzinho da Silveira e José Freire, enquanto para a marinha nomeou o general Sartorius como Comandante-em-Chefe das Forças do Mar e Vila Flor para as de Terra, visitou a cidade da Horta, e, na ilha de São Jorge, os voluntários constituíram o "batalhão Sagrado" que seguiu, pouco tempo depois, com D. Pedro para o Continente. Em 26 de abril D. Pedro segue para S. Miguel onde se fez a concentração das forças. E a 27 de junho de 1832, partiu para Portugal a esquadra composta pelas fragatas *Rainha de Portugal* e *D. Maria II*, a corveta *Amélia*, os brigues *Regência*, *Conde de Vila Flor* e *Liberal*, as escunas *Faial*, *Graciosa*, *Terceira*, *Coquette*, *Esperança*, *Eugénia*, e *Prudência* e mais outro navio, 50 transportes com o Batalhão de Oficiais, o Corpo de Guias, os Regimentos de Infantaria 3, 6, 10 e 18, os Batalhões de Caçadores 2, 3, 5 e 12, o 1º Batalhão de Artilharia, o Batalhão Académico, o Batalhão de Voluntários da Rainha, o Batalhão de Marinha e o Batalhão de Atiradores Portugueses.

Eram 7500 homens de armas, os *7500 bravos do Mindelo* que iam decididos a lutar pela causa do liberalismo. Entre eles, seguia Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque.

3.3. O soldado liberal.

Sabemos que Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque desembarcou em Angra, com Vila Flor, em 22 de junho de 1829, como ficou mencionado.

Logo em 11 de agosto toma parte na defesa da Ilha Terceira, na Batalha da Praia. As forças eram desniveladas. A armada miguelista, comandada por Rosa Coelho, tinha 22 velas: uma nau, três fragatas, duas corvetas, quatro brigues e quatro charruas. Bordejam a costa e os defensores liberais tentam adivinhar onde será o desembarque, guarnecem os pontos mais acessíveis (certamente com o recurso aos conhecimentos do engenheiro militar Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque), e estes percebem que iria ser desencadeado na vila da Praia. Concentram-se no forte de S. Sebastião.

Relata Henriques (s / d, p. 43): *Vêm embarcados na esquadra do almirante Sousa Prego, e são para cima de sete mil. Nós não temos mais do que dois mil e quinhentos homens, a maior parte deles guerrilha local. Mas temos o Conde de Vila Flor, e eles não... A nossa defesa está baseada nos fortes de Santa Catarina, São José, Santa Cruz do Porto, São João, Luz, Chagas e São Francisco, e muito embora alguns deles não tenham artilharia, sempre dão bons cobertos e abrigos à infantaria e não vão ser fáceis de tomar... a vitória do conde de Vila Flor na Vila da Praia, daí em diante conhecida como Praia da Vitória, constituiu um golpe tremendo na Causa Miguelista. As tropas liberais, magnificamente entrincheiradas e conduzidas por jovens da ténpera de Moura Coutinho, Manuel Meneses, Almeida Pimentel e Queirós Sarmento, repeliram*



todos os assaltos das forças de desembarque, causaram-lhes enormes perdas em mortos e feridos e prisioneiros, e obrigaram a esquadra miguelista a retirar.

E ainda sobre este feito que terá virado, definitivamente o rumo da história portuguesa, eis o relato de um dos generais: ao romper do dia 11, escreve Pinheiro (1992, p. 61) «*Seja-me permitido fixar a atenção de V.Ex.^a sobre o espetáculo que se me apresentou, quando cheguei ao campo de batalha*» - escreveu Terceira a Palmela -, «*espetáculo o mais belo que pode encontrar-se na guerra e que talvez se não apresente em um só sobre mil combates. Os canhões da esquadra batiam por toda a parte a praia e colinas adjacentes, e os nossos fortins, com um limitadíssimo número de canhões, servidos por artilheiros da costa, respondiam a centenas de bocas de fogo que os atacavam, e no alto da escarpa a pequena linha de voluntários desenvolvia simultaneamente o máximo valor e a mais sublime generosidade.*»²¹

Entretanto, Luís Mouzinho, tendo sido nomeado Secretário de Estado de todas as repartições da Regência de Angra, assinou, com Palmela, o conde de vila Flor e José Antônio Guerreiro a célebre *Proclamação da Regência de Angra aos Portugueses* datada de 20 de março de 1830, no teor da qual se pode, com facilidade, descortinar o estilo patriótico e romântico da sua pena.

Participa ativamente na criação da Escola Militar provisória de Angra, criada em 10 de abril de 1830, de que é Primeiro Diretor e autor do Regulamento. Era uma escola aberta, e destinava-se a aumentar os conhecimentos dos militares desocupados quando não havia combates.

Enes (2008, p. 619) escreve que (...) *a regência liberal em Angra de 1828 a 1832, nos decretos de abril de 1830 e de abril e junho de 1832, preconizou uma reforma preambular para os Açores*²² *enquanto não se fizesse a reforma geral no reino. É de relevar o empenho demonstrado por Mouzinho de Albuquerque e pelo então marquês de Palmela nos relatórios justificativos. Em 1830 é criada a Escola Militar Provisória, para o desenvolvimento das ciências matemáticas e suas aplicações à arte da guerra.* Silva Carvalho, que não nutria simpatia por Luís Mousinho, achava despropositada esta instituição, antes fossem ensinadas disciplinas estritamente militares. Daqui se pode observar, uma vez mais, o espírito original, iluminado e comprometido de Mouzinho, entretanto participante de uma Regência, em situação um tanto precária, cujos membros, ao mínimo desaire, teriam o destino da força, perante o adversário. Palmela defendeu Mouzinho. Pinheiro conta (1992, p. 63): *Escreveu que não havia Português que o excedesse em «talento e atividade nem em conhecimentos gerais e ainda menos em desinteresse»*²³ *Não podendo atacar Palmela, Silva Carvalho centrava os seus ataques num dos seus mais próximos colaboradores.*

É nessas funções que, em nome da Regência, se desloca a Londres (de 14 de janeiro de 1831 a 16 de maio) para tentar obter o empréstimo que permitiria a sobrevivência liberal nos Açores, dada a situação desastrosa na Terceira: faltavam bens agrícolas,

não havia dinheiro para pagamentos dos militares, mantinha-se o bloqueio naval, a situação internacional era favorável a D. Miguel devido aos governos conservadores em França e Inglaterra. As negociações não obtêm o resultado esperado, já que a situação internacional era desfavorável à precária situação dos liberais nos Açores e apoiava, claramente, D. Miguel.

Só com a revolução de julho de 1831 em Paris, onde fora deposto Carlos X (absolutista) substituído por Luís Filipe (liberal), ao mesmo tempo que em Inglaterra, no fim do ano, com a queda do governo Tory (conservador) as condições se alteraram, a aceitação da causa liberal de D. Pedro começa a ter apoiantes internacionais e o empréstimo se vem a realizar.

Ao regressar (16 de maio de 1831), Luís Mouzinho vem adoentado, mas quer participar nos movimentos militares como oficial de estado-maior e ajudante de campo do conde de Vila Flor. Estará já recuperado a 24, e a 27 está presente na conquista do Faial (o referido recontro da Ladeira do Gato), enquanto em Angra se desenvolvem alguma instabilidade e intrigas entre os liberais (haviam várias obediências maçônicas e também carbonárias) e tinham aparecido, entre os liberais, dois partidos: Cartista (dentro do pensamento de Palmela) e Setembrista (mais de acordo com Saldanha), sendo frequentes os boatos e insinuações, e onde se falava, até, de subversão do governo.

A 1 de junho a *Water Wich* apanha, no Pico, Luís Mouzinho que, com o major José Joaquim Pacheco (encarregado das tropas de desembarque) e a ajuda de Guilherme Avelar, profundo conhecedor da Ilha, elaboraram um plano para a conquista de S. Miguel.

Em 2 e 27 de julho, efetua os reconhecimentos a esta ilha, para determinação dos locais do desembarque, assunto complexo, devido aos fortins de defesa construídos ao longo da costa e ao facto da ronda permanente de uma corveta miguelista.

Atentemos na descrição dos factos em Pinheiro (1997, p. 66): «*A navegação, porém foi conduzida com tal acerto, e felicidade*» - escreveu a Regência a Abreu e Lima - «*e as medidas, que se haviam previamente tomado para se reconhecer as costas da ilha, e saber ao certo o lugar em que se achava ancorada a corveta, foram tão bem concertadas que no dia primeiro do corrente, ao amanhecer, se acharam todas as nossas embarcações próximas à costa de NE de São Miguel, e efetuaram o desembarque num ponto distante, pouco mais ou menos oito léguas da cidade de Ponta Delgada, o qual por ser de mui difícil acesso, e protegido por montanhas escarpadas, se não achava protegido por tropas mas sim por paisanos armados.*»²⁴

O avanço para Ponta Delgada foi rápido, apesar das duas colunas inimigas que derrotaram. O exército estabeleceu, nesse dia, o campo nas alturas que dominam o lugar da Maia, em frente a uma ravina.

²¹ Pinheiro (1997, p. 190), Nota (1) Sá da Bandeira, *Diário da Guerra Civil*, vol. 2, p. 52

²² *Collecção de Decretos da Regência do reino em 1829 e 1830 e Collecção de Decretos de Execução Permanente da Regência do Reino de 1830-1832.*

²³ Pinheiro (1997, p. 190) Nota (4) *Correspondência de Palmela com Luís António de Abreu e Lima, 25 de maio de 1830.*

²⁴ *Arquivos dos Açores*, vol. VI, p. 98. *Carta da Regência para L.A.A.*, p. 390.



E deu-se, então, a Batalha da Ladeira da Velha (1 de agosto de 1831) com a derrota completa dos miguelistas, uma batalha sangrenta. As forças militares abandonaram Ponta Delgada (3 de agosto), o Capitão-general Prego fugiu para uma barca inglesa e os liberais entraram na cidade.

Luís Mousinho trouxe, como secretário militar do general Vila Flor, a notícia à Regência, na Praia.

Vinha, entretanto, desde que chegara à ilha Terceira trabalhando na realização de um mapa da ilha (chamou, sempre, à Terceira «um rochedo inclinado e escorregadio», numa aceção de subtil ironia, dadas as contínuas intrigas que ali fervilhavam), e pretende dar-lhe a continuação possível, o que o leva a uma viagem pela ilha, acompanhado dos instrumentos necessários às costas de duas bestas. Mas a situação altera-se com os preparativos para a viagem de D. Pedro do Brasil para os Açores, via Paris, com o intuito da expedição a Portugal e não há memória da conclusão da obra. Palmela está de acordo com Luís Mouzinho: era necessário que, antes de rumar ao continente, a armada liberal deveria conquistar a Madeira. D. Pedro não está convencido. Luís Mouzinho fora nomeado a 11 de março Governador da Madeira e a 18 já se encontravam nas águas da Madeira a fragata D. Maria II, o brigue Vila Flor e duas embarcações ligeiras. Luís Mouzinho intima à rendição, mas as autoridades afetadas a D. Miguel não aceitam e os liberais na ilha não são muitos. Então conquistam Porto Santo. O governo muda de ideias e manda regressar a fragata aos Açores e Luís Mouzinho permanece em Porto Santo, com reduzidíssimas forças (40 homens), em situação de ser, a todo o instante, trucidado, até que um barco os vem buscar de regresso a Angra, tanto mais que a esquadra miguelista já tinha partido de Lisboa e vinha a caminho. Mas este facto teria bastante importância: aos olhos estrangeiros, “o bloqueio da Madeira” serviria para desbloquear o empréstimo aos liberais.

Entretanto, em Angra, D. Pedro nomeara Mouzinho da Silveira para construir o novo edifício legal liberal, demolindo o do antigo regime, dando maior racionalidade às reformas que já haviam sido encetadas no vintismo.

Curiosamente, estes dois homens, um legislador e o outro mais guerreiro e militar, escreve Pinheiro (1992, p. 69) *provinham da mesma família de Castelo de Vide, mas opunham-se por diferenças de cultura e temperamento. Incomparavelmente mais culto e brilhante, Luís da Silva pouco terá contribuído para a obra legislativa revolucionária. Mais profundamente liberal, não acreditava nas reformas súbitas e planeadas em gabinete, preferindo-lhe as reformas graduais, baseadas em aturada investigação estatística e discutidas pelo parlamento.*

O destino era agora Portugal e Luís Mouzinho teria ainda muito que batalhar até vir tomar conta do Governo da Madeira, em 1834.

4. O pensamento e a personalidade.

Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque recebeu uma educação emanada da filosofia das luzes e a essa ideologia de liberdade, fraternidade e igualdade emprestou toda a

sua vida de luta militar, científica e política, acrescentando-lhe uma tonalidade de certo romantismo.

Publicou poemas, memórias, relatórios, manuais e cartas, mas por certo haverá por encontrar mais material suscetível de ser interessante para uma compreensão biográfica mais aprofundada, quer em arquivos públicos como particulares.

O interesse revelado e perseguido por observações e questões científicas, de acordo com os padrões da época, foi a alavanca que lhe proporcionou um espírito permanente de observação da sociedade nos aspetos sociais e económicos e o fez intervir em diversos domínios científicos, como os da geologia, química, matemática, agricultura, educação, ou no domínio militar, em estratégia, manutenção, ciência naval, e no domínio político em que ocupou, por numerosas vezes, as maiores responsabilidades, como Ministro, Governador ou deputado. Em todos esses desempenhos, destemido, publicitou as suas frontais opiniões, demarcando mais intensamente a veia romântica nas obras literárias de que, também, foi autor.

Em 1823, publica em Paris e oferece ao Parlamento as suas *Idéas sobre o estabelecimento da instrução pública, dedicadas à nação portuguesa, e oferecidas a seus representantes*, como mencionado. Em 1824, já como provedor da Casa da Moeda, redige um compêndio *Curso elementar de Physica e de Chimica*, seguindo-se-lhe (1826) as também já mencionadas *Observações sobre a Ilha de S. Miguel*, umas outras *Observações para servirem à história geológica das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas*, vários *Relatórios* como Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, *Relatórios* vários sobre as obras públicas e inspeções, um *Guia do engenheiro na construção das pontes de pedra (1840)*, e, numa primeira iniciativa nacional de recuperação do património arquitetónico, *Memória inédita acerca do edifício monumental da Batalha (1854)*.

No campo literário, publicou o poema *O Dia*, (1813), as *Georgicas portuguesas*, (já referido), dedicadas a sua mulher D. Ana Mascarenhas de Ataíde (Paris, 1820), obra que encontrou sucesso e a quem Garrett elogia no seu *Bosquejo da História da Literatura Portuguesa de 1825*, o conto *Ruy, o escudeiro* (Lisboa, 1844), a mais romântica das suas obras, e o poemeto *A Glória das conquistas* (publicado no Jornal de Coimbra).

No que se refere à personalidade, aquando, no parlamento foi apodado de «sentimental», Luís Mousinho não o renega e responde da seguinte maneira em (D.C.D. 1836. vol. VI, pp. 116-120): *homens haverá talvez que, apesar de possuídos duma impressão profunda, possam tirar-lhe a tinta que lhe é própria, possam fazer cair sobre o painel uma geada fria, uma névoa pesada, e que lhe amortença a intensidade das suas cores; mas nós, filhos do sol do meio-dia, quem poderá privar-nos do calor que a natureza imprimiu na nossa organização?*

Escreve o filho José Diogo Mouzinho de Albuquerque (pai de Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque, herói de Chaimite) que o acompanhou no último combate (Arquivo privado): *Os que o não conheciam o reputavam soberbo, com ideias senão absurdas pelo menos exageradas e inexplicáveis, duro e pouco amável; pelo contrário, aqueles que com ele tiveram relações mais íntimas, ainda que mesmo por pouco tempo,*



reconheciam e admiravam a sua franqueza, a simplicidade e retidão das suas ideias, a lealdade do seu caráter, e sempre ficaram seus amigos, cativados pela afabilidade do seu bom coração.

Em 1843, declara no parlamento que nunca foi rico e que os funcionários honestos jamais enriqueceriam, o que está perfeitamente de acordo com a atitude tomada em Angra de recusar receber o ordenado de ministro, pois apenas queria receber o seu soldo de militar, com o posto de tenente. Para ele, a virtude privada e a moral pública são indissociáveis do progresso da pátria, e só alcançadas através da educação (de que foi um entusiástico promotor) e «da promoção pelo trabalho, que conduziriam [os homens] a uma sociedade em que reinaria o mérito e a virtude». ²⁵ Ao apresentar, na Câmara dos Deputados, em 1842, uma lei contra as sociedades secretas, (de que fazia parte, como a quase totalidade dos liberais²⁶.) expressou a opinião de que o cristianismo era uma religião eminentemente liberal e fazia a defesa da amnistia dos vencidos, pois para ele o regime liberal tinha que se diferenciar do absolutista, garantir eleições livres, evitando perseguições e vinganças, enquanto no que diz respeito à política fiscal do Estado, afirmava que o cidadão só deve pagar em impostos o estritamente necessário para o bem comum, sendo tudo o mais considerado um abuso e um roubo. Cremos que, através do fio do seu pensamento e personalidade, Luís Mouzinho se encontraria já um tanto cansado dos jogos políticos, fomentados em redor do seu conceito de liberalismo puro e sem concessões.

Finalmente, parece-nos importante anotar o quanto é atual o pensamento de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, no que respeita à colonização e à interculturalidade, à lusofonia. São estes conceitos contemporâneos, inexistentes há quase duzentos anos, mas que revelam a inteligência e a visão prospetiva deste grande intelectual e militar. Referindo-se a D. João I e seus filhos sepultados no mosteiro da Batalha, escreve, conhecedor da história, (Albuquerque 1854, pp. VIII. IX): *As cinzas veneráveis que alli repousam, se são nossas mais particularmente, em geral pertencem também ao genero humano, porque foi d'ellas que partiu o impulso, que se por ventura desvairado em alguma das suas epochas, espalhou em regiões remotas o terror e a desolação, terminou por ligar a humanidade inteira por vinculos de mutuas relações e reciprocas interesses de que as idades anteriores não haviam concebido nem sequer a ideia.*

E acrescenta, agora referindo-se à construção do chamado «império português», (cuja fraqueza administrativa reconhecia) mas donde resultou a lusofonia: ²⁷ *O pequeno Reino de Portugal, estendendo os seus estabelecimentos ao longo das costas Ocidental e Oriental da África e pelas da Ásia e Ilhas adjacentes até ao Japão, nunca pôde lançar nesta imensa linha senão pontos mui distantes separados por enormes intervalos, sem intensidade em parte alguma.*

²⁵ D.C.D., 1843 vol. 1, p. 62.

²⁶ Nas atas da carbonária terceirense, L. da S. Mouzinho de Albuquerque é escolhido, em substituição de J. B. da Silva Leitão de Almeida Garrett para deputado pelos Açores. In *Fundo dos Condes da Praia*, maço 1 doc. 6. Biblioteca e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo. Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque era membro da Loja 11 de 1829 e da barraca 22 de junho.

Portugal, em sua opinião, nunca soube administrar-se a si próprio nem às suas colónias, que assim, rapidamente foram parar às mãos de outras potências.

Lúcido, reflete²⁸: *A perda completa da sua marinha de guerra, e mercante seguida à retirada do senhor D. João VI para o Brasil, o enfraquecimento do Reino pela guerra da independência e suas conseqüências, pela separação das possessões americanas [Brasil] e pelas nossas desastrosas e prolongadas dissensões civis, finalmente a destruição súbita e não preparada de todo o antigo regímen colonial, substituído por outro e por outros improvisados a capricho, e sem relação alguma com a índole, necessidade, nem estado de civilização daquelas possessões reduziu-as ao estado de maior confusão e abatimento.*

E critica, duramente, a política colonial, no mesmo texto: *Quando nós legislamos em relação às colónias queremos porventura que elas sejam mudas; queremos calar a voz das suas necessidades, e calcar as prevenções e paixões que lhe são próprias, e sem as quais elas não poderiam pugnar pela sua justa independência e igualdade.*

Mais à frente, revela a sua visão de justiça, liberdade e igualdade, pondo a mão na ferida: *A Europa – disse ainda – tem exercido por muito tempo um Poder por assim dizer tirânico sobre as outras regiões do Globo, que tem submetido ao seu domínio. Os habitantes, os naturais daquelas regiões, olham o Europeu como essencialmente ativo e disposto a considerá-los e tratá-los como inferiores; portanto quando tais homens se pretendem tornar irmãos, como a Carta [Constitucional de 1826] os tornou, é preciso não estabelecer princípios que despertem este ciúme fazendo entre os ultramarinos e nós distinções, por onde se possa entender que existe a menor desigualdade.*

Propõe, então, como princípio de solução para os problemas ultramarinos, a nomeação da figura dum Comissário Régio com a missão de diagnosticar a situação de cada uma das colónias, e que não se esquecesse de, em África, investigar *com a maior atenção e escrúpulo quais os meios mais próprios e eficazes de acabar efetivamente e de facto com o iníquo, desumano e abolido tráfico da escravatura, [em 1836 por Sá da Bandeira], de coibir e punir as infrações das Leis a tal respeito; e de substituir este extinto comércio por algum outro recurso lícito e praticável que pudesse fornecer meios de existência e novos mananciais de prosperidade àquelas possessões.*²⁹

5. O percurso final

Os objetivos deste trabalho são primordialmente voltados para a relação mantida por Luís Mouzinho com os Açores. Esta relação passou pelo envolvimento fortíssimo da sua pessoa, nos mais diversos campos de interesse e trabalho: os estudos geológicos, económicos e sociais numa primeira estada e a inteligência militar, a estratégia, a

²⁷ Memória enviada à Rainha em resposta ao convite para governador da Índia. In Pinheiro (1992, p. 192), nota 2 de «Um olhar sobre as colónias».

²⁸ D.C.D., 1843, Vol. III, pp. 219/224.

²⁹ Vide nota 9



educação e a formação, a sua capacidade negociadora e o seu comprometimento em todas as frentes de combate, nas estadas seguintes, entrecortadas com missões da maior relevância. Conhecia muito bem as ilhas açorianas, e esta experiência constituiu a base de sabedoria do seu percurso posterior como militar, político e homem dos mais altos valores liberais.

Por esse motivo, não podemos desenvolver outros mil episódios biográficos interessantes, após a sua definitiva saída dos Açores. Faremos, no entanto, um brevíssimo resumo: A 7 de julho de 1832, faz o reconhecimento do ponto de desembarque (era um especialista) juntamente com o almirante Sartorius e Balthasar d'Almeida Pimentel, entre as praias de Arnosa e Pampelido, o qual é efetuado a 8. A entrada no Porto dá-se a 9 de julho, seguida de expedições e combates. O Porto estava cercado e Luís Mouzinho é um dos «bravos do Mindelo» e participa neles, mesmo sendo Ministro da Marinha, enquanto Palmela vai a Londres pedir reforços.

Intrigas e incompreensões levam à exoneração de Vila Flor 8 (de Comandante das forças) e de Luís Mouzinho (de Ministro da Marinha), continuando, no entanto, como Ministro do Reino. Segue, mais uma vez, com Palmela, integrando uma equipa de negociadores para obtenção de um empréstimo em Inglaterra e, mais uma vez, devido às intrigas entre liberais em Portugal e a dificuldade na obtenção do empréstimo, provocam as demissões dos negociadores.

Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque participa, depois, no desembarque no Algarve (20 de junho de 1833) e na expedição até Lisboa (24 de julho), onde os liberais são aclamados pela população e a Rainha D. Maria II é, igualmente, aclamada, tal como a Carta Constitucional e D. Pedro como Regente.

Participa, igualmente, nas campanhas do Norte e Estremadura até Évora Monte (3 a 26 de maio de 1834.). Em 3 de agosto de 1834 chega à Madeira como Prefeito (acumulação de Governador civil e militar), donde regressa a Lisboa em novembro de 1835 por ter sido nomeado para uma comissão longínqua: governador da Índia. Em 1840 é de novo repetido este convite, que recusa. Nos anos de 1835 a 1846 é empossado, por 3 vezes, como Ministro do Reino, como Ministro da Marinha, como Ministro da Justiça, por diversas vezes é nomeado Inspetor-geral das Obras Públicas, igualmente por diversas vezes é distinto parlamentar, e, dada a excessiva turbulência dos golpes políticos sucessivos, por mais duas vezes se exila em Paris e outro tempo se exila em Leiria, na Quinta da Várzea, entregando-se a cuidados domésticos, onde, igualmente o vêm buscar para governador do Distrito, lugar que não ocupou, por ter ido novamente, para Ministro do Reino.

D. Maria II demite o governo (golpe palaciano da Emboscada, a 6 de outubro de 1846). Este facto provoca a ira dos anticabralistas e Luís Mouzinho passa a apoiar a facção moderada do setembrismo e, desencadeada a guerra civil, colocou-se ao lado de Sá da Bandeira e Lavradio, na Patuleia e posicionava-se, agora, contra Saldanha e a Rainha. As eleições foram adiadas e Saldanha solicita intervenção externa.

Era, então coronel e acompanhou o general Valdez, conde de Bonfim, em Torres Vedras. Graduado em brigadeiro do Real Corpo de Engenheiros, ficou no comando do castelo da vila. E, a 23 de dezembro de 1846, uma bala provinda do exército de Palmela,

atinge-o de morte, vindo a falecer 4 dias depois, a 27 de dezembro. Tinha 54 anos. O duque de Palmela, defendendo a posição da Rainha, seu aliado de sempre, era agora, o inimigo e o vencedor.

Creemos radicar aqui o relativo esquecimento que referimos no início. Imbuído pelos nobres ideais de liberdade constitucional que sempre defendeu, Luís Mouzinho não aceitou um golpe antidemocrático e ditatorial, visceralmente apoiante de um governo que unicamente poderia sair das eleições. Só a regeneração recuperaria as ideias da Carta (em 1851), porque tanto se bateu.

Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque foi moço fidalgo da Casa Real, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, ministro de Estado honorário, cavaleiro de Honra e Devoção da Ordem de São João de Jerusalém, grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, grã-cruz militar de Avis e comendador da Ordem da Torre e Espada. Era sócio de diferentes associações científicas nacionais e estrangeiras, incluindo a Academia Real das Ciências de Lisboa e o prestigioso Institut de France.

BIBLIOGRAFIA:

- . Albuquerque, L.M. (1826). *Observações sobre a Ilha de S. Miguel recolhidas pela Comissão enviada à mesma Ilha, em agosto de 1825*. Lisboa: Imprensa Régia.
- . Albuquerque, L.M. (1854). *Memoria Inedita acerca do Edifício Monumental da Batalha*. Leiria: Typographia Leiriense.
- . Dias, Maduro (1985). *A cidade de Angra na Ilha Terceira que está em 39 graos*. Angra do Heroísmo: Edição comemorativa dos 450 anos da Cidade de Angra.
- . Enes, Maria Fernanda (2008). *As novas formas de aprendizagem laica e religiosa*. In «História dos Açores. Do descobrimento ao século XX (Vol. I)». Angra do Heroísmo: Instº Açoriano de Cultura.
- . Henriques, A. F. (coronel) (1978?). *Os Oficiais do Exército de Dom Pedro*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.
- . Lopes, António (2008). *A Maçonaria Portuguesa e os Açores (1792-1935)*. Lisboa: Ensaios-Gabinete de Comunicação e Investigação Histórica.
- . Monjardino, A. et alii (2008). *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX (vol. I)*. Angra do Heroísmo: Instº Açoriano de Cultura.
- . Pinheiro, Magda (1992). *Mouzinho de Albuquerque, um Intelectual na Revolução*. Lisboa: Quetzal. Ed. Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey.
- . Riley, Carlos G (2004). *Das luzes pombalinas às encruzilhadas liberais nos Açores: o caminho de S. Miguel*. Porto: Faculdade de Letras. In "Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos", p. 917-924.

WEBGRAFIA:

Consultas (Wikipédia / Infopédia) dos temas: *Ilha de Santa Maria; Belenzada; Revolta dos Marechais; Dom Pedro nos Açores; Setembrismo; Patuleia; Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque; Marquês de Aracati; Decretos e proclamações da Regência de Angra; Duque de Terceira; José da Silva Carvalho; História dos Açores; Conde de Lavradio;*



20. MÁRIO JOSÉ SILVA MELEIRO, (Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto do Inst^o Politécnico da Guarda)

MÁRIO JOSÉ SILVA MELEIRO ausente APRESENTADO POR RUI FORMOSO

Nasceu em Soutelo – Mogadouro (Trás-os-Montes), em 1974 e reside na Guarda, onde fez o estágio profissional na Escola Secundária Afonso de Albuquerque. Licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa, pela Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra, mestre em Linguística Portuguesa, pela Faculdade de Letras da Univ. Católica – Polo de Viseu e doutorado em Linguística (Linguística Histórica) pela Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa, é docente da Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto, do Inst^o Politécnico da Guarda, desde 2000.

Além da docência tem também desenvolvido a sua atividade como formador do Programa Nacional do Ensino do Português (PNEP), da Terminologia Linguística para o Ensino Básico e Secundário (TLEBS) e Acordo Ortográfico.

Com participação em diversos congressos, em alguns deles com apresentação de comunicação, a área de investigação centra-se na morfologia e no léxico da língua portuguesa.

RICARDO REIS: DESRESPEITADOR DA NORMA ORTOGRÁFICA. DEFENSOR DA LÍNGUA, MÁRIO JOSÉ SILVA MELEIRO, INST^o POLITÉCNICO DA GUARDA ³⁰ **ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DESPORTO DA GUARDA TEMA: 3.2. ausente** APRESENTADO POR RUI FORMOSO

1. Introdução

Com a entrada em vigor do Acordo Ortográfico pôs-se fim àquela que é também já apelidada de ‘Guerra dos cem anos’. De facto, e apesar do acordo ser de 1990, é apenas em 2011 que oficialmente é aplicado no sistema de ensino, após várias tentativas de unificação, resultante de um ato de soberania praticado por Portugal em 1911. Se vai ser aplicado por todos? Aguardemos. Mas não acontecerá nada que não tenha acontecido já. Aquando da primeira reforma ortográfica em Portugal, o tal ato classificado como se soberania, que Pessoa classificou de “*imoral e impolítico*” (1997:51), foram também várias as vozes que ecoaram e fizeram arrastar no tempo esse eco. Há e sempre houve divergências sobre o modo de escrever (como as há, e ainda mais, sobre o modo de pronunciar). Tomemos, como exemplo, precisamente Fernando Pessoa, um dos mais reconhecidos autores portugueses, para muitos o mais reconhecido, para vermos como passadas duas décadas desse ato, tais ecos de

divergência ainda se ouviam, e nem por isso deixou de ser um dos que mais enobrece a lusofonia. O interesse do multifacetado Pessoa sobre a Língua Portuguesa, e sobre a Ortografia “da nossa clara língua majestosa” (1998:16)³¹, é de há muito conhecido. Que era conhecedor das bases em que assentava a reforma de 1911 demonstram-no as várias observações críticas que sobre ela teceu. São alguns desses pensamentos antirreforma que aqui pretendo recordar, mas sobretudo mostrar que tal posição em nada truncou a sua capacidade criadora, neste caso em particular a lexical.

Penso não existirem dúvidas sobre as vantagens de uma normalização da ortografia. Contudo, a partir do momento em que se alteram mecanismos / conceitos já instalados, como grafia, som e significado, a relutância é como que instintiva. Qualquer alteração gráfica a introduzir na língua nunca é feita de forma radical e automática, mas progressiva. Isto significa que ambas as formas gráficas convivem durante algum tempo, para alguns durante muito tempo.

Aqui reside um princípio elementar para Pessoa: “o indivíduo tem o direito de adotar a [escrita] que quiser – a que lhe parecer melhor e mais conveniente. Quer isto dizer que (...) cada um tem direito a escrever na ortografia que quiser; que, tecnicamente, pode haver tantas ortografias quantos há escritores. Terá isto o inconveniente de, se um escritor optar por uma ortografia antipática ao público, o público o não ler? Seja: o inconveniente é para ele, não para o público. Praticou um ato: sofreu-lhe ele mesmo, só ele, as conseqüências, como é lógico e justo em todos os critérios intelectuais e morais” (1997:23). Para ele, a preferência pela grafia etimológica, em detrimento da nova grafia, é manifestada em várias frases: “*adoto uma ortografia etimológica extrema*” (1966:430), ou “*é certo que, por diversas razões, uso da ortografia antiga*”, ou ainda em carta a João Gaspar Simões, datada de 19 de dezembro de 1930, passados, portanto, 19 anos da entrada em vigor da reforma de 1911, podemos ler as seguintes palavras: “*Fiz o possível por transcrever o poema que vai junto em ortografia moderna, visto que é a que vocês usam na Presença, e fica sempre mal o desacordo ortográfico adentro de uma publicação qualquer. (...) V. fica, desde já autorizado em absoluto a reortografar como melhor lhe parecer ou convier o que eu enviar para aí*” (1999c:224-225)³². Pessoa mostra objetividade ao afirmar que “o único efeito presumidamente prejudicial que estas divergências ortográficas podem ter é o de estabelecer confusão no público”. Mas isto nem é muito grave, pois culturalmente deve haver confusão, deve o indivíduo ser obrigado a pensar por meio da divergência. O que seria grave, prejudicial, e até imoral, era “*se o Estado admitisse essa divergência em seus documentos e publicações, e, derivadamente, a consentisse nas escolas*” (1997:24). De facto, o Estado adota a ortografia, boa ou má, que entender e impõe-na. Foi o que aconteceu a 13 de maio de 2009, com depósito do respetivo instrumento de ratificação por parte de Portugal, como se pode ler no Aviso n.º 255 / 2010 do Ministério

³⁰ Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto com a ref. PEst-OE/EGE/UI4056/2011.

³¹ Não podemos deixar de destacar o facto de, mesmo em prosa, Pessoa ser extremamente cuidadoso com a escrita. Repare-se que estamos na presença de um decassílabo perfeito, tão

próximo do que figura já n’ *Os Lusíadas*, mais precisamente em VII.29.2: *Ouvindo clara a língua de Castela.*

³² cf. também Bêlkior (1983:55).



dos Negócios Estrangeiros³³. Resulta daqui um período de seis anos de dupla grafia, e de alguma confusão na Língua Portuguesa, mas que o tempo se encarregará de resolver. Serão, pois, infrutíferas para com o seu patrão as discordâncias daqueles que fazem parte de todo o sistema de ensino. Entenda-se, contudo, que aceitação das leis não implica concordância tácita com elas. Todos nós podemos escrever com uma ortografia à margem das regras. Pratiquemos tal ato, e soframos-lhe as consequências, como é justo. Aliás, no fundo, esta é uma questão momentânea, pois, como também refere Pessoa, “*pouco importa a ortografia em que escrevo; se o que escrevo durar, vivo, até ao século vinte e dois, esse século se encarregará de me reeditar na sua ortografia, qualquer que fosse a que eu escrevesse*” (1997:28). Os editores do seu próprio século, e alguns do nosso, porque ainda não entenderam que a “*a grafia também é gente*” (Pessoa, 1998:17), encarregaram-se de antecipar o que vaticinou. A este propósito, vale a pena lembrar as palavras de Silva Bêlkior: “*A ortografia seguida por um autor nem sempre tem importância filológica e pode, muitas vezes, ser modernizada sem inconvenientes. Por isso, não poucos filólogos reortografam os textos das edições críticas que publicam. Existem, porém, casos em que a ortografia original tem uma função específica e necessita ser conservada. Tal é, segundo nos parece, a situação em que se encontram as odes de Ricardo Reis*” (1983:62-63)³⁴.

Sobre os editores das odes de Reis, pronunciaram-se já alguns críticos, nomeadamente J. do Prado Coelho³⁵ e Silva Bêlkior³⁶. Das suas conclusões destaca-se o facto de ao ser alterada a grafia das odes de Reis, se ter desrespeitado o *usus scribendi* do autor, desvirtuando-se o traço latinizante que as caracteriza e, por vezes, a integridade métrica. Salienta Silva Bêlkior que os editores da *Ática* ao reortografarem este verso decassílabo *Stás só. Ninguém o sabe. Cala e finge* sem a aférese do «e», transformaram-no em hendecassílabo, quebrando o paralelismo métrico desta composição (1983:64).

É verdade que a reortografia evita ao leitor um problema, de entre tantos outros que vai encontrar. O estilo que Pessoa criou para Ricardo Reis, pode exemplificar o que atrás ficou dito: o exímio latinista rebuscou tanto as suas odes, que o resultado é tão só ser o heterónimo mais difícil e, por consequência, o menos lido. As suas preocupações estilísticas são de há muito conhecidas. A importância que dava ao estilo era tal que o

leveu a afirmar que “*ninguém deveria deixar atrás de si vinte livros diferentes, salvo se for capaz de escrever como vinte homens diferentes*” (1950-51:258). Ele soube transpersonalizar-se, pelos menos, em quatro homens, a quem incutiu, sobretudo a Ricardo Reis, um estilo muito *sui generis*. São vários os fatores que contribuem para este estilo tão vincado, designadamente os inúmeros latinismos, lexicais e sintáticos, que afloram nos seus versos, alguns helenismos, a preferência por uma grafia etimológica como ficou demonstrado, os vários arcaísmos a que recorreu como, *empece, per e concílios*³⁷, *des*³⁸, *refusemos*³⁹; *leixar*⁴⁰; *cousa*⁴¹, *capelas*⁴², *semelhas*⁴³, *verão*, com o significado de primavera⁴⁴, ou o “*cunho semântico original*”⁴⁵ que procurou dar às palavras.

Sobre as vantagens da uniformização ortográfica na lusofonia penso não restarem dúvidas nem sequer haver muitos entraves. Contudo, como também refere Pessoa, “*se havia que reformar, a reforma não haveria de ser senão em tornar o sistema mais lógico, mais coerente consigo mesmo*” (1997:91).

Pensemos em alguns exemplos da reforma ortográfica que agora entra em vigor.

Como é que se determina se um utente da língua já perdeu um não, “em certa medida”, a noção de composição de uma determinada palavra? Exemplificando, como é que se explica, sem ser por critérios rigorosos, que *girassol, madressilva, pontapé, mandachuva, paraquedas, paraquedista* sejam mais compostos do que *bota-fora, cabra-cega, corta-mato ou ferro-velho*?

Como é que para um trabalhador da *Optimus*⁴⁶, *cor-de-rosa* é uma locução mais consagrada pelo uso do que *cor de laranja*?

Por exemplo, confrontando a Base II, 2º e 3º (sobre o *h* inicial) com a Base XVI, 1º, b), Obs. (*Nas formações com o prefixo co-, este aglutina-se em geral com o segundo elemento mesmo quando iniciado por o*), o que significa “*em geral*”? Como se escreve, *co-herdeiro* ou *coerdeiro*? Os Vocabulários Ortográficos publicados parecem não ter ultrapassado o oceano que os separa. Por exemplo, o VOLP da Associação Brasileira de Letras regista *coerdeiro*, o VOP, disponível no Portal da Língua Portuguesa⁴⁷ (o oficial em Portugal segundo a Resolução do Conselho de Ministros nº 8 / 2011, de 25 de janeiro), regista *co-herdeiro* e o VOLP, publicado pela Porto Editora, segundo orientação científica do Prof. Malaca Casteleiro, admite as duas variantes.

³³ cf. *Diário da República*, 1.ª série - N.º 182 - 17 de setembro de 2010, pp. 4116.

³⁴ Fica por explicar a reortografia da sua edição crítica das odes de Ricardo Reis, edição da IN-CM, em 1988.

³⁵ J. do Prado Coelho, “Notas à edição *Ática* das «Odes» de Ricardo Reis”, *Boletim da Sociedade da Língua Portuguesa* 3 (1952) 275-277.

³⁶ Bêlkior (1983:79-95).

³⁷ Pessoa (1994a:72). Daqui em diante esta edição será citada pela sigla *PRR*, seguida do nº da ode e dos versos. Assim *PRR*, 15.6-7. Estes arcaísmos são também referidos por Bêlkior, (1983: 66-67). Jacinto do Prado Coelho refere apenas *per* (1998: 131).

³⁸ *PRR*, 206.21.

³⁹ *PRR*, 4.2, referido por Coelho (1998:131). *Vide etiam PRR* 125.5. M. H. Rocha Pereira considera este termo um barbarismo (1972:91).

⁴⁰ *PRR*, 126.11. De referir é o facto de no verso inicial aparecer *deixae*, depois substituído por *leixae*. cf. o aparato genético desta ode na página 337.

⁴¹ *PRR*, 47.13 ou 80.2, 5 e 7, entre outros.

⁴² *PRR*, 126.6. Referido por Pereira (1972:90).

⁴³ *PRR*, 99.5. Referido por Pereira (1972:90).

⁴⁴ *PRR*, 14.2. Com este mesmo significado é utilizado por Gil Vicente no *Auto dos Quatro Tempos* (*Verão*, Estio, Outono e Inverno).

⁴⁵ Coelho (1998:132).

⁴⁶ Empresa do ramo das telecomunicações cuja cor base é a cor de laranja.

⁴⁷ cf. www.portaldalinguaportuguesa.org.



Qual será a reação de uma professora quando um aluno, daqueles atentos e capazes de raciocinar, lhe grafar *re-escrever* ou *pre-encher*, com hífen, aplicando a regra da utilização do hífen com vogais iguais (Base XVI, 1º. b)), como *contra-almirante*, *anti-ibérico* ou *micro-ondas*? Certamente que não será com uma resposta inequívoca, indicando qualquer número ou observação de uma base do texto legal do Acordo Ortográfico. Ser-lhe-á, certamente, mais fácil explicar o desaparecimento das consoantes mudas, ou não articuladas, mesmo nos casos em que isso interferia com partes da palavra consideradas invariáveis, os radicais, como no caso de *egpcios* e *Egito*, com a queda do 'p'. Penso que ninguém, atualmente, questiona a ausência do mesmo 'p' na palavra 'sete', face a 'setuagenário' ou 'setuagésimo'. Certamente foi mais difícil em 1911 deixar de escrever *chrystallino* e passar a escrever *crystalino*, aceitando três alterações na mesma palavra <ch> com valor de / k / , <y> grafado <i> e a simplificação da geminada <ll> para <l>. Porém, estas, e eventualmente outras mais, serão apenas pequenas pedras no caminho. Aproveitemo-las todas para construir o castelo da lusofonia. Sigamos o exemplo de Pessoa que através da palavra e da pena, único meio e arma que escolheu para agir, manifestou todo o seu desacordo face a uma opção para a língua que escolheu como pátria, mas não se coibiu de e a enriquecer, sobretudo com latinismos e alguns helenismos, claramente decalcados das línguas clássicas. Num estudo que não pretendeu ser exaustivo, procurei fazer o levantamento do léxico mais clássico do mais clássico dos heterónimos. Apresenta-se, de seguida, após uma breve contextualização, um conjunto de vocábulos eruditos que enobrecem a língua e os lusófonos, com indicação, em forma de lamento, de alguns continuarem sem registo nos principais dicionários.

2. Helenismos lexicais

Relativamente aos helenismos lexicais, merecem ser abordados os dois⁴⁸ que figuram na ode 14 (PRR, 14), *De novo traz as aparentes novas* e um outro na ode 223W (PRR, 223W). A utilização destes helenismos visa reforçar o cariz clássico das odes deste heterónimo, ou não fosse ele "um semi-helenista por educação própria"⁴⁹,

⁴⁸ Referidos por Pereira (1988:277).

⁴⁹ Carta a A. Casais Monteiro, cf. Pessoa (1999c:345). Sobre o conhecimento que Pessoa teria da língua grega vide Américo Costa Ramalho, "O globo mundo em sua mão" *Colóquio 17* (Fevereiro 1962) 60-62 e também "A propósito de Fernando Pessoa" *separata de Humanitas XIII* (1961) 1-4. Recorde-se ainda que Pessoa englobava nos seus projetos a tradução da *Ilíada* e *Odisseia*, provavelmente, a partir de traduções, sobretudo inglesas. cf. Pessoa (1966:88).

⁵⁰ Pessoa (1966:390).

⁵¹ Apenas J. P. Machado no seu *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, (12 volumes) regista o adjetivo *ogígio*, provavelmente a partir desta ode de Reis

⁵² Referido por Pereira (1972:90). Com registo, por exemplo, em Homero (*Il.* IV 406; *Od.* XI 263), Ésquilo (*Sete contra Tebas*, 165) e Sófocles (*Antígona*, 119).

para quem "deve haver, no mais pequeno poema de um poeta, qualquer coisa por onde se note que existiu Homero"⁵⁰.

O facto dos helenismos *heptápila* e *Ogígia*⁵¹ não surgirem referenciados nos Dicionários, leva-me a pensar que poderão ser criações de Reis, decalcados diretamente do grego. O termo *heptápila*⁵² é formado de 'επτά = 'sete' πύλη = 'porta, entrada' e *Ogígia*⁵³ de Ὠγγία = Ogígia, ilha de Calipso onde esteve detido Ulisses ao voltar de Troia. Estes helenismos, assim como os últimos quatro versos, repetem-se na ode inacabada 206.21-24, com uma ligeira diferença no primeiro verso. No fragmento 223m, novamente há referência às portas da cidade de Tebas, mas aqui sem recurso ao helenismo:

Também na ode 223w, Reis emprega um outro helenismo, *heracleu*⁵⁴, do grego Ἡράκλειος, relacionado com Hércules. Uma vez que este helenismo, inserido na expressão *heracleu labor*, encontra correspondência em Latim, com a respetiva adaptação do nome do herói, *Herculeus labor*, parece haver por parte de Reis, neste caso, alguma preferência pela forma grega. Esta predileção pelo helenismo ganha maior relevo pelo facto da expressão latina ter ocorrência em Horácio (l.3.36), de que Pessoa era conhecedor qualificado.

3. Latinismos lexicais

Sobre o levantamento dos latinismos lexicais das *Odes* de Ricardo Reis algumas considerações se impõem. Primeira: muitos desses latinismos extravasaram já a linguagem literária e passaram a ter aceitação na língua corrente. Não serão, por razões evidentes, objeto de análise⁵⁵; segunda: diz respeito ao facto de nem todos os latinismos que encontrei nas odes terem emanado da pena de Ricardo Reis. Muitos deles têm já tradição literária desde os nossos quinhentistas, sobretudo em Camões, e alguns outros nos poetas do século XVIII. Neste caso, procurarei fundamentar tal tradição literária, sem que, no entanto, se tenha esgotado a respetiva exemplificação. Os autores que elegi, para comprovar a sua utilização anterior a Reis, não esgotam as possibilidades de trabalho. Estou, pois, consciente de que outros, por exemplo, Antero de Quental⁵⁶, Gonçalves Crespo ou Eugénio de Castro, também os poderão ter

⁵³ Com registo em vários cantos da *Odisseia* (l.85; VII 244, 254), não sendo identificada como nome no canto V. A propósito de VI.1.72, Wilamowitz observa que ocorre sempre com νῆσος, o que leva a tomá-la por um adjetivo ('antigo' ou 'do oceano'). No entanto, para Chantraine não há etimologia satisfatória (cf. HAINSWORTH, J. B., *A commentary on Homer's Odyssey*, vol. I, Oxford, 1988). De referir é ainda que em Ésquilo ocorre τὰς Ὠγγίας Θήβας (*Persas*, 37) e τὰς Ὠγγίας Ἄθῆνας (*Persas*, 975) e o *Etymologicum Magnum* diz πᾶν τὸ ἀρχαῖον Ὠγγίον φασι. Este helenismo foi referido por Coelho (1998: 131).

⁵⁴ Com registo, por exemplo, em Sófocles (*Traquínias*, 51) e Eurípides (*Heraclidas*, 458).

⁵⁵ Refiro-me a vocábulos como *côncscio*, *néscio*, *ledo*, *níveo*, *lívido*, *alado*, *plácido*, *lúcido*, *páldo*, *húmido*.

⁵⁶ Sobre Antero de Quental vide o artigo de M. H. Rocha Pereira "O legado Clássico em Antero de Quental", *Colóquio / Letras* 123-124 (1992) 13-25.



utilizado; terceira: é que alguns latinismos parecem ser criação de Ricardo Reis. E digo 'parecem' porque tanto quanto pude averiguar, ocorrem pela primeira vez na língua registados nas suas odes. A estes classificá-los-ei, como Herculano de Carvalho⁵⁷, na esteira de Corrêa da Silva⁵⁸ e de Epifânio da Silva Dias⁵⁹, de "latinismos insólitos". O que realmente se verifica em Ricardo Reis é uma adaptação à língua portuguesa, chegando mesmo ao puro decalque do termo latino.

Relativamente à sua organização, optei por uma divisão em classes de palavras, nomeadamente substantivos, adjetivos e verbos, consciente de agrupar latinismos de forma e de sentido. Quando os dicionários⁶⁰ apresentam abonações anteriores dos termos em análise, elas serão indicadas, como possibilidade, ainda que em alguns casos remota, de Pessoa ter conhecimento desse termo através de tal obra.

3.1. Substantivos:

- **Ergástulo** (lat. *ergastulum*, 'prisão')⁶¹, PRR, 178.5
Sem ocorrência no *Dicionário da Academia*.
- **Hamadryades [Hamadryades]** (lat. *hamadryas*, 'ninfas da floresta'), PRR, 56.17

A origem deste termo é, sem dúvida, *hamadryas*, utilizado pelos latinos sobretudo no plural *hamadryades*. Como o aparato genético não traz qualquer indicação, pus a hipótese de erro mecânico. Graças à informação do Professor Ivo Castro, coordenador da Equipa Pessoa⁶², que atenciosamente a confirmou no manuscrito, tais hipóteses ficaram excluídas: "*trata-se de um dactiloscrito (51-100r), que ostenta claramente o he-; se era de esperar uma forma em ha-, então teremos de admitir que Pessoa cometeu um lapso, cruzando esta palavra com outras derivadas da raiz hema-. Também ponderei a hipótese de se tratar de um erro de digitação: de facto, este testemunho tem algumas letras trocadas e depois corrigidas, mas isso ocorre em palavras correntes que se escrevem com meia atenção. Dada a sua raridade, esta palavra teria sido escrita com atenção redobrada, o que afasta a explicação por erro mecânico*".

⁵⁷ Carvalho (1984:90).

⁵⁸ Silva (1931:164 ou 224). Corrêa da Silva utiliza ainda outras expressões, como *latinismos lexicais de primeira mão*, p. 163, e *latinismos lexicais raros*, p. 164, n. 1.

⁵⁹ Dias (1970:155).

⁶⁰ São quatro os dicionários em que fundamento esta investigação:

Dicionário da Língua Portuguesa recopilado por António de Moraes Silva (21813). Lisboa: typographia Lacerdina, designado daqui em diante por *Morais*.

Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa (31999). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, designado daqui em diante por *Aurélio*.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia das Ciências de Lisboa (2001). Lisboa: Verbo, designado daqui em diante por *Dicionário da Academia*.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2002-2003). Lisboa: Círculo de Leitores, designado daqui em diante por *Houaiss*.

⁶¹ Referido por Coelho (1998:131).

⁶² Com a designação de Grupo de Trabalho para o Estudo do Espólio e Edição da Obra Completa de Fernando Pessoa.

91

Acresce referir que, posteriormente a esta informação, encontrei num dos textos em prosa de Ricardo Reis⁶³, a forma correta *hamadryades*, o que demonstra o conhecimento da forma latina, deixando transparecer alguma distração na escrita do termo. De destacar é ainda o facto de estas ninfas figurarem já num soneto de Camões, mas onde apenas lhe chama *Dríades*⁶⁴. Nesse mesmo soneto são ainda referidas as *Náiades*, ninfas que também aparecem em Reis (190.6).

O *Dicionário da Academia* apenas regista o termo simples nas formas *Dríade* e *Dríada*, apesar de o composto aparecer já no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, elaborado pela Academia das Ciências de Lisboa. Em *Morais* aparece a forma composta *hamadriada* e *Aurélio* e *Houaiss* registam as duas formas *hamadriada* e *hamadriade*.

- **Pecureiro** (lat. *pecorarius* 'guardador de gado, pastor'), PRR, 73.9

Ao manter o radical latino⁶⁵, não aplicando o processo da sonorização, Reis transforma um latinismo lexical, já utilizado pelos Arcades, como *Garção*⁶⁶, *Quita*⁶⁷ ou *Filinto*⁶⁸, num latinismo insólito. Com esta grafia, só ocorre em *Morais*, a remeter para *pegureiro* e com a indicação que aparece na écloga 15 de Bernardes.

- **Proco** (lat. *procus*, 'pretendente ao casamento')⁶⁹, PRR, 50.25

O verso é omissivo, característico, aliás, do estilo de Reis. Aqui, os pretendentes desejam não o casamento, mas o melhor que a vida tem.

Não encontrei este latinismo referenciado em nenhum dos quatro Dicionários em análise. No entanto, e à semelhança de outros termos, está enunciado no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, elaborado pela Academia das Ciências de Lisboa. Aparece, contudo, averbado no *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, editado pela Bertrand. A utilização por parte de Reis será, provavelmente, um decalque do termo latino *procus*, que Horácio emprega nas suas *Odes*⁷⁰ e *Sátiras*⁷¹.

- **Styge** (lat. *Styx* 'Estige, rio dos infernos'), PRR, 14.12

⁶³ Texto Preambular 04 – *A Alberto Caeiro*, PRR, p. 53, linha 26.

⁶⁴ Camões (1994:153), [soneto 73, *Náiades, vós, que os rios habitais*]. As ninfas são as mesmas. A diferença para *Hamadryades* está em que estas ninfas tinham uma duração igual à da árvore. Morriam quando a árvore era cortada.

⁶⁵ Sem dúvida que este radical vinca mais o estilo de Reis, até porque Pessoa utiliza a forma *pegureiro*, por exemplo, no fragmento 286 do *Livro do Desassossego*, cf. Pessoa (1997c:11).

⁶⁶ Garção (21982). Daqui em diante esta edição será citada pela sigla OCCG, com a indicação do nº do volume e, para uma localização mais exata, do poema e do(s) verso(s). Assim OCCG I, ode I.14.

⁶⁷ Quita (1999). Daqui em diante esta edição será citada pela sigla OCRQ, com a indicação do nº do volume e, para uma localização mais exata, do poema e do(s) verso(s). Assim OCRQ I, écloga III.54,72; idílio XVII 73.

⁶⁸ OCFL IV, 64.9.

⁶⁹ Referido por Pereira (1972:90).

⁷⁰ *Carm.* III.10.11.

⁷¹ *Serm.* II.5.7,78.



Reis aborda nesta ode as propriedades mágicas da água deste rio, que serviam para selar os juramentos dos deuses⁷². A quebra de tal juramento acarretava inúmeras provações, entre elas o afastamento, durante nove anos, do convívio com os deuses imortais. De referir ainda que foi nestas águas mágicas que Tétis mergulhou Aquiles, tornando invulnerável todo o seu corpo, à exceção do calcanhar.

Em *Morais* é registado com uma abonação do poema heroico *Ulisseia ou Lisboa Edificada*, de Gabriel Pereira de Castro. Ocorre, por exemplo, em Camões⁷³, Filinto⁷⁴ e Bocage⁷⁵.

3.2. Adjetivos:

- **Atro** (lat. *ater*, 'negro')⁷⁶, *PRR*, 3.13

Apenas o *Dicionário da Academia* não regista este termo.

Para Reis a praia adquire inúmeras qualificações. Talvez as mais dignas de registo sejam as da ode 3, onde utiliza qualificações opostas, como *atra* e *alva*⁷⁷. A praia é ainda *plana* (56.27 e repetido na 73.7) e *eterna* (98.9).

Horácio caracteriza o rio Cocito e o golfo do Adriático de *ater*⁷⁸. Bocage, à semelhança do Venusino, diz "nuvens de atro fumo"⁷⁹.

- **Avito** (lat. *avitus*, 'antigo, que vem dos avós')⁸⁰, *PRR*, 74.57

Apenas o *Dicionário da Academia* não regista este termo.

Apesar de ser um latinismo algo insólito, ocorre também em Filinto⁸¹. Penso que, erradamente, está grafado como proparoxítono neste verso da Carta a Brito: *e nós de ávitos bens herdeiros lídimos*⁸². Recordo que tem algumas ocorrências em Horácio⁸³, donde pode ser haurido.

- **Estígio** (lat. *stygius*, 'relativo ao Estige, funesto')⁸⁴, *PRR*, 65.20⁸⁵

Apenas o *Dicionário da Academia* não regista este termo.

⁷² Cf. Hesíodo, *Teogonia* 389-403.

⁷³ *Lus.* IV.80.6.

⁷⁴ *OCFL IV*, 51.19. Filinto utiliza também *Stix*, *OCFL I*, 92.33. Cf. nota do próprio autor.

⁷⁵ Bocage (1969-1979). Daqui em diante esta edição será citada pela sigla *OOB*, com a indicação do nº do volume. Uma vez que os seus poemas não se encontram numerados será indicado o *incipit* do poema, seguido do(s) verso(s). Assim *OOB I*, soneto *Trastes cediços, móveis de outra idade*, v. 7.

⁷⁶ Referido por Coelho (1998:131) e Pereira (1972:90).

⁷⁷ Reis utiliza ainda o termo *alva* para caracterizar Lídia (cf. *PRR*, 54.1: *Não porque os deuses findaram, alva Lídia, choro...*) e para qualificar a *spuma*, sempre com aférese do 'e' (83.3). Na ode *Vossa formosa juventude leda*, Reis, com o recurso à hipálage, caracteriza ainda a *spuma* de branca:

*Quanta igual mocidade a eterna praia
De Chronos, pae injusto da justiça,
Ondas, quebrou, deixando á só memória
Um branco som de spuma.*
(98.9-12)

Também para Correia Garção a espuma é *alva* e *branca*. Cf. *OCCG I*, ode I.78 e XIII 17, respetivamente.

Os nossos autores recorreram a este termo para se referirem ao Inferno, ou ao que a ele está associado. Ocorre em Camões⁸⁶, Filinto⁸⁷ e Bocage⁸⁸, este para abordar a Morte, uma das temáticas base da sua poesia.

- **Gestal**, *PRR*, 17a.6

A ausência de registo desta palavra nos dicionários portugueses, bem como dum termo latino que a pudesse justificar, levantou-me algumas dúvidas sobre a sua grafia. Mais uma vez, foi pertinente a confirmação do Professor Ivo Castro: "*gestal taça*: é inequivocamente o que diz o ms. 51-37r".

Partindo da filosofia de vida defendida por Reis, que aconselha a viver o momento, sem pensar no futuro, esta taça que deve ser bebida, gostada⁸⁹, afigura-se, pois, como normal, simples, de uso diário. Nem vale a pena pensar que amanhã se poderá gozar outra diferente, porque não somos futuros. A transformação em adjetivo do substantivo neutro *gesta -orum*, hipótese mais remota, para classificar a taça como especial, como a taça recebida pelos 'feitos notáveis', não se coaduna com a linha orientadora de Reis.

- **Ífero** (lat. *inferus*, 'inferior')⁹⁰, *PRR*, 8.10⁹¹

Este latinismo não é referenciado pelo *Dicionário da Academia* como entrada isolada, mas sim em 4 compostos: ífero-anterior, ífero-exterior, ífero-interior e ífero-posterior. *Morais*, *Aurélio* e *Houaiss* registam-no como adjetivo, o primeiro com abonação de Gaspar Barreiros. Ocorre também em Filinto⁹².

- **Íncscio** (lat. *inscius*, 'ignorante'), *PRR*, 137.4⁹³

O *Dicionário da Academia* e *Morais* apenas registam *insciência* (v. 6) e *insciente*. No entanto, encontrei *íncscio* enunciado em duas listas do vocabulário ortográfico da língua portuguesa, no *Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa*,

⁷⁸ *Carm.* II.14.17 e III.27.18, respetivamente. *Ater* caracteriza ainda a morte (I.28.13) e as nuvens (II.16.2 e III.29.43).

⁷⁹ *OOB I*, soneto *Incense da Fortuna os vãos altares*, v. 4.

⁸⁰ Referido por Pereira (1972:90).

⁸¹ *OCFL IV*, 19.2; 46.19.

⁸² *OCFL I*, 53.6.

⁸³ *Carm.* I.12.43; I.37.6; III.3.59.

⁸⁴ Referido por Coelho (1998:131).

⁸⁵ *Vide etiam PRR*, 20.22 e 68.26.

⁸⁶ *Lus.* IV.40.1. Epifânio remete para Virgílio, *Eneida*, VI.323 (*Stygiamque paludem*); VIII.11.3.

⁸⁷ *OCFL IV*, 51.24.

⁸⁸ *OOB I*, soneto *Entre as tartáreas forjas, sempre acesas*, v. 2 e *Em deserta masmorra, ao Sol, odisa*, v. 3.

⁸⁹ Sobre a possibilidade de *gostar* com o significado de 'provar' ser um latinismo semântico, cf. Silva (1931:218). Com este significado aparece também em *OCRQ I*, idílio II 21.

⁹⁰ Referido por Coelho (1998:131).

⁹¹ *Vide etiam PRR*, 12a.10.

⁹² *OCFL IV*, 20.21.

⁹³ *Vide etiam PRR*, 137.4.



elaborada por A. R. Gonçalves Viana⁹⁴, que o regista apenas como adjetivo e no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, elaborada pela Academia das Ciências de Lisboa, em 1940, aparece já como adjetivo e substantivo.

Apenas aparece em Reis como adjetivo, ao contrário do seu sinónimo *néscio*, que ocorre umas vezes como substantivo (126.9), outras como adjetivo (51.11).

- **Invito** (lat. *invitus* 'forçado')⁹⁵, PRR, 141.8⁹⁶

Este vocábulo não é registado pelo *Dicionário da Academia*. É referenciado por *Morais*, com abonação de Padre António Vieira, por *Aurélio* e *Houaiss*.

Só um conhecimento profundo de Latim permite a substituição de uma oração relativa⁹⁷ por um adjetivo com o mesmo significado, porém muito mais sintético. O adjetivo é utilizado por Horácio, quando, na *Arte Poética*, lembra que quem já conhece os escritos socráticos não tem dificuldade em encontrar *verba non invita*⁹⁸.

- **Múrmuro** (lat. *murmur*, 'que produz ruído')⁹⁹, PRR, 162.3¹⁰⁰

Não é referenciado pelo *Dicionário da Academia*, apesar de aparecer no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*¹⁰¹. É referenciado por *Morais*, com abonação do poema *Elegiada* de Luís Pereira, *Aurélio* e *Houaiss*.

- **Vólucres** (lat. *volūcer*, 'efémero')¹⁰², PRR, 2.2

Este latinismo apenas ocorre em *Houaiss*. Provavelmente, é mais um dos decalques que Reis efetua do vocábulo latino, com ocorrência em Horácio¹⁰³.

- **Volúteis** (lat. *volutilis*, 'que pode volver'), PRR, 37.6

Para este adjetivo com que Reis caracteriza as rosas, só encontrei o respetivo termo latino no *Lexicon Totius Latinitatis*, de FORCELLINI, com a indicação de que deveria ser retirada da língua e, de facto, não consta nos melhores dicionários de Latim de atualidade. Transcrevo a sua justificação: "*adject. (volvo) qui volutari potest. Vox a lexico expungenda; occurrit enim tantum in Not. Tir. p. 124 volutat, volutilis, volubilis*".

Também aqui a informação do Professor Ivo Castro foi pertinente: "*rosas volúteis*: tratando-se de um dactiloscrito (51-12r), a leitura é muito clara e não oferece dúvidas".

Uma vez que este latinismo não é referenciado por nenhum dos Dicionários e tem na sua raiz o verbo *volvo*, e atendendo ainda a que, para Reis, também as rosas

são vólucres e breves, o seu significado continuará relacionado com a efemeridade, ou seja, as rosas 'queolvem, quemudam', no fundo, 'quemurcham'.

3.3. Verbos:

- **Adumbra** (lat. *adumbrare*, 'sombrear, delinear-se'), PRR, 24.3

Este verbo não é referenciado pelo *Dicionário da Academia*, mas aparece no seu *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*¹⁰⁴. Consta em *Aurélio*, *Houaiss* e *Morais*, mas neste último com o significado de 'imitar'.

Pessoa emprega-o também com o sentido de 'vislumbrar' em *Erostratus*, a propósito dos precursores. Camões utiliza outro composto de *umbrar*, com o prefixo *ob*¹⁰⁵.

- **Aurora** (lat. *aurorare*, 'brilhar'), PRR, 205.8¹⁰⁶

Verbo também não referenciado pelo *Dicionário da Academia*, apesar de registado no seu *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*¹⁰⁷.

- **Futura** (lat. *futura*, part. futuro de *esse*, 'que há de ser, existir'), PRR, 17.5¹⁰⁸

Sobre a utilização do participio futuro latino em Português, as opiniões divergem. Talvez o caso mais conhecido e sobre o qual mais se tenha escrito seja o dos seguintes versos camonianos: *A Deus pedi que removesse os duros / casos que Adamastor contou futuros* (V.60.7-8). Num estudo de Francisco Rebelo Gonçalves¹⁰⁹, engloba este estudioso as várias investigações que se fizeram ao longo dos tempos acerca deste passo. Lembro só a de Epifânio Dias, a favor da transposição de um termo de uma oração para outra¹¹⁰, face à de Corrêa da Silva, que vê aqui o reaparecimento do participio futuro ativo latino¹¹¹.

Em Reis existe a vantagem de ter concomitantemente na mesma ode estas duas opiniões. O processo de transposição é, pois, evidente nos versos 1 e 2. *Futuro* é o adjetivo que qualifica *espaço*, entenda-se 'tempo', e que está deslocado para a oração relativa. Porém, a interpretação de um participio futuro latino no verso 5 não poderá ser descartada. Reis aconselha Lídia a viver o dia de hoje, porque não sabe o que pode acontecer amanhã, pode mesmo não existir, não ser *futura*. Não vale a pena, então, fazer planos, uma vez que não duramos eternamente.

- **Hausta** (lat. *hausta*, part. perfeito de *haurior*, 'esgotada, consumida'), PRR, 105.13

⁹⁴ Sigo a 2ª edição, de 1913.

⁹⁵ Referido por Pereira (1972:90).

⁹⁶ *Vide etiam* PRR, 8.6.

⁹⁷ cf. aparato genético do verso 8: *que me é imposto*.

⁹⁸ *Ars Poetica*, 311. *Vide etiam Carm.* I.18.12 e III.11.22.

⁹⁹ Para este vocábulo o Latim não tem um adjetivo. Apresenta apenas o substantivo *murmur* e o verbo *murmurare*.

¹⁰⁰ *Vide etiam* PRR, 194.3.

¹⁰¹ Viana (1913:405).

¹⁰² Referido por Coelho (1998:131) e Pereira (1972:90).

¹⁰³ *Carm.* I.34.8, II.17.34, III.28.6, IV.13.16.

¹⁰⁴ Viana (1913:53).

¹⁰⁵ *Lus.* VI.37.5.

¹⁰⁶ cf. ainda nesta ode o verso 17.

¹⁰⁷ Viana (1913:97).

¹⁰⁸ *Vide etiam* PRR, 17a.5.

¹⁰⁹ Gonçalves (2002:339-345).

¹¹⁰ Dias (1916-1918), onde faz o comentário a *Lus.* V.60.8: "*futuros está transposto da oração demonstrativa para a relativa*; cf. I.26.7-8".

¹¹¹ Silva (1931:141). Para Corrêa da Silva "em vez duma transposição, temos o reaparecimento artificial do participio futuro ativo da conjugação latina". Salienta, porém, que a interpretação é arrojada e lembra: "*a respeito da morte total do participio futuro latino em português, que Júlio Moreira, querendo, numa exposição, inventar formas que fossem ininteligíveis para quem não conhecesse a conjugação latina, se lembrou de notaturo e enforcaturo.*"



É mais um dos participios passados que Reis vai esgaravatar ao Latim. Os Dicionários consultados só registam a entrada deste vocábulo como substantivo.

- **Indos** (lat. *eundum*, gerundivo de *eo*, 'que deve ir')¹¹², PRR, 24.6

Eis aqui um dos imbróglis com que Reis nos presenteia. Jacinto do Prado Coelho apenas refere que um dos procedimentos típicos a que Pessoa e os heterónimos recorrem para exprimir o que há de vir é “*adaptando o participio futuro latino (...) recorrendo ao gerundivo (...) ou utilizando a perífrase com a, que + infinito*”¹¹³. Pela forma que apresenta, *indos* é um gerundivo. Ora, o verbo *eo*, porque é intransitivo, só aparece com as formas passivas na terceira pessoa do singular. Logo, o gerundivo será *eundum est*. Assim, a melhor justificação que encontrei para esta forma é Ricardo Reis, “latinista por educação alheia”¹¹⁴, ter transformado *eo* num verbo regular para formar o seu gerundivo, ou seja, ao tema do presente, ‘*i-*’, juntou-lhe a característica de gerundivo ‘*-ndus*’, à semelhança dos gerundivos da 1ª e 2ª conjugações, ‘*lauda + ndus*’ ou ‘*dele + ndus*’.

A interpretação da ode assim se afigura: os quatro versos iniciais, referentes ao sujeito composto, “*o rastro, o écho, a sombra e o branco*” não melhoram, nem alteram a alma às almas, nem o ido aos indos, ou seja, aquilo que se foi, que aconteceu, àqueles que se irão, que se devem ir. O passado é inalterável.

- **Inosculanda** (lat. *in + osculanda*, gerundivo de *osculare*, 'que não deve ser beijada'), PRR, 224b

É um verso único de um fragmento cancelado onde, com recurso ao prefixo e ao gerundivo, Reis consegue transmitir, de forma concisa, a ausência de beijos, caracterizadora do amor tranquilo. Este amor encontra expoente máximo na ode *Vem sentar-te commigo, Lydiá, á beira do rio*¹¹⁵.

- **Labento** (lat. *labens*, part. presente de *labor*, 'que desliza'), PRR, 113.5

¹¹² Referido por Coelho (1998:144) e Pereira (1972:90).

¹¹³ Coelho (1998:144).

¹¹⁴ Pessoa (1999c:345). Se na sua caracterização Pessoa diz que é médico, também num manuscrito de Alberto Caeiro se lê: “*O Sr. Dr. Ricardo Reis é professor de Latim (humanidades) num importante colégio americano*” (Pessoa, 1966:333).

¹¹⁵ *Amemo-nos tranquilamente, pensando que podíamos,*

Se quiséssemos, trocar beijos e abraços e carícias, (PRR, 40.17-18)

¹¹⁶ *Geórgicas*, I.6; IV.366; *Eneida*, I.283; II.14.

¹¹⁷ Referido por Coelho (1998:141).

¹¹⁸ Coelho (1998:140-141). Sobre este termo alguns esclarecimentos se impõem. É sabida a adaptação que José Saramago faz da vida do heterónimo pessoano Ricardo Reis, no seu romance *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, que veio a público em 1984. As interpretações que desse romance se fazem, nomeadamente dos nomes das personagens, merecem alguns reparos. Vem este comentário a propósito de uma coleção de livros – *Coleção Mil Folhas* –, editada pelo jornal *Público*, onde se inclui o do referido Prémio Nobel, com alguns comentários. Refere o *Público* de 22 de maio de 2002, artigo assinado por M.T.S., e preparando a edição da semana seguinte, que “(...) Em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, a escrita de Saramago possui

Este termo não é referenciado por nenhum dos Dicionários. Parece, pois, ser mais uma das criações de Reis. De destacar é a formação deste participio presente. Em todas as edições consultadas aparece *labento*, exceto na de Silva Bêlkior (1988:234), exímio conhecedor da língua latina, que regista *labente*. Sem dúvida que esta seria a forma correta, resultante da adaptação do participio presente latino. Mais uma vez as informações do Professor Ivo Castro acerca deste vocábulo são esclarecedoras: “*labento curso*: também aqui se confirma a leitura da ed. crítica, pois não há dúvida que Pessoa escreveu deliberadamente -o no 52-18r. Mas o que a ed. não diz no aparato é que ele começou por escrever *labente* (é ms.), só depois retocando a vogal final para -o. Trata-se portanto de uma intervenção deliberada”.

Acresce referir ainda que este é um termo bastante utilizado pelos autores latinos, sobretudo por Virgílio, onde mais vezes se encontra com este mesmo significado da passagem do tempo, da vida¹¹⁶.

- **Marcenda** (lat. *marcenda*, gerundivo de *marceo*, 'que deve murchar, secar')¹¹⁷, PRR, 18.10

Nenhum dos Dicionários regista este vocábulo. Parece ser outra das criações de Reis. Jacinto do Prado Coelho refere a tendência para a criação vocabular, comum à poesia ortónima e heterónima, através de neologismos de forma e de sentido. Inclui nos primeiros este gerundivo¹¹⁸. Mais uma vez a ideia do que vai acontecer, o murchar da rosa, é expresso por um gerundivo.

- **Morituro** (lat. *moriturus*, part. futuro de *morior*, 'que há de morrer')¹¹⁹, PRR, 111.12

Este participio não é referenciado pelo *Dicionário da Academia*, que, porém, regista o seu antónimo 'nascituro'. Em Horácio encontram-se algumas ocorrências¹²⁰.

Pelo conhecimento que constantemente demonstra da língua e cultura latinas, não será forçado supor que Reis conhecesse os hábitos e gostos dos Romanos, assim

uma forte marca de intertextualidade, sendo que os nomes de Marcenda e Lídia derivam ambos das 'Odes de Ricardo Reis' de Pessoa, (...). Esta tem sido uma interpretação errónea do gerundivo *marcenda*, talvez pelo facto de estar em início de verso e, por isso, grafado com maiúscula. Em entrevista ao referido jornal, dada na semana da publicação do seu romance, a 29 de maio, o próprio Saramago, passados 18 anos da 1ª edição do seu livro e provavelmente avisado por alguns latinistas, retificou a confusão, em resposta à pergunta do jornalista: “(...) E quanto às personagens? Por exemplo as duas mulheres, Lídia e Marcenda, sendo figuras literárias [das 'Odes' de Ricardo Reis], onde foi buscar o corpo e os tiques que lhe deu? Marcenda não é uma 'personagem literária' de Reis, não é sequer um nome feminino com presença nos vocabulários onomásticos. A palavra aparece na ode 'Saudosos já deste Verão que vejo' designando uma rosa emurchecida. (...)”. Já agora, só mais uma achega para a clarificação do termo. Este verso possui uma variante, cf. PRR, p. 240, “(Fananda) [↓ Fananda], guardo-a; fane-se commigo”, que vem refutar a interpretação de nome próprio e onde se nota o favoritismo de Pessoa pelo latinismo, em detrimento do galicismo.

¹¹⁹ Referido por Coelho (1998:144) e Pereira (1972:90).

¹²⁰ cf. *Carm.* I.28.6 e II.3.4.



como as suas mudanças, bem expressas em Juvenal¹²¹. Na verdade, eles adoravam assistir a espetáculos verdadeiramente sangrentos, aos quais não faltava o imperador, a quem os gladiadores dirigiam a lúgubre saudação: "*Have imperator, morituri te salutant!*"¹²².

De salientar é o facto de Pessoa, a propósito destes circenses, referir em vez do latinismo *morituros* escrever 'os que iam morrer'¹²³.

- **Mutada** (lat. *mutata*, part. perfeito de *mutare*, 'mudada'), PRR, 112.7

Estamos na presença de mais um participio perfeito latino sem a sonorização do [t] em [d]. Reis apenas aplica este processo à desinência de participio e não à raiz do verbo, o que daria o normal participio passado do verbo *mudar*. O verbo *mutar* apenas é referenciado em *Houaiss*. Existe, porém, o composto *permutar*, sem sonorização. Recorde-se que este participio aparece na ode de Horácio a Pirra (I.5.6), bem conhecida de Pessoa¹²⁴.

- **Recumbente** (lat. *recumbens*, part. presente de *recumbere*, 'que se reclina')¹²⁵, PRR, 35.15

Recumbente não é averbado pelo *Dicionário da Academia*.

O termo é usado sobretudo no modo bucólico, para descrever o momento de descanso debaixo da fresca sombra. Virgílio utiliza o verbo *recubo*¹²⁶. No segundo verso da égloga VI de Quita, Dorindo dirige-se ao amigo Alcino, que se encontra à sombra duma faia, mas utiliza o verbo *recostar*¹²⁷, também utilizado por Virgílio¹²⁸, em vez de *recumbir*.

O recurso ao participio presente é uma constante de Reis¹²⁹. Neste caso, a partir do participio presente latino *recumbens*, *-entis*, Reis forma o participio da língua portuguesa pela regra normal¹³⁰.

- **Senescer** (lat. *senescere*, 'envelhecer'), PRR, 223s.1

Este verbo não é referenciado por nenhum dos *Dicionários* que registam apenas *senescência* e *senescente*. É mais um decalque de Reis a partir do verbo latino¹³¹.

Depois deste levantamento lexical, algumas conclusões me parecem pertinentes.

Primeira: muitos destes vocábulos não estão ainda registados nos *Dicionários* de Língua Portuguesa, sobretudo no *Dicionário da Academia*. As formas *heptápila*,

heracleu, *gestal*, *hausta*, *indos*, *labento*, *marcenda*, *mutada*, *senescer*, *vólucro* e *volúteis* não as encontrei registadas em nenhum dos quatro dicionários de referência¹³².

Segunda: de todos estes latinismos, alguns não pertencem ao léxico horaciano, como *amplexo*, *bardo*, *clangor*, *ergástulo*, *hamadryades*, *óbolo*, *pegureiro*, *pulchritude*, *estige*, *álacre*, *equânime*, *estígio*, *gemebundo*, *hiemal*, *imarescível*, *imoto*, *infausto*, *ínfero*, *ínvio*, *núbil*, *aurorar*, *fenecer*, *umbrar*. No entanto, de entre este grupo, alguns são registados pelo seu contemporâneo Virgílio, como *amplexo* (*En.* I.687) *clangor* (*En.* II.313; VII.526; XI.192) *hamadryades* (*Buc.* X.62) *álacre* (*En.* I.380; VI.685) *imoto* (*En.* III.570) *infausto* (*En.* V.635; VII.717; XI.345,589) *ínvio* (*En.* I.537) *núbil* (*En.* VII.53), *umbrar* (*En.* III.508; VI.772) o que, de certa forma, nos pode remeter para o projeto pessoano de tradução da *Eneida*¹³³.

Terceira: para dois vocábulos utilizados por Reis, *labento* e *volúteis*, não encontrei uma explicação satisfatória; o adjetivo *múrmuro* não tem correspondente em Latim, que apenas regista o substantivo *murmur* e o verbo *murmurare*, o que é revelador da capacidade criadora de Fernando Pessoa. O caso de *gestal*, entre todos, apresentou-se-me o mais complexo: nem em Português nem em Latim o encontrei averbado.

Fica, pois, evidenciado o purismo do heterónimo Ricardo Reis, qual o do seu modelo Vieira, nomeadamente no que respeita ao léxico. No entanto, é o seu próprio criador que o considera exagerado, embora com a consciência de que escrevia melhor do que ele. Mas não era por tal facto que Pessoa descurava a língua pátria. Os inúmeros pensamentos que registou sobre ela, tantas vezes em papéis soltos, são a prova de que através da palavra se pode elevar bem alto o nome de Portugal. E desassossejavam-no aqueles que a menosprezavam.

Sem dúvida que o grande mentor de toda esta latinização é Horácio. Dele soube haurir além da temática, toda a liberdade de colocação das palavras no verso, tão característica do Latim, que já havia encontrado cultores anteriores a Reis.

¹²¹ Juvenal, *Sátiras*, X.78-81.

¹²² Suetónio, *Vita Divi Claudii*, 21.

¹²³ Pessoa (1966:236).

¹²⁴ Cf. *Carm.* I. 5.14-15. Esta é uma ode bem conhecida de Pessoa que, à semelhança de Milton, a verteu para inglês. A propósito desta tradução, lembramos que para Costa Ramalho (cf. "Horácio, Falcão de Resende, Milton e Pessoa", *Humanitas* XXIX-XL (1987-1988) 267-274) Pessoa está claramente a competir com Milton. M. H. Rocha Pereira (*Novos Ensaios*, pp. 265-266) está, no entanto, convencida de que esta tradução teria sido mais um dos exercícios de Latim que o seu Headmaster Nicholas, exigentíssimo professor de Latim, lhe teria proposto, enquanto aluno da *Durban High School*. De referir ainda é o facto de Pessoa, na cadeira de Latim, ter obtido a classificação de «Excellent». Sobre o aproveitamento de Pessoa no liceu de Durban vide Eugénio Severino, *Fernando Pessoa na África do Sul*, pp. 43-54.

Sobre mais pormenores acerca desta tradução (cf. *Fernando Pessoa: Coração de Ninguém* (Lisboa, 1985) p. 83), vide M. H. Rocha Pereira, *Novos Ensaios*, pp. 265-266. De salientar ainda é que Pessoa leu Milton antes d' *Os Lusíadas*, cf. Pessoa (1999c:258).

¹²⁵ Referido por Coelho (1998:143) e Pereira (1972:90).

¹²⁶ cf. *Bucólicas*, I.1.

¹²⁷ *OCRQ I*, égloga VI 2.

¹²⁸ cf. *Geórgicas*, I.401.

¹²⁹ cf. Coelho (1998:143).

¹³⁰ O acusativo do singular sofre a apócope do 'm': *recumbente(m)* > *recumbente*.

¹³¹ cf. Horácio, *Epist.* I.7.85.

¹³² cf. *supra* nota 31.

¹³³ Pessoa (1966:88).



Porém, toda a influência do vate latino não lhe truncou a sua originalidade. Como refere M. H. Rocha Pereira, “o verdadeiro poeta não é capaz de imitar os outros”¹³⁴. Soube transpor com mestria para a língua que escolheu como pátria o léxico, a sintaxe, toda a elegância e complexidade da latina, sempre na procura da perfeição. Cada poema, cada verso e, por vezes, cada palavra revestem-se de uma dificuldade tal – falo com conhecimento de causa – que se apresentam como um verdadeiro desafio ao leitor. A disciplina que incute à vida transporta-a para as suas odes, inconcebivelmente para Álvaro de Campos, e o resultado só poderia ser, nas palavras de Jacinto do Prado Coelho, um “estilo abstrato e difícil, elíptico, da inteligência para a inteligência”¹³⁵.

Este é, pois, o estilo de “«um Horácio grego que escreve em português»”¹³⁶.

BIBLIOGRAFIA

- BÉLKIOR, Silva (1983). *Fernando Pessoa – Ricardo Reis: Os originais, as edições, o cânone das odes*. Lisboa: INCM.
- BOCAGE (1969-1979). *Opera Omnia*, 6 vols., direção de Hernâni Cidade. Lisboa: Bertrand.
- CAMÕES (2^o1916-1918). *Os Lusíadas*, 2 vols, comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias. Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- _____ (1994). *Rimas*, texto estabelecido, revisto e prefaciado por Álvaro J. da Costa Pimpão e apresentação de Aníbal Pinto de Castro. Coimbra: Almedina.
- COELHO, Jacinto do Prado (1^o1998). *Diversidade e Unidade em Fernando Pessoa*. Lisboa: Verbo.
- DÉCIO, João, “O Heterónimo Ricardo Reis”. In *Didática* 5-6 (1969) 189-193.
- ELÍSIO, Filinto (1998-2001). *Obras Completas*, 11 vols., edição de Fernando Moreira. Braga: APPACDM Distrital de Braga.
- GARÇÃO, Correia (2^o1982). *Obras Completas*, 2 vols., edição de António José Saraiva. Lisboa: Sá da Costa.
- GONÇALVES, Francisco Rebelo (1995-2002). *Obra Completa*, 3 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- HORATIUS (3^o1995) *Opera*. Ed. D. R. Shackleton Bailey. Bibliotheca Scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana. Stuttgartiae in aedibus B.G. Teubneri.
- JABOUILLE, Victor, “Poesia, tradição e mitologia. Aspetos do classicismo de Ricardo Reis”. In *Euphrosyne* XVII (1939) 327-340.
- LAUSBERG, Heinrich (4^o1993). *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa: Gulbenkian.
- LEMOS, Fernando (1993). *Fernando Pessoa e a Nova Métrica*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- _____ “Contributo para a leitura de *Odes* de Ricardo Reis: da *Aura Mediocritas* à autoafirmação”. In *Euphrosyne* XIV (1986) 165-173.
- MENDES, João, “Fernando Pessoa e seus Heterónimos”. In *Brotéria* 47 (1948) 328-348.
- PAVÃO, J. Almeida, “O Classicismo de Ricardo Reis”. In *Euphrosyne* V (1972) 529-545.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha (1972). *Temas Clássicos na Poesia Portuguesa*. Lisboa: Verbo.
- _____ (1988). *Novos Ensaios sobre Temas Clássicos na Poesia Portuguesa*. Lisboa: INCM.
- PESSOA, Fernando (1946a). *Odes de Ricardo Reis*, edição de Luís Montalvor e João Gaspar Simões. Lisboa: Ática.
- _____ (2^o1950-51). *Páginas de Doutrina Estética*, seleção, prefácio e notas de Jorge de Sena. Lisboa: Editorial Inquérito.
- _____ (1966). *Páginas Íntimas e de Autointerpretação*, textos estabelecidos e prefaciados por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho. Lisboa: Ática.
- _____ (1988). *Texto Crítico das Odes de Fernando Pessoa – Ricardo Reis*, edição de Silva Bélkior. Lisboa: INCM.
- _____ (1994a). *Poemas de Ricardo Reis*, edição de Luiz Fagundes Duarte. Lisboa: INCM.
- _____ (2^o1994b). *Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias*, textos estabelecidos e prefaciados por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho. Lisboa: Ática.
- _____ (1997a). *A Língua Portuguesa*, edição de Luísa Medeiros. Lisboa: Assírio e Alvim.
- _____ (2^o1997b). *Livro do Desassossego*, 2 vols., prefácio e organização de Jacinto do Prado Coelho. Lisboa: Ática.
- _____ (1998). *Livro do Desassossego*, edição de Richard Zenith. Lisboa: Assírio e Alvim.
- _____ (1999a). *Obra Poética de Fernando Pessoa*, edição de Maria Aliete Galhoz. Rio de Janeiro: Aguilar.
- _____ (1999b). *Correspondência 1905-1922*, edição de Manuela Parreira da Silva. Lisboa: Assírio e Alvim.
- _____ (1999c). *Correspondência 1923-1935*, edição de Manuela Parreira da Silva. Lisboa: Assírio e Alvim.
- _____ (2000). *Poesia*, edição de Manuela Parreira da Silva. Lisboa: Assírio e Alvim.
- _____ (2003). *Prosa*, edição de Manuela Parreira da Silva. Lisboa: Assírio e Alvim.
- QUITA, Domingos dos Reis (1999). *Obras Completas*, 2 vols., edição de Ana Cristina Fontes. Porto: Campo das Letras.
- REBELO, Luís de Sousa (1982). *A Tradição Clássica na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

¹³⁴ Pereira (1972:107).

¹³⁵ Coelho (1998:131).

¹³⁶ Pessoa (1999c:55).



- SILVA, Carlos Eugénio Corrêa da (1931). *Ensaio sobre os Latinismos dos Lusíadas*. Coimbra: INCM.
- VERGILI (1969). *Opera*. Ed. R. A. B. Mynors. Scriptorum Classicorum Bibliotheca Oxoniensis. Oxonii e Typographeo Clarendoniano.
- VIANA, A. R. Gonçalves (21913). *Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa*. Paris e Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.

Graeca

<u>Αλφαβητο</u>	
α = α	ν = ν
β = β	ξ = ξ
γ = γ	ο = ο
δ = δ	π = π
ε = ε	ρ = ρ
ζ = ζ	σ, ς = σ , *(σηιφτ 2)
η = η	τ = τ
θ = θ	υ = υ
ι = ι	φ = φ
κ = κ	χ = χ
λ = λ	ψ = ψ
μ = μ	ω = ω
<u>ΑχεντυαΥWo</u>	<u>ΠοντυαΥWo</u>
=	, = ,
'	. = .
’, ‘ = ‘` αλτυρ 2	. = .
ääää = αλτυρ 7890	; = ;

RAQUEL BEATRIZ DE LIMA MACHADO - UNIV. DE AVEIRO, PORTUGAL CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA, AÇORES

RAQUEL BEATRIZ DE LIMA MACHADO

nasceu em Ponta Delgada, em 1987. Ingressou no Conservatório Regional daquela cidade açoriana aos seis anos de idade, onde foi aluna da Prof.ª Irina Semiónova e completou o 8º Grau de Piano com a classificação de 18 valores. Enquanto aluna daquela instituição, participou em diversas audições, recitais e concertos, como solista ou integrando grupos de música de câmara e coro. Em julho de 2009 terminou a Licenciatura em Música – Variante de Piano, na Univ. de Aveiro, na classe de Piano da professora Nancy Lee Harper e na classe de Música de Câmara do professor António Chagas Rosa. Em dezembro de 2009 recebeu o Prémio Caixa Geral de Depósitos – Melhor finalista da Licenciatura em Música, numa cerimónia que teve lugar no Auditório da Reitoria da Univ. de Aveiro.

Participou em diversos master classes com os pianistas Massimiliano Valenti, Rudolfo Rubino, Mário Laginha, Paulo Pacheco, Sofia Lourenço, Miguel Borges Coelho, e Sergei Milstein.

No âmbito dos Cursos Internacionais de Música de Guimarães, trabalhou Música de Câmara sob a orientação de António Saiote.

Em 2007 participou no recital de encerramento do Congresso Europeu de Professores de Piano (ESMAE, Porto), e no mesmo ano atuou na Sessão Solene Comemorativa da Elevação da Ribeira Grande a Vila, que decorreu no Teatro Ribeiragrاندense.

Em 2006 ingressou na Lira Açoreana, sendo a primeira pianista desta orquestra constituída por jovens músicos açorianos.

Enquanto membro do coro do Departamento de Comunicação e Arte da Univ. de Aveiro participou já em diversos concertos, dos quais se destacam a Missa da Coroação (Mozart), Requiem (Brahms), A Criação (Haydn), a Nona Sinfonia (Beethoven), Sinfonia Coral (Beethoven) dirigida pelo maestro António Saiote e onde foi solista o pianista António Rosado. Atualmente estuda canto com a soprano Isabel Alcobia.

Como soprano, apresentou-se pela primeira vez como solista em maio de 2010 no Teatro Micaelense (S. Miguel – Açores), interpretando a *Missa Breve* de Delibes e *Alleluia* de Mozart.

FOI CANTORA SOPRANO convidada do 14º colóquio da lusofonia em Bragança (outubro 2010) e do 15º em Macau.

Vai atuar com ANA PAULA ANDRADE E HENRIQUE CONSTÂNCIA NO CONCERTO DO CANCIONEIRO AÇORIANO



É SÓCIO DA AICL. ~

21. RAUL LEAL GAIÃO

RAUL LEAL GAIÃO,

Mestre em Língua e Cultura Portuguesa / Estudos Linguísticos, com a dissertação de *Aspetos Lexicais na Obra de Autores Macaenses* (publicada). Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa. Licenciado em Ciências Literárias pela Univ. Nova de Lisboa.



Colaborador do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa e Colaborador do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

Desenvolve investigação na área do falar / dialeto macaense, tendo escrito e publicado vários artigos:

- Línguas de Macau in *Dicionário Temático da Lusofonia*.
- Nhónha-nhónha – A Reduplicação no Crioulo Macaense, in *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa*.
- Asiaticismos no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, in *SIMELP, I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*.
- Asiaticismos no Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, in *Atas / Anais 4º Encontro Açoriano da Lusofonia*.
- Representações do crioulo macaense, in *SIMELP*



É SÓCIO DA AICL.

AÇORIANOS EM MACAU – D. ARQUIMÍNIO DA COSTA: DA ATIVIDADE PASTORAL AO DIÁLOGO COM A IGREJA DA CHINA, RAUL LEAL GAIÃO

TEMA: 3.6.

Após o povoamento das ilhas açorianas, desde muito cedo que as condições naturais e sociais levaram os naturais a sulcar mares para contactarem e se estabelecerem nas mais diversas e longínquas partes do mundo, legando-nos preciosas informações escritas, como, no referente à China e Macau, José Inácio de Andrade, de Santa Maria (Açores), nas *Cartas escritas da Índia e da China nos anos de 1815 a 1855*.

No século XX a plêiade de eclesiásticos oriundos dos Açores, desde D. João Paulino a D. Arquimínio da Costa, teve uma ação marcante nos diversos campos da atividade religiosa e social, pelo que podemos afirmar que a Igreja Católica em Macau tem uma forte marca da presença açoriana.

D. Arquimínio da Costa, para além do seu múnus pastoral na Diocese de Macau, dada a conjuntura da Igreja na China após a revolução cultural, fomentou um diálogo empenhado com a Igreja da China, tema que será o objeto principal deste texto.

1. INTRODUÇÃO – A DIÁSPORA AÇORIANA EM MACAU

A diáspora açoriana, fenómeno secular e que define a própria identidade do povo insular, constitui um dos aspetos estruturais da sua história. A par das condicionantes socioeconómicas e político-institucionais das ilhas, também as catástrofes naturais que assolam frequentemente o arquipélago foram fatores impulsionadores do fenómeno migratório: calamidades diversas como crises sísmicas ou vulcânicas, violentas intempéries ou doenças destruidoras de colheitas ou culturas afetaram fortemente a maior parte da população, fazendo abater sobre o povo ilhéu um sentimento de insegurança relativamente ao quotidiano. No século XIX, a organização política imposta pelo absolutismo e a estagnada e anquilosada estrutura social contribuem para o atraso das ilhas, fortalecendo os anseios de uma vida diferente e mais promissora, pelo que muitos demandaram a fortuna fora da terra natal. (Silva, 2001).

Embora não seja fator decisivo, à elevada taxa de emigração açoriana não será alheio o espírito sonhador e aventureiro que caracterizava a gente das ilhas, pelo contacto permanente com o mar. Fatores decisivos foram certamente o atraso e as dificuldades da economia insular, a precariedade do emprego, a desigual repartição da terra e, em especial, a escassez de recursos que impeliram muitos açorianos à emigração, rumando para o outro lado do Atlântico. Nos finais do século XIX, a corrente migratória encaminhava-se para o Brasil, na viragem do século XIX para o século XX passou a ser para os Estados Unidos, havendo também alguns contingentes que partiram para o arquipélago do Hawai, emigração reanimada nos anos 50 e 60 do século XX para os EUA, passando a incluir o Canadá. (Silva, 2001)

Macau, nos fins do século XVI tornou-se o maior empório comercial do Extremo-Oriente, mantendo relações comerciais com a Europa, Índia, Manila, China, Japão, situação que merece ser apelidada pelo cronista oficial Diogo do Couto como “a melhor e mais prospera colónia que os Portuguezes tem em todo o oriente” (Teixeira, 1976, p. 6). Não é, pois, de estranhar que um povo como o açoriano, tendencialmente a sair dos seus limites, tenha procurado estas longas paragens ao longo do tempo, uns de passagem e por dever de ofício (essencialmente marinheiros), outros fixando-se no território por razões profissionais, e alguns (poucos) de simples visita pelo Oriente. Todos deixaram a marca da sua presença em Macau, nomeadamente através de documentos escritos, relevantes para a história do Extremo Oriente.

Cruzando os mares, José Inácio de Andrade¹³⁷, natural de Santa Maria, oficial da Armada, empreendeu várias viagens à Índia e à China. Em *Memória sobre a destruição dos piratas da China e o desembarque dos ingleses na cidade de Macau e a sua retirada*

¹³⁷ Santa Maria, Açores, 1780-1863.



(1835), aborda a luta dos portugueses, com os imperiais chineses, contra a pirataria e a tentativa de ocupação da concessão pelos ingleses, sob o pretexto da guerra napoleónica, em que os portugueses e chineses se opuseram, em conjunto, ao ataque britânico; relevantes são as *Cartas escritas da Índia e da China nos anos de 1815 a 1855* (publicadas em 1843), reveladoras de grande erudição, respeito e admiração por outras civilizações.

Jaime de Sousa,¹³⁸ imediato do cruzador Adamastor, na sua obra *Agonia de um herói – a derradeira viagem do cruzador Adamastor*, deixa-nos um relato vivo e uma descrição da vida dessa época em Macau.

Também Pedro da Silveira¹³⁹ visitou várias vezes Macau e outras terras do Extremo Oriente.

Miguel de Arriaga¹⁴⁰ chegou a Macau em 1802, para ocupar o lugar de Ouvidor, afirmando-se como grande paladino da autonomia do Senado e dos comerciantes de Macau; tornou-se uma personagem onipotente em Macau, “*um dos paradigmas da diáspora açoriana, à procura das oportunidades que a terra natal não lhe deu*”. (Sousa, 2010, p. 114)

Rodrigo Leal de Carvalho¹⁴¹, colocado em Macau como magistrado, viverá a maior da sua vida ativa no Território, cerca de quatro décadas, se bem que de forma não continuada, e onde escreveu e publicou a maior parte da sua obra literária. (Sena, 2010, p. 276-277)

Macau foi juntamente com Manila o baluarte do catolicismo no Extremo Oriente. A diocese de Macau, criada em 1576, foi o foco de onde irradiou o Cristianismo para todo o Império Celeste e reinos circundantes até ao Reino do Sol Nascente e às mais remotas paragens do Extremo Oriente, estendendo-se desde a Indochina até ao Japão. Os grandes missionários da evangelização do Oriente, os jesuítas, em 1594, criaram o Colégio de S. Paulo, o quartel-general de toda a expansão missionária no Oriente: nele residiam os Visitadores e Provinciais da China e do Japão, estudavam os futuros evangelizadores e funcionava a escola das línguas chinesa, japonesa e anamita, saindo dali os grandes missionários e vindo para ali a refugiar-se os que conseguiam escapar ao martírio (Teixeira, 1976). Em 1728, os Jesuítas fundam o Seminário de S. José para formar missionários para a China. Dedicando-se sobretudo à formação de pessoal missionário, os colégios de S. Paulo e S. José foram a base logística das atividades missionárias exercidas no exterior (era a plataforma giratória da evangelização, na linguagem moderna).

No início, a diocese de Macau era extensíssima. Em 1552, o jesuíta Alonso Sanchez afirma que o território era tão vasto que nele poderia constituir-se 600 dioceses

(Teixeira, 1976). A bula da criação da diocese de Macau colocava à sua jurisdição, “*o dito lugar de Macau, toda a província da China e as ditas ilhas do Japão e de Macau, com as outras ilhas e terras adjacentes*” (Teixeira, 1976, p. 39). Em virtude de um novo acordo entre o Governo Português e a Santa Sé, foi a diocese de Macau em 1874, circunscrita à cidade de Macau, às ilhas contíguas (Hainan, Heung-San, e San-Vui) e à parte portuguesa da ilha de Timor. Em 1886 passaram da jurisdição do Arcebispo de Goa para o bispo de Macau os isentos de Singapura e Malaca. Em 1941 Timor separou-se da diocese de Macau, sendo nomeado administrador Apostólico da Diocese de Díli o P. Jaime Garcia Goulart (açoriano), promovido em 1945 a Bispo da mesma diocese (Teixeira, 1976). De 1576 até hoje já se separaram de Macau 300 dioceses. Com a expulsão dos missionários da China e a proibição de toda a atividade religiosa pelas autoridades comunistas que tomaram o poder em 1949, a diocese encontra-se reduzida ao território de Macau. (Teixeira, 1976)

Sendo o povo açoriano de fortes sentimentos cristãos e tendo contribuído para a formação de elevado número de padres nas suas dioceses, a evangelização no Oriente, desde muito cedo, teve a forte participação de açorianos como, entre outros, o P. Francisco Cabral¹⁴², no século XVI, o Beato João Baptista Machado¹⁴³, mártir no Japão, o P. Francisco da Rosa¹⁴⁴, na primeira metade do século XVIII e D. Manuel Bernardo de Sousa Neves¹⁴⁵, bispo de Macau (1873-1883).

Foi ao longo do século XX que representantes da Igreja exerceram a sua atividade eclesial em Macau, no momento em que a diocese já estava limitada praticamente ao território, numa diáspora em cadeia, em que uns incentivavam e conduziam os outros. Deles destacaremos¹⁴⁶:

D. João Paulino de Azevedo e Castro¹⁴⁷ foi bispo de Macau entre 1902 e 1918, levando com ele o seminarista José da Costa Nunes. Foi o fundador do *Boletim do Governo Eclesial da Diocese de Macau* (1903), órgão fundamental para a história da Igreja em Macau. “*A sua relação à educação, ao ensino das línguas, à divulgação da Língua e Cultura Portuguesa, o planeamento linguístico associado à atividade missionária na Ásia*” (Grosso, 2009, p.) fizeram parte da sua notável ação.

D. José da Costa Nunes¹⁴⁸ vai para Macau pela mão de D. João Paulino (1903), como seu secretário particular, e sucedendo-lhe no bispado (1920-1940).

D. Paulo José Tavares¹⁴⁹ foi bispo de Macau entre 1961 e 1973.

D. Jaime Garcia Goulart¹⁵⁰ exerceu a sua atividade religiosa em Macau de onde partiu para ser o primeiro bispo de Timor.

¹³⁸ Ponta Delgada, S. Miguel, Açores, 1875- 1946.

¹³⁹ Flores, Açores, 1922-

¹⁴⁰ Horta, Açores, 1776-1824.

¹⁴¹ Praia da Vitória, Terceira, Açores, 1932-

¹⁴² S. Miguel, Açores, 1528-?

¹⁴³ Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, 1580-1617.

¹⁴⁴ Pico, Açores, 1698-

¹⁴⁵ S. Jorge, Açores, 1873-1883.

¹⁴⁶ Para uma visão mais completa da ação dos açorianos em Macau vide Mons. Lourenço (1981), *Os Açorianos em Macau*, Angra do Heroísmo.

¹⁴⁷ Lajes, Pico, 1852-1918.

¹⁴⁸ Candelária, Pico, Açores, 1880-1976.

¹⁴⁹ Rabo de Peixe, S. Miguel, Açores, 1920-1973.

¹⁵⁰ Candelária, Pico, Açores, 1908-1997.



O Cónego Raul Camacho¹⁵¹ acompanhou D. José da Costa Nunes, novo bispo de Macau e de quem foi secretário particular.

O Cónego Dr. Fernando Herberto Leal Maciel¹⁵² é enviado por D. José da Costa Nunes para Roma a fim de estudar Teologia Dogmática. Foi diretor de “O Clarim”

O Deão José Maria Fernandes¹⁵³ foi para Macau como secretário de D. José da Costa Nunes em 1940.

O P. Mateus Conceição Rocha das Neves¹⁵⁴ tirou o Curso Superior de Música no Conservatório de Lisboa e foi o fundador da *Schola Cantorum* de S. Lourenço em Macau, organista da Sé, diretor e editor do Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau (1932-34).

Mons. Serafim Brum do Amaral¹⁵⁵, foi missionário do padroado, a partir de 1935.

Pela mão de D. José da Costa Nunes, chegou também a Macau o seu sobrinho, P. Áureo da Costa Nunes e Castro¹⁵⁶, formado em composição pelo Conservatório Nacional de Lisboa. Para além de Diretor interino do *Clarim*, fundou a Academia de Música S. Pio X e o Grupo Coral Polifónico, foi o diretor da *Schola Cantorum* da Sé, notabilizando-se como compositor, tendo escrito um grande número de obras para coro, de câmara e peças para piano e órgão. A sua vastíssima criação musical integra influências orientais de que se destaca, como obra mais elaborada, *Cenas de Macau* ou *Suite China*, “*pintando musicalmente algumas cenas de Macau com tintas a respirar a atmosfera chinesa*” (Jardim, 2010, p. 289).

D. Arquimínio da Costa¹⁵⁷ esteve à frente da diocese de Macau entre 1973 e 1988, primeiro como Vigário Capitular e depois como bispo. Acompanhado do futuro padre José Barcelo Mendes e de Mons. Lourenço (também açorianos) chegou a Macau com a idade de doze anos para estudar no Seminário. Depois de ordenado sacerdote em Macau, é nomeado Reitor do Seminário de S. José, seguindo mais tarde (1957) para Roma para cursar Direito Canónico na Univ. Gregoriana. Em 1973 é nomeado Vigário Capitular da diocese de Macau e em 1976 bispo de Macau.

Por fim uma referência ao P. Tomás Bettencourt Cardoso que permaneceu em Macau nos anos noventa à frente da paróquia da Taipa e que teve o mérito de deixar compilados e publicados os textos dos bispos açorianos em Macau.

2. A IGREJA DA CHINA – REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E REVOLUÇÃO CULTURAL

Com a tomada do poder, em 1949, Mao Tse Tung declara ser a religião uma ferramenta antipatriótica nas mãos dos imperialistas para subjugar o povo chinês, o que lhe fornece a justificação para expulsar os missionários estrangeiros e encarcerar grande número de cristãos chineses que afirmavam a sua fidelidade ao Papa. O PCC iniciou uma

campanha de prisão e expulsão dos missionários estrangeiros, seguida da rutura com Roma. De acordo com a campanha das três autonomias (de direção, de propagação da doutrina e da autogestão financeira) (1950), as obras assistenciais e educativas são nacionalizadas (hospitais, colégios, Univ.s), os padres e leigos encarcerados e torturados, lançando calúnias contra a Legião de Maria e orfanatos (as freiras acusadas de maltratar a assassinar as crianças), prisões que, entre 1953 e 1954, aumentam. Simultaneamente, são fundadas as Associações Patrióticas destinadas a controlar os crentes das várias religiões. Em 1955 são encarcerados numerosos bispos e fiéis acusados de não se juntarem ao movimento patriótico e são expulsos da China padres e religiosos estrangeiros. Após a campanha das “cem flores” (1956-57) e com o início da campanha “anti-direitistas” o Governo consegue a anuência da hierarquia chinesa para a fundação da Associação Patriótica Católica Chinesa (1957), resultando numa cisão no interior da Igreja Chinesa, seguindo-se sagrações de bispos sem o consentimento de Roma, apesar do papa Pio XII condenar a Associação Patriótica dos Católicos e declarar ilícitas as sagrações dos bispos. (Carmo, 1997).

É a rutura definitiva com o Vaticano, havendo só mais tarde uma tentativa de reaproximação com João XXIII e Paulo VI.

Esta atitude de cisão ou separação acentua-se no auge da Revolução Cultural (1966-1976): todos os crentes são declarados inimigos do regime, presos, humilhados, condenados a trabalhos forçados. Durante a Revolução Cultural o “bando dos quatro” lança o slogan “abolir a religião, a religião pertence aos museus”. São incendiados e saqueados templos, igrejas, mesquitas, mosteiros; os crentes são presos ou enviados para campos de trabalho para serem reeducados nos princípios revolucionários. Apenas pequenas comunidades se mantêm em segredo (Igreja do Silêncio / Subterrânea ou Clandestina). (Carmo, 1997).

Com todas estas revoluções, constituiu-se uma igreja na China controlada pelo Estado e fora da autoridade papal.

Convém ainda referir que, no contexto de Macau, e para alargar todo este espírito revolucionário na China, aconteceram os distúrbios do 1 2 3 (dezembro de 1966), provocados pelos comunistas que estenderam a Macau a revolução cultural e na sequência dos quais foi encerrado o Seminário Maior, obrigando o P. Arquimínio a ir para Hong Kong, onde esteve 5 anos. (Cardoso, 1999, p. 20). “*Macau esteve na iminência de ser invadida pelos guardas vermelhos, após a concentração de estudantes e professores junto do palácio do governador, com manifestações por toda a cidade, acompanhadas de desacatos e tumultos de violência crescente, provocados pelos setores comunistas mais extremistas e radicais., com edifícios públicos saqueados, estátuas derrubadas. O governador decretou a lei marcial e o recolher obrigatório. As associações chinesas apresentaram sucessivas reivindicações*” (Castanheira, 1995, p.

¹⁵¹ Bandeiras, Pico, Açores, 1885-1962.

¹⁵² Horta, Faial, Açores, 1916-1961.

¹⁵³ Flores, Açores, 1887-1949.

¹⁵⁴ Praia da Vitória, Terceira, Açores, 1907-

¹⁵⁵ Feteira, Faial, Açores, 1912-

¹⁵⁶ Candelária, Pico, Açores, 1917-1993.

¹⁵⁷ S. Mateus, Pico, Açores, 1924-



21). É neste contexto que D. Arquimínio, como padre e como bispo, exerce a sua atividade pastoral em Macau.

3. D. ARQUIMÍNIO DA COSTA – A ATIVIDADE PASTORAL E O DIÁLOGO COM A IGREJA DA CHINA

Um dos grandes objetivos de D. Arquimínio, na sua atividade pastoral, foi encetar e promover o diálogo com a Igreja da China, reforçando e enquadrando, porém, a doutrina da Igreja Católica, ao mesmo tempo que contextualiza a Igreja na realidade de Macau e procura reconhecer os erros do Ocidente na China.

O bispo, para contrastar com a posição da China, afirma a doutrina da Igreja: a Igreja é una, santa, católica e apostólica; o papa, bispo de Roma é a fonte e o fundamento perpétuo e visível da unidade tanto dos bispos como de toda a comunidade dos fiéis; o Colégio ou Corpo dos bispos não possui nenhuma autoridade a não ser em união com o Romano Pontífice, como sua cabeça.

Ao contrário, para a Igreja Católica "oficial" da China comunista a autoridade suprema reside no Congresso dos Representantes Católicos Chineses, convocado de 5 em 5 anos. A sua composição é decidida, em conjunto, pelos Conselhos Permanentes da Conferência Episcopal e da Associação Patriótica (esta formada por leigos e clérigos que amam a Pátria e a Igreja). O seu objetivo é, sob a liderança do Partido Comunista Chinês e do Governo do Povo, ajudar a Igreja na implementação dos princípios de independência, autogoverno e autoadministração (Cardoso, 1999, p. 372).

Para ajudar a compreender algumas intervenções menos felizes e duramente criticadas pela China, D. Arquimínio afirma que *"o Papa só é infalível em assuntos de fé e moral; e mesmo neste campo, só quando se pronuncia definitivamente sobre um ponto de doutrina, exigindo a sua aceitação por parte dos fiéis"*. (Cardoso, 1999, p. 319)

Ao procurar entender um certo afastamento entre os cristãos chineses e os demais (nomeadamente portugueses), reconhece que mesmo dentro das fronteiras da sua diocese, a língua impede uma maior aproximação e cooperação entre as pessoas, aliada à diferente mentalidade e à psicologia própria de povos e raças diferentes.

Perspetivando o futuro da Igreja Católica em Macau (e Hong Kong), o bispo acentua: *"uma vez que é interesse da China manter a estabilidade social naquele(s) território(s) em função dos objetivos políticos em vista (autonomia administrativa, económica, legislativa segundo a fórmula, "um país, dois sistemas"), para facilitar a integração de Taiwan na mãe-pátria, é de crer que Pequim não caia na tentação de cercear a liberdade religiosa impondo-lhe a política que vigora no resto do país, onde a Igreja é controlada pela chamada Associação Patriótica e esta pelo Governo"*. (Cardoso, 1999, p. 297)

Do mesmo modo, reconhece que o nacionalismo chinês foi exacerbado pelas injustiças cometidas por algumas potências ocidentais, como a guerra do ópio, a ocupação da ilha de Hong Kong pelos ingleses no século XIX, humilhando a China com guerras injustas e tratados iníquos.

É neste enquadramento de princípios e ideias que o bispo de Macau define alguns dos objetivos da sua intervenção pastoral: 1 Conhecer a realidade da Igreja na China; 2 Estabelecer um intercâmbio ou troca de ideias e experiências; 3 Assegurar as liberdades da Igreja em Macau, após o período de transição.

Neste sentido entende que as relações com a Igreja Patriótica Chinesa se devem *"basear no princípio de não-subordinação mútua, sem ingerência nos assuntos internos de cada uma (das Igrejas) e de respeito mútuo"*. (Carmo, 1997, 724)

É dentro desta orientação que promove contactos entre elementos da comunidade local e elementos de algumas comunidades congêneres do interior, nomeadamente a visita de grupos de cristãos de Macau à ilha de Sanchoão, o local onde faleceu S. Francisco Xavier, com contactos amigáveis com os irmãos daquela zona. Outros grupos visitam outros locais, incluindo leprosas, podendo estabelecer um diálogo fraterno com diversos grupos de cristãos. Da parte da Igreja do interior, também vêm a Macau alguns elementos representativos, entre os quais merece especial menção o bispo auxiliar de Xangai. (Carmo, 1997).

Para o bispo de Macau é importante assegurar que as escolas, hospitais e instituições de beneficência pertencentes a organizações religiosas (em Macau) possam continuar a funcionar com o estatuto presente e que os missionários oriundos de fora possam continuar a exercer as suas atividades em Macau.

De 25 de outubro a 3 de novembro de 1985, D. Arquimínio visita a República Popular da China, permanecendo em Pequim, Nanquim, Xangai e Cantão, acompanhado de cinco sacerdotes, duas religiosas e dois leigos, para maior conhecimento e um contacto com a realidade da Igreja na China e abordar a situação relativamente ao futuro da Igreja em Macau, aquando da transferência para a RPC. Visita para dialogar, mas principalmente para ouvir.

Em Pequim contacta com o Bispo de Pequim, o pároco da catedral e membros da Associação Patriótica da Igreja na China. No encontro de caráter informativo, o bispo e os membros da Associação Patriótica fazem uma exposição sobre a situação da Igreja em Pequim, focando o caráter específico da Igreja na China, independente do exterior, sendo ajudada pelo Governo e por isso procura colaborar com ele, sobretudo nas quatro modernizações. (Cardoso, 1999)

Relativamente a Macau, por parte de D. Arquimínio, foi exposta a situação, as atividades desenvolvidas no campo da evangelização e no campo social, na educação, a assistência social, a comunhão com as outras dioceses, acentuando o intercâmbio existente a nível de pessoas e bens, com missionários estrangeiros a trabalhar em Macau e missionários de Macau a trabalhar no exterior. Por outro lado, o bispo de Macau, perante os bispos chineses e a Associação Patriótica vincou que a Igreja de Macau é uma igreja local que está a ser construída e há a tendência de dar aos chineses, que são a maioria, a direção desta igreja, tanto a nível de paróquias como de comunidades religiosas. (Cardoso, 1999)

No encontro de caráter político com o Diretor do Gabinete dos Assuntos Religiosos foi referida a política do Governo quanto à liberdade religiosa: é garantida a liberdade pela constituição e todos são livres de praticarem a própria fé. Lembrou o mesmo Diretor que



no passado a Igreja tinha tido um caráter de Igreja colonial e dominadora e que por isso a China de hoje, ao querer defender a sua independência, quis estender essa independência ao campo religioso. Daqui concluindo que a Igreja na China é uma Igreja independente, que se governa e sustenta a si mesma, que se propaga por si mesma, sem qualquer interferência ou qualquer outro tipo de dependência que venha do exterior. Mas, apesar desta diferença de entendimento, pretendem o diálogo e a mútua compreensão e amizade entre a Igreja da China e as outras igrejas, nomeadamente a de Macau. Relativamente a Macau, a Igreja da China e aquele Gabinete não interferirão na Igreja de Macau, e esta também não pode interferir na Igreja da China, assim foi garantido (Cardoso, 1999).

Contudo, o Diretor do Gabinete, mesmo reconhecendo a evolução existente na Igreja Católica, não admite que o Vaticano possa ter relações diplomáticas com Taiwan e não com Pequim e ao mesmo tempo se intrometa nos assuntos internos da Igreja chinesa. (Cardoso, 1999)

Relativamente a Macau, e com grande satisfação para o bispo do Território, foi referido por parte dos representantes da RPC que a comunhão com o Papa da Igreja em Macau continuaria, pois a política do Governo em matéria religiosa é para a China, não ficando abrangidas as regiões especiais (Cardoso, 1999).

D. Arquimínio, mostrando a mudança na própria Igreja Católica, evidencia a importância dos leigos e a consequente transferência para eles das tarefas atualmente desempenhadas por sacerdotes e irmãs religiosas, nomeadamente a educação, a ação social e funções administrativas e organizativas., segundo o ideal proposto pelo Vaticano II (Carmo, 1997). Ao fazer o balanço de todos estes contactos, o bispo manifesta a sua grande satisfação, por ter sido uma experiência que permitiu um maior conhecimento das novas realidades da Igreja na China e também a tranquilização dos receios sentidos em relação ao futuro da Igreja em Macau

4. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO

D. Arquimínio assistiu ainda a um certo desanuiamento, embora a Igreja da China continue a manter a sua autonomia em relação a Roma. Com a "primavera de 1978 as religiões são de novo toleradas e os cristãos podem frequentar as Igrejas entretanto restituídas, mas sempre vigiados e controlados pela Associação Patriótica. Em 1980 é dado um passo na emancipação da Igreja face ao governo, com a criação da *Comissão Administrativa dos Assuntos Religiosos da Igreja Católica*. Contudo, a Igreja do Silêncio / Clandestina por nunca se ter sujeitado à direção da Associação Patriótica, não deixa de ser alvo de uma perseguição sistemática.

Após os acontecimentos de Tiananmen, os bispos da Igreja do Silêncio criam a Conferência Episcopal Chinesa, independente da Conferência dos Bispos da Igreja Pública. (Carmo, 1997)

A partir de 1978 as religiões são de novo toleradas, os cristãos podem voltar às igrejas e estas são restituídas. Os bispos e os padres encetam comunicações com o exterior, sempre vigiados pelos dirigentes da Associação `Patriótica.

Após os acontecimentos de Tiananmen, os bispos da Igreja do Silêncio criam a Conferência Episcopal Chinesa, independente da Conferência dos Bispos da Igreja Pública. (Carmo, 1997).

Também a nível da Igreja Pública as relações parecem ter melhorado. No 5 Congresso da Igreja Pública (15 a 20 de setembro de 1992) foram estabelecidas conclusões que apontam para uma atitude mais maleável:

- A adoção do vernáculo na liturgia, em substituição do latim;
- A declaração de unidade ao papa e às outras Conferências Episcopais da Igreja Universal;
- O desejo expresso de reconciliação com as comunidades católicas não aprovadas oficialmente (Igreja subterrânea ou clandestina) (Carmo, 1997).

Relativamente a Macau, a liberdade da Igreja no Território ficou garantida nos documentos oficiais, tanto na *Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e Do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau* como na *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China: "A Região Administrativa de Macau assegurará, em conformidade com a lei, todos os direitos e liberdades dos habitantes e outros indivíduos em Macau, estipulados pelas leis previamente vigentes em Macau, designadamente as liberdades pessoais, a liberdade de expressão [...], de praticar a sua religião e de crença, de ensino e investigação académica"* (Declaração Conjunta, 1987, p. 14).

As organizações religiosas e os crentes na Região Administrativa Especial de Macau "*desenvolverão como antes as suas atividades nos limites das suas finalidades e nos termos da lei e poderão manter relações com as organizações religiosas e os crentes de fora de Macau*". (Declaração Conjunta, 1987, p. 15) Também as escolas, hospitais e instituições de beneficência pertencentes a organizações religiosas poderão continuar a funcionar como anteriormente. As relações entre as organizações religiosas na Região Administrativa Especial de Macau e nas outras regiões da República da China deverão basear-se no princípio de não-subordinação mútua, de não-ingerência nos assuntos internos de cada uma e de respeito recíproco". (Declaração Conjunta, 1987, p. 15) Ficou do mesmo modo garantida a liberdade de crenças religiosas, sem interferência por parte do Governo da RAEM nos assuntos internos das organizações religiosas: "*As organizações religiosas podem fundar, nos termos da lei, seminários e outros estabelecimentos de ensino, hospitais e instituições de assistência social. As escolas mantidas por organizações religiosas podem continuar a ministrar educação religiosa [...]. Os seus direitos e interesses patrimoniais anteriores são protegidos nos termos da lei*" art.º 128 (Lei Básica, 1993, p. 54).

Ficaram assim assegurados os direitos da Igreja em Macau que D. Arquimínio incansavelmente procurou defender.

BIBLIOGRAFIA

Cardoso, Tomás Bettencourt (coord.) (1999) *Textos de D. Arquimínio Rodrigues da Costa*. Macau: Fundação Macau.

Carmo, António (1997) *A Igreja Católica na China e em Macau no Contexto do Sudeste Asiático - Que Futuro?* Macau: FM, ICM, IPOR.



Castanheira, José Pedro (1995) *Os 58 Dias que Abalaram Macau*. Lisboa: D. Quixote.
Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e Do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau (1987). Macau: Imprensa Oficial de Macau.

Dias, Alfredo Gomes (2010), "Andrade, José Inácio de". In Seabra, Leonor (coord.) *DITEMA Dicionário Temático de Macau*. vol. I, Macau: Univ. de Macau, p. 94.

Fernandes, Moisés Silva (2008) *Confluência de Interesses: Macau nas Relações Luso-Chinesas Contemporâneas 1945-2005*. Instº Diplomático e Centro Científico e Cultural de Macau.

Grosso, Maria José dos Reis (2009) "Um olhar açoriano sobre Macau". In *4 Encontro Açoriano da Lusofonia*, Atas / Anais, Lagoa, Açores.

Jardim, Oswaldo da Veiga (2010) "Castro, Padre Áureo da Costa Nunes e". In Seabra, Leonor (coord.) *DITEMA Dicionário Temático de Macau*. Vol I, Macau: Univ. de Macau, p. 172.

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China (1993). Macau: Editado pelo Conselho Consultivo da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China.

Lourenço, Mons. J. M. (1981) *Açorianos em Macau*. Angra do Heroísmo.

Santos, Carlos Pinto e Neves, Orlando (1998) *De Longe à China*. vol. 2 Macau: ICM.

Santos, Carlos Pinto e Neves, Orlando (2000) *De Longe à China*. vol. 5 Macau: ICM.

Santos, Henrique R. (2010), "da Costa, D. Arquimínio" in Seabra, Leonor (coord.) *DITEMA Dicionário Temático de Macau*. vol. I, Macau: Univ. de Macau, p. 172.

Sena, Maria Tereza (2010) "Carvalho, Rodrigo Leal de" in Seabra, Leonor (coord.) *DITEMA Dicionário Temático de Macau*. vol. I, Macau: Univ. de Macau, p. 276-277.

Silva, Susana Serpa (2011) *Em Busca de Novos Horizontes*. Disponível em <http://repositorio.uac.pt> 26 / 08 / 2011

Sousa, Acácio Fernando de (2010), "Arriaga, Ouvidor Miguel de" in Seabra, Leonor (coord.) *DITEMA Dicionário Temático de Macau*. vol. I, Macau: Univ. de Macau, p. 112-114.

Teixeira, P. Manuel (1976) *Macau e a sua Diocese – Bispos, Missionários, Igreja e Escolas*. vol. XII, Macau.

Teixeira, P. Manuel (1967) *Macau e a sua Diocese – Padres da Diocese de Macau*. Vol. VII, Macau: Tipografia da Missão do Padroado.

22. ROLF KEMMLER, DEPTº LETRAS, CEL (CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS), UNIV. DE TRÁS-OS-MONTES, VILA REAL, PORTUGAL / ALEMANHA

Rolf Kemmler

Natural de Reutlingen (Alemanha), é investigador da área da historiografia linguística do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, desde julho de

2010. Doutorado em Filosofia (Dr. Phil. em Filologia Românica) pela Univ. de Bremen em 2005 (Alemanha), com a tese intitulada *A Academia Ortográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e atividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, publicada em 2007. Mestre (M.A.) em Filologia Românica desde 1997 com uma tese intitulada *Esboço para uma História da Ortografia Portuguesa: O texto metaortográfico e a periodização da ortografia do século XVI até aos prelúdios da primeira reforma ortográfica de 1911* (publicada em 2001 como artigo na revista *Lusorama* sob o título «Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911»). Com a maioria das publicações dedicadas à disciplina da historiografia linguística, é especialista nas áreas da história da ortografia da língua portuguesa desde o século XVI e da história da gramaticografia portuguesa e latino-portuguesa dos séculos XVIII-XIX, às quais dedicou larga bibliografia especializada desde 1996 (www.diacronia.de/Lista_de_publicacoes_Diacronia.pdf)



É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

JOÃO ALBINO PEIXOTO (1803-1891): UM POETA RIBEIRA-GRANDENSE QUE TRADUZIU BEAUZÉE. BREVE ESTUDO BIOGRÁFICO-LINGUÍSTICO, ROLF KEMMLER (CEL / UTAD VILA REAL) * TEMA: 1.1.

1 Introdução

Quando, há cerca de nove anos, encontramos o opúsculo manuscrito com a indicação de «Beausee Grammatica», pouco sabíamos da importância gramaticográfica da *Grammaire générale, ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage* (1767), do autor francês, quer a nível da tradição francesa, quer a nível da sua importância para a escola portuguesa. Ora, tendo os principais aspetos da introdução da *Grammaire générale* na gramaticografia portuguesa sido estudados por Schäfer-



Prieß (2001), podemos constatar que a influência explícita e implícita de Beauzée nos gramáticos portugueses das primeiras décadas do século XIX é maciça. Com efeito, se bem que ao longo do estudo magistral de Schäfer-Prieß (2000) bem como na obra mais recente de Santos (2010: 1046) sejam identificadas possíveis influências de Beauzée sobre os gramáticos portugueses até Soares Barbosa (sendo no entanto de notar que as definições do autor francês não tenham sido retomadas com a coerência desejável), a intensificação da preocupação contínua com a *Grammaire générale* nos anos vinte e trinta do século XIX parece-nos justificar a presunção que Beauzée podia ter efeitos sobre a produção gramatical posterior que até agora somente chegou a ser pouco estudada. Considerando, porém, que ambas as investigadoras tinham que restringir o corpus gramatical devido a considerações de pertinência, devemos constatar que um número considerável de textos metagramaticais teve de ser excluído deste estudo por as obras não se enquadrarem dentro da definição necessariamente estreita da 'gramática propriamente dita' no sentido de Kemmler (2007: 378) e Schäfer-Prieß (2000: 1). As mesmas considerações de pertinência no corpus levaram Barbara Schäfer-Prieß a desconsiderar quaisquer gramáticas manuscritas, escolha imprescindível para quem queira apresentar uma panorâmica da gramaticografia portuguesa *impressa*. É inegável que as fontes manuscritas tendem a ser menos bem conhecidas, o que se deve, por um lado, à dificuldade geral de acesso a este tipo de material forçosamente raro e único, por outro lado, às dificuldades de leitura que estes textos oferecem aos estudiosos não preparados. No âmbito dos nossos trabalhos investigativos e editoriais relacionados com os monumentos manuscritos da tradição gramatical latino-portuguesa pretendemos, por isso, apresentar uma tradução inédita de alguns aspetos interessantes do primeiro volume da *Grammaire générale*. Esta tradução parcial foi realizada na primeira metade do século XIX pelo pintor e poeta João Albino Peixoto (1803-1891), natural da ilha de São Miguel (Açores), cujas vida e origens socioculturais tentaremos esboçar a seguir.¹⁵⁸

2 João Albino Peixoto (1803-1891), tradutor de Beauzée

Após a apresentação das informações biográficas nas principais fontes contemporâneas e modernas, iremos apresentar os resultados das nossas investigações nos arquivos na Ponta Delgada e na Ribeira Grande.

2.1 Reflexos de João Albino Peixoto na literatura secundária

Constituindo a principal fonte de informações biobibliográficas sobre autores de tempos pretéritos, o bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva fornece somente umas informações rudimentares sobre o autor:

¹⁵⁸ As traduções de alguns trechos mais importantes no opúsculo manuscrito de João Albino Peixoto já foram analisadas no âmbito da nossa comunicação apresentada no XXVIº *Congrès Internationale de Linguistique et Philologie Romanes* (CILFR) de 2010, pelo que o presente

JOÃO ALBINO PEIXOTO, natural da ilha de S. Miguel, onde se emprega no exercício da arte da Pintura, cultivando as letras no tempo que lhe fica livre de suas obrigações. - E.

243) *Lamentações da lyra sobre os tumulos, na immatura morte do ill.mo sr. Agostinho de Medeiros Albuquerque. Ponta-delgada, Typ. de Ricardo Garcia 1847. 8.º gr. de 28 pág.*

244) *Memoria sobre a trasladação da imagem do Senhor dos Passos, do hospital para o collegio. Ibid, 1847. 8.º gr. de 11 pág.*

245) *Hymno offerecido á Sociedade Philharmonica da villa da Ribeira grande. Ibid, 1850. 8.º gr. de 54 pág.*

246) *A Saudade: monumento ás cinzas do senhor Caetano José Velho de Medeiros Cabral. Poemeto. Ib., Typ. da Sociedade Auxiliadora das Letras Açorianas. 1852. 8.º gr. de 16 pág.*

247) *Canto funebre em memoria da saudosa rainha de Portugal, a senhora D. Maria II. Ibid, 1853. 8.º gr. de 24 pág.*

248) *Meditações religiosas sobre a morte de S. R. M. a senhora D. Maria II. Ibid, 1854. 8.º de... pág.*¹⁵⁹

249) *Tributo de gratidão ás cinzas do reverendo P. M. João José do Amaral. Ibid, 1853. 8.º gr. de 18 pág.*

250) *Passagem de um poema heroico em dez cantos. Ribeira-grande, 1856, 8.º de 21 pág. (Silva 1859, vol. III: 283).*

Já no século vinte, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* limita-se a repetir as informações fornecidas por Inocêncio, incluindo a bibliografia do autor na sequência original.

PEIXOTO (João Albino). Pintor e escritor do séc. XIX, natural da ilha de S. Miguel. Exercia a arte da Pintura, e nas horas que o seu trabalho lhe deixava livres, dedicava-se ao cultivo das Letras (*GEPB* s.d., 20: 873).

Ao passo que as fontes continentais somente fornecem um número muito limitado de informações sobre o nosso autor, verifica-se outra coisa com a literatura regional de especialidade. Assim, a *Enciclopédia Açoriana*, sem mencionar as fontes, informa o seguinte:

Peixoto, João Albino

[N. Ribeira Grande, 5.8.1803 – m. ibidem, 12.7.1891] Poeta e pintor / dourador. Na oficina do tio, José Caetano da Mota, aprendeu o ofício de ourives, aos doze anos de idade. Em 1819, deixou o mester para se dedicar ao estudo de latim, retórica e filosofia. Dez anos depois, iniciou o estudo de desenho e pintura com Vicente Malio, natural de Roma, que fixou residência durante algum tempo na Ribeira Grande. Após a saída do mestre, foi-lhe passada uma declaração, publicada na imprensa, referindo as suas

artigo se concentra em aspetos que não puderam ser abordados no correspondente artigo (cf. Kemmler no prelo).

¹⁵⁹ Em Silva (1883, X: 145), o bibliógrafo acrescenta a seguinte informação sobre esta obra: «As *Meditações*, etc. (n.º 248), constam de XLIII-122 pág.».



aptidões. Posteriormente, aprendeu a técnica de dourar e restaurar painéis antigos com dois técnicos parisienses, estabelecidos em Ponta Delgada. A partir de 1846, comprou-lhes a oficina e todos os utensílios. Deixou obra espalhada por várias igrejas da ilha: capelas da igreja de Rabo de Peixe; a capela do Santíssimo da igreja do Rosário da Lagoa; a do Santíssimo da igreja da Conceição, da Ribeira Grande; a do Senhor dos Passos do Colégio, de Ponta Delgada; a de Nossa Senhora da Ajuda, na Bretanha, a de Nossa Senhora dos Prazeres, no Pico da Pedra e a de Nossa Senhora das Dores, em Porto Formoso. Já idoso, em 1865, trabalhou no posto fiscal do porto de Santa Iria da Ribeira Grande.

A sua poesia, para além dos opúsculos publicados, está dispersa por alguns jornais, nomeadamente, o Açoreano, Revista dos Açores, Açoriano Oriental, Estrella Oriental e O Norte. Está incluído no grupo dos poetas em que «desabrocharam as últimas flores do neoclassicismo» (Lisboa, 1990: 44) (Enes s.d.).¹⁶⁰

Tendo aprendido o ofício de ourives desde 1815 e 1819, o jovem ourives terá abandonado a profissão naquela altura para se dedicar aos estudos, passando, desde 1829 a estudar a arte da pintura com o italiano Vicente Mallio (1794-1865) até quando este passou a viver no Brasil em 1837. Com oficina própria como dourador desde 1846, Peixoto passou, desde 1865, a exercer o cargo de chefe do posto fiscal do porto de Santa Iria da Ribeira Grande na costa do norte de São Miguel. Complementando estas informações, Urbano de Mendonça Dias (2005: 194) informa o seguinte:

JOÃO ALBINO PEIXOTO – nasceu na Vila da Ribeira Grande a 8 de agosto de 1803, filho de Inácio José Peixoto e de Eugénia Tomázia Joaquina, fazendo toda a sua educação literária naquela Vila com a aprendizagem de Português, Latim, Filosofia e Aritmética.

No entanto, e entremeando com estes seus estudos, foi aprendiz de ourives, fundia a prata e ajudava o Mestre, o seu tio, José Caetano da Mota, mas não andava contente com o ofício e um dia despediu-se. Abandonou o Mestre, fez-se pintor, fez-se dourador, andou por estas Igrejas retocando e dourando altares.

Versejou sempre. Tem as suas produções muito espalhadas. O jornal O Norte, de que foi redator principal o Cónego Cristiano de Jesus Borges, nos últimos anos da sua publicação, trás muitos dos sonetos do poeta do Norte, enviados à redação pelo Reverendo Egas Moniz que possuía os seus manuscritos e que o chamava o Cisme da Ribeira, porque João Albino passava várias horas numa meditação profunda, numa gruta da ribeira, lugar aprazível e pitoresco.

Faleceu velho, a 12 de julho de 1891 (Dias 2005: 194).

Nota-se que este esboço biográfico é algo mais íntimo do que os restantes, pelo que não quisemos deixar de reproduzi-lo, apesar dos ocasionais erros e incoerências face às outras fontes biográficas.

2.2 Documentos dos arquivos em São Miguel

No que respeita as circunstâncias de vida de personagens que viveram em séculos passados, as datas-chave são fornecidas sobretudo pelas entradas nos livros de registo paroquial. Melhor do que qualquer outra fonte, estes registos podem fornecer-nos informações biográficas tão fidedignas como exatas. Além disso, conserva-se nos arquivos locais outra documentação de natureza eclesiástica e secular, tais como os 'roteiros quaresmais' ou 'róis das confissões' das paróquias ou os 'recenseamentos eleitorais' a partir do século XIX.¹⁶¹ Assim acontece também no caso de João Albino Peixoto, de quem conseguimos encontrar alguns elementos documentários que fornecem detalhes biográficos complementares.

2.2.1 Os assentos paroquiais referentes a João Albino Peixoto

Do nosso autor conservam-se os assentos de batismo, de casamento de óbito, todos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira Grande.

2.2.1.1 Assento de batismo

O assento de batismo, lavrado no dia 20 de agosto de 1803, reza o seguinte:

João¹⁶² Filho Legítimo de Jgnacio Manoel Peixoto natural da Parochial do Apostolo Saõ Pedro da Ribeira¹⁶³ Seca desta Villa da Ribeyra Grande; e de sua mulher Eugenia Thomazia Joaquina natural desta Parochial de Nossa Senhora da Conceyção desta mesma Vila; nasceo aos Sinco dias do mes de agosto de mil oito Sentos e tres annos; e foi baptizado nesta mesma Jgreya da Senhora da Conceyção Parochial de Seus Pais por mim Francisco de Assis Tauares Gomes Cura della aos uinte dias do dito mez e anno, foi Padrinho Jgnacio Manoel Monis Tauares freguês da Sobredita Parochial de Saõ Pedro per procuração que me apresenta Manoel Dias Azedo fregues da Matrix da Senhora da Estrella desta mesma Villa ambos cazados, e por testemunhas Manoel de Jezus e Joze da Ponte Bulhaõ tambem Cazados e freguezes desta Jgreya e para a todo tempo Constar fis este termo e o asignei dia mes e era ut supra (1803, agosto 20).

¹⁶⁰ O autor está-se a referir ao segundo volume do *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses* que no nosso exemplar data de 1992 (cf. IPLB 1992)

¹⁶¹ Agradecemos ao amigo Dr Mário Moura, Diretor da Casa da Cultura da Ribeira Grande por nos ter facultado o acesso a alguns daqueles elementos.

¹⁶² Averbamento na margem esquerda: «1.ª Certidam em / 6 de Agosto de / 1861 / O Cura Ferreira».

¹⁶³ Averbamento na margem direita: «Faleceu em / 12 de Julho / de 1891».



Este primeiro documento informa que o menino João¹⁶⁴ nasceu no dia 5 de agosto de 1803 como filho legítimo de Inácio Manuel Peixoto (1771-1833) e da sua mulher Eugénia Tomásia Joaquina (1760-1733), tendo sido batizado aos quinze dias depois do nascimento. É digno de nota que Inácio Manuel Moniz Tavares (1747-1817), que se fizera representar por procuração apesar de residir na freguesia vizinha de São Pedro da Ribeira Seca, não somente era o padrinho, mas ao mesmo tempo era o seu avô paterno, cujo título de morgado leva a crer que possa ter feito parte das famílias mais abastadas daquele lugar.

2.2.1.2 O assento de casamento

Falecidos os pais há cerca de onze anos, João Albino Peixoto contraiu matrimónio em 1844 com uma órfã de ascendentes ribeira-grandenses:

João Albino Peixoto

Com

Dona Maria Ricarda Botelho

Em os sete dias do mez de março de mil oito Centos quarenta e quatro de manhã nesta Jgreja da Senhora da Conceição. Parochiã da Villa da Ribeira Grande, precedida nella, nas mais Jgrejas, e Ermidas de costume as Denunciações Canonicas na forma do Sagrado Concilio Tridentino Sem descobrir impedimento algum, como me constou de um Mandado do Doutor Provisor Antonio Joze Ferreira de Souza, Vigario Geral deste Bispado perante mim Fulgencio Cuniliati da Ponte Cura atual desta sobreditta Parochiã, e das testemunhas abaixo assignadas e d'outras Pessoas, que se achavaõ presentes se cazaraõ por palavras de presente em face da Jgreja Joaõ Albino Peixoto, filho de Jgnacio Joze Peixoto, e d'Eugenia Thomazia Joaquina já defuntos, batizado nesta Parochiã Com Dona Maria Ricarda Botelho filha de Francisco Ricardo Botelho, e Dona Anna Magdalena do Canto, taõbem defuntos, batizada na Matriz da Senhora dos Anjos da Villa d'Agoa de Pão e ambos dezobrigados das ultimas tres quaesmas nesta sobreditta Parochiã da Senhora da Conceição. Naõ receberaõ as Bençoës por ser tempo prohibido. De que para constar fiz este termo no mesmo dia sette de março de Era Supra.

O Cura Fulgencio Cuniliati da Ponte

O¹⁶⁵ Reverendo José Francisco da Ponte
Joze Amalio Tavares (1844, março 7).

¹⁶⁴ Note-se que somente o primeiro elemento onomástico foi anotado no registo paroquial, podendo a pessoa batizada usar posteriormente outros e adicionais elementos onomásticos que não constam do assento, os quais nem tinham necessariamente de fazer parte dos elementos onomásticos dos pais.

¹⁶⁵ Averbamento na margem esquerda: «Receberaõ os Bençoës / em 23 de Maio anno / 1844 / o Cura Pontes». O Cura Fulgencio Cuniliati da Ponte faleceu no dia 25 de setembro de 1853 na idade de sessenta e sete anos (1853, setembro 25).

Foi com quarenta anos de idade que o então pintor João Albino Peixoto casou aos 7 de março de 1844 com Dona Maria Ricarda Botelho (1818-1893),¹⁶⁶ sendo de resto de destacar que os pais de ambas as partes já tinham falecido antes do matrimónio dos filhos.

2.2.1.3 O assento de óbito

Após uma longa vida de trabalho e de dedicação às mais variadas áreas, o óbito do nosso autor é testemunhado da forma seguinte:

Aos¹⁶⁷ doze dias do mez de julho do anno de mil oito centos e noventa e um, ás seis horas da tarde, em uma casa da rua de San Francisco, d'esta freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho da villa da Ribeira-grande, diocese d'Angra, falleceu, tendo recebido o sacramento da Extrema-Unção, um individuo do sexo masculino por nome Joaõ Albino Peixoto, casado com dona Maria Ricarda Botelho, chefe do posto fiscal reformado, de idade de oitenta e sete annos, natural e sua mãe d'esta freguesia, morador na dicta rua, filho legitimo de Ignacio Manuel Peixoto, proprietario, natural da freguezia de San Pedro, no logar da Ribeira-Secca, d'esta villa, concelho e diocese, e de Eugencia Thomasia Joaquina, ocupada no governo domestico; o qual não fes testamento, deixou filhos e foi sepultado no cemiterio publico. E para constar lavrei em duplicado este assento que assigno. Era ut supra. O cura Egas Moniz (1891, julho 12).

Consta, portanto, que João Albino Peixoto faleceu na Rua de São Francisco da sua freguesia de origem no dia 12 de julho de 1891 pelas 18:00 horas. O assento confirma a ocupação de Peixoto no porto de Santa Iria, fazendo questão de constatar que era o chefe reformado desse posto fiscal do pequeno porto que fica nos arredores da freguesia da Ribeirinha (Ribeira Grande). Além disso, o assento informa sobre as ocupações dos seus pais ao mencionar que o pai era proprietário e a mãe doméstica, o que parece confirmar a pertença da família ao equivalente da classe média ribeira-grandense da época.

O óbito chegou a ser noticiado nos dois semanários contemporâneos da Ilha de São Miguel. Assim, a primeira notícia sobre o óbito dele foi publicada no semanário ribeira-grandense *A Estrella Oriental* em 17 de julho de 1891:

Desceram á sepultura na tarde de segunda-feira, 13 do corrente, os restos mortaes do sr. João Albino Peixoto, mimoso poeta Ribeira-grandense e erudito escriptor, que por largos annos redigiu esta folha. A' enlutada familia de tão illustrado, como sabio poeta, a quem, com razão, appellidaram de – CYSNE RIBEIRA-GRANDENSE – os nossos pezames pelo seu passamento (Estrella 1891: 108).

¹⁶⁶ Contrária à informação dos registos paroquiais, Geneall.net refere que o nome completo seria 'Maria Ricarda do Canto Botelho', incluindo, portanto, o apelido 'do Canto', como elemento onomástico proveniente da mãe da noiva.

¹⁶⁷ Averbamento na margem esquerda: «N.º 45 / João Albino / Peixoto».



Para além da informação sobre a data do funeral, o artigo do redator do semanário ribeira-grandense testemunha que João Albino Peixoto não só teve uma passagem efémera por esta publicação, mas que inclusive veio a desempenhar o papel do redator do jornal local durante vários anos. Bastante mais sucinta e menos calorosa é a informação fornecida na secção dos «Óbitos» do semanário *O Açoriano Oriental* da Ponta Delgada de 25 de julho de 1891:

Na Ribeira Grande, o sr. João Albino Peixoto, de 87 annos, poeta de bastante merecimento (Açoriano 1891: [III]).

2.2.2 Os assentos paroquiais referentes aos pais e às irmãs de João Albino Peixoto

Uma vez que se observam divergências entre os nomes referidos nalguns assentos, optámos por reproduzir aqui também todos os assentos dos pais bem como os assentos de nascimento das duas irmãs do nosso autor.

2.2.2.1 Os assentos paroquiais referentes a Inácio Manuel Peixoto / Inácio José Peixoto

Batizado apenas com o nome próprio 'Inácio' na igreja paroquial da freguesia de São Pedro da Ribeira Grande, o filho do morgado Inácio Manuel Moniz Tavares (1747-1817) e da sua mulher Rosa Inácia de Medeiros nasceu no dia cinco de novembro de 1771:

Ignacio filho do Morgado Jgnaçio Manoel Monis natural desta Parochial do Apostollo Saõ Pedro desta villa da Rib[ey]ra Grande, e de sua mulher Roza Jgnacia de Medeiros natural da Matris de Nossa Senhora da Estrella da mesma Villa, nasceo em os cinco dias do mes de novembro de mil sete sentos setenta e hum, foi batismo Sub Conditione por ser batismo em Caza, Licentia Parochi, pelo R[everen]do padre frei Antonio dos Anjos, presidente no Convento de Nossa S[enho]ra de Agua de Lupe desta mesma villa em os dezasete dias do dito mes e Era, foi Padrinho o Morgado Joze Duarte Jacome da Camara Sargento Mor nesta villa, para Constar fis este termo que asignei com testemunhas perzentes, o R[everen]do padre thezoureiro desta Igr[e]ja Joze de Souza Nunes, e o p[adr]e Antonio Borges Morejra dia mes e era ut supra.

Vig[ar]io Joze da Sylva

Manoel Rego Furtado

Joze de Souza Nunes (1771, novembro 17)

Tendo obviamente adotado como segundo nome o de 'José', foi em 6 de agosto de 1792 que casou com Eugénia Tomásia Joaquina, que tinha quase dez anos mais de idade do que o marido:

ignacio joze Peixoto

com

Eugenia Thomazia joaquina

Em os seis dias do mes de agosto de mil e sete Centos Noventa e dois annos sendo de Manham desta Paroquial de Nosa Senhora da Conceiçam desta uila da Ribeira Grande precedidas as denunciacoens canonicas na Froma do Sagrado Concilio Tridentino nesta dita parochial e Nas mais jgrejas e ermidas as ditas sufragancas desta dita uila sem se descobrir empedimento algum como me constou de hum Mandado do Reverendo ouuidor do destrito o leenciado Pedro jgnacio de Souza vigario desta Parochial em prezença de mim Manoel Cabral Estrella Cura dela e das testemunhas abaicho Nomiadas Antonio joze da Silva Novaes e Francisco Xavier Golhim e de outras muntas mais pecoas de mim conhecidas e todos freguezes desta jgreja se cazaram solenemente em Face eccleziæ por palauras de prezente jgnacio joze Peixoto filho de jgnacio Manoel Monis Tavares e de Roza jgnacia de Medeiros Batismo ele contrahente e desobrigado esta quaresma passada de mil sete centos Nouenta e dois annos Na Parochial do Apostolo Sam Pedro da Ribeira Seca desta villa com Eugenia Thomazia joaquina filha do Alferes Brenado de Souza Silva e de Maria Thereza de Santo Andre ja defuntos Batizada e desobrigada ella contrahemta a sobredita quaresma Nesta Parochial de Nosa Senhora da conçeçam desta dita villa donde he actualmente Fregueza e logo receberam os Bençoês na froma do Ritual Romano, e para constar fis este acento com testemunhas abaicho asignadas dia, mes e era ut supra.

O Cura Manoel Cabral Estrella

Ant[oni]o Joze da Silva de Novaes

Francisco X[avie]r Golhim (1792, agosto 6)

Não deixa de parecer algo confuso que a forma onomástica que encontramos no assento de óbito de 11 de agosto de 1833 mencione que o falecido se tenha chamado Inácio Manuel Peixoto (e não Inácio José Peixoto como consta do assento de casamento):

Jgnácio Manoél Peixoto

Cazado

Com Eugenia Roza

Em os onze dias do mez d'agosto de mil oito centos, trinta, e trez annos, faleceo d'vida prezente, tendo recebido os Diuinos Sacramentos, e {ses}cecenta, e dous annos d'idade {pouco mais, ou menos}, Jgnacio Manoel Peixoto, cazado com Eugenia Róza, seu corpo involto em habito de Saial, foi sepultado nesta Igreja da Senhora da Conceiçaõ, sua Freguesia, para onde foi conduzido, acompanhado do Reuerendo Colegio da matriz desta Villa da Ribeira Grande, dos Religiosos franciscanos, e deste seu Colegio, Celebrando todos hũ Interro por su'alma, presente o Corpo, e sua mulher encomendou algumas Missas de que fiz este termo. O R[everen]do C[oadju]tor José Fran[cisc]o da Ponte (1833, agosto 11)

Consta, portanto, que o pai de João Albino Peixoto é identificado como 'Ignacio', 'Ignacio Joze Peixoto' ou 'Jgnacio Manoel Peixoto' nos três assentos de registos



paroquiais que fazem referência a ele próprio.¹⁶⁸ Torna-se óbvio que era conhecido debaixo das duas formas onomásticas 'Inácio José Peixoto' e 'Inácio Manuel Peixoto', aparentemente sem que isso causasse transtorno aos párcos que lavravam os assentos. Nota-se, enfim, que o apelido 'Peixoto' não fazia parte da tradição familiar do agregado composto por Inácio Manuel Moniz Tavares e Rosa Inácia de Medeiros, tendo, porém, sido adotado por Inácio Manuel Peixoto e a sua irmã Maria Perpétua da Luz Peixoto, possivelmente em homenagem à avó materna Rosa Maria Francisca Moniz Peixoto (1711-1759).

2.2.2.2 Os assentos paroquiais referentes a Eugénia Tomásia Joaquina (1760-1833)

Por ser natural e residente na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, todos os assentos da mãe de João Albino Peixoto são daquela freguesia. Batizada apenas com o nome próprio 'Eugenia', foi filha do alferes Bernardo de Sousa e Silva e da sua mulher Maria Teresa de Santo André e nasceu no dia 8 de junho de 1760:

Eugenia, filha do Alferez Bernardo de Souza e Sylva, e da sua mulher Maria Thereza de Santo Andre, naturais, e freguezes desta Paroquial Jgreja da Senhora da Conceyçam desta Villa de Ribeyra Grande, nasceo em os oyto dias do mez de , de mil e sete centtos, e secenta, e foy baptizada nesta ditto Jgreja Paroquial de seus Pays; por mim Francisco da Sylva Nunes Cura della, em os dezasette dias do ditto, mez, e era: foy Padrinho o Reuerendo Padre Antonio Taueyra e Neyua, natural desta ditto Paroquial, e freguez da Matriz da Senhora da Estrella desta ditto Villa: foram testamunhas, que comigo asignaram os Padres Bartholameu Francisco de Mello, e Antonio de Souza Tauares, e para constar fiz este assento. Dia, mez e era ut supra.

O Cura Fran[cis]co da Sylu[eir]a Nunes

B[a]r[tholo]meu Fran[cis]co de Mello

Ant[oni]o de Souza Tavares (1760, junho 17)

No assento de óbito de 8 de dezembro de 1833 o párcos menciona que a falecida teria sido viúva de Inácio José Peixoto, ficando, assim, mais fiel ao assento de casamento:

Eugenia Thomásia Joaq[ui]na V[iu]va

d'Jgn[áci]o J[oz]e Peix[ot]o

Em os oito dias do mez de dezembro de mil oito centos trinta, e trez annos, faleceo d'vida prezente, tendo recebido os Diuinos Sacramentos, e Cetenta, e dous annos d'jdade, Eugenia Thomazia Joaquina, Viuua d'Jgnácio Joze Peixoto, foi seu corpo

¹⁶⁸ Parece lícito presumir que a adoção do nome 'Manuel' possa ser uma homenagem ao próprio pai Inácio Manuel Moniz Tavares.

¹⁶⁹ Nota à margem direita: «1 Certidam / em 22 de Julho de 1815 / O Reverendo Parocho».

¹⁷⁰ Nas suas notas sobre a entrada bibliográfica, Silva (s.d.) afirma o seguinte sobre o caso: «No livro de Querelas da Ribeira Grande, aberto a 29.9.1810 vem o auto de desfloramento que requereu Inácia Manuel (sic) Peixoto como administrador de sua filha Josefa Laura contra

involto em mortalha honesta, e sepultado nesta Jgreja da Senhora da Conceição, d'villa da Ribeira Grande, sua Freguesia, depois d'encomendado pelo reuerendo Parocho, fes testamento em que dispos as sufragios da su'alma, a saber, d'alguas Missas, de que fis este termo.

O R[evere]ndo C[oadju]tor José Fran[cis]co da Ponte (1833, dezembro 8)

2.2.2.3 O assento de nascimento de Josefa Laura Tibiana (1793-?)

A irmã mais velha de João Albino Peixoto, com nome de Josefa, nasceu no dia 13 de outubro de 1793. Nota-se à primeira vista que o pai é identificado como 'Jgnacio Joze Psychoto', ou seja, na versão onomástica conforme o assento de nascimento dos pais:

Jozefa filha legitima de Jgnacio Joze Peychoto natural da Parochial de Sam Pedro da Ribeyra Seca desta villa da Ribeyra grande e de sua mulher¹⁶⁹ Eugenia Thomazia Joaquina natural desta Parochial de Nossa Senhora da Conceyçam desta dita Villa, nasceo em os treze dias do mes de outubro de mil Sete Centos nouenta e tres annos, e foy bautizada em os vinte e hum dias do dito mes e anno nesta dita Parochial da Senhora da Conceyçam freguezia de Seus Pays, por mim Joam Jgnacio Tauares Cura della; foy Padrinho o Reuerendo Beneficiado George Caetano de Souza fregues desta mesma Parochial, foram testemunhas o Padre Bartholomeu Francisco de Mello, e Joze da Ponte Bulhoens e para constar fis este acento dia mes e anno supra.

O Cura Joam Jgnacio Tauares

Bartholomeu Fran[cis]co de Mello

He de Joze da Ponte + Bulhoins (1793, outubro 21)

Depois de um escândalo de gravidez extramatrimonial da filha mais velha de Inácio Peixoto,¹⁷⁰ ela casou no dia 2 de outubro de 1815 com Manuel Bento de Oliveira debaixo dos nomes Josefa Laura Tibiana (1815, outubro 2). Será que a ausência do apelido familiar 'Peixoto' pode estar de alguma forma relacionada com o escândalo? Para já ignoramos a resposta a esta questão, bem como outros detalhes sobre a vida e morte de Josefa Laura Tibiana.

2.2.2.4 O assento de batismo referentes a Jacinta Cândida Peixoto (1799-?)

Também a outra irmã do nosso autor, nascida em 22 de setembro de 1799, foi batizada na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, tendo recebido o nome próprio 'Jacinta', sendo o pai referido como 'Jgnacio Joze Peixoto':

Francisco Manuel Tavares, filho do Alferes José Leonardo Tavares, da Ribeira Grande, a 30.6.1815, perante o juiz ordinário, sendo presente Josefa Laura, com assistência de seu pai Inácio Manuel Peixoto; estes queixaram-se de que Francisco Manuel Tavares, filho do dito Alferes, desflorou a dita Josefa Laura, que se acha próxima a dar à Luz. Houve exame de parteiras que confirmaram a queixa». Ainda não conseguimos verificar os acontecimentos históricos.



Jacinta filha de Jgnacio Joze Peixoto natural da Parochial de Sam Pedro desta Villa da Ribeira Grande e de sua mulher Eugenia Thomazia Joaquina natural desta Parochial da Senhora da Conceição desta ditto Villa nasceo em vinte e douz dias do mez de setembro de mil sete centos noventa e nove annos, e foy baptizada nesta mesma Parochial de seus Pays por mim Joze Tavares de Souza Benficiado Coadjutor della em o primeiro dia do mez de outubro do ditto anno foy padrinho o Reverendo Benficiado Jorge Caetano de Souza freguez desta mesma Parochial e testemunhas Joze da Ponte Bulhaõ, e Manoel de Jezus, freguezes desta mesma Parochial de que fiz este termo no dito dia mez e anno supra
O B[e]n[e]ficia]do Cur[a] Joze Tavares de Souza
Manoel +. de Jezus

Joze da + Ponte Bulhaõ (1799, outubro 1)

Morto o pai no mês anterior de agosto, D. Jacinta Cândida Peixoto casou em 4 de novembro de 1833 com Joaquim António Pereira Jr. (1833, novembro 4). Segundo Silva (s. d.), D. Jacinta Cândida teria falecido em 1872. No entanto, uma pesquisa na Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Ponta Delgada não pôde confirmar este dado.

2.2.3 Os roteiros quadragesimais do Arquivo Municipal de Ribeira Grande

No âmbito de uma breve visita ao Arquivo Municipal da Ribeira Grande conseguimos consultar uma das fontes biográficas menos prestigiadas em estudos de natureza na história: trata-se dos 'roteiros quadragesimais' ou 'róis de confissões' da freguesia da Nossa Senhora da Conceição daquele concelho. Podendo a composição do conteúdo divergir ocasionalmente, estas listagens continham os nomes e as idades de todos os fregueses adultos que tinham que confessar e comungar em preparação das festividades da Páscoa. Vejamos exemplarmente algumas das entradas consultadas:

399	Jgnacio Manoel Peixoto	conf[essad]o e com[un]g[ad]o	49
	Eugenia Roza m[ulh]er	conf[essad]a e com[un]g[ad]a	65
	Jacinta P[eixo]fa	conf[essad]a e com[un]g[ad]a	25
	Joaõ Albino P[eixo]fo	conf[essad]o e com[un]g[ad]o	23

Esta entrada de Rol (1825: fol. 30 r) situa a família chefiada por Inácio Manuel Peixoto na Rua dos Foros que começa do lado direito da Igreja da Nossa Senhora da Conceição, cruzando-se com a Rua de São Francisco e a Rua da Conceição. Observa-se que as idades indicadas pelo pároco nem sempre estavam certas, uma vez que o pai da família já tinha 53 anos completos, a mãe chamada 'Eugenia Roza' 64 anos e João Albino tinha 21 anos. Somente no caso da irmã Jacinta, a idade indicada está certa. No ano de 1832, porém, encontramos a mesma entrada com outro nome do chefe da família (Rol 1832: fol. 28 v) e com um caos semelhante no que respeita à indicação das idades:

404	Jgnacio Joze Peixoto	conf[essad]o e com[un]g[ad]o	56
-----	----------------------	------------------------------	----

	Eugenia Roza m[ulh]er	conf[essad]a e com[un]g[ad]a	72
	Jacinta P[eixo]fa	conf[essad]a e com[un]g[ad]a	31
	Joaõ Albino P[eixo]fo		29

Se bem que não se saiba ao certo porquê João Albino Peixoto não terá confessado e comungado em 1832, parece que poderá ter estado ausente da sua freguesia de origem, o que explicaria esta ausência. Ainda no último ano de vida dos pais, que ambos morreram na segunda metade do ano de 1833, o agregado familiar constava das mesmas quatro pessoas (cf. Rol 1833: fol. 27 v):

399	Jgnacio J[oz]e Peix[ot]o		57
	Eugenia Roza m[ulh]er		73
	Jacinta P[eixo]fa	#	32
	Joaõ Alb[in]o P[eixo]fo		30

Após esta entrada que documenta que todos os elementos da família tenham confessado e comungado naquele ano, não se encontra mais nenhuma entrada relativa à família de Inácio Manuel Peixoto na Rua dos Foros. Os irmãos parecem ter seguido passos diferentes, tendo a irmã Jacinta casado naquele ano.

Uma vez que João Albino Peixoto desde então teve várias residências quer na Ribeira Grande quer na Ponta Delgada, traçar o percurso integral dele será uma tarefa para outro trabalho futuro. Em vez de proceder a esta pesquisa, resolvemos limitar-nos a reproduzir parte da entrada no rol de confessados relativo aos residentes na casa da família da Rua de São Francisco, em 1891 (cf. Roteiro 1891: fol. 52 v):

NOMES, SOBRENOMES APPELLIDOS	Relação para com o chefe de família	Profissão	Edades	
			M	F
Joaõ Albino Peixoto	Chefe	Apozentado	87	
D. Maria Ricarda Botelho <viuva>	Cazam[en]to			73
Eugenio Silio Peixoto	Filho	Aferidor	43	
D. Anna de Jesus Maria	Filha			39
D Estephania Ludoxia Peixoto	Filha			33
<M[ar]ia da Paixão> {Cecilia da Conceição Pacheco}	Famula	Creada		<18> 18
<aumentou-se> {Luiz Pacheco}	Famulo	Creado	8	



No ano da sua morte, o agregado familiar compunha-se, portanto, de seis pessoas, nomeadamente do próprio João Albino Peixoto e da sua mulher D. Maria Ricarda Botelho (que viria a falecer quase dois anos mais tarde, em 25 de julho de 1893), os filhos solteiros Eugénio Sílio Peixoto, Ana de Jesus Maria, Estefânia Ludóxia Peixoto, bem como da criada Maria da Paixão, confirmando assim a presumida pertença de Peixoto à classe média da sua época.

2.3 João Albino Peixoto, tradutor

Conforme se pode verificar na listagem bibliográfica do subcapítulo 2.1, nenhuma das obras impressas deixadas por João Albino Peixoto permite presumir que o autor estivesse interessado em questões linguísticas ou mesmo gramaticais. Ao ser certo, porém, que o jovem ourives se tenha dedicado à sua educação desde 1819 até 1829, tudo leva a crer que não pudesse deixar de adquirir profundos conhecimentos nas humanidades, como era habitual no ensino anterior ao estabelecimento do ensino liceal em Portugal. Dado que a aprendizagem de línguas estrangeiras modernas não fazia parte do currículo da época, fica, porém, sem resposta a pergunta relacionada com a origem dos conhecimentos que o nosso tradutor tinha na língua francesa.¹⁷¹

No que respeita ao manuscrito, os aspetos paleográficos levam a crer que a letra seja de uma pessoa que tenha aprendido a escrever em inícios do século XIX: observa-se uma certa mistura de alguns traços distintivos de finais do século XVIII, sendo o aspeto paleográfico geral marcadamente oitocentista, isto é, de inícios do século XIX. Além disso, o próprio texto manuscrito permite concluir que o autor, para além de saber português (que obviamente era a língua materna) e francês, também terá tido pelo menos algumas noções das línguas latina e talvez até grega, sem as quais dificilmente poderia ter reproduzido os exemplos naquelas línguas com a exatidão necessária para condizer ao original. Quanto às duas primeiras línguas, encontram-se frequentes citações ao longo dos opúsculos literários publicados pelo nosso autor.

A autoria da obra é assumida em duas referências dentro da segunda parte não numerada. A primeira referência é feita quando, numa espécie de subtítulo, o tradutor atribui a autoria da tradução a si próprio: «Extractos da = Grammaire générale &c. Par M. Beauzée &c...traduzidos por João Albino Peixoto» (Peixoto s.d.: fl. 1 r). Uma afirmação semelhante encontra-se no fim do opúsculo quando o autor afirma: «Traduzio para seu uso João Albino Peixoto» (Peixoto s.d.: fl. 34 r).

Quer a possível inserção da elaboração da tradução no âmbito da formação do autor nos anos vinte do século XIX, quer os aspetos paleográficos, quer ainda a autoatribuição da tradução pelo próprio João Albino Peixoto levam-nos a considerar que

¹⁷¹ Parecendo improvável que tenha beneficiado dum ensino formal de língua francesa, Peixoto poderá ter adquirido conhecimentos da língua francesa quer em contacto com um falante nativo do francês quer através da consulta de um manual de ensino desta língua.

¹⁷² Por ser um texto manuscrito em posse particular não estranha que Cardoso (1994) não apresente nenhuma referência ao manuscrito ou ao tradutor.

o manuscrito tenha sido escrito pelo próprio ourives, pintor, dourador e autor micalense cujas atividades linguísticas até agora foram ignoradas.¹⁷² Esta conclusão vem confirmada através das anotações manuscritas atribuíveis ao próprio autor nos opúsculos Peixoto (1859) e Peixoto (1860), bem como na documentação do posto fiscal de Santa Iria que conseguimos consultar na Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Ponta Delgada.

3. O manuscrito: estrutura e conteúdo

A tradução intitulada *Beausee Grammatica* consta de vários cadernos no formato 10,2 x 14,5 cm, encadernados em brochura junto com algumas folhas soltas. A capa num papel verde-escuro marmorizado contemporâneo contém o título em duas linhas «Beausee / Grammatica» que nos serviu para a referência bibliográfica. A primeira parte de 14 páginas paginadas, intitulada «Da Gramatica [texto que falta] M. Beauzée»,¹⁷³ consta de um caderno de oito páginas (págs. 1-8) e de três folhas soltas com seis páginas (págs. 9-14). A segunda parte não paginada e intitulada «Extractos da = Grammaire générale &c. Par M. Beauzée &c...traduzidos por João Albino Peixoto (Peixoto s.d.: fl. 1 r)» consta de quatro cadernos de 16 páginas (fólios 1 r – 8 v, 9 r – 16 v, 17 r – 24 v, 25 r – 32 v), aos quais foram adicionadas duas folhas soltas (fólios 32 r – 34 r), apresentando um total de 34 fólios. O manuscrito não é datado e não traz nenhuma indicação relativa à sua procedência, pertencendo atualmente à nossa coleção particular por ter sido adquirido na secção de manuscritos de um alfarrabista em Lisboa cerca de 2002, não se sabendo nada sobre o percurso do manuscrito anteriormente à aquisição.

Uma vez que se trata declaradamente de uma tradução feita pelo próprio tradutor para fins de uso pessoal, pouco admira que o texto manuscrito nem sempre seja tão regular como seria de esperar, passando, sobretudo na segunda parte não paginada, a apresentar ocasionalmente a característica de um rascunho.

3.1 Beauzée traduzido ou a estrutura de uma tradução parcial

A tradução limita-se ao primeiro tomo de Beauzée (1767) que trata sobretudo de aspetos prosódico-ortográficos e morfológicos. Como se pode verificar no quadro seguinte, o tradutor concentrou os seus esforços sobretudo no primeiro livro dedicado aos *Éléments de la Parole*:

	Beauzée (1767)	Peixoto (s. d.)
--	-------------------	--------------------

¹⁷³ A primeira folha apresenta uma falta redonda de papel no tamanho de 3,2 x 2,1 cm. Dado que este pedaço de papel foi rasgado posteriormente à elaboração do manuscrito, não se pode saber o que teria sido escrito no trecho faltante.



LIVRE I. Des éléments de la Parole.		
PREFACE.	v-xlij	1 r - 2 v
INTRODUCTION.	1-3	2 v
CHAPITRE. I. Des Voix simples & des lettres Voyelles.	3-24	1-3 2 v - 4 r
CHAPITRE II. De l'Hiatus, & des effets qu'il a occasionnés.	24-43	4-8 4 r - 4 v
CHAPITRE III. Des articulations & des lettres consonnes.	43-90	8-14 4 v - 12 r
CHAPITRE IV. Des Syllabes.	91-115	12 r - 15 v
CHAPITRE V. De la Quantité des syllabes.	115-133	15 v - 17 v
CHAPITRE VI. De l'Accent des syllabes.	134-154	17 v - 18 r
CHAPITRE VII. De la Prosodie des mots.	154-166	18 r - 19 r
CHAPITRE VIII. Des Lettres, de l'Alphabet & de l'Orthographe en général.	166-199	19 r - 21 v
CHAPITRE IX. De l'assemblage des Lettres, & des manières de lire.	199-231	21 v - 23 v
LIVRE II. Des éléments de l'Oraison.		
INTRODUCTION.	232-234	24 r - 24 v
CHAPITRE. I. Des Noms.	235-258	24 v - 26 r
CHAPITRE II. Des Pronoms.	258-287	26 r - 27 v
CHAPITRE III. Des Adjectifs.	287-391	27 v - 31 v
CHAPITRE IV. Des Verbes.	392-513	31 v - 33 r
CHAPITRE V. Des mots supplétifs, qui sont les Prépositions & les Adverbes.	514-563	33 v - 33 v
CHAPITRE VI. Des Conjonctions.	563-603	33 v - 34 r
CHAPITRE VII. Des Interjections.	604-619	

¹⁷⁴ Na segunda parte do manuscrito, a disposição dos parágrafos não se encontra mantida. Julgamos óbvio que terá sido com o designio de indicar que se tratava de uma cesura, economizando papel no mesmo processo, que o tradutor introduziu nestes casos uns espaços livres entre a última palavra do parágrafo anterior e a primeira palavra do parágrafo seguinte.

A nossa tabela comparativa permite a confirmação que de entre as 14 páginas e 34 fólhos, a maioria do manuscrito é dedicada aos conteúdos do primeiro livro do gramático francês. As considerações sobre as partes da oração, que constituem a principal parte do primeiro tomo de Beauzée (1767), somente são tratadas no espaço reduzido de dez fólhos. Vejamos então umas questões relacionadas com as duas partes do manuscrito para depois fazermos uma breve apresentação de alguns trechos relacionados com as partes da oração.

As características gráficas (ortografia, pontuação) do texto manuscrito serão mantidas. Com a exceção de '&c' para 'etcetera', serão desdobradas quaisquer abreviaturas, sendo o respetivo texto inserido em letras itálicas dentro de parênteses retos. Qualquer intervenção nossa no texto manuscrito será devidamente marcada por parênteses retos []. Texto rasurado encontra-se em chaves { }, sendo identificado como tal quando seja ilegível. Qualquer texto adicionado no texto entrelinhas é sinalizado mediante o uso do chevron < >. Quaisquer negritos dentro de citações serão nossos.

3.2 O relacionamento entre as duas partes do manuscrito

Uma consulta da tabela estabelecida em 3.1 facilita a verificação de uma coincidência entre as duas partes do manuscrito, nomeadamente no que respeita aos trechos traduzidos dos três primeiros capítulos do primeiro livro *Des éléments de la Parole*. A nossa análise resultante permite constatar que cerca de dois terços do conteúdo das páginas 1 até 14 da primeira parte se encontram igualmente na segunda parte do manuscrito. Se bem que ambas as partes apresentem trechos que não se encontram na outra parte, julgamos que uma comparação exemplar dos trechos iniciais que se dedicam ao primeiro capítulo das vogais talvez nos possa fornecer alguma informação sobre a gênese da tradução.

Peixoto (s.d: 1-2 – negritos nossos)	Peixoto (s.d: 2 v - 3 r)
<i>Distingue-se na Palavra duas sortes de elementos, a voz simplez, e articulação.</i>	<i>Distingue-se na palavra duas sortes de elementos, a voz simplez, e a articulação.</i> ¹⁷⁴
<i>A voz simplez he hum som, que rezulta da simplez emissão do ar cujas diferenças essenciaes dependem da forma da passagem que a boca dá a este ar durante a emissão.</i>	<i>A voz simples é um som que rezulta da simples emissão do ar, cujas diferenças essenciaes depende da forma de passagem que a boca dá a este ár, durante a imissão.</i>

Apesar de termos a consciência de que estes espaços em tempos modernos corresponderiam a uma tabulação, iremos introduzir uma quebra de parágrafo nestes casos em que o tradutor tão obviamente queria fazer uma destas cesuras.



<p>A Escritura, que pinta a Palavra, parece que lhe representa os elementos na ordem de sua producção pelo meio das letras lhe servem de signaes, donde pois se comprehende duas sortes de lretras; [falta: *<vogaes, e c>] onsoantes. A Vogaes [falta: *<saõ letras>] dedicadas pelo uzo nacional á representaçã das vozes simpleces. »As Vogaes, diz M. du Marsais, são assim chamadas da palavra vox, porque ellas se fazem entender por si mesmas; Cada hum dellas por si só forma hum som, huma voz: »isto he que ellas representaõ sons, que não tem necessidade, mais que da simplez abertura da boca, e de huma forma determinada na passagem, para se fazerem sensiveis, e fazerem entender.</p>	<p>A Escritura, que pinta a palavra, parece que representado seus elementos na ordem de sua produçã pelo meyo de letras que fazem seus sinaes, deve pois comprehender igualmente duas sortes de letras; vogaes, e consoantes. As vogaes são letras dedicadas pelo o uzo nacional para representaçã de vozes simples.» As vogaes diz M. du Marsais são assim chamadas da palavra voz porque elles se fazem entender por si mesmas, elles por si formaõ um som, uma voz: quer dizer que ellas representaõ sons que não tem necessidade que da simplez abertura da boca, e de uma forma determinada na passagem, para se fazerem sensiveis, e entenderem-se.</p>
---	---

Verifica-se toda uma série de alterações entre estes trechos. Assim, as grafias da segunda parte como <destingue, é, um, ár, meyo, produçã, sinaes, nacional, representaçã, simplez, vogaes> têm por correspondentes na primeira parte as formas <distingue, he, hum, ar, meio, producção, signaes, nacional, representaçã, simplez / simpleces, Vogaes>. Ao passo, porém, que uma grafia como <meyo> é marcadamente setecentista, parecendo antiquada num texto redigido em inícios do século XIX, as demais grafias não podem ser periodizadas com a mesma facilidade. No entanto, as gralhas óbvias <essenciaes> e <lretras>, como ainda a correção do erro de concordância <depende> no trecho 'cujas diferenças essenciaes dependem' levam a crer que Peixoto se tenha servido de outro exemplar do texto quando redigiu a primeira parte. Também as diferenças na colocação de sinais de pontuação e as alterações sintáticas levam a supor uma re-elaboração da redação anterior.

Vejamos, então, o texto original francês em confronto com os dois textos da tradução:

ON distingue dans la Parole deux sortes d'éléments, la voix simple & l'articulation.

La Voix simple est un son qui résulte de la simple émission de l'air, & dont les différences essentielles dépendent de la forme du passage que la bouche prête à cet air pendant l'émission.

L'Écriture, qui peint la Parole, parce qu'elle en représente les éléments dans l'ordre de leur production par le moyen des lettres qui en sont les signes, doit donc comprendre pareillement deux sortes de lettres; ce sont les voyelles & les consonnes.

Les Voyelles sont des lettres consacrées par l'usage national à la représentation des voix simples »Les Voyelles, dit M. du Marsais, sont ainsi appelées du mot voix, parce qu'elles, se font entendre par elles-mêmes; elles forment toutes seules un son, une voix « c'est-à-dire qu'elles représentent des sons qui n'ont besoin que de la simple ouverture de la bouche & d'une forme déterminée dans ce passage, pour devenir sensibles & se faire entendre (Beauzée 1767, I: 3-4).

Numa breve análise das traduções, observamos oito casos que nos merecem ser dignos de reparo:

Beauzée (1767)	Peixoto (s. d.: primeira parte)	Peixoto (s. d.: segunda parte)
(1) 'parce qu'elle en représente les éléments'	'parece que lhe representa os elementos'	'parece que representado seus elementos'
(2) 'qui en sont les signes'	'lhe servem de signaes'	'que fazem seus sinaes'
(3) 'doit donc comprendre pareillement'	'donde pois se comprehende'	'deve pois comprehender igualmente'
(4) 'ce sont les voyelles & les consonnes'	—	—
(5) 'à la représentation'	'á representaçã'	'para representaçã'
(6) 'n'ont besoin que de la simple ouverture de la bouche'	'não tem necessidade, mais que da simplez abertura da boca'	'não tem necessidade que da simples abertura da boca'
(7) 'dans ce passage,'	'na passagem'	'na passagem'
(8) 'faire entendre'	'entenderem-se'	'fazerem entender'

Observa-se que Peixoto passou a emendar a lição da segunda parte nos exemplos (2), (5) e (8), sendo desconsiderado o breve trecho (4) em ambos os textos. No sentido mais literal, parece que a lição original de (3) estava mais certa, o que explica de certa forma a falta de sentido que a frase parecia fazer.

No que respeita, porém, aos exemplos (1), (6) e (7), somos da opinião que o tradutor não acertou face à lição do autor francês. A começar pelo falso cognato¹⁷⁵ de parece que por parce que, julgamos que uma tradução literal mais acertada teria sido *'porque representa nella os elementos'. Para (6), torna-se óbvio que o tradutor não terá percebido o nexa 'ne [...] que' com o significado de somente, apenas, de maneira que propomos uma solução como *'precisa apenas da simples abertura da boca'. No caso

¹⁷⁵ Para mais sobre este conceito, talvez mais vulgarmente conhecido como 'falso amigo', veja-se Sabino (2006).



do exemplo (7), enfim, julgamos que não é de condenar a solução 'na passagem' em vez de 'nesta passagem', mesmo que falte a precisão do texto francês.

Como resultado provisório, esta análise dos trechos apresentados parece permitir a suposição que o texto da segunda parte do manuscrito tenha servido para passar a tradução a limpo do ponto de vista linguístico. Se este for o caso, devemos constatar (e note-se que esta afirmação é unicamente válida para os primeiros três capítulos) que o tradutor omitiu bastantes trechos contidos na segunda parte, ao passo que terá adicionado bastantes trechos entre a segunda e a primeira parte. Temos, porém, a consciência que esta proposta somente pode ser preliminar, devendo a questão ser aprofundada noutra âmbito.

3.3 A oração e o nome na tradução de João Albino Peixoto

Por razões de espaço, limitaremos a nossa apresentação à tradução do conceito da oração e ao nome, bem com todas as suas subcategorias conforme as considerações de Beauzée.

3.3.1 A oração

Após algumas considerações sobre as palavras em como sons físicos, desprovidos de significado, nas quais as considerações algo mais demoradas de Beauzée (1767, l: 232) são reproduzidas com bastantes reduções por Peixoto (s.d.: fl. 24 r), o tradutor procede a uma tradução do conceito da oração:

Beauzée (1767, l: 233)	Peixoto (s.d: fls. 24 r – 24 v)
<i>L'Oraison, dans le langage des grammairiens, c'est l'exercice actuel de la faculté de la parole appliqué à la manifestation des pensées. Le mot Oraison est tiré immédiatement du latin oratio; formé d'oratum, supin d'orare; & orare à une première origine dans le génitif oris du nom os (bouche), qui est le nom de l'instrument organique du matériel de la parole: orare, faire de l'organe de la bouche l'usage naturel pour exprimer sa pensée; oratio (Oraison) l'usage actuel de</i>	<i>A Oração, na linguagem dos gramaticos, é o exercicio atual da facultade da palavra aplicada á manifestação dos pensamentos. A palavra oração é tirada immediatamente do latim oratio, formada de oratum, supino de orare; e orare tem uma primeira origem no genitivo oris do nome os (boca), que é o nome do do instrumento organico do material da palavra: orare fazendo órgão da boca o uzo natural, para exprimir seu pensamento; oratio (oração) o uzo atual do orgão da palavra para a enunciaçãõ dos pensamentos.</i>

¹⁷⁶ Para mais informações sobre o termo de 'racionalismo' dentro da gramaticografia francesa e portuguesa, veja-se Schäfer-Prieß (2000: 111-114). Note-se, no entanto, que a ligação estabelecida entre língua e os pensamentos não é unicamente um traço da *Grammaire*

<i>l'organe de la parole pour l'énonciation des pensées.</i>	
--	--



De forma evidente, estamos perante uma tradução bastante literal da definição racionalista do conceito de oração, relacionando a língua com os pensamentos como o faz Beauzée.¹⁷⁶ Na definição do nome, torna-se, porém, óbvio que o tradutor nem sempre considera relevantes os mesmos trechos como nós o entenderíamos hoje no estudo deste grande monumento metalinguístico que é a obra de Beauzée:

3.3.2 O nome e as suas subdivisões

Beauzée (1767, l: 235)	Peixoto (s.d: fl. 24 v)
<i>DÈS que l'on veut communiquer ses pensées, on se trouve dans l'obligation de faire connoître les êtres qui en sont les objets: on le fait par le moyen des Noms imposés à chaque chose; le Nom les rend reconnoissables, en rappelant à l'esprit l'idée de leur nature: NOMEN dictum quasi NOTAMEN, quod nobis vocabulo suo Notas efficiat; nisi enim NOMEN scieris, cognitio rerum perit. (e)¹⁷⁷ On peut donc dire que les Noms sont des mots qui expriment déterminément les êtres, en les désignant par l'idée de leur nature.</i>	<i>Nomen dictum quasi Notamen, quod nobis vocabulo suo Notas efficiat; nisi enim nomen scieris, cognitio rerum perit. (Isidor [sic!] hispal.)</i>

Onde Beauzée mantém a sua aproximação racionalista na definição do papel do nome, aproveitando-se da citação de S. Isidoro de Sevilha meramente para explicar o papel do nome com base na etimologia proposta pelo linguista medieval, o tradutor limita-se à reprodução da citação proposta por Beauzée. Como se vê na edição crítica moderna, o gramático alterou a pontuação do texto original, faltando a palavra *res* que foi estabelecida no texto definitivo:

Nomen dictum quasi notamen, quod nobis vocabulo suo res notas efficiat. Nisi enim nomen scieris, cognitio rerum perit (Isidorus 1985, l: cap. VII).

Uma comparação da publicação integral das *Etimologias* isidorienses na edição algo anterior de Godefroy (uma coletânea de textos gramaticais latinos bastante divulgada em França desde finais do século XVI) parece confirmar que as alterações sejam a responsabilidade do gramático, uma vez que também considera um corte frásico entre *efficiat* e *nisi*:

générale, encontrando-se considerações afins já na antiguidade clássica com Aristóteles (cf. Figge 1994: 652).

¹⁷⁷ Nota à margem direita: « (e) Isidro. hispal. *Origin*».



¶ *Nomen dictum quasi notamen, quòd nobis vocabulo suo notas efficiat. Nisi enim nomen scieris, cognitio rerum perit* (Godefroy 1602: col. 823).

Na divisão do nome em 'substantivo' e 'adjetivo' que remonta às categorias aristotélicas de 'substância' vs 'qualidade dependente' (cf. Kemmler 2007: 395) e que, na tradição da *Grammaire générale* teve como precursores mais imediatos o espanhol Francisco Sánchez de las Brozas (cf. Lecointre 1992), bem como em França o abade Girard (cf. Schäfer-Prieß 2000: 139, Auroux 1992: 176) aproveita a distinção propriamente dita, sem aliás fazer uso das demonstrações que se seguem:

Beauzée (1767, l: 264)	Peixoto (s.d: fl. 26 r)
<i>On regarde communément les noms comme un genre qui comprend deux espèces, les substantifs & les adjectifs; & l'on observe que de certains noms substantifs il se forme des adjectifs, comme de roi, royal; de terre, terrestre; &c. Or dans le système des grammairiens qui raisonnent de la sorte le substantif primitif & l'adjectif qui en est dérivé sont également des noms: donc, disent-ils, meus, tuus, suus, &c. formés des génitifs mei, tui, sui, nostri, &c. des Pronoms ego, tu, sui, nos &c. sont aussi des Pronoms.</i>	<i>Olhaõ-se commummente os nomes como um genero que comprehende duas especies, os substantivos, e os ; e observa-se que de certos nomes substantivos se formaõ adjectivos, como de rei real, de terra, terrestre &c.</i>

Ao passo que o gramático francês deixa claro que pretende esclarecer a diferença que distingue os pronomes pessoais dos adjetivos, a mera reprodução extracontextual destes dois trechos faz com que não se perceba o sentido da tradução.

Beauzée (1767, l: 290-291)	Peixoto (s.d: fls. 27 v – 28 r)
<i>Les Adjectifs sont donc des mots qui expriment des êtres indéterminés, en les désignant par une idée précise, mais accidentelle à la nature commune déterminément énoncée par les noms appellatifs auxquels on les joint. Les noms propres expriment des natures individuelles, que l'analyse n'a pas décomposées, & auxquelles par conséquent la synthèse n'a rien à ajoûter: la méthode synthétique n'est chargée que de combiner les idées élémentaires & générales; & voilà pourquoi les Adjectifs ne s'ajoûtent qu'aux noms appellatifs. Mais ces Adjectifs, n'exprimant les êtres que d'une manière indéterminée, n'ont un sens décidé qu'autant qu'ils ont</i>	<i>Os Adjectivos são palavras pois que exprimem os seres (etres) indetremidados [sic!] designando os por uma determinada (precise), mas accidental {rasura ilegivel} à natureza commum determinadamente enunciada por <os> nomes appellativos aos quaes se lhes ajuntaõ. Os nomes proprios exprimem naturezas individuaes, que a analyse não tem desconcertado (decomposées), e as quaes por consequente a synthese não tem cousa alguma a ajuntar: o methodo sintetico não esta encarregado senaõ de combinar as ideas elementares e geraes; e eis-a que por que os adjectivos não se ajuntaõ senaõ aos nomes</i>

<i>effectivement appliqués à quelque nom appellatif, qu'ils supposent essentiellement. Or il n'y a que deux choses qui puissent être modifiées dans la signification des noms appellatifs, savoir la compréhension & l'étendue: de là deux espèces générales d'Adjectifs, que j'appellerai Adjectifs physiques & Articles.</i>	<i>appellativos. Mas estes adjectivos, não exprimindo os entes senaõ de uma maneira indeterminada, não tem um sentido decidido senaõ tanto que elles são effectivam[en]te applicados a qualquer nome appellativo, que elles suppoem essencialmente. Ora não ha mais que duas, couzas que possaõ ser modificadas na significação dos nomes appellativos, saber a combrehensaõ [sic!] & a extensaõ: daqui duas especies <geraes> de adjectivos, que chamarei Adjectivos phisicos, e Articulos.</i>
--	--

Baseado no relacionamento que estas partes têm com os nomes próprios, o trecho trata da divisão dos adjetivos em 'Adjectivos phisicos' (ou adjetivos propriamente ditos) face aos 'Articulos' (ou artigos). A tradução permite-nos verificar os problemas com os quais o autor estava a lidar no estabelecimento da tradução. Para além de ocasionais gralhas ocasionais como *indetremidados* ou *combrehensaõ* o texto conta com omissões (pois falta o termo de **idea* claramente patente em Beauzée (1767, l: 291) «[...] en les désignant par une idée précise [...]») ou mesmo com acréscimos no espaço entrelinhas ('<os>'). Para além disso, ficam testemunhadas as incertezas explícitas e implícitas do tradutor. Assim, observa-se que ele costuma fazer acompanhar a tradução pelo termo francês em parênteses quando obviamente não tem certeza sobre a melhor escolha terminológica. Assim, o termo francês *êtres* é traduzido corretamente por *seres*, mas observa-se mais adiante que o tradutor usa igualmente o termo *entes*. Da mesma forma, Peixoto parece querer justificar a sua escolha em 'determinada (precise)' e 'desconcertado (decomposées)'. Além disso, ainda se observa o falso cognato *qualquer* por *quelque*, quando seria de esperar uma solução como **algum*.

Sendo o artigo incluído, como já se afirmou, na classe do adjetivo, também os esforços definitórios de Beauzée somente foram retomados de forma muito sumária:

Beauzée (1767, l: 308-309)	Peixoto (s.d: fl. 30 v)
<i>1º. Les individus sont comme les membres du corps entier dont la nature est exprimée par le nom appellatif: or le mot grec αρρον & le mot latin articulus, tous deux employés ici par les grammairiens, signifient également ces jointures, qui non seulement attachent les membres les uns aux autres, mais qui servent encore à les distinguer les uns des autres. Sous ce dernier aspect, le même mot peut servir avec succès à caractériser tous les Adjectifs qui, [309] sans toucher à la</i>	<i>A palavra grega αρρον (art<r>on), e a palavra latina articulus, empregados aqui pelos grammaticos, significaõ igualmente estas juncturas, que não somente ataõ os membros da oraçaõ uns aos outros, <mas> que servem ainda a distinguilos uns dos outros.</i>



<i>compréhension, ne servent qu'à la distinction plus ou moins précise des individus auxquels on applique le nom appellatif.</i>	
<i>2º. L'un des Adjectifs compris dans cette classe est déjà en possession de ce nom dans les grammaires particulières de toutes les langues où il est usité. On connoît dans notre grammaire l'Article le, la, les; dans celle des italiens, il, lo, la; dans celle des espagnols, el, lo, la; dans celle des allemands der, die, das; en anglais the; en grec ὁ; 1; το; &c.</i>	<i>Articulos Francezes le, la, les; Italianos il, lo, la. Espanhoes el, lo, la. AlemaEs: der, dir, das; Englezes the en [sic!] grego ὁ; 1; το; &c</i>

4 Conclusão

O presente artigo visou trazer à memória um autor esquecido e um manuscrito oitocentista inédito. Conseguimos recordar as principais informações sobre João Albino Peixoto, um açoriano ribeira-grandense que chegou a adquirir uma sólida formação escolar para depois se dedicar a uma vida como pintor e dourador – vida esta que alternava com a atividade cultural de escritor e poeta.

Expusemos alguns dos aspetos mais importantes do manuscrito nas duas partes em que se conserva. Se bem que somente seja uma tradução parcial, julgamos que se trata de um documento linguístico único que merece destaque por ocupar-se de um dos monumentos metalinguísticos do século XVIII com o maior impacto na tradição gramatical europeia nesse século como no século seguinte.

Tendo apresentado e analisado as traduções de alguns trechos escolhidos da tradução de Peixoto, sempre em confronto com os respetivos trechos do original francês, podemos afirmar, como resultado, que o tradutor procurou elaborar uma tradição preferentemente literal, ficando, porém, manifestas as ocasionais dificuldades de compreensão e de representação do texto francês que condicionavam o trabalho do jovem João Albino Peixoto e que talvez tenham levado ao facto de este esboço de uma tradução parcial para fins particulares ser mais breve do que o autor talvez tivesse intencionado...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1760, junho 17 – Ribeira Grande, *Assento de batismo de Eugénia, filha do Alferes Bernardo de Sousa e Silva e de Maria Teresa de Santo André, nascida aos 8 de junho de 1760*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de batismos, livro n.º 7 (1757-1770), fl. 61 r.

1771, novembro 17 – Ribeira Seca, *Assento de batismo de Inácio, filho de Inácio Manuel Moniz [Tavares] e de Rosa Inácia de Medeiros, nascido aos 5 de novembro de 1771*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de São Pedro da Ribeira Seca, Registos de batismos, livro n.º 10 (1765-1778), fl. 111 r.

1792, agosto 6 – Ribeira Grande, *Assento de casamento de Inácio José Peixoto e Eugénia Tomásia Joaquina*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de casamentos, livro n.º 4 (1771-1801), fl. 136 r.

1793, outubro 21 – Ribeira Grande, *Assento de batismo de Josefa, filha de Inácio José Peixoto e de Eugénia Tomásia Joaquina, nascida aos 13 de outubro de 1793*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de batismos, livro n.º 10 (1791-1796), fl. 69 r.

1799, outubro 1 – Ribeira Grande, *Assento de batismo de Jacinta, filha de Inácio José Peixoto e de Eugénia Tomásia Joaquina, nascida aos 22 de setembro de 1799*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de batismos, livro n.º 11 (1796-1805), fl. 84 v.

1803, agosto 20 – Ribeira Grande, *Assento de batismo de João, filho de Inácio Manuel Peixoto, também conhecido como Inácio José Peixoto, e de Eugénia Tomásia Joaquina, nascido aos 5 de agosto de 1803*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de batismos, livro n.º 11 (1796-1805), fl. 155 v.

1815, outubro 2 – Ribeira Grande, *Assento de casamento de Manuel Bento de Oliveira e Josefa Laura Tibiana*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de casamentos, livro n.º 5 (1801-1831), f.º 94 v.

1818, março 30 – Água de Pau, *Assento de batismo de Maria, filho de Francisco Ricardo Botelho e de Ana Madalena do Canto Corte Real, nascida aos 13 de março de 1818*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho da Lagoa, Freguesia de Água de Pau, Registos de batismos, livro n.º 13 (1817-1821), fl. 19 v.

1833, agosto 11 – Ribeira Grande, *Assento de óbito de Inácio Manuel Peixoto, também conhecido como Inácio José Peixoto*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de óbitos, livro n.º 5 (1821-1851), fl. 66 v.

1833, novembro 4 – Ribeira Grande, *Assento de casamento de Joaquim António Pereira e D. Jacinta Cândida Peixoto*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de casamentos, livro n.º 6 (1832-1860), f.º 21 v.

1833, dezembro 8 – Ribeira Grande, *Assento de óbito de Eugénia Tomásia Joaquina*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de óbitos, livro n.º 5 (1821-1851), fl. 70 r.

1844, março 7 – Ribeira Grande, *Assento de casamento de João Albino Peixoto e D. Maria Ricarda Botelho*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos



Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de casamentos, livro nº 6 (1832-1860), f.º 116 r.

1853, setembro 25 – Ribeira Grande, *Assento de óbito do Reverendo Fulgêncio Cuniliati da Ponte*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de óbitos, livro nº 6 (1851-1860), fl. 13 v.

1891, julho 12 – Ribeira Grande, *Assento de óbito de João Albino Peixoto*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de óbitos de 1891, nº 45, a f.ºs 12 v – 13 r.

1893, julho 25 – Ribeira Grande, *Assento de óbito de João Albino Peixoto*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registos Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registos de óbitos de 1893, nº 55, a f.ºs 16 v.

Açoriano (1891) = «Óbitos» in *O Açoriano Oriental* nº 2935 (sábado, 25 de julho de 1891), pág. [III].

AUROUX, Sylvain (1992) «La catégorie de l'adjectif et les déterminants: l'apport de Beauzée» in *Histoire Épistémologie Langage* 14, 1 (l'Adjectif: Perspectives Historique et Typologique), págs. 159-179.

BEAUZÉE, Nicolas (11767) *GRAMMAIRE / GÉNÉRALE, / ou / EXPOSITION RAISONNÉE / DES ÉLÉMENTS NÉCESSAIRES / DU LANGAGE, / Pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues. / Par M. BEAUZÉE de la Société royale des sciences / et arts de Metz, des Sociétés littéraires d'Arras / et d'Auxerre, professeur de Grammaire à l'Ecole / royale militaire / TOME PREMIER / / A PARIS, / De l'imprimerie de J. BARBOU, rue & vis-à-vis / la grille des Mathurins. / M DCC LXVII. [TOME SECOND com as mesmas referências bibliográficas]*

CARDOSO, Simão (1994) *Historiografia Gramatical (1500-1920): Língua Portuguesa - Autores Portugueses*, Porto: Faculdade de Letras do Porto (Revista da Faculdade de Letras, Série Línguas e Literaturas; Anexo 7).

DIAS, Urbano de Mendonça (22005) *Literatos dos Açores*, Vila Franca do Campo: Editorial Ilha Nova.

ENES, Carlos (s.d.) «Peixoto, João Albino» in *Enciclopédia Açoriana, Estrela* (1891) = « [Óbito de João Albino Peixoto] » in *A Estrela Oriental*, n.º 28 (sexta-feira, 17 de julho de 1891), pág. 108.

GEPB (s.d.) = *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 volumes, Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédica, (s.d.).

FIGGE, Udo (1994) «Sprache dient zum Ausdruck der Gedanken: Zur Geschichte einer Formulierung» in BAUM, Richard (ed.) (1994) *Lingua et traditio: Geschichte der Sprachwissenschaft und der neueren Philologien: Festschrift für Hans Helmut Christmann*, Tübingen: Gunter Narr Verlag, págs. 651-665.

Geneall.net (s.d.) = www.geneall.net / P / (última consulta: 23 de agosto de 2011).

GODEFROY, Denis (1602) *AVCTORES / LATINAE LINGVAE / IN VNVM REDACTI / CORPVS: / Quorum Auctorum Veterum & Neote-* / ricorum Elenchum sequens /

pagina docebit. / *Adjectis Notis DIONYSII GO- / THOFREDI I. C. / VNA CVM INDICE / generali in omnes / Auctores. / / S. GERVASII. / Apud Iacobum Chouët. / M. DCII.*

IPLB (1992) = Instº Português do Livro e das Bibliotecas (org.) (1992) *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, Volume 2, Mem Martins: Publicações Europa-América.

ISIDORUS HISPALIENSIS (31985) *ISIDORI HISPALIENSIS EPISCOPI ETYMOLOGIARUM SIVE ORIGINUM LIBRI XX, 2 VOLS., RECOGNOVIT BREVIQUE ADNOTATIONE CRITICA INSTRUXIT W. M. LINDSAY. I-II, OXONII: E TYPOGRAPHEO CLARENDONIANO.*

KEMMLER, Rolf (2007) *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e atividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu Lusorama; 1. Reihe, 12. Band).

KEMMLER, Rolf (no prelo) «Para a Recepção da Gramática Geral em Portugal: a tradução portuguesa da *Grammaire Générale* de Nicolas Beauzée» in Calvo, Cesáreo / Casanova, Emili / Lepinette, Brigitte / Valero, Lluís R. (eds.) (no prelo) *Actes du XXVIe Congrès Internationale de Linguistique et Philologie Romanes.*

LECOINTRE, Claire (1992) «*Omne nomen adjectivum habet suum substantivum*: l'adjectif et la constitution de l'énoncé dans la grammaire sanctienne» in *Histoire Épistémologie Langage* 14, 1 (l'adjectif: Perspectives Historique et Typologique), págs. 123-140.

PEIXOTO, João Albino (s.d.) *Beausee Grammatica*, Manuscrito em posse particular.

Peixoto, João Albino (11859) *Homenagens a todos os monarchas portuguezes e a outros insignes personagens de um e outro sexo tanto antigos como modernos da casa real: o triumpho da verdadeira religião, producções poeticas escolhidas d'entre outras varias obras ineditas que desde a juventude compos João Albino Peixoto*, Ponta Delgada: Typ. dos Botelhos. (BPARPD, cota JC Var. Açor. Imp. 1 / 7 RES)

PEIXOTO, João Albino (21860) *Homenagens a todos os monarchas portuguezes e a outros insignes personagens de um e outro sexo tanto antigos como modernos da casa real: o triumpho da verdadeira religião, collecção que das suas poesias ineditas extrahira João Albino Peixoto*, Ponta Delgada: Typ. dos Botelhos. (BPARPD, cota JC Var. Açor. Imp. 1 / 8 RES)

Rol (1825) = *Rol de confissões da freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Vila da Ribeira Grande*, livro manuscrito, Arquivo Municipal de Ribeira Grande, Róis de confissões quaresmais, 1825.

Rol (1832) = *Rol de confissões da freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Vila da Ribeira Grande*, livro manuscrito, Arquivo Municipal de Ribeira Grande, Róis de confissões quaresmais, 1832.

Rol (1833) = *Rol de confissões da freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Vila da Ribeira Grande*, livro manuscrito, Arquivo Municipal de Ribeira Grande, Róis de confissões quaresmais, 1833.



Roteiro (1891) = *Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Vila da Ribeira Grande: Roteiro quadregesimal*, livro manuscrito, Arquivo Municipal de Ribeira Grande, Róis de confissões quaresmais, 1891.

SABINO, Marilei Amadeu (2006) «Falsos cognatos, falsos amigos ou cognatos enganosos? Desfazendo a confusão teórica através da prática, em: *Alfa* 50, 2, págs. 251-263, em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1422/1123> (última consulta: 23 de agosto de 2011).

SANTOS, Maria Helena Pessoa (2010) *As Ideias linguísticas Portuguesas na Centúria de Oitocentos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).

SCHÄFER-PRIEB, Barbara (2000) *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; Band 300).

SCHÄFER-PRIEB, Barbara (2001) «A introdução da *Grammaire générale* francesa em Portugal» in Thielemann, Werner (Hrsg.) (2001) *Século XVIII: Século das Luzes, Século de Pombal*, Frankfurt am Main: TFM (Biblioteca Luso-Brasileira; 21), S. 129-142.

SCHÄFER-PRIEB, Barbara (no prelo) *A Gramaticografia Portuguesa de 1540 até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*, Tradução de Jaime Ferreira da Silva, revista e atualizada pela autora.

SILVA, Inocêncio Francisco da (11858-1972) *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*; [a partir do vol. IX: *continuado e ampliado por Brito Aranha*], 23 vols., Lisboa: Na Imprensa Nacional. Obra reeditada em reprodução fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d.

SILVA, José Tavares da (s. d.) «Josefa Laura Tibiana» in <http://www.gw5.geneanet.org/index.php3?b=tavaressilva&lang=fr:pz=joao+luis+tavares:nz=silva:ocz=0:p=josefa+laura:tibiana> (última consulta: 23 de agosto de 2011).

Peixoto, João Albino (s.d.): *Beauzee: Grammatica*. Manuscrito em posse particular.

Schäfer-Prieb, Barbara (2000): *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; Band 300).

23. RUI FORMOSO

RUI MANUEL FORMOSO NOBRE DOS SANTOS

Licenciatura em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa;

Mestrado em Literaturas Clássicas;

Doutoramento em Letras (em preparação)

Experiência Profissional:

1. Docência

Latim, Literatura Cultura Portuguesa, Literatura Africana de Expressão Portuguesa, Cultura Portuguesa, Língua portuguesa (fonética-fonologia e morfologia) e Orientação de estágios em Univ. da Madeira, Univ. da Beira Interior, Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto do Instº Politécnico da Guarda;

2. Administrativa / científica:

- Subdiretor da Escola Superior de Educação da Guarda (2006-2009);
- 2005-2006: Responsável pela avaliação e supervisão das equipas Programas InternetB1 e CBTIC@EB1;
- Formação na área da TLEBS;
- Formação na área do Acordo Ortográfico.

LONGE DA VISTA, LONGE DA... COMPREENSÃO: O IMPÉRIO DA ESCRITA E AS DIFICULDADES NA CONSCIÊNCIA DO ORAL. RUI MANUEL FORMOSO NOBRE SANTOS (ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DESPORTO DA GUARDA) TEMA: 3.5.

Para ver a transcrição fonética correta abra o documento em pdf



final.pdf

É incontornável que, em situações ditas normais, a oralidade se constitui na forma, por excelência, da intercomunicação humana: primeiro aprendemos a falar, só depois a escrever e, infelizmente, esta competência ainda não é acessível a todos. Mas o ser humano, por *otium*, como garantia do *negotium*, ou como instrumento atestador indelével do “eu” no devir, inverterá esta posição e passará a nortear a sua civilização pelo fundamento da História, a palavra escrita – a consciência humana na sua perpetuidade passa pela clara consciência daquilo que os romanos exprimiam ao afirmar que *uerba uolant, scripta manent*.

Hoje, mais do que nunca, a sociedade na sua formalidade não sobrevive sem a fixação da palavra dita e normalizada socioculturalmente.

Este princípio é “escrupulosamente” aplicado no domínio do ensino-aprendizagem, sobretudo de uma língua - realizado numa perspetiva eminentemente normativo-prescritiva e focalizada na palavra escrita, suporte da língua padrão.

Se nos concentrarmos na lecionação, ainda que mínima, de conteúdos explícitos (gramaticais), esta verdade torna-se ainda mais premente: parece só contar o visível da escrita. Tudo o resto, porque não palpável, continua, recorrendo a uma linguagem platónica, “armazenado” no mundo inteligível ao qual não podemos aceder, já que nuvens densas encobrem a luz e impedem a sua projeção no fundo da caverna em que nos encontramos encerrados, impossibilitando, assim, a reminiscência, o acesso ao conhecimento.



Tendo por base a nossa experiência docente, no âmbito da língua portuguesa, em especial, com alunos de cursos de formação de professores, procuraremos refletir sobre dificuldades resultantes da (in)capacidade em “manusear” unidades do oral, porque pertencentes aos domínios (“não visíveis” na escrita) fonético-fonológicos, sobretudo de natureza suprasegmental ou prosódica: a relação som-grafia, a acentuação prosódica / gráfica, a entoação..., serão trilhos que procuraremos pisar.

Como membros integrantes de sociedades modernas e letradas manifestamos as maiores dificuldades em conceber a nossa vida sem a escrita, ferramenta indispensável do quotidiano. Esta conceção grafocêntrica da cultura, que assenta na superioridade qualitativa das culturas escritas, quando comparadas com as orais, ofusca em muito o nosso modo de reconhecer a importância da oralidade.

Na realidade, a oralidade constitui a forma, por excelência, da intercomunicação humana. A prioridade do oral sobre o escrito é incontornável, tanto na história da humanidade como na da vida do indivíduo: evolutivamente, a oralidade é comum a cada humano e tão antiga como ele (se o *homo sapiens sapiens* pode ter a sua origem há 50 mil anos, o aparecimento da escrita poderá ter 3 a 4 mil); já individualmente, a criança adquire uma língua através da oralidade e não pela escrita; em muitas sociedades atuais a forma de comunicação continua a ser exclusivamente oral, e mesmo em sociedades ditas avançadas continuam, infelizmente, a existir indivíduos não alfabetizados, por fim, nas mais diversas situações de uso de língua, os enunciados orais têm uma frequência mais elevada que os escritos (Freitas, Alves e Costa, 2007, 24; Escandell Vidal et alii, 2011, 90-94; Castro, Gomes, 2000, 15-30).

A esta primazia do oral, que marca os primórdios da comunicação e as situações de intercomunicabilidade linguística manifestamente informal, apelida Derrida (1967) de *logocentrismo* ou *fonocentrismo*. A atestá-lo, entre muitos outros elementos, podemos lembrar que os homens da Antiguidade, *grosso modo*, não possuíam livros, viviam com as palavras. A cultura antiga é mais oral do que escrita. Aqueles livros que são por todos aceites como alicerces e matrizes culturais das diferentes civilizações humanas emanam da oralidade: os poemas Homéricos, *Iliada* e *Odisseia*, por exemplo, foram difundidos oralmente pelos aedos e rapsodos que vagueavam por diferentes cidades, palácios e cortes. Situação análoga parece aplicar-se àqueles livros que em si contêm o essencial daquilo que os crentes das diferentes religiões precisam de saber, acreditar e fazer: Os *Vedas*, a *Tora*, o *Alcorão* e a *Bíblia*, para, respetivamente, hindus, judeus, árabes e cristãos. Julga-se, por exemplo, que os *Veda*, à semelhança de todos os textos sagrados, não são obra de humanos, resultam da *struti* (sânscrito), isto é, da *audição*. Em todos impera a palavra proferida, que houve necessidade, posteriormente de fixar. (Droit, 2011: 45).

Passando ao âmbito da reflexão teórica sobre o confronto oralidade-escrita, é com facilidade que encontraremos quem defenda e utilize a oralidade como meio privilegiado de saber. Fiquemo-nos, a título ilustrativo, pela reflexão dos primeiros

filósofos da antiguidade. Incontornável foi o magistério de Sócrates desenvolvido exclusivamente através do oral, ou o do seu discípulo Platão que, pelo menos em alguns momentos, afina pelo mesmo diapasão, recusando a escrita, ou atribuindo-lhe apenas papel secundário. É o que se pode atestar pelo mito de Teuth e Thamus-Âmon, de origem egípcia, presente no diálogo *Fedro* (274c-275a). Teuth, inventor da grafia, apresenta a Thamus ou Âmon a escrita (*gramma*) como remédio (*Pharmakon*) da memória e da sabedoria (*Fedro*, 274 e). Nos seus antípodas está, porém, o deus supremo Thamus. Ele considera que tal descoberta, por inatividade da memória, só poderá conduzir ao esquecimento, já que “confiados na escrita, é do exterior, por meio de sinais estranhos, e não de dentro, graças a esforço próprio, que obterão as recordações” (*idem*). Assim, a escrita (*gramma*) é identificável com a não-verdade, a cópia, o simulacro, a imitação; surge como signo de um signo, como significante de um significante. É certo que ambos são repetição, mas, enquanto o *logos* (a palavra oral) é uma representação autêntica e verdadeira (do significado), o *gramma* (escrita) é uma repetição do *logos*, do significante, como tal uma repetição em segundo grau, uma repetição de repetição. O termo *logos*, em grego antigo, além desta aceção de palavra sonora, pronunciada em voz alta, era sinónimo de “razão”, “saber”, elemento, aliás, presente no português através do pseudosufixo *-logia*, associado a caráter científico (Droit, 2011: 50-51).

Paulatinamente o homem acaba por inverter esta situação. Do logo ou fonocentrismo passará ao polo oposto, ao grafocentrismo. A civilização e a sociedade depressa funcionarão alicerçadas no que serviu de fundamento à História, a palavra escrita. A consciência da sua supremacia começa a fazer-se sentir desde cedo. É o que se pode verificar por exemplo do dito proverbial romano, *uerba volant, scripta manent*, precursor do nosso “palavras leva-as o vento”, que acaba por ser incorporado em diferentes autores. Horácio, por exemplo, recolhe-o e reprodu-lo na sua *Epístola aos Pisões*, verso 390, *delere licebit / quod non edideris; nescit vox missa reverti*¹⁷⁸, e na *Epístola I*, 18, 71: *et semel emissum uolat irrevocabile uerbum*¹⁷⁹. A *contrario*, o mesmo pode ser sentido na desilusão dos nossos maiores, que, por exemplo, em situações de trocas comerciais, lamentam que a palavra dada (oral), a palavra de honra, seja agora de nulo valor, pois só em contrato escrito se pode fazer fé. Os textos escritos garantem, assim, a perpetuidade da fala para lá do momento da sua produção, gozam de prestígio social e constituem selo de credibilidade.

É neste sentido que a escrita aparece como instrumento atestador indelével do “eu” no devir. Que dizer do reconhecimento e da fama dos grandes nomes da cultura literária mundial, Homero, Virgílio, Horácio, Dante, Petrarca, Shakespeare, Camões, Cervantes, e tantos outros, se não tivesse sido legado à posteridade a sua obra através da palavra escrita?

A aparição da escrita assinala uma rutura em relação às formas de conceber a palavra já que permitiu simbolizar sobre um suporte material, de forma perdurável, tanto as ideias como as palavras ou os sons. O seu estatuto é de tal forma importante

¹⁷⁸ “Será lícito destruir o que não tenhas publicado, a palavra solta não sabe voltar atrás.”

¹⁷⁹ “E a palavra, uma vez pronunciada, voa sem retorno”.



que se encara a invenção da escrita (Ong, 1987) como o passo evolutivo responsável pelo desenvolvimento socioeconómico e político de muitas civilizações, fazendo, por outro lado, parecer “inferiores” tanto as suas etapas anteriores como as sociedades que, no mundo atual, ainda a desconhecem. (Escandell Vidal, 2010: 83; Emiliano, 2009: 73).

O que acabámos de referir mostra que a oralidade e a escrita, apesar de serem dois veículos autónomos de atualização e realização de um real ou potencial sistema linguístico, assentam as suas relações em duas perspetivas quantitativa e qualitativamente desproporcionais: à prioridade da oralidade, tanto a nível da história da humanidade como da vida do indivíduo, opõe-se a superioridade qualitativa da escrita, como caracterizadora das sociedades civilizadas, mais evoluídas, e de indivíduos cultos.

Se esta ideia é genericamente verdadeira, mais específica se revela do domínio da reflexão e do ensino sobre o processo comunicativo e sobre o instrumento linguístico que o fundamenta e permite.

Na verdade, a aprendizagem de uma língua, e a consciência explícita dos seus mecanismos e processos de funcionamento, desde que nos conhecemos, é realizada numa perspetiva eminentemente normativo-prescritiva e focalizada na palavra escrita. A própria reflexão teórica, por exemplo, sobre o idioma pátrio, desde praticamente o século XVI se centrou na fixação da sua ortografia, e atualmente documentos oficiais (TLEBS e acordo ortográfico) continuam a regulá-la, quer implícita quer explicitamente. É que a língua escrita mantém a sua supremacia de cânon em relação à língua oral porque representa padrões sociais e culturais que se servem da escola como um dos instrumentos de manutenção, transmissão e reprodução.

Se é verdade que os primeiros gramáticos da língua portuguesa, sobretudo Fernão de Oliveira (*Gramatica da Lingoagem Portuguesa*), publicada em 1536, começaram por dar alguma importância à oralidade, ainda que em função da escrita – veja-se a descrição que este apresenta das vogais e consoantes do português – os anos que se lhe seguiram são marcados pela reflexão sobre a correção gráfica. A prová-lo estão as inúmeras ortografias que se publicaram do século XVI em diante. A título de exemplo, destacam-se as de Pêro Magalhães de Gândavo, *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua portuguesa* (1574), Duarte Nunes de Leão, *Orthographia da lingoa portuguesa* (1576), e Madureira Feijó, *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua Portugueza* (1734). Mas, só mais recentemente, com o advento e afirmação da linguística (v.g. Saussure), é que se tem procurado sublinhar e valorizar a importância da palavra dita em comparação com a escrita.

No entanto, esta valorização parece ainda não ter grandes repercussões a nível do ensino-aprendizagem. A nossa experiência teima em dizer-nos que a prática quotidiana de ensino, em especial nos níveis básico e secundário, se alicerça quase exclusivamente na palavra grafada e que é sobre ela que normativamente continuamos a exercer o nosso *múnus* pedagógico-didático, com algumas consequências nefastas para a consciência linguística explícita da língua em que comunicamos.

Os últimos anos de docência de Língua Portuguesa permitiram-nos verificar, com alguma preocupação, o crescente desinteresse e impreparação dos alunos em especial no respeitante a conteúdos e competências que envolvem o conhecimento explícito da língua portuguesa. A isto não serão, com certeza, alheias algumas orientações pedagógicas seguidas pela tutela que, em vez de reforçarem a formação sedimentando-a numa “reflexão séria sobre a língua cujo domínio lhes permitiria pensar e estruturar corretamente as suas ideias” (Vieira, 2010: 37), tenham acabado por seguir pelo caminho da “facilidade, da ausência de reflexão e de criatividade”, incutindo, desta forma, nos alunos “a crença no êxito imediato e sem esforço” (Vieira, 2010: 11).

Este princípio parece aplicar-se de uma forma generalizada a todas as áreas de saber, mas torna-se de alguma forma premente no âmbito dos conhecimentos gramaticais explícitos, na reflexão sobre a estrutura e o funcionamento da nossa língua. O labor da cogitação, e sobre a própria língua, encontra-se moribundo. E este facto é tanto mais crítico quando afeta alunos que virão a ser potenciais professores da língua, a quem não se pode perdoar ausência de conhecimentos científicos, pelo menos desta área. É o que explicita claramente Danièle Sollenave, quando afirma: “se saber não é suficiente para ensinar, não saber impede absolutamente de ensinar” (*apud* Vieira, 2010:189).

As linhas que se seguem são resultado de constatações, impressões e reflexões colhidas do contacto, durante os últimos anos, com alunos que frequentam a unidade curricular de Língua Portuguesa: Fonética e Fonologia do Português, nos cursos de formação de professores. E o que pretendemos assinalar são as dificuldades reveladas em “manusear” unidades do oral, tanto de natureza segmental como suprasegmental, a nosso ver, motivadas pelo facto de tais entidades nem sempre encontrarem correspondentes gráficos, base a partir da qual se tem sempre partido. Procuraremos, pois, centrar-nos em conteúdos linguísticos explícitos a que se furtam tanto professores quanto alunos, ainda que estejam claramente plasmados nas competências e programas definidos ministerialmente: a relação som-grafia, a natureza dos grupos vocálicos; a acentuação prosódica e / ou gráfica, a entoação, os tipos de frase e a pontuação... serão trilhões que procuraremos pisar.

O processo de alfabetização, de aprendizagem da forma escrita de uma língua, realiza-se a partir de conhecimentos linguísticos que o indivíduo tem. A criança comunica recorrendo à forma de expressão utilizada na comunidade em que se encontra inserida quotidianamente, e é através dessa expressão que vai adquirindo e sedimentando a sua gramática implícita. Ora, enquanto o sistema linguístico se encontra em desenvolvimento, o único recurso a que tem acesso é ao oral. O processo educativo recorrerá a esta evocação auditiva para levar a criança à sua representação gráfica, através de um procedimento complexo assente numa substituição do oral pelo escrito. Complexo porque, se o oral é marcado pela diversidade (geográfica, sociocultural e individual), a forma escrita da língua tem o selo da cristalização, do conservadorismo, da unidade. É nesse sentido que aponta claramente António Emiliano (2009:70) quando refere que “uma ortografia é um sistema de escrita normalizado e codificado explicitamente. No caso do português a ortografia é legiferada, ou seja, é



questão de Estado... Independentemente da natureza específica da entidade codificadora, uma ortografia é necessariamente um sistema rígido de escrita imposto, perante o qual os escreventes não têm possibilidade de escolha: o conceito de ortografia assenta nos conceitos de norma, correção e erro, e exclui liminarmente a possibilidade de usos gráficos particulares ou regionais. No âmbito de uma ortografia, um desvio, ou seja, uma forma heterográfica, é sempre um erro.”

Como o ensino e aprendizagem de uma língua se baseiam na sua vertente escrita, eles serão, também por isso, restringidos a uma determinada variedade de língua, escolhida, não por critérios linguísticos, - pois todas as variedades, desde que cumpram a sua função comunicativa, têm o mesmo merecimento -, mas por razões políticas e socioculturais. Desta forma, qualquer texto escrito tenderá a eliminar as variedades linguísticas dialetais e a aproximar-se do registo *standard* da língua, onde se julga que o escrito representa uma maior adequação quanto ao fim e aos destinatários alvo. Não causa qualquer espanto, pois, que a norma escrita influencie a população escolarizada: em situação de comunicações formais, os falantes tentam imitar a norma escrita e procuram evitar o emprego dos seus usos orais dialetais, relegando-os para as situações mais familiares e coloquiais.

O processo de aquisição da escrita, como afirmámos, é árduo e assenta essencialmente na redução da liberdade e multiplicidade do oral à uniformidade e fixação da escrita. Mas a natureza das unidades dos dois planos é na sua essência diferente. Se nos focarmos nas unidades da escrita, facilmente comprovamos que qualquer falante alfabetizado está capacitado para isolar vocábulos escritos, pertencentes ou não à sua língua, pois estes surgem precedidos e seguidos por espaços em branco; e esta entidade vocabular pode ainda ser desmontada em unidades inferiores localizáveis em cada uma das letras. As entidades da escrita são pois discretas e visualmente segmentadas e individualizadas. No entanto, depois de alfabetizado, ser capaz de aplicar este tipo de análise, - que parece ter-se automatizado em relação à grafia -, ao domínio da oralidade implica um longo e nem sempre fácil percurso. Tal deve-se à natureza dos elementos que a constituem. Neste domínio não há “espaços em branco”, não há fronteiras ou separação entre sons; a fala é um *continuum* articulatório-acústico, pois aquilo que ouvimos é “uma cadeia composta por elos onde o fim de um se confunde com o início do seguinte” (Castro e Gomes, 2000: 28). Mesmo quando estas unidades são limitadas por pausas, (motivadas por exigências fisiológicas, razões de processamento cognitivo, necessidades comunicativas...), a sua natureza é completamente distinta das da escrita e a sua análise linguística terá obrigatoriamente de ser distinta (Mateus e Villalva, 2006: 5).

¹⁸⁰ O *Dicionário de termos linguísticos* escreve: “um fonema é uma unidade abstrata fonologicamente distintiva, permitindo estabelecer um contraste de significado no interior de um par mínimo” (Xavier e Mateus, 1990, I: 168)

A aprendizagem da escrita do português, à semelhança de outras línguas de natureza grafofonémica, realiza-se pelo reconhecimento das relações entre as unidades fónicas e as unidades gráficas que as representam. No entanto, e apesar da maioria dos falantes assim o julgar, será demasiado limitador e empobrecedor confinar a escrita a uma representação fiel da oralidade, a uma mera transcrição da fala. A ligação, identificação é limitadora já que “as imagens ortográficas das palavras (representações grafémicas) são, na realidade, representações mentais ‘gravadas a fogo’... na mente dos falantes alfabetizados a partir dos estádios iniciais da aquisição da literacia e, dada a natureza grafofonémica de uma ortografia de base alfabética, é fácil ter-se a ilusão de que a escrita representa os ‘sons da fala’” (Emiliano, 2009:65).

Ora, se o acesso à grafia tem, como vimos, o ponto de partida na oralidade e o caminho é palmilhado no sentido da escrita, o processo de ensino-aprendizagem parece formatar-nos no sentido inverso: quando queremos refletir sobre a realidade linguística, eminentemente oral, não realizamos o percurso na mesma direção, isto é, procuramos, ou temos necessidade de perceber as entidades sonoras quase exclusivamente a partir das gráficas. Tal só pode trazer consequências gravosas para o conhecimento explícito relativo a elementos de natureza fonético-fonológica quer de índole segmental (fonemas e sua atualização nos fones ou alofones) quer suprasegmental (acentuação e entoação). É desta impressão que procuraremos falar nas linhas que se seguem.

Começemos pelos elementos ditos segmentais.

A análise linguística de natureza sonora tem como ponto de partida a identificação dos elementos mínimos com função distintiva na língua, os fonemas¹⁸⁰ e sua representação através dos fones.

O procedimento adotado pelos alunos para esse fim consiste na aplicação, sem mais, do princípio alfabético da correspondência perfeita e reversível entre um sinal gráfico (grafema / letra) e um sinal sonoro (Barroso, 1999: 180). No entanto, a sua produtividade só se mostra eficiente em muito poucas situações, como:

<f> = [f]¹⁸¹: **faca**; <p> = [p]: **pote**; <t> = [t]: **tudo**; <v> = [v]: **viola**;

Sempre que na ortografia portuguesa emergem grafias multirrepresentacionais e / ou grafemas que partilham a mesma carga representacional, a produtividade vai diminuindo drasticamente, pois o aluno tenderá a deixar-se levar pelo escrito.

Freitas, Alves e Costa (2007:25) apresentam, como exemplo paradigmático do equívoco a que pode levar a reflexão sobre a natureza oral da língua a partir da sua dimensão escrita e da falibilidade do princípio acima definido, o número das vogais em português. Na verdade, não é fácil encontrar algum aluno que, quando questionado sobre o tema, nos aponte um número superior a cinco vogais. Estas são, no fundo, as

¹⁸¹ Sempre que haja necessidade de representar sons, fá-lo-emos, recorrendo a símbolos do Alfabeto Fonético Internacional (API), através de transcrição fonética larga e simples. Além disso, nos exemplos, os sons objeto de análise ou comentário surgirão destacados. Para efeitos de representação, as unidades gráficas surgirão entre < >, as fonológicas, ou seja, os fonemas entre barras / /, e as sonoras entre parêntesis retos [].



constituídas por uma sílaba. Na verdade, e numa perspetiva oral, como confirma a transcrição fonética, encontramos-nos perante um dissílabo, com o cume de intensidade na primeira sílaba. O exemplo apontado mostra-nos que a consciência revelada de sílaba não é rítmica mas meramente gráfica. É, para os alunos, a suprema traição da oralidade à grafia, jamais da grafia à oralidade!

Outra reflexão enviesada, motivada pelo escrito, sobre o oral, prende-se com a natureza dos encontros vocálicos, como:

Pais [ˈpajɐ] *País* [pɐˈiʃ]

Todos os alunos distinguem os valores semânticos das palavras; mas quando levados a refletir sobre os sons que as constituem e a forma como se agrupam, indicam, por vezes não sem alguma hesitação, respetivamente, a presença de uma e duas sílabas. O escolho está em fundamentar a distinção, isto é, em precisar a natureza dos encontros vocálicos (ditongo e hiato) presentes e a natureza dos elementos que os constituem.

Tal impossibilidade deve-se ao facto de o aluno ter interiorizado, porque assim lhe foi ensinado, mais uma vez à luz do alfabeto gráfico, que as unidades segmentais necessárias à comunicação (escrita) são as vogais e as consoantes. Contudo, compreender a diferença entre ditongo¹⁸⁴ (*país*) e hiato¹⁸⁵ (*país*) não se revelará tarefa fácil a partir da escrita, torna-se indispensável uma clara consciência fonológica respeitante às classes de sons usados e de reconhecimento de que, para além dos elementos vocálicos e consonânticos correspondentes ao alfabeto, existe uma terceira classe, híbrida, a dos sons semivocálicos¹⁸⁶. A grande contrariedade está na inexistência de representação gráfica que os individualize. Os sons semivocálicos podem ser atualizados, quer por grafemas vocálicos,

Ao, Pau, pai, mãe

quer por vocálicos e consonânticos,

Tem, andavam;

em situações contextualmente justificadas, um único grafema representa todo o ditongo oral:

sexto, êxodo, igreja;

e pode mesmo acontecer que um conjunto gráfico representa dois ditongos, como já vimos com *têm* ou *vêm*.

Um bom domínio da grafia não é sinónimo de uma idêntica compreensão explícita da oralidade. Algumas vezes pelo contrário, de tão amarrados nos encontramos ao mundo da palavra escrita dificilmente entendemos claramente a essência e naturalidade do oral: parece só existir o mundo da grafia, tudo o que nela não existe não poderá ter lugar na oralidade. Esta é seguramente uma visão redutora. Há que olhar o oral a partir

do oral, e não sucumbirmos à tendência de o fazermos a partir da nossa opinião positiva acerca do escrito.

Ao lado da fonologia segmental, em que o valor linguístico se encontra identificado e isolado num local preciso do enunciado, existem outras propriedades do som cujo valor linguístico afetam unidades superiores ao segmento, ou que pelo menos com elas não coincidem. Ao contrário dos anteriores, o valor linguístico destes traços não dependem da sua presença ou ausência na cadeia falada, mas antes dos contrastes que criam no interior dessa sequência, daí que os valores se revelem e façam perceber por valores relativos e não absolutos. Estes valores são fruto da variação relativa de características acústicas dos sons da fala: altura tonal, intensidade, quantidade. E, para a língua portuguesa, os elementos prosódicos linguisticamente mais importantes são, pela sua produtividade linguística, a acentuação a nível fonológico e morfológico, a entoação a nível sintático, semântico e pragmático, no segundo (Mateus et aliae, 1989:344).

Estes traços, no entanto, e ao contrário dos segmentais, são de difícil representação gráfica. O que por si pode constituir razão para a sua secundarização ou abandono em contexto de aula.

Começamos pela acentuação¹⁸⁷ e pelos conhecimentos explícitos que sobre ela revelam os discentes.

Aquele que se pode considerar como primeiro indício da dependência da palavra escrita pode ser dado pela indecisão frequentemente demonstrada pelos alunos na localização da sílaba tónica em vocábulos que não apresentem sinal gráfico de acentuação, como:

Padeiro colibri andar correr fugir.

Outras vezes, perante, por exemplo, os seguintes grupos de palavras oralmente proferidas:

Cântara* *Cantara* *Cantará

Dúvida* *Duvida

Depois de as transcreverem - mais uma vez a escrita a impor-se – concluem que apenas três são acentuadas, as que têm acento gráfico agudo ou circunflexo. É clara a noção de acentuação gráfica e nula a fonológica. Significativamente, só com algum esforço, traduzido no movimento de deslocação da imagem visual para a imagem acústica, e confrontando entre si as palavras, na linha horizontal, é que se tornou possível constatar que os vocábulos são constituídos pelos mesmos segmentos fonológicos e gráficos dispostos em igual linearidade, e que é a deslocação da intensidade sonora de uma sílaba para outra(s) a responsável pelas alterações linguísticas de cariz morfossemântico: nomes (*cântara* e *dúvida*) em oposição a formas verbais (*cantara*,

¹⁸⁴ Encontro de uma vogal e uma semivogal, ou vice-versa, ou encontro de duas vogais na mesma sílaba.

¹⁸⁵ Simplesmente encontro de duas vogais, ou encontro de duas vogais em sílabas diferentes.

¹⁸⁶ A designação semivogal ou semiconsoante mostra a natureza híbrida destes sons: como os vocálicos, são produzidos sem obstrução ao sopro fónico; já no seu comportamento silábico assemelham-se aos sons consonânticos, pois não podem constituir núcleo de sílaba.

¹⁸⁷ O acento é o mecanismo, a propriedade prosódica ou suprasegmental através da qual se põe em relevo/proeminência uma sílaba (tónica) em relação a outras sílabas, fazendo-as destacar delas por um maior grau de perceptibilidade (intensidade, quantidade ou altura tonal).



cantar e *duvida*), e morfológicos, pela diferença de valores de tempo e aspeto (*Cantara* e *Cantará*). Este é o mecanismo da acentuação, que destaca ou dá maior proeminência a uma sílaba quando comparada com as outras. Existem erros ortográficos de acentuação que são cometidos por hipercorreção. Um deles consiste na aposição de um diacrítico onde é desnecessário, como em *alí *javalí *perú *nú

A sua presença parece deixar transparecer que os alunos, ainda que no subconsciente, tem a noção de que o ritmo da língua portuguesa é paroxítono (não marcando graficamente estes vocábulos), que os “obriga” a marcar graficamente os outros, geralmente os oxítonos. O processo inverso, justificado pelo mesmo princípio, consiste em retirar o acento gráfico onde ele é necessário:

*orgão *Satão *orfã

defendendo, neste caso, a sua posição com a impossibilidade de existência de vocábulos com dois acentos gráficos. Tal justificação mostra, por um lado, a percepção de que cada vocábulo tem apenas um segmento de maior proeminência; e, por outro, que as funções que cabem aos diferentes acentos gráficos não estão solidificadas. O desconhecimento desse papel permite a formulação de um princípio geral, segundo o qual existe uma identidade entre o acento gráfico e a sílaba tónica. É este princípio que os autoriza, por exemplo, em:

Àquele Aquele
Orfãozinho Casinha

classificar, no primeiro caso, esquecendo (se é que alguma vez existiu) a distinção entre vocábulos fonologicamente acentuados e clíticos, a primeira palavra como proparoxítona e a segunda paroxítona; classificação extensível ao segundo par. Ou, ainda, a considerar o resultado da crase entre a preposição “a” e o determinante feminino “a” à como um termo oxítono, obliterando, desta forma, a única função que cabe ao acento gráfico grave.

A nível da acentuação notamos que as interferências do escrito na leitura da oralidade, ainda que existentes, são inferiores às existentes no domínio dos elementos segmentais. Por outro lado, os últimos exemplos deixam transparecer que a oralidade acaba por fazer-se sentir na escrita, ainda que não pelas melhores razões.

Um grande responsável pela riqueza expressiva de uma língua encontra-se na sua própria melodia, ou nas curvas que a voz descreve enquanto se produz um enunciado. Este constitui o segundo elemento fonológico suprasegmental, o “traço prosódico que resulta da organização rítmica dos sons -, ou seja, da evolução no tempo da frequência fundamental a nível da frase e do enunciado – e / ou da inter-relação entre as unidades acentuais ao nível do discurso (Barroso, 1999: 116), definível, segundo Mateus et aliae (1989, 344), pela variação através de parâmetros acústicos da frequência fundamental, da intensidade, da energia e da duração de cada segmento ao longo da unidade frásica.

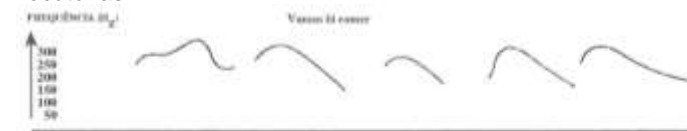
À entoação cabem três funções básicas na linguagem: segmentar, ressaltar e dar continuidade prosódica ao discurso (Escandell Vidal et alii, 2010: 128-129). Segundo Quilis (2002: 82) a entoação permite: linguisticamente, a distinção de enunciados, a integração de palavras em unidades maiores e a delimitação de

enunciados; socialmente, transmitir informação sobre o próprio indivíduo (idade, sexo, temperamento, origem geográfica...) e indicar características sobre o grupo a que se pertence (origem geográfica, nível sociocultural...); já, individualmente, surge como principal veículo da dimensão afetiva da linguagem, é através dela que se expressa a ênfase, a tristeza, o medo, o ódio, o orgulho, a cortesia...

O que sabem os alunos sobre este domínio? O que lhes foi, e como, ensinado? Quantos de nós, professores de Português, dominamos minimamente todos os conceitos físico-acústicos que nos permitam realmente explicar aquelas funções?

Muito pouco(s), será a resposta. Se algum conhecimento deste assunto vai existindo deve-se, a nosso ver e em grande parte, à abordagem rítmica da literatura. Para lá disso, o seu estudo parece resumir-se objetivamente à primeira das funções referidas, sobretudo associada ao valor sintático-semântico que transmite, nomeadamente na identificação dos tipos de frase.

É certo que a explicitação teórica da entoação, das variações dos diferentes parâmetros acústicos não é tarefa fácil, sobretudo por não existirem graficamente elementos que traduzam todas essas potencialidades. Digamos que não existe nada de visualmente palpável a que possamos lançar mão. Por isso, mesmo os especialistas desta área tendem a recorrer a representações gráficas de tipo, por exemplo, diagramático, na tentativa de explicitar as diferentes variações entonacionais. É o que acontece, por exemplo, na figura 1, onde Mateus et aliae (1989: 347) procuram especificar acusticamente as curvas de entoação segundo as diferentes situações ilocutórias.



	PERGUNTA	EXCLAMAÇÃO	ASSEÇÃO	ORDEM	PERSUASSÃO
Intervalo de Frequência	250Hz-350Hz (100Hz)	150Hz-320Hz (170Hz)	170Hz-280Hz (110Hz)	170Hz-310Hz (140Hz)	200Hz-330Hz (130Hz)
Duração	50 m/s	37 m/s	20 m/s	38 m/s	54 m/s
	Curva ascendente e descendente; ascendente; grande duração; pequena amplitude	Curva ascendente e descendente; duração média; grande amplitude	Curva descendente; pequena duração; pequena amplitude	Curva ascendente e descendente; duração média; grande amplitude (menor do que a da exclamação)	Curva descendente; grande duração (menor do que a de qualquer das outras frases); amplitude média

Figura 1 - Curvas de entoação especificadas acusticamente (Mateus et aliae: 1989, 347)

Aos conceitos físicos explicativos na figura 1, poucos docentes, e naturalmente alunos, chegarão, com as consequências negativas que para a explicitação de toda a



riqueza rítmica e melódica da língua falada daí possam advir. Resta-nos a explicitação e a identificação dos sentidos que adquire o enunciado, não tanto centrados nas variações ou inflexões discursivas, mas a partir do resultado semântico-pragmático, da intenção comunicativa produzida pelas mesmas (realizar perguntas, exprimir estados de espírito, declarar, dar uma ordem, procurar convencer); ou, à falta de melhor, a partir do sinal gráfico que deficientemente apomos no final do enunciado e tem a ambição de os representar. Eis a razão pela qual os alunos afirmam que normalmente um enunciado interrogativo, exclamativo, declarativo ou até suspensivo é identificado na parte final do enunciado pela presença do diacrítico que assume o nome do que é transmitido pela entoação: ponto de interrogação (?), de exclamação (!), final (.), e / ou suspensivo (...). As outras informações, de natureza eminentemente pragmático-attitudinal (a ordem, a ironia, a cortesia, a delicadeza...) se a combinação de sinais gráfico os não permitirem traduzir minimamente (por exemplo, *vamos lá comer?!... a indicar dúvida e espanto) acabam por não atribuídos para a tutela do sentido.*

Os primeiros passos na sociedade são realizados com base na palavra dita e ouvida e é procurando encontrar correspondentes gráficos para esta realidade acústica que nos adentramos no mundo da alfabetização, da escrita. No entanto, à medida que nos vamos tornando independentes e ortograficamente competentes, e porque a ortografia é prescritiva e, por isso, conservadora e unificadora, os nossos conhecimentos e consciência, ainda que implícitos, sobre o funcionamento da oralidade vão-se desvanecendo, a ponto de esta ser vista pelo prisma da sua representação gráfica - o que é consequência (escrita como representação da oralidade) passa a desempenhar o papel de causa, a reflexão metalinguística sobre o oral, passa, então, a realizar-se sobre o suporte escrito.

No entanto, este comportamento vai fazendo com que a oralidade seja tratada como um filho ilegítimo no ensino. Ao mesmo tempo, docentes e discentes, porque lhe não reconhecem interesse e utilidade, vão-se afastando da sua convivência e conceitos, sobretudo, de natureza fonético-fonológica são vistos, não poucas vezes como de origem alienígena.

O percurso tem de se inverter... Se queremos entender cabalmente o fenómeno linguístico e as suas possibilidades, temos de nos centrar primeiramente na dimensão oral e compreender a sua especificidade e diversidade; depois estaremos em condições de transitar para o domínio da escrita. Percorrer o caminho no sentido contrário pode conduzir, como vimos, a resultados nada promissores e com ténues hipóteses de melhoramento. E o ensino ativo e explícito de uma língua não se pode ficar pela memorização e reprodução acrítica de receituários ou termos vazios de conteúdo que em nada contribuirão para a nossa realização plena como indivíduos e como cidadãos.

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, São Luís e Inês GOMES (2000), *Dificuldades de Aprendizagem da Língua Materna*. Lisboa: Univ. Aberta.
DERRIDA, J. (1971), *De la gramatología*. Madrid: Siglo XXI.

- DROIT, Roger-Pol (2011), *Voltar a ler os Clássicos*. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores
EMILIANO, António (2009), *Fonética do Português. Descrição e transcrição*. Lisboa: Guimarães.
ESCANDELL VIDAL, M., Victoria MARRERO AGUIAR et al. (2010), *El lenguaje Humano*. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces.
ESCANDELL VIDAL, M., Victoria MARRERO AGUIAR et al. (2011), *Invitación a la Lingüística*. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces.
FERRAZ, Maria José (2007), *Ensino da Língua Materna*. Lisboa: Caminho.
FREITAS, Maria João, Dina ALVES e Teresa COSTA (2007), *O conhecimento da língua. Desenvolver a consciência fonológica*. Lisboa: Ministério da Educação / Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
MATEUS, Maria Helena Mira et aliae (1989), *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
MATEUS, Maria Helena Mira e Alina VILLALVA (2006), *Linguística*. Lisboa: Caminho.
ONG, W. J. (1987), *Oralidad y escritura. Tecnologías de la palabra*. México: Fondo de Cultura Económica.
PLATÃO (1997), *Fedro* (tradução de José Ribeiro Ferreira). Lisboa: Edições 70.
QUILIS, Antonio (2000), *Principios de fonología y fonética españolas*. Madrid: Arco / Libros.
VIEIRA, Maria do Carmo (2010), *O Ensino do Português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
XAVIER, Maria Francisca e Maria Helena MATEUS (org.) (1990). *Dicionário de termos linguísticos*. Lisboa, Edições Cosmos.

Ausente ROSÁRIO GIRÃO UNIV. DO MINHO, Braga, Portugal E

ausente MANUEL J. SILVA UNIV. DO MINHO, Braga, Portugal

MARIA DO ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS, docente e investigadora na Univ. do Minho, doutorou-se na Univ. do Minho, em 1993, com uma tese intitulada *À sombra de Baudelaire. Estudo da receção de Baudelaire na Literatura Portuguesa. Do romantismo ao modernismo*. Desde então, tem-se consagrado ao ensino da literatura comparada e da literatura francesa, bem como à orientação de teses de Mestrado e de Doutoramento. Tendo participado em muitos Colóquios, nacionais e internacionais, publicou, em 2007, *Os Fantasmas de Troia: La Bella Elena* e, em 2009, *Monsieur Proust. O Homem das Leituras Solitárias*.



É, atualmente, Diretora do Departamento de Estudos Românicos e do *Master* em Estudos Franceses, encontrando-se a preparar, de parceria com a Dr.ª Helena Chrystello, uma *Antologia de Escritores Açorianos Contemporâneos*.

A publicação do seu próximo ensaio intitulado *O Retrato do Artista na Ficção* está prevista para janeiro de 2011. A publicação do seu próximo ensaio intitulado *O Retrato do Artista na Ficção* está prevista para 2011. Ministrou na Univ. do Minho, o 1º curso breve INSULARIDADES E AÇORIANIDADES (2010-2011) um projeto dos Colóquios da Lusofonia. Coautora da Antologia Bilingue de Autores Açorianos Contemporâneos.



É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

MANUEL JOSÉ SILVA, investigador da Univ. do Minho, doutorou-se na Univ. de Caen (França) com um Doctorat d'État intitulado *Quelques aspects de la complémentation verbale dans la phrase simple en français contemporain* (1991). Tem participado em numerosos Colóquios, nacionais e internacionais, havendo publicado um número considerável de artigos científicos. Em 2008, publicou o ensaio intitulado *La langue française et l'histoire*, encontrando-se, atualmente, a preparar um ensaio subordinado ao tema *D. Sebastião na literatura portuguesa contemporânea*.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

CATARSE DE CRISTÓVÃO DE AGUIAR, M.ª ROSÁRIO GIRÃO RIBEIRO DOS SANTOS MANUEL JOSÉ SILVA, TEMA: 1.1. TRABALHO APRESENTADO POR HELENA CHRYSTELLO

24. VASCO PEREIRA DA COSTA, ESCRITOR AÇORIANO, CONVIDADO ESPECIAL DOS COLÓQUIOS 2010-2011

VASCO PEREIRA DA COSTA nasceu em Angra do Heroísmo, no ano de 1948. Professor do ensino secundário, durante vários anos, esteve ligado à formação de professores, exercendo funções docentes na Escola Superior de Educação de Coimbra. Desempenhou durante vários anos as funções de diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Coimbra.

Tem proferido conferências sobre temas literários e pedagógicos em Portugal e nos EUA, Venezuela, África do Sul, Senegal, Espanha, França, Inglaterra, Bélgica, Holanda e Itália.

Integrou o grupo de trabalho Culture sans frontières da DG X da União Europeia para o estudo do turismo cultural nas cidades europeias de média dimensão.

Em representação da A. P. E. tem integrado diversos júris de prémios literários, designadamente, o Grande Prémio A. P. E. de poesia.

Foi representante de Portugal no programa FAULT LINES da True and Reconciliation Commission da República da África do Sul.

Tem trabalhado para a rádio e para a televisão em programas de índole literária e cultural e exercido, nesta área, funções de consultor para programas infantis.

Foi DIRETOR REGIONAL DA CULTURA do Governo Regional dos Açores (2003-2008) e antes disso foi cônsul honorário de França em Coimbra.

Integra o Conselho Diretivo da Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento (FLAD) É Doutor Honoris Causa pela Univ. de São José (Macau)



É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

É o autor açoriano convidado dos Colóquios da Lusofonia 2010-2011 NA HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO.

PRINCIPAIS OBRAS PUBLICADAS:

Nas Escadas do Império: Contos. (1978) Coimbra, Centelha

Amanhece a Cidade, romance. (1979) Coimbra ed. Centelha

Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo, (1980) novela; Ed. Banco

Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Lisboa.

Ilhíada; (1981), (poesia) Angra do Heroísmo: SREC, col. Gaivota.

[Plantador de Palavras, Vendedor de Lérias, 1.º Prémio Torga de 1984; \(ler](#)

[extrato aqui\)](#), (1984) Coimbra, Câmara Municipal,

Memória Breve, (1987) contos. Angra do Heroísmo, Instº Açoriano de Cultura

Terras; (1997), (poesia) 1ª ed. Porto: Campo das Letras

Riscos de Marear; (1992) (poesia) Ponta Delgada : Eurosigno

Sobre-Ripas-Sobre-Rimas; (1994), Coimbra: Minerva

My Californian Friends; (1999), ed. Gávea Brown:

[My Californian Friends \(2ª Edição\)](#) (2000) Viseu, Palimage Editores

Fogo Oculto Calendário de Letras, 2011



Mas Santa Maria tem, também, as encantatórias cantigas populares coligidas por Artur Santos nos anos cinquenta – O Rema, Sol Baixo, A Moda do Balão. E tem a magia do cantochão dos seus foliões, surgidos do fundo dos tempos do povoamento.

Tudo isto é muito de genuinidade e de afirmação identitária.

O comendador do Almourol, povoador primeiro, de quando em vez é chamado em contexto oratório e oficial, para oficializar a ilha primeira – mas Santa Maria, no dia a dia, vê passar aviões e regista satélites longínquos. Colombo, que casualmente terá rasgado os cascos das embarcações no regresso À Europa, é avistado uma vez por outra na Baía dos Anjos, sobretudo naufragando em discursatas oficiais e patrioteiras. Contudo, isto de que vos falo, poderá ser prosaico. É, decerto, prosa de soixante-huitard vencidista. Contudo serve de pressuposto para a consecução poética de que prometi falar-vos.

Quando, em 1978, publiquei a Ilhíada, pretendi, homericamente (oh presunção!) estabelecer uma rota dos Açores através de personagens históricas, reais e míticas. Do que tenho lido e ouvido sobre esse primeiro livro de poesia, cada vez me convenço mais de que o melhor dele é o título. Tanto assim foi, que resolvi prosseguir com Riscos de Marear (1992). E recorri à fortuita escala de Colombo em Santa Maria para esboçar uma noção de arquipélago que se foi descobrindo, povoando e encontrando o seu possível todo feito de nove partes – como Colombo, chegando à América, não descobriu a Índia, mas ajudou a esculpir a defeituosa esfera do planeta: o real é a certeza mas o sonho pode também redundar em realidade.

CRISTÓVÃO COLOMBO EM SANTA MARIA

*A ilha ao lado é o mundo
a mais próxima certeza
de que para além da última
rocha do cabo
ao fundo
o mar conduz ao outro lado
da ilha ao lado*

*E de lá o mundo
outra ilha ou outro mar ainda
longe mas certo
e tão perto
da terra infinda*

Muitos anos depois, ao tentar descobrir a toponímia de Santa Maria, deparou-se-me esse nome sugestivo de Baía da Cré isolada no insulamento da ilha: era a cal de que precisava para pintar entre os azuis do mar, os verdes dos campos, os castanhos tristes das terras. Brinquei: foi na Baía da Cré que o Colombo perdeu as âncoras e o Judas perdeu as botas. Porém, certo dia, numa outra ilha, pequenina, bela e pouco povoada, um amável cicerone levou-me a conhecê-la. Parou numa estreita enseada que entrava pela terra dentro, estrangulada entre duas ravinas onde a custo se intersetavam uns socalcos minguidos com dois casinhotos acomodados entre canas e incensos

rasteiros. A maresia abria-me as narinas e confundia os aromas do funcho e da nêveda. Então, observando o meu comprazimento naquele instante, o atencioso guia exclamou: - Do que eu gostaria, mesmo, era um dia ter uma casinha daquelas para fugir do stress da vila!

Foi então que nasceu o poema Baía da Cré que asseguro não tem correspondência à baía mariense – mas, que querem, as palavras seduzem, e para mim cré é um atraente vocábulo:

BAÍA DA CRÉ

*Na baía da Cré
rema o tempo a solidão
numa penumbra de espuma.*

*De nada vale contar as ondas uma a uma.
Ninguém aqui é
porque ninguém aqui pode predicar a vida.*

*E, então,
só quero um T4
em Nova Iorque
na Quinta Avenida.*

*Coimbra, 26 de agosto de 2011
ou à EU 2011-08-26*

VASCO PEREIRA DA COSTA

25. ZÉLIA BORGES UNIV. PRESBITERIANA MACKENZIE, S.
PAULO, Brasil

26. CÍCERO V. SANTOS,



MARIA ZÉLIA BORGES E
CÍCERO V. SANTOS

Mestra e Doutora em Letras / Linguística pela Univ. de São Paulo. Foi professora titular de Linguística no Programa de Pós-Graduação e na Faculdade de Letras da Univ. Presbiteriana Mackenzie. Destaca-se em sua produção: participação em congressos



nacionais e internacionais; pesquisa e publicação de artigos, bem como livro com estudos em Lexicologia e sobre peculiaridades do português do Brasil.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

MEMÓRIA (AINDA ATIVIDADE) DO CARRO DE BOIS, MARIA ZÉLIA BORGES - UNIV. PRESBITERIANA MACKENZIE (JUBILADA) E CÍCERO V. SANTOS TEMA: 3.5

A memória é tão importante que Marques (2003: 06), na obra *Viver para contar*, registra em epígrafe: *A vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la*. Há pouco mais de cinquenta anos, ouvia-se em nossas cidades interioranas, o carro de bois cantando pela estrada o canto típico do trabalho difícil e moroso (Lobato: 2001, s / n). E não era tão somente pela estrada, mas também pelas ruas. Recentemente, permaneci em minha cidade natal, cravada na Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais, durante todo o mês de maio e metade de julho, e lá não mais ouvi, nem por uma vez, esse canto que embalou minha infância. A ausência de tal veículo nas cidades foi se acentuando na segunda metade do século XX e hoje é total. No estado da Paraíba, no nordeste do Brasil, em 2007, na zona rural, vi esse veículo levando cargas e pessoas. Houve até um caso que me chamou especialmente a atenção: uma junta de bois, puxando uma carroceria de camionete, carregada de cargas diversas. Também nos Açores, na Ilha de São Miguel, para onde tenho ido anualmente, desde 2007, vi alguns carros de bois em atividade no campo, mas não nas cidades. Por isto, no fim desta exposição, tabelo vocábulos brasileiros confrontando-os com vocábulos açorianos, coletados por Barcelos (2008). Temos, pois, no transporte por carros de bois, uma atividade que vai, cada vez mais, abrigando-se apenas na memória, para os cidadãos de vida urbana.

1. Léxico e vocabulário na compreensão do mundo e da leitura.

Venho trabalhando em questões de léxico e de vocabulário como fatores críticos na compreensão do mundo e da leitura. O acervo vocabular do leitor indica seu grau de informação prévia sobre o conteúdo de uma atividade ou de um texto, cujo entendimento depende da familiaridade do leitor relativamente ao assunto abordado. Um novo conceito assimila-se quando comparado a outros conhecidos: novos objetos, novas ideias entram para nosso patrimônio cultural ao serem classificados por comparação a outros que formam nosso acervo, dependendo de suas semelhanças e diferenças. Assim, a aprendizagem do vocabulário é trabalho para toda uma vida.

Pittelman e Heimlich (1991, p. 38), no estudo e ensino de vocabulário, revisitam esquemas de Lindsay e Norman (1977), de Rumelhart (1980) e também de outros autores. Por fim, dizem:

Tudo que uma pessoa experimenta ou aprende é armazenado no cérebro em estruturas de conhecimento ou categorias chamadas schemata¹⁸⁸. Estas schemata, que servem como molduras para conceitos associados, são incompletas e estão sendo constantemente revistas e desenvolvidas. Logo que uma informação nova seja recebida a schemata é reestruturada e reajustada. Por exemplo, quando uma pessoa lê a respeito, vê imagens de, ou visita a praia, cada experiência se acrescenta ao esquema para o conceito de praia. A compreensão, conseqüentemente, não por muito tempo é vista como significado simplesmente derivado da página impressa. Ao contrário, a compreensão é vista como um processo ativo no qual a informação anterior é usada para criar um novo conhecimento.

No presente estudo, para não se alongarem considerações teóricas, abordei diretamente uma estratégia bem-sucedida na construção de vocabulário: a do mapeamento semântico. Parti de um modelo sugerido por Pittelman e Heimlich (1991), do qual destacam-se os passos:

1. Escolher uma palavra ou tópico do texto (o texto aqui: *Conversa de bois*, conto de Guimarães Rosa (1999). Escrever a palavra-chave no quadro.
2. Solicitar aos alunos que sugiram as informações que pretendem estudar sobre o tópico apresentado. (Partes do carro, por exemplo, as juntas de bois que o compõem, homens que nele trabalham, linguagem dos bois).
3. Encorajar os alunos a apresentarem palavras relacionadas com o tópico apresentado. (Podem retirá-las do texto proposto, uma vez que carro de boi não é transporte observado em nossas cidades, hoje em dia).
4. Quando uma palavra for sugerida, escrevê-la no mapa da classe sob o título conveniente. (Vide Figura 1)
5. Conduzir a discussão da classe, usando o mapa como guia. Esta discussão do mapa é parte crucial do trabalho.

Procurei, na literatura brasileira, um autor de alto conceito como Guimarães Rosa e o testemunho de um boiadeiro, José Mira, também de Minas Gerais. Este último hoje reside no estado de São Paulo, onde é conhecido como violeiro que conserva a memória da vida caipira. Aplicado o mapeamento semântico sobre o conto *Conversa de Bois*, constante da obra *Sagarana*, de Guimarães Rosa (1999)¹⁸⁹, e sobre texto de Bernardes (1999) sobre José Mira, obtivemos o que segue: **Figura 1 aqui)**

¹⁸⁸ *Schemata* é plural de *schema*. Este último termo, por sua vez, significa: macroestrutura, estrutura do discurso e estrutura retórica, segundo explicação do *Longman dictionary of language & applied linguistics*.

² As citações do conto rosiano terão apenas a indicação do número da página do livro *Sagarana*

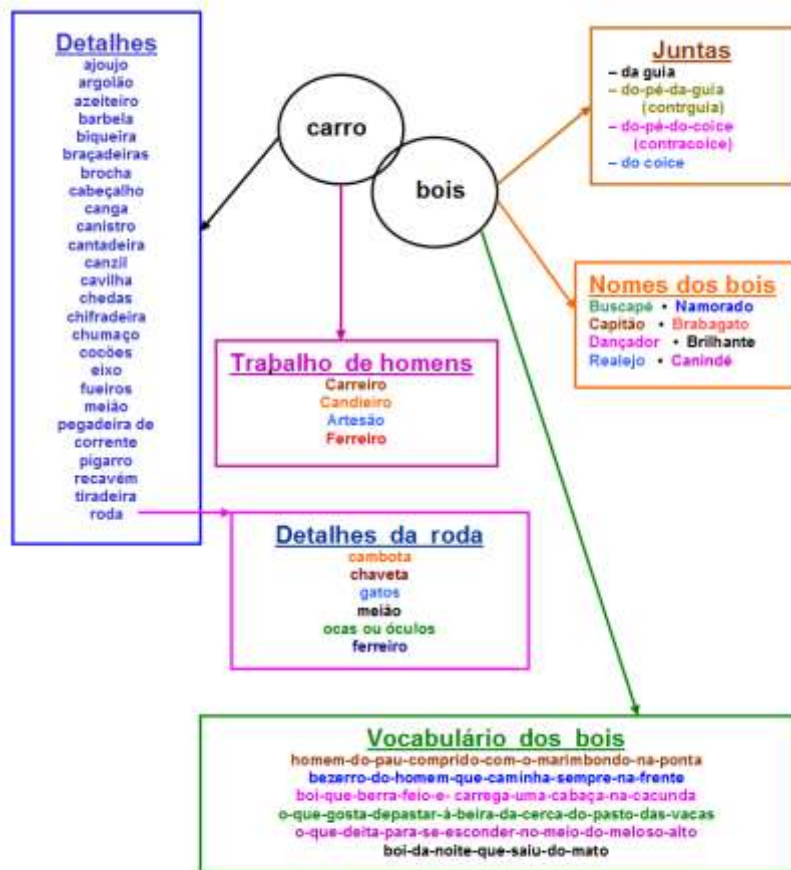


Figura 1: CARRO DE BOIS - mapa semântico

2. Conversando sobre bois a partir da Conversa de bois rosiana

É dito popular: da vaca (ou do boi) só não se aproveita o berro. Será muita pretensão querer aproveitar o berro e até uma possível linguagem de bois? Guimarães Rosa fez

¹⁹⁰ Somente Zé Mira, uma vez que Guimarães Rosa é sobejamente conhecido.

isto no seu conto *Conversa de bois* incluído em *Sagarana* (1999): aproveitou onomatopeias de berros, de mugidos – Oung! Moug! (p. 310); – Moug?! – Hmoung-hum... (p. 312) – e imaginou uma possível conversa com uma norma também imaginada para os animais ! o-boi-grande-que-berra-feio-e-carrega-uma-cabaça-na-cacunda (p. 309); o-bezerro-do-homem (p. 332).

De minha parte, fruí a beleza do conto, que aproveita o canto de bois em seu vocabulário. Para isto, procuramos definições de palavras encontradas no texto rosiano, definições de dicionário e também definições encontradas em artigos, disponíveis na Internet, de Serrano Neves e de Ana Bettero Monteiro Lobato. Para contraponto, melhor dizendo confirmação, procurei nos dizeres de um carreiro as definições, coletadas por Lídia Bernardes (1999), na obra *Nas trilhas de Zé Mira*, onde a autora procura registrar fielmente o português caipira do carreiro.

Antes de registrar as definições, convém dizer quem é Zé Mira¹⁹⁰, José Alves de Mira, que se apresenta com a seguinte fala:

Fui tropero dos 8 aos 28 anos. Quando cumecei cum tropa lá im Cristina, na cidade adôndi eu nasci, a tropa era do meu avô. Tinha seis burro. Eu pegava imprestado mais cinco do meu tio Quinzóti i interava 11. Antão trabaia na coeita di feijão, di mio, di arrôiz i di café (BERNARDES, 1999: 2)

De sua atividade como carreiro, ele fala num verso da canção *O Menino e o Carro de Boi*, de sua lavra:

Quando cumecei carriá
 Eu era minino ainda
 Cumecei na Cachoeirinha
 Cum distino a Cristina
 Chegava na istação
 Ispereva o trem passá
 Dipois falava co'os boi
 Só pra vê o carro cantá (BERNARDES, 1999, p, 133).

3. Definições, e emprego nos textos, dos elementos do carro de bois

3.1. Ajoujo –? correia, cordão ou corrente com que se prendem ou jungem animais dois a dois (cães, bois etc.) (DH)¹⁹¹. Lê-se em Rosa: Divergem as cabeças, e a junta se bifurca, o quanto permite o ajoujo, que essa é a única maneira de se darem as costas (p. 312).

3.2. Argolão – nome dado à:

¹⁹¹ Indicações dos dicionários e dos livros usados para as definições serão feitas com siglas registradas nas Referências finais, imediatamente após a obra. Exemplos de ocorrência de cada palavra serão tirados de Guimarães Rosa e Zé Mira.



argola de ferro presa ao recavém para colocar as amarras. É chamada amarra a corrente colocada no argolão e presa na outra extremidade da canga de guia. Amarra é usada em ladeiras muito fortes, quando o carreiro desliga as juntas de guia, contraguia, meio e torno do carro de boi e leva-as para a traseira do carro, fazendo as mesmas juntas descerem as ladeiras, funcionando como freio do carro (BML).

3.3. Azeiteiro – o vocábulo dicionarizado (DH), na acepção que ora nos interessa, nomeia recipiente para azeite; azeiteira, galheta, almotolia. Em se tratando do acessório para carro de bois, o recipiente é feito de chifre, como explica Serrano Neves (2002). Rosa o denomina chifre de unto, como se pode ler no conto: Clamando, xingando, Agenor Soronho vem para a traseira, onde está pendurado o chifre de unto. Estende-o ao menino, e dá uma espiada lá para dentro (p. 314).

3.4. Barbela – na rubrica anatomia zoológica, é prega de pele pendente sob o pescoço de alguns ruminantes, como os bois e os alces; barbilhão, papada.

3.5. Biqueira – Peça de ferro presa na ponta do cabeçalho para engatar as cangas da junta de torno (BML).

3.6. Braçadeiras – na definição de SN: cintas de ferro, que prendem as pontas das chedas ao cabeçalho.

3.7. Brocha !correia de couro cru, que passa sob o pescoço do boi, cingindo-o, e que se prende pelas extremidades aos canzís; barbela (DH). Em Rosa aparece a ocorrência: Todavia, ninguém boi tem culpa de tanta má-sorte, e lá vai ele tirando, afrontado pela soalheira, com o frontispício baixado, meio guilhotinado pela canga-de-cabeçada, gangorando no cós da brocha de couro retorcido, que lhe corta em duas a barbela [...] (p. 308).

3.8. Cabeçalho – também chamado **cabeçário**. Caibro que contorna toda a mesa do carro, avançando na ponta da frente, além do assoalho (SN). Na definição de BML, é a maior peça de madeira da mesa de um carro de boi, que sai da biqueira e vai até ao recavém. No conto rosiano se lê: Partiu a cheda, o cabeçalho, no encontro (p. 329).

3.9. Cambota – cada meia-lua que forma a roda do carró (SN). O DH apresenta outros nomes para ela: pina; camba.

3.10. Canga – definida, no DH, como jugo, é peça de madeira usada para prender junta de bois a carro ou arado. Zé Mira explica que as cangas das juntas devem ser diferentes entre si:

As canga são deferente uma da outra. A canga di guia é mais reta, tem pouco de crive. A canga da junta di coice é bem vortiada porque na hora qui o boi vai sigurá o carro ele ergui a cabeça, ela fica cum jogo pra num inforcá ele. Na canga tem quatro furo qui vai os canzi qui faiz esse jogo pra num dexá apertá o pescoço do boi. (Bernardes 1999: 136)

3.11. Canistro – esteira que se apoia nos fueiros para conter carga miúda (SN).

3.12. Cantadeira – peça de ferro do carro de bois, sobre a qual roda o eixo; (em Portugal) cantadoura, cantadoira, garrida. Ocorrência em Rosa: Foi o carreiro mesmo quem apertou a chaveta da cantadeira, hoje cedo [...] (p. 313).

3.13. Canzil – também chamado de cangalho, definido no DH: cada um dos paus que prendem a canga ao pescoço dos bois. Em nota de rodapé, lê-se, no livro sobre Zé Mira (Bernardes, 1999: 136), explicação advinda de Paula (1988: 311): bastão de madeira, disposto na canga, [em número de dois], que limita o espaço onde o animal fica com o pescoço preso. O texto rosiano apresenta a ocorrência: Mas Realejo, pendulando devagar frente e chifres, entre os canzís de madeira esculpida, que lhe comprimem o pescoço como um colarinho duro, resmunga (p. 311).

3.14. Cavilha –? haste ou pino cilíndrico, de madeira ou metal, usada para tapar orifícios ou juntar peças ou ligar elétrica ou eletronicamente algo, anichando-se em aberturas que funcionam como suas contrapartes fêmeas; pino [Seu formato varia, podendo ser em curvo, reto e com ponta em uma das extremidades etc.] (DH). O mesmo dicionário registra **chavelha** e explica: nos carros de boi, cunha que se introduz no cabeçalho para prendê-lo à canga.

SN específica: **cavilhas na cabeça do eixo** – cunhas de madeira que se introduzem entre a cabeça e o meião, para firmá-lo e para que não escape ao rodar.

No conto de Rosa ocorre chavelha: Quando as rodas entram no córrego, Agenor Soronho não se molha, porque já está trepado, entre o pigarro e a chavelha, no cabeçalho, que avança como um talhamar (p. 324).

3.15. Chaveta – peça de ferro que, na extremidade do eixo, serve para fixar a roda (DH). Ocorrência: Vide **cantadeira**.

3.16. Chedas – são as laterais do carro de boi que compõem a mesa (SN). O DH explica cheda como sendo cada uma das pranchas que limitam lateralmente um carro de tração animal e onde se encaixam os fueiros; chazeiro. Zé Mira explica: Tem qui tê a cheda, a cabia di maderá, o cabeçalho, os fuero – feito de maderá fórti e resistênti pra podê carregá o carro (BERNARDES, 1999: 134). Rosa registra também chazeiro: O chazeiro do outro lado não teve nada [...] (p. 329).

Furos de chedas – São quatro furos feitos nas chedas do carro de boi, para se colocar os cocões (BML).

3.17. Chifradeira – correia de couro presa aos chifres argolados dos bois.

3.18. Chumaço – Peça de madeira colocada entre as chedas e o eixo e presa por dois dentes feitos na mesma peça que se encaixam nos cocões (BML). Ocorrência em Rosa: Vai botar azeite no chumaço, que senão agorinha mesmo pega fogo no eixo, pega fogo em tudo [...] (p. 314).

3.19. Cocões – duas peças de madeira que ficam viradas para baixo a fim de segurarem o eixo; os cocões são presos nas chedas (BML). Há ocorrência de **cocão** no conto de Rosa: E o carro pulou forte, e craquejou, estrambelhado, com um guincho do cocão (p. 336).

Furos dos cocões – são furos feitos nos cocões para colocar os pinos que os prendem nas chedas (BML).

3.20. Eixo – peça do carro de bois onde se encaixam as rodas e que atravessa o carro sob o leito (B&M), é barra de madeira oitavada, que serve para segurar as rodas dos carros.



3.21. Fueiros – caibros roliços de madeira, colocados nos furos das chedas, com a finalidade de amparar a carga (SN). **Furos de fueiros** – São furos redondos feitos nas chedas para se colocar os fueiros (BML).

3.22. Gatos – chapas retangulares de ferro, que protegem as rodas, impedindo que as mesmas abram (SN).

3.23. Meião – peça inteiriça do meio da roda do carro de bois onde se fixa a cabeça do eixo.

3.24. Ocas ou óculos – duas aberturas redondas na roda do carro (SN). No texto rosiano, a ocorrência contém uma explicação bizarra: [...] não podia (a irara) nem jeito admitir que os grandes buracos das rodas fossem os *óculos* de tirar barro, de dar passagem à lama nos atoladiços: eram isso sim, ótimas janelas, por onde uma irara espreitar (p. 306).

3.25. Pegadeira de Corrente – alça de ferro na ponta do cabeçalho (SN).

3.26. Pigarro – haste de madeira, fixada na ponta do cabeçalho, servindo para apoio do carro no solo (SN). **Furo do pigarro** – É um furo feito dois palmos para trás do furo da chaveia, onde se coloca uma peça na parte inferior do cabeçário chamada pigarro; esta peça é para não deixar a canga de coice correr para trás (BML). Está no conto de Rosa: Dormir é com Seu Soronho, escanchado beato, logo atrás do pigarro (p. 336).

3.27. Recavém – Peça de madeira inteiriça ligada às chedas, ficando na parte traseira do carro de boi (BML).

3.28. Rosário ou Agulhamentos – é o círculo de cravos de ferro, fixados na roda (SN).

3.29. Tiradeira – correia ou corrente que, nas carretas puxadas por duas parselhas de bois, prende a canga dos da frente à dos do coice (DH) (sic). Aparece no conto rosiano: E eu vi que tinha rebentado o rabo da tiradeira do contracoice (p. 330).

4. Homens que conduzem e fabricam o carro:

4.1. Carreiro – homem que conduz o carro de bois. Para incitar os bois usa o **ferrão** – uma ponta aguda de ferro; agulhão (DH) – fixado na extremidade de uma longa vara. Deve conhecer os bois e o sucesso de seu trabalho é determinado pelo seu bom relacionamento com os animais. Geralmente aprende o ofício com o pai. Zé Mira assim fala do carreiro:

O carrero levanta a vara pros boi e chama pelo nómi. Eles estaca, para i os outro boi num cunségui puxá o carro. Um istacano os outro também istaca e fica de cabeça arta. Na curva, o carrero leva o ferrão no boi do contracoice ou leva a vara pra fazê a curva. A vara qui eu usava era de maderá cum treis metro.

Pra tocá um boi num pódi tê medo. O boi tem qui conhecê o dono sinão fica difíci. (Bernardes, 1999, p. 135).

No conto, Rosa fala da habilidade de um bom carreiro:

[...] pra carrear fazendo zoeira, e dando ferroadas, e gritando, todo-o-mundo é fácil... Mas não tem muita gente capaz de *falar o gado* direito, nem *determinar* o coice na descida, nem *espartar* a guia e *zelar* a

contraguia na subida, nem *fazer um colo* bem feito, nem *repartir o movimento* com lição (grifos de Rosa) (p. 329)

4.2. Candieiro – o ajudante do carreiro, também munido de uma vara. Geralmente é um menino, porque a atividade passa de pai para filho. Rosa o chama de menino-guia. Lê-se, em seu conto: E o bezerro-de-homem-que-caminha-sempre-na-frente-dos-bois? (p. 332)

Antes destes dois, o carro precisa do esforço de dois outros homens:

4.3. Artesão – aquele que constrói o carro peça por peça, em madeira, cuidando bem da precisão dos encaixes diversos.

4.4. Ferreiro – aquele que coloca um aro de ferro em volta da roda.

5. Juntas de bois de carro:

5.1. Junta da guia – os dois bois que ficam mais à frente. Zé Mira fala deles:

Pra sê um boi di guia tem qui sê isperto, tencioso. De preferência intê meio bravo. Purque daí ele obedeci tudo qui ocê qué fazê com ele. Quando o boi é opinioso ele é inteligente. Pra iscoiê um boi di guia a genti oiava no pasto aquele que tava catano, oiano pur baxo ansim. Esse ia dá bão de guia (Bernardes 1999:135).

No conto rosiano, são apresentados, na junta da guia:

Vinha triste, mas batia ligeiro (o Tiãozinho) as alpercatinhas, porque, a dois palmos da sua cabeça, avançavam os belfos babosos dos bois da guia – Buscapé, bi-amarelo, entre as mãos a grossa barbela plissada, e Namorado, caracu sapiranga, castanho vinagre tocado a vermelho – que, a cada momento, achavam modo de querer chifrer e pisar (p. 305).

5.2. Junta do pé-da-guia, também chamada do contraguia – vem imediatamente após a junta da guia. Zé Mira explica: Quando atola o carro, o boi di guia i do contraguia tem que dá tudo pra arrancá o carro. Porque a junta di coice não pode fazê força porque é ela qui sustenta o carro. (Bernardes 1999: 135).

Formam tal junta, no conto, os bois Capitão e Brabagato: Segue-seguindo, a ativa junta do pé-da-guia: Capitão, salmilhado, mais em branco que em amarelo, dando a direita a Brabagato, mirim-malhado de branco e de preto: meio chitado, meio chumbado, assim cardim. Ambos maiores do que os da junta da guia (p. 305).

5.3. Junta do pé-do-coice, também chamada do contracoice – assim apresentada no conto rosiano: Passo após, a junta mestra, do pé-do-coice: Dançador, todo branco, zebuno cambraia, fazendo o cavalheiro; e, servindo-lhe de dama, Brilhante, de pelagem braúna, retinto, liso, concolor. Ainda maiores do que os seus dianteiros da contraguia (sic) (p. 305).

5.4. Junta do coice – assim explicada por Zé Mira: O boi di coice tinha di sê aquele boi pesado, di chifri meio virado pra trais. É o boi qui sigura todo o peso do carro (Bernardes 1999, p. 135).

Aparecem, nesta junta, no conto rosiano: E, atrás – ladeando o cabeçalho – conformes, enormes, tão tamanhões o quanto bois podem ser, os sisudos sócios da junta do coice:



Realejo, laranja-botineiro, com polainas lã de brancas, e Canindé, bochechudo, de chifres semilunares, e, na cor, jaguanês (p. 305 / 6).

Mais adiante (p. 325), de novo uma referência à junta do coice: [...] os bufalões destamanhos da junta do coice aguentam o peso do carro, fazendo freio e firmando no chão os cascos, fendidos como enormes grãos de café.

6. Vocabulário criado para os bois:

Para a fala dos bois, Rosa cria longas palavras compostas, que aparecem no conto grifadas em itálico. Seguem transcritas as ocorrências:

6.1. Para Carreiro: – É, tem também o *homem-do-pau-comprido-com-o-marimbondona-ponta...* – ajunta Dançador, que vem lerdo, mole-mole, negando o corpo. – O homem me chifrou agora mesmo com o pau. [...] – Mas eu já vi o *homem-do-pau-comprido* correr de uma vaca. De uma vaca... Eu vi (p. 308).

6.2. Para Candieiro: – E o *bezerro-de-homem-que-caminha-sempre-na-frente-dos-bois?* – O *bezerro-de-homem-que-caminha-adiante* vai caminhando devagar... Ele está babando água dos olhos... (pp. 332 / 3)

6.3. Para Boi zebu: – Eu já vi o *boi-grande* pegar um homem, uma vez... [...] Foi o *boi-grande-que-berra-feio-e-carrega-uma-cabaça-na-cacunda...* – Ele é bonito, esse um... – profere Dançador, que por sinal dá retrato de zebuino-nelorino [...] (p. 309).

6.4. Para outros bois: – Estamos todos pensando que nem o homem?... *Você, o-que-gosta-de-pastar-à-beira-da-cerca-do-pasto-das-vacas?*¹⁹²... – Sou o boi Brabagato. – E o *boi-da-noite-que-saiu-do-mato*¹⁹³? Boi Brillante, boi Brillante?!... (pp. 312 / 3)

7. Onomatopeias

7.1. Bufo de bois:

– *Oung! Moung!* – bufa Canindé [...] (p. 310)
[...] o companheiro de trela sungou a cabeça de repente. – *Moung?! Hmoung-hum!*... (p. 312)

Bhu! Muff! De repente, Boi Brillante projetou a cabeça, que sai do enquadramento – canga, canzis e brocha – como o pescoço de um jabuti que se desencaixa para beber chuva. (p. 317 / 8).

– *Uf! Pfú!*... – sopra Brillante.

– *Muh! Muung!*... – tuge Brabagato.

– *Oon! Oung!*... – bufa Buscapé. (p. 332)

¹⁹² Observe-se a adequação do nome: em outro trecho da mesma p., Brabagato aparece com apostos explicativos: “[.] Brabagato, mal castrado, tem muito brio e é fogoso: [.]”. Em outro ponto (p. 311), explica outro aposto: “Brabagato, chamurro pintado”.

7.2. A cantoria do carro de bois: Seriam bem dez horas, e, de repente, começou a chegar – *nhein... nheinhein... renheinhein...* – do caminho da esquerda, a cantiga de um carro de bois (p. 304).

E no final do conto de novo aparece o canto: [...] até o carro está contente – *renhein... nhein...* – e abre a goela do chumaço, numa toada triunfal (p. 338).

8. Conceitos emitidos pelos bois e pelo narrador:

São dignos de nota alguns conceitos dos bois que aparecem no conto e também alguns do narrador. Vejamos inicialmente os dos bois:

8.1. O medo: O medo é uma pressa que vem de todos os lados, uma pressa sem caminho... (p. 311).

8.2. O choro: Ele [o menino candieiro] está babando água dos olhos... (pp. 333)

8.3. O homem comparado ao boi:

! O homem é um bicho esmochado, que não devia haver. Nem convém espiar muito para o homem. É o único vulto que faz ficar zozinho, de se olhar muito. É comprido demais, para cima, e não cabe todo de uma vez, dentro dos olhos da gente (p. 308)

– Eu acho que nós, bois, – Dançador diz, com baba – assim como os cachorros, as pedras, as árvores, somos pessoas soltas, com beiradas, começo e fim. O homem não: o homem pode se juntar com as coisas, se encostar nelas, crescer, mudar de forma e de jeito... O homem tem partes mágicas... São as mãos... Eu sei... (p. 326).

À semelhança dos bois, o narrador aparece com nomes e conceitos bastante peculiares:

8.4. O céu, o firmamento: olho gigante, azul espreitante, que esmiúça (p. 320).

8.5. O carro de bois e o menino candieiro:

[...] posto do dorso a mão da serra, um brinquedo feito, pequeno, pequeno: engenhoca minúscula de carro, recortado; e um palito de vara segura no corpo de um boneco homem-polegar, em pé, soldado-de-chumbo com lança, plantado, de um lado; e os boizinhos-de-carro de presépio, de caixa de festa. (p. 320).

9. Comparação de vocabulário relativo a carro de bois nos Açores e no Brasil:

Parece conveniente que se tabulem, a fim de possível comparação, palavras constantes das variantes açoriana e brasileira da língua portuguesa. A Tabela 1 aparece abaixo, na p. 11 e seguintes.

¹⁹³ Em outro momento (p. 305), Brillante é apresentado: “[...] de pelagem braúna, retinto, liso, concolor [...]”. Na p. 317 se lê: “Boi urubu é boi brilhante [...]”



As explicações das palavras não têm indicação da autoria porque foram assim registradas: as açorianas, a partir de Barcelos, 2008, *Dicionário de falares dos Açores*; as brasileiras, a partir de Houaiss, 2001, *Dicionário Antônio Houaiss de língua portuguesa*. Mas a indicação se faz quando usamos outra fonte de consulta, como é o caso de *oca*, *óculos* (V. Tabela 1). Os caracteres sobrescritos¹⁹⁴ após uma definição indicam nomes das ilhas onde se usa a palavra. Não havendo tal indicação, trata-se de palavra de uso generalizado em todas as ilhas (notação do autor do dicionário). Deixamos de tabular palavras que nomeiam cores dos bois, porque alongariam demasiadamente o texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

(As obras que aparecem indicadas em siglas, no texto, aparecem aqui seguidas de tais siglas, entre parênteses)

BARCELOS, J. M. Soares de (2008) *Dicionário de falares dos Açores*. Vocabulário regional de todas as ilhas. Coimbra: Almedina. (JBMS)

BERNARDO, M. Clara Rolão / MONTENEGRO, Helena Mateus (2003) *O falar micalense* (Fonética e Léxico). Viseu: João Fernandes Editor. (B&M)

BERNARDES, Lúcia (1999). *Nas trilhas de Zé Mira*. São Paulo: Escrituras.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles – *Dicionário Antônio Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. (DH)

LINDSAY, P. & NORMAN. D. (1977). *Human Information processing*. Nova Iorque: Academic Press.

LOBATO, Ana Bettero Monteiro (2001). O carro de boi em Muqui. In: *Revista Jangada Brasil*, Ano III, nº 32 disponível em <http://www.jangadabrasil.com.br>, em 20 / 01 / 06. (BML)

LONGMAN GROUP UK (1992). *Longman Dictionary of Language - teaching and applied linguistics*. 2ª ed. Org. por Jack C.Richards, John Platt, Heidi Platt. Essex / Cingapura: Longman Singapore Publishers,

MARQUES, Gabriel Garcia (2003, 06) *Viver para contar*. Rio de Janeiro: Record.

NEVES, Serrano (2002) *O carro de bois em Goiás*. Acervo da página pessoal de Serrano Neves disponível em <http://www.serrano.neves.nom.br>, em 20 / 01 / 06. (SN)

PITTELMAN, Susan D. e HEIMLICH, Joan E. (1991). *Teaching Vocabulary*. In Bernard L. Hayes (ed.)! *Effective Strategies for Teaching Reading*. Needham Heights, MA: Simon & Schuster.

PAULA, Zuleika (1988). *O carro de bois em Bertioga*. Caderno de Folclore nº 2, Fundação Cultural Cassiano Ricardo. Divisão de Produção da Prefeitura de São José dos Campos - SP.

ROSA, João Guimarães (1999). *Sagarana*. 31 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

RUMELHART D. E. (1980). Schemata: The building blocks of cognition. In R. J. Spiro, B. C. Bruce, & W.F. Brewer (Eds.) , *Theoretical issues in reading comprehension* (pp. 38-58). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

AÇORES	BRASIL
Alcavã – Leito do carro de bois ^T . Falando desta palavra, Boléo escreve: Curiosa também a palavra acavem , que ouvi em Rio Vermelho para designar a tábua ao fundo do chedeiro do carro de bois. (A transcrição é de <i>A língua Portuguesa do Continente, dos Açores e do Brasil</i> .)	Mesa do carro de boi Chedeiro (DH registra <i>recavém</i> e <i>recabém</i> ; o último como regionalismo de Trás-os-Montes)
Aperto – corda que se usava para amarrar a lenha no carro de bois.	
Arrodear – manipular o carro de bois pelo timão para o virar.	
Ataca – correia de couro que liga os chifres quando estão na canga ^F	Chifradeira – correia que prende pelos chifres os bois de uma junta.
Barbilha – tira de couro que liga os canzís por baixo do pescoço dos bois na canga SM ; o m. q. <i>barbilho</i> .	Brocha; barbela – 11. Derivação: por extensão de sentido: correia de couro cru que passa sob o pescoço do boi, cingindo-o, e se prende pelas extremidades aos canzís da canga; barbela.
Barriga da canga – bordo inferior arredondado do camalhão da canga de bois ^{F,SM,T} ; o m. q. <i>peito-da-canga, bojo da canga</i> .	
Breique – (do am. <i>Brake</i>) ferro que aperta o eixo do carro de bois, sendo, no fundo, um travão ^{FI} . Travão. Var. <i>breque</i> .	Travão – no DH, o m.q. freio ('artefato us. para conduzir animais' e eng.mec)
Brocha – correia ou corda que, na canga, prende os dois canzinhos por baixo da barbela do boi ^T .	Para o DH: 9 Derivação : por extensão de sentido: pedaço de corda com que, nos carros de bois, se amarram os fueiros, quando a carga é pesada. 10 Diacronismo : antigo: peça com que se cingiam as diferentes partes da armadura ao corpo do guerreiro; broche. 11 Derivação: por extensão de sentido: correia de couro cru que passa sob o pescoço do boi, cingindo-o, e se prende pelas extremidades aos canzís da canga; barbela. 12 Derivação: por extensão de sentido: chaveta ou cunha que se coloca na

¹⁹⁴ Caracteres sobrescritos: C = Corvo; F= Faial; FI = Flores; Sj = São Jorge; SM =São Miguel; StM = Santa Maria; T = Terceira.



	ponta dos eixos dos carros, para segurar as rodas. 13 Regionalismo: Centro-Oeste do Brasil: barbela ('pele') do boi
Brochadouro – barbela dos bois. Dobra na parte inferior do pescoço dos bois. Designação também us. no Minho e Trás-os-Montes.	Barbela – 1 Rubrica: anatomia zoológica. Prega de pele pendente sob o pescoço de alguns ruminantes, como os bois e os alces; barbilhão, papada.
Broco – Diz-se do gado com os cornos ou sem cornos; esmochado	Broco – No DH: 4 Regionalismo: Norte do Brasil, Nordeste do Brasil: que apresenta um chifre (ou ambos) pequeno e rugoso (diz-se de gado vacum) (DH) Esmochado – 1 tornado mocho, privado (o animal) de seus cornos ou armas de defesa; descornado.
Bronco – nome do touro que tem os chifres desiguais (do lat. <i>Bruncu-</i> , pelo cast. <i>Bronco</i> , grosseiro.	
Bule – (do am. <i>Bull</i>) Macho; toiro.	
Cabeçalho – pau comprido que, no carro de bois, vai à canga. (B&M)	Cabeçalho – também chamado cabeçário . Caibro que contorna toda a mesa do carro, avançando na ponta da frente, além do assoalho (SN)..
Cãiba – cada um dos segmentos laterais da roda do carro de bois SM . Var. <i>caiba</i>	Cheda – 1 . cada uma das pranchas que limitam lateralmente um carro de tração animal e onde se encaixam os fueiros; chazeiro.
Cãiga – corruptela de canga.	Canga – 2 (a1596) jugo, peça de madeira us. para prender junta de bois a carro ou arado.
Camalhão – parte central da canga que fica entre os dois bois ^T ; o m.q. <i>mesa</i> (do cast. <i>Caballon</i>)	Mesa – como se pode ver pela definição, não corresponde exatamente a mesa , que, segundo DH, nomeia a parte plana de carros e carroças onde é colocada a carga.
Cancela – (de <i>cancelo</i>) guarnição de vime à volta do carro de bois; o mesmo que <i>sebe</i> ^{FI} .	
Canga de cangar – canga usada no carro de bois.	
Canga de silga –canga que ajuda outra a puxar o carro de bois quando a carga é grande ou quando o caminho é mau (<i>silga</i> , o m.q. <i>sirga</i>) ^{F,FI} .	
Carapinha – bovino com uma melena no cimo da testa ^T .	
Carro de guincho – carro de bois SM . Tem este nome pelo chiar, quincar, do atrito do <i>eixo</i> nas <i>cantadeiras</i> .	

A razão do chiar do carro de bois, segundo alguns, seria dar um aviso, nas curvas dos caminhos, aos que viessem em sentido contrário. O m.q. <i>carro chião</i> .	
Chiadeira – uma das peças do carro de bois ^T ; o m.q. <i>cantadeira</i> .	Cantadeira – peça de ferro do carro de bois, sobre a qual roda o eixo; (em Portugal) cantadoura, cantadoira, garrida.
Coicão – uma das peças do carro de bois contra a qual gira o eixo ^{FI, T} . O plural é coicães ^T .	Cocão – cada um dos quatro paus verticais, fixos nas chedas dos carros de bois, e entre os quais gira o eixo.
Currume – parte do eixo do carro de bois (do rad. de <i>correr</i> + <i>-ume</i> , com assiml.) ^T .	
Eixo – peça do carro de bois onde se encaixam as rodas e que atravessa o carro sob o leito (B&M).	
Fugeira – <i>fueiro</i> mais curto e curvo	
Fugeiro – m. q. <i>fueiro</i> ^{FI, SI, T} .	Fueiros – caibros roliços de madeira, colocados nos furos das chedas, com a finalidade de amparar a carga (SN).
Galhadura – os dois chifres dum animal.	Galhadura – m.q. <i>galhada</i> ('cornos dos ruminantes') (DH).
Gato – cada uma das pequenas travessas que eram cravadas no meão do carro de bois.	Gatos – duas peças de ferro situadas na roda do carro de boi, ficando presas juntas ao furo feito no meião onde é colocado o eixo do carro. Essas peças servem para não deixar rachar o meião, quando é colocado o eixo. (BML)
Lumieira – cada uma das aberturas na roda do carro de bois ^T .	Óculos das rodas – São furos feitos nas cambotas. Dependendo do construtor do carro, estes furos são de formas circulares ou ovais. (BML)
Olhal – buraco em forma elipsoidal da roda do carro de bois, também chamado de <i>ouvido</i> ^{SI} .	
Mei-água – espécie de telheiro baixo onde se guardava o carro de bois ^{FI} . O nome vem-lhe da forma do telhado em meia-água.	
Mesa – A parte central da canga de bois SM . Nalgumas ilhas é chamada <i>camalhão</i> .	Mesa – parte plana de carros e carroças onde é colocada a carga; tabuleiro. BML, porém, fala em mesa do carro de bois .
Meter os bois no carro – prender os bois ao carro usando a <i>canga</i> ^F .	Cangar – colocar canga em; jungir
Mossa – cada uma das duas ranhuras na parte lateral externa dos <i>canziz</i> da canga de bois ^{SM, SM, T, FI} , também chamada de <i>mossa do tamoeiro</i> .	Mossa – 2.1 talho ou cavidade nos dentes do pau da canga (tb. us. no pl.) (DH).
Nariz – gancho metálico no cabeçalho do carro de bois destinado à <i>silga</i> ^T . (<i>Silga</i> , não def. no dicionário).	



Oácha – anilha que protege o <i>coução</i> do aperto do parafuso de orelhas, no carro de bois (do am. <i>washer</i>) ^C .	
Palheiro – casa de pedra solta, antigamente coberta de palha de trigo que serve em geral como arrecadação das alfaias agrícolas e da comida para os animais. Muitas vezes incluía um espaço próprio para abrigar o carro de bois.	Palhal, palhar – 1. casa coberta de palha. (DH)
Peito da canga – nome que no Faial se dava ao bordo inferior e arredondado do <i>camalhão</i> da canga de bois, noutras ilhas chamado <i>barriga</i> ou <i>bojo da canga</i> .	
Pontalete – extremidade bifurcada dos <i>fugueiros</i> , no carro de bois, sobre o qual assenta o <i>travessão</i> (ext. de <i>pontalete</i>) ^{F1} .	
Rabear – dirigir o carro de bois para trás para o virar ^C .	
Rabicho – nome do bovino com pelos compridos na cauda ^T .	Rabicho – que não tem pelo na extremidade do rabo (diz-se de touro).
Releixo – parte do eixo do carro de bois, cilíndrica, que está na chumaceira (do esp. <i>releje</i>) ^{S1} .	
Sebe – tapume feito de vime com que é cercado o tabuleiro dos carros de bois para amparar a carga. No Faial também se chama <i>cancela</i> .	Canistro – esteira que se apoia nos carga miúda. (SN).
Silga – corda destinada a ajudar a puxar um carro pesado. Usava-se este termo em relação ao carro de bois – quando ia carregado, era ajudado por outra junta de bois com uma canga, a <i>canga de silga</i> , e uma corda ou uma corrente, a <i>silga</i> ou <i>silgadeira</i> , ligada ao <i>nariz</i> do carro, puxando à frente daquele. Nota: <i>Silga</i> é alt. de <i>sirga</i> , derivada do esp. ant. <i>sirga</i> , seda.	Silga – o DH registra a palavra, mas para outro contexto: 2.1 corda que serve para puxar embarcações junto da margem de rios, freq. utilizando-se a força de cavalos
Soalho – leito do carro de bois.	
Sólea – pau curvo que se liga num dos extremos à grade e ao trilho e no outro à canga dos bois ^T .	
Tapadoira – tampa de vime com que se tapa a parte de trás da sebe do carro de bois, também chamada <i>cancela de trás</i> ^F . Em São Jorge chamam-lhe <i>sevete</i> – dim. de <i>seve</i> . Cancela de trás .	Tapume – cerca ou vala guarnecida de sebe que defende uma área. A palavra é usada de modo geral. Não se refere apenas a carro de bois.
Travadeira – corda que passa pela frente da <i>cancela</i> , no carro de bois, para segurar ou travar.	
Travadura – corda que serve para ligar os fueiros do carro de bois quando este vai carregado ^{C,T} .	
Travessão – vara sobre a qual assentava a carga, no carro de bois, quando era tirada a <i>cancela</i> ^{F1} .	

Tabela 1 nomes dos detalhes do carro de bois nos Açores e no Brasil

27. ZILDA ZAPPAROLI, UNIV. DE SÃO PAULO, BRASIL

ZILDA MARIA ZAPPAROLI nasceu em Itu, São Paulo, Brasil, em 2 de agosto de 1945. É professora associada aposentada junto ao Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Univ. de São Paulo (FFLCH-USP), instituição em que obteve os títulos de Mestre, Doutor e Livre-Docente, e onde continua desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e orientação no Curso de Pós-Graduação em Linguística, área de Semiótica e Linguística Geral, linha de pesquisa Informática no Tratamento de Corpora e na Prática da Tradução.

Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Informática, Linguística de Corpus e Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: linguagem e tecnologias, informática e ciências humanas, análise informatizada de textos, pesquisas baseadas em *corpora*, educação a distância, processamento de língua natural, análise do discurso oral, lexicologia, fonética e fonologia.

Tem cerca de quarenta anos de atuação em Linguística Informática, com tese de doutorado, tese de livre-docência, pós-doutorado na Univ. de Toulouse II e trabalhos publicados na área. É líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Linguística Informática, certificado pela Univ. de São Paulo e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq em 2002.

É consultora *ad hoc* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq –, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Integrou comissões e colegiados na USP, destacando-se os trabalhos relativos ao processo de informatização da FFLCH-USP, enquanto Membro da Comissão Central de Informática da USP e Presidente da Comissão de Informática da FFLCH-USP por cerca de treze anos.

VOZ E TEXTO ORTOGRÁFICO-FONÉTICO NO SISTEMA CORPOR – CORPORA DO PORTUGUÊS FALADO DE SÃO PAULO, ZILDA MARIA ZAPPAROLI, UNIV. DE SÃO PAULO, CNPq, FAPESP, BRASIL TEMA 3.3: O ESTADO DA LUSOFONIA, SUBTEMA: PORTUGUÊS NOS MÍDIA E NO CIBERESPAÇO

Situada em área interdisciplinar, na interface entre Linguística e Informática, a investigação dedica-se à construção do Sistema CorPor, que inclui Bases de Informações Ortográficas e Fonéticas do Português Falado de São Paulo em Sistema de Banco de Dados Relacional. As informações estão organizadas, relacionadas e armazenadas através de anotações linguísticas e extralinguísticas: a língua oral paulista, observada numa perspectiva sincrônica, é, assim, passível de ser avaliada na sua diversidade – diferenças entre comunidades regionais, sexos, níveis de escolaridade, gerações, classes sociais, condições de produção dialógica. As Bases são o suporte a partir do qual os demais componentes do Sistema – *corpora* e léxicos – são gerados. A recuperação das informações linguísticas através do computador pode ser feita de maneira: a)



multissensorial, pelo emprego coordenado de áudio (voz humana) e textos (transcrição ortográfica e fonética da fala); b) integrada, pela utilização simultânea dos meios de comunicação – voz e texto – sob a coordenação do computador; c) interativa, pela maneira com que se faz a recuperação das informações, isto é, ativamente, através de buscas, interligações. Voltada a aspectos pouco explorados nos estudos linguísticos – se são raros, no Brasil, os *corpora* eletrônicos de transcrições ortográficas de fala, mais ainda o são os *corpora* com transcrições fonéticas e com disponibilidade simultânea de voz e texto –, os resultados do trabalho podem oferecer contribuições e benefícios: no âmbito da Linguística, pelo oferecimento de *corpora* digitalizados de voz e de textos autênticos da língua oral paulista para o desenvolvimento de estudos diversos; na interface entre a Linguística e a Informática, pelo oferecimento de conhecimentos linguísticos para o desenvolvimento, treinamento e avaliação de sistemas de processamento da fala do português variante brasileira. O Sistema CorPor está disponível a estudiosos interessados em estudos da língua oral do português do Brasil, para diferentes finalidades, no site www.corpor.ffch.usp.br.

Palavras-chave – Linguagem e Tecnologias, Linguística Informática, Linguística de Corpus, Sistema CorPor, Sistema de Banco de Dados Relacional, Bases de Informações Ortográfico-Fonéticas do Português Falado de São Paulo, *Corpora* Eletrônicos do Português Falado de São Paulo, Voz e Texto Ortográfico-Fonético do Português Falado de São Paulo, Léxicos Eletrônicos do Português Falado de São Paulo, Fonética e Fonologia, Lexicologia

INTRODUÇÃO

Alicerçada em uma interação real entre os estudos da linguagem humana e as tendências atuais de acesso à informação e à comunicação, a investigação que levou à geração do *Sistema CorPor* é por excelência interdisciplinar, situada na interface linguagem / tecnologias.

A utilização do computador como ferramenta auxiliar no decorrer de toda a pesquisa explica-se pela dimensão do *corpus*, para que haja uma interação mais fácil, rápida e segura com os materiais de estudo, e para que os dados possam ser tratados dentro de uma perspectiva quantiquantitativa.

O trabalho justifica-se pela demanda por Bases de Informações, *Corpora* e Léxicos Eletrônicos de Transcrições de Fala em Língua Portuguesa do Brasil, dada a sua restrita disponibilidade no momento em que a tendência internacional de pesquisa caminha no sentido de priorizar o emprego de uma abordagem baseada em *corpus*, pelas suas vantagens de possibilitar investigações com grandes volumes e variedades de textos representativos da língua em uso, com rapidez, exatidão, confiabilidade nos resultados e facilidade de armazenamento, recuperação e tratamento de informações.

Mais particularmente ainda, justifica-se pela carência de Bases de Informações, *Corpora* e Léxicos Eletrônicos que apresentem transcrições ortográficas e fonéticas com acesso simultâneo à voz dos informantes, bem como dados quantiquantitativos sobre o uso da língua portuguesa do Brasil.

Os *corpora*, como também os léxicos, são gerados a partir de *Bases de Informações Ortográfico-Fonéticas do Português Falado de São Paulo* (São Paulo, Campinas, Itu) em arquitetura de banco de dados relacional – *Sistema CorPor*.

Um dos produtos tecnológicos de relevo, recentemente incorporado ao Sistema e ponto central deste trabalho, é o componente áudio – voz humana – com textos – *Corpora* de Língua Oral com *Corpora* de Fala Transcrita Ortográfica e Foneticamente do Português Falado de São Paulo.

Além dos *corpora*, o *Sistema CorPor* inclui: a) Léxico de Frequência Ortográfico-Fonético do Português Falado de São Paulo; b) Léxico Ortográfico-Fonético de Junturas Intervoculares do Português Falado de São Paulo; c) Léxico de Frequência Ortográfico-Fonético de Junturas Intervoculares do Português Falado de São Paulo.

O *Léxico de Junturas Intervoculares*, construído a partir do exame de diferentes manifestações de encontros fônicos que se dão no contexto intervocabular, representa estudo inédito. Dessa forma, no âmbito dos estudos fonológicos da língua contemplada pela pesquisa, a investigação não se limita à descrição dos segmentos fônicos – alofones – segundo o estruturalismo europeu, mas se estende, a partir dos pressupostos teóricos da Fonologia Gerativa, ao estudo da fonologia sintática – ou fonologia combinatória lexical –, resvalando, assim, o terreno da Morfofonologia – descrição dos processos fonológicos e / ou fonéticos que os segmentos fônicos sofrem quando se combinam na constituição de unidades maiores, as sequências vocabulares. O Sistema ainda contém o menu *Ajuda*, com artigos, apresentações em eslaides e textos explicativos dos procedimentos metodológicos adotados na constituição do *corpus* de língua oral, na constituição do *corpus* de fala transcrito para tratamento computacional e na geração do Sistema CorPor.

Pautado em trabalhos que vimos realizando há cerca de quarenta anos para a descrição e análise de aspectos fonológicos, lexicais, textuais e discursivos do português falado de São Paulo, através de pesquisas baseadas em Bancos de Dados e em *Corpora* Eletrônicos, o *Sistema CorPor*: a) contempla investigação de natureza interdisciplinar, que envolve o recurso a contribuições de métodos e técnicas diversos e atuais, extrapolando, assim, as abordagens tradicionais; b) responde à preocupação atual dos estudos linguísticos, no que diz respeito à composição de acervos textuais eletrônicos para o exame da língua em situações reais de uso; c) disponibiliza para outras pesquisas Sistemas de Banco de Dados, *Corpora* e Léxicos Eletrônicos da Língua Oral Paulista com informações sonoras, ortográficas e fonéticas; d) utiliza tecnologias informatizadas e de comunicação na pesquisa e no conhecimento da língua portuguesa do Brasil, com contribuições para a implementação de sistemas com vistas à obtenção, representação e uso desse conhecimento através do computador.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O trabalho insere-se na área da *Linguística Informática* – parte da utilização de recursos da Informática na Linguística para a composição de Bases de Informações, *Corpora* e Léxicos do Português em Sistema de Banco de Dados, que, por sua vez, servirão de



subsídios às áreas que se servem de *recursos da Linguística na Informática*, a exemplo do *Processamento Automático da Língua Portuguesa*.

Concebendo a *Linguística Informática* como abrangendo as diferentes áreas em que as tecnologias informatizadas estão relacionadas aos estudos da linguagem – *Linguística de Corpus, Linguística Computacional e Processamento de Língua Natural* –, a pesquisa enquadra-se mais particularmente nos propósitos da *Linguística de Corpus* em uma de suas preocupações, que constitui a condição *sine qua non* para a sua existência – construção de *corpora* eletrônicos a partir de textos e discursos reais.

O trabalho fundamenta-se, também, nos quadros teóricos: a) da *Linguística Descritiva*, em sua preocupação com o que é dito ou escrito, por quem, onde e quando; b) da *Linguística Aplicada*, em sua concepção atual – que vai além de sua aplicação ao ensino / aprendizagem de línguas –, enquanto área multidisciplinar, dedicada às situações de uso da língua e, pois, ao desenvolvimento de pesquisas a partir da análise de *corpora*; c) da *Linguística Conversacional*, no cuidado em respeitar, na transcrição dos dados, as características específicas do discurso oral, evitando-se, na medida do possível, as normas tradicionais da linguagem escrita; d) da *Fonética* e da *Fonologia*, nos critérios que nortearam a transcrição e o exame do comportamento fonológico dos encontros fônicos que se dão na junção lexical, ou seja, nos limites de duas ou mais fronteiras de palavras; e) da *Sociolinguística*, nas variáveis extralinguísticas que foram controladas na seleção dos informantes que forneceram material linguístico para a constituição dos *corpora*, com consequente oferecimento dos perfis dos dialetos e situações de uso contemplados através da técnica baseada em *corpus*; f) da *Lexicologia*, nos critérios que orientaram a questionada definição e delimitação da palavra para a segmentação do enunciado nos seus constituintes léxicos, bem como a constituição de léxicos; g) da *Linguística Textual e da Análise do Discurso Oral*, na descrição lexical quantiquantitativa, que oferece subsídios para estudos do texto e do discurso.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Constituição do Corpus de Língua Oral

O *corpus* de língua oral foi constituído a partir da gravação de diálogos – em situação de entrevistas e de conversações – entre o entrevistador e 216 informantes de três regiões do Estado de São Paulo – a Capital e duas regiões do interior, Campinas e Itu –, selecionados por critérios sociolinguísticos – região de origem, sexo, escolaridade, faixa etária, nível socioeconômico –, num total de 54 horas de gravação, de 432 diálogos e de cerca de 180 mil ocorrências de itens lexicais.

2.2 Constituição do Corpus de Fala Transcrito para Tratamento Computacional

Para a geração das *Bases de Informações Ortográfico-Fonéticas*, procurou-se responder às exigências apresentadas na literatura atual sobre o assunto, que expressa

a tendência internacional de pesquisas linguísticas baseadas em *corpus*: a) os dados são autênticos – provenientes de variedades sociolinguísticas do português falado de São Paulo, coletados em situações reais de uso, em condições de produção formal e informal de diálogos entre o informante e o documentador, colhidos, portanto, de atos reais da fala; b) o *corpus* foi constituído com a finalidade de servir para estudos da língua oral do português paulista em diversas áreas e para diferentes finalidades; c) o *corpus* tem o propósito de ser um objeto de estudo linguístico; d) o conteúdo do *corpus* foi criteriosamente escolhido, em função de diretrizes linguísticas e extralinguísticas que nortearam a sua coleta; e) a codificação e a estruturação dos dados estão a serviço do armazenamento, processamento e recuperação dos dados por computador; f) o *corpus* é uma amostra representativa da variante paulista do português do Brasil; g) o *corpus* tem a dimensão pequeno-médio, com cerca de 180 mil itens lexicais, dimensão média de *corpora* em uso em pesquisas na área da *Linguística de Corpus*.

Trata-se de *corpus* eletrônico anotado, que traz informações que permitem identificar as variáveis linguísticas (a palavra, a sua posição no enunciado, bem como a do enunciado no discurso, a sua transcrição ortográfica e fonética, a junção ou o tipo de encontro fônico que mantém com a palavra antecedente e com a subsequente) e extralinguísticas (região de origem, sexo, nível de escolaridade, faixa etária, nível socioeconômico, condições de produção do diálogo), controladas na recolha do *corpus* de língua oral e na sua transcodificação.

Para a transcrição ortográfica, adotou-se o sistema de sinais escritos do alfabeto latino utilizado pela língua portuguesa, com convenções para a distinção de palavras homógrafas. Através de códigos, representaram-se as pausas, entonações e outras informações contextuais características do código falado.

A transcrição fonética é alofônica, por especificar alofones da língua. Utilizam-se os caracteres do *Alfabeto Fonético Internacional* e anotam-se, por códigos, a pausa efetivamente realizada na fala e o comportamento de encontros fônicos na junção intervocabular.

3 Sistema CorPor – Sistema Gerenciador de Banco de Dados Relacional

Estudando fatos da língua em uso e utilizando o computador no armazenamento, na recuperação e no tratamento e análise de dados autênticos de língua oral, o *Sistema CorPor* reúne Bases de Informações Ortográfico-Fonéticas, *Corpora* e Léxicos do Português Falado de São Paulo em arquitetura de banco de dados relacional.

3.1 Armazenamento das informações

As *Bases de Informações* estão armazenadas no *Sistema CorPor*, Sistema de Banco de Dados Relacional, e são manipuladas por meio de Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) – um conjunto de programas computadorizados – *software* ou ferramenta –, desenvolvidos numa determinada linguagem, que possibilitam o gerenciamento das funções de edição, consulta, controle e remoção de registros,



campos ou tabelas de um Banco de Dados. Esse procedimento oferece a possibilidade de se estabelecerem relacionamentos entre os dados do Banco para a extração e análise de novas informações. As Bases constituem, assim, uma coleção de dados ortográficos e fonéticos do português falado de São Paulo, organizados, relacionados e armazenados em função de anotações linguísticas e extralinguísticas, com as diferentes relações existentes entre os dados armazenados.

O armazenamento das Bases em formato específico de Banco de Dados Relacional tem o propósito de oferecer a estudiosos do português facilidade, rapidez e confiabilidade na pesquisa (consulta), na recuperação (acesso) e no tratamento (exploração) automáticos de extensos e variados dados autênticos do português paulista para o desenvolvimento de estudos de aspectos diversos da língua – fonéticos, fonológicos, lexicais, morfológicos, sintáticos, textuais e discursivos – e para o desenvolvimento de sistemas de processamento da fala.

Não somente as Bases de Informações Ortográfico-Fonéticas, como também *Corpora* e Léxicos gerados a partir delas, integram o Sistema CorPor, cada um deles compondo um módulo – ou componente – com seus registros e campos.

3.2 Recuperação das informações

A maneira como as informações estão codificadas e estruturadas confere às Bases funcionalidade, com possibilidades de recuperação automática de diferentes *corpora* e léxicos por variáveis linguísticas e extralinguísticas. É possível extrair desde o *corpus* integral e conjunto, constituído pelo total das informações das 432 interações dialógicas realizadas com os 216 informantes, até diferentes *subcorpora* quantas são as variáveis linguísticas e extralinguísticas anotadas e suas diferentes possibilidades combinatórias, para posterior tratamento por programas de análise linguística.

Assim, a língua portuguesa, observada numa perspectiva sincrônica, é passível de ser avaliada na sua diversidade: diferenças entre comunidades regionais, diferenças entre sexos, diferenças entre níveis de escolaridade, diferenças entre gerações, diferenças entre meios sociais, diferenças ligadas às condições de produção do diálogo.

O componente *Corpora Eletrônicos do Português Falado Paulista – Bases de Dados Textuais* – passou a disponibilizar, recentemente, recursos multimídia, com a opção de recuperação simultânea de áudio e texto, do que resultam *corpora* de língua oral que incorporam o componente acústico – as gravações das vozes dos informantes – mais a transcrição ortográfica e fonética da fala. Dessa forma, é possível a recuperação das informações linguísticas, através do computador, de maneira multissensorial, integrada e interativa: a) multissensorial, pelo emprego coordenado de áudio (voz humana) e textos (transcrição ortográfica e fonética da fala); b) integrada, pela utilização simultânea dos meios de comunicação – voz e texto – sob a coordenação do

computador; c) interativa, pela maneira com que se faz a recuperação das informações, isto é, ativamente, através de buscas, interligações, construção de informações novas. Seguem, a título de exemplificação, transcrição ortográfica e fonética de recortes discursivos extraídos das Bases. Trata-se de extratos de informante de São Paulo, do sexo feminino, com curso superior completo, 25 a 29 anos, classe alta alta, registro informal de interação dialógica.¹⁹⁵

Já viajei um bocadinho.

['ja via'j&y)2 boka'd5^u ||]

Eu fui pela Associação dos Professores de Francês, sabe?

['&w 'fuy p&l_asosya's@% dus p>of&'so>iz di f>@'s&y_'sabi ||]

Olha, o curso em si não... não sei se é o curso em si se vale a pena, entende?,

['0'a u 'ku>s%_1 'si || 'n2 || 'n2 's&y sy_'e_w 'ku>s%_1 'si si 'valy_a 'p7n_1't3) / i ||]

mas eu acho que, para criar uma maior maturidade, principalmente, no pessoal

[mayz_'&w 'wa\$u ki || p>a k>i'a_'wma may'y0> matu>i'dadi p1sipa!'m3)ci nu p&'swa!]

que eu fui, eu achei uma... eu achei uma... um pessoal tão imaturo, um pessoal

[ky_'&w 'fuy 'y&w wa'\$&y 'y6ma || 2 p&'swa! 't@% ima'tu>u || 2 p&'swa!]

que chorava, porque estava vinte graus abaixo de zero, estava doendo o dedo, umas

[ki \$o'>ava puki 'tava 'v1ci 'g>awz_a'bay\$u / i 'ze>o || 'tava do'3)d_u 'd&d_'6mas]

coisas assim; então, eu notei que o brasileiro, mesmo depois de uma faculdade,

['koyzaz_a's1)1't@% '&w no't&y ky_u b>azi'l&>u 'm&zmu / i'poyz / y_'6ma faku!'da / i ||]

ele é imaturo; não se fala no pessoal... eu pensei: bom, só eu de Mackenzie...

['&ly_'e_yma'tu>u || 'n2 si 'fala nu p&'swa! '&w p3)'s&y 'b4 's0 '&w / i ma'k3)zi]

— dizem que o pessoal de Mackenzie é filhinho de mamãe, de papai, né?; não é nada disso —

['diz1 ky_u p&'swa! / i ma'k3)zy_'e || fi'l5^u / i m9'm@) / i pa'pay 'ne || 'n2 'e 'nada ' / isu ||]

- pessoal formado por USP, etc., não sabia viver sozinho, entende?

[pi'swa! fo>'madu pu>_'uspy_&ti'set&>a || 'n2 sa'biya vi'v& s0'z5^%_1't3)di ||]

Chegamos na França, aquele problema assim: a guerra ainda está ali presente, sabe?;

['\$&'g9mu na 'f>@s_a'k&li p>o'bl7m_a's1 || a 'gex_a'1 da 't_a'li p>&'z3)ti 'sabi ||]

então, você entra no metrô, reservam, ahn, lugar para mutilados de guerra, coisas assim;

['1't@% 's& '3)t>a n6 m&'t>o x&'ze>v2 @ || lu'gax p>a muti'laduz / i 'gexa 'koyzaz_a's1 ||]

um pessoal super conscientizado, super amadurecido — pelo menos, o pessoal que eu conheci —.

[2 p&'su'a! 'sup&> k4si3)ti'zadu || 'sup&>_amadu>'sidu p&lu 'm7n_u p&'swa! ky_'&w ko^&'si ||]

¹⁹⁵ Na transcrição fonética, representa-se por || a pausa efetivamente realizada na fala e por _ os casos de junção lexical em que a fronteira vocabular é desrespeitada foneticamente, deixando de haver coincidência entre limite silábico e limite vocabular.



Então, para mim, como questão de amadurecimento, de viajar sozinha e conhecer países

[1't@% p>a 'm1) || 'k8mu k&s't@% dy_ amatu>&si'm3tu / i viya'ja s0'z5^_i ko^&s& pa'izis]

diferente, sozinha, foi excelente; agora, como curso mesmo, não dá para muito, né?;

[/ if&'>3)ti s0'z5^a 'foy y&s&'l3)ci || a'g0>a 'k8mu 'kuxsu 'm&zmu 'n2 'da p>a 'm2)tu 'ne ||]

o pessoal que eu conheci lá no curso também foi bom.

[u p&'swa! ky_ '&w ko^&'si 'la nu 'kuxsu t9'm3) 'foy 'b4% ||]

4 – Tratamento das informações

A possibilidade de extração, a partir das Bases, de diferentes *Corpora* por variáveis linguísticas e extralinguísticas torna viável a sua exploração por programas de análise linguística para estudos de aspectos diversos do português.

Há programas disponíveis que são indexadores e servem para a busca textual – permitem a indexação das palavras de um texto, ou seja, a identificação de sua localização no texto, a recuperação por listagens em forma de concordâncias (o conjunto de ocorrências de cada palavra, em ordem alfabética, com seu contexto imediato e sua localização). Possibilitam, também, a busca de colocados (de combinações de palavras - listas de palavras que ocorrem à esquerda e à direita da palavra de busca selecionada, em ordem de frequência) e de padrões de colocados (frases comuns - palavras que coocorrem com outras com certa frequência), bem como a pesquisa de grupos de palavras (com o uso de coringas e expressões lógicas, é possível a busca de palavras que guardam alguma relação). Os programas ainda permitem um tratamento quantitativo dos dados e alguns, quantitativo.

Pesquisas linguísticas baseadas em *corpora* eletrônicos vêm tendo interesse crescente em diversas áreas dos estudos da linguagem. Daí o fortalecimento dos estudos na área da *Linguística de Corpus* e a intensificação dos trabalhos que envolvem pesquisas em grandes *corpora*, bem como do número de pesquisadores interessados nas investigações de dados linguísticos autênticos. Nesse sentido, disponibilizamos alguns estudos descritivos do português no *Sistema CorPor*, esperando oferecer uma contribuição para os estudos na área, em especial no que diz respeito à construção de léxicos e aos exames dos padrões da linguagem – e, pois, ao processamento de línguas naturais, área lacunar no Brasil.

CONCLUSÃO

Destacam-se os seguintes pontos: a) a investigação refere-se a aspecto pouco explorado nos estudos da língua portuguesa – construção de Sistemas de Banco de Dados Relacional com Bases de Informações, *Corpora* e Léxicos Eletrônicos do Português que contemplem transcrições ortográficas e fonéticas – se são raros, no Brasil, os *corpora* eletrônicos de transcrições de fala, mais ainda o são, se não

inexistentes, os *corpora* com transcrições fonéticas e com recursos multimídia; b) a metodologia utilizada para a constituição do *corpus* de língua oral e do *corpus* de fala transcrito para tratamento computacional e, pois, para a geração das *Bases de Informações Ortográfico-Fonéticas do Português Falado de São Paulo*, é interessante por possibilitar a extração de diferentes *Corpora* e Léxicos por variáveis linguísticas e extralinguísticas, bem como a sua exploração por programas de análise linguística para estudos do português.

Com base nessas considerações, os resultados da investigação podem oferecer contribuições e benefícios: a) para responder à demanda, no Brasil, de *corpora* eletrônicos e de léxicos com transcrições de fala e com informações estatísticas de usos do português do Brasil, como fonte para diversos estudos; b) para a ampliação do intercâmbio científico e tecnológico e para o enriquecimento da interação entre as ciências exatas e as humanidades em geral, e, em especial, entre as ciências exatas e a ciência da linguagem; c) no âmbito da Linguística, pela disseminação do uso de pesquisas baseadas em *corpora* e de tecnologias informatizadas nos estudos da língua em uso, sobretudo nas áreas da Lexicologia, pelas possibilidades de aplicações imediatas na produção de dicionários e de glossários, e da Fonologia, pelo conhecimento dos padrões reais de uso do português falado; d) no ensino de línguas, pelas possibilidades de estudos da padronização linguística; e) a estudiosos do português, pelo oferecimento de Bases de Informações como fontes de usos reais, vivos e atestados, para uma descrição do emprego efetivo dos recursos da língua por variáveis linguísticas e extralinguísticas, com a possibilidade, ainda, de estudos comparativos entre esses usos e normas de emprego da gramática normativa; f) para a Fonoaudiologia, pelo estabelecimento de parâmetros da população sadia com vistas à confecção de instrumental para avaliações em áreas correlatas, com especial contribuição para a área de neuropsicolinguística; g) na interface entre a Linguística e a Informática, pelo oferecimento de conhecimentos linguísticos para a construção de sistemas de transcrição fonética automática e de sistemas computacionais de representação do conhecimento linguístico e, portanto, para o processamento da língua portuguesa, principalmente para o desenvolvimento, treinamento e avaliação de sistemas de processamento da fala do português variante brasileira – reconhecimento e síntese –, uma das áreas de maior complexidade do Processamento de Línguas Naturais.

Para acesso público, as Bases de Informações, *Corpora* e Léxicos delas derivados e resultados de seus estudos estão publicados em meios eletrônicos, que carecem de textos transcritos – há textos escritos e não transcrições de fala –, bem como de recursos multimídia, através do site <www.corpor.fflch.usp.br>, para que o seu *download* possa ser feito para a máquina do pesquisador através de transferência de dados em [redes de computadores](#).

O Sistema está disponível para a comunidade acadêmica, para, de um lado, com ela compartilhar parte dos muitos anos de utilização de tecnologias informatizadas nos estudos linguísticos; de outro, para que os usuários possam reportar dificuldades e problemas encontrados, e apresentar sugestões para a sua melhoria.



Para tornar o *Sistema CorPor* acessível aos *interessados* de maneira mais fácil, rápida, segura e amigável, tem-se a intenção de disponibilizá-lo em plataforma Web, seguindo as tendências atuais de produção, armazenamento e distribuição de conteúdos, o que significa converter o sistema atual *em outro sistema com ferramentas web, de forma a viabilizar a sua utilização e pesquisa on-line, em tempo real.*

Para concluir, retoma-se a referência feita ao trabalho de movimento duplo entre Linguagem e Tecnologias, ressaltando, de um lado, que as vantagens da utilização das Novas Tecnologias Digitais nas pesquisas linguísticas são indiscutíveis; de outro, vislumbrando resultados positivos de uma convergência do *Sistema CorPor* com a área da Inteligência Computacional para a geração de uma Base de Conhecimentos da língua oral paulista, indispensável na arquitetura de um sistema de processamento de língua natural.

O êxito do processamento de línguas naturais depende tanto do avanço tecnológico como de novos conhecimentos linguísticos. A tarefa que nos cabe, como linguistas e falantes da língua portuguesa como língua materna, consiste em oferecer contribuições para a aquisição de novos conhecimentos do português. Nesse sentido, o *Sistema CorPor*, que armazena as *Bases* em formato específico de Banco de Dados Relacional, oferece a estudiosos materiais para observações de aspectos diversos da língua.

AGRADECIMENTOS

A Manoel Vidal Castro Melo, pela assessoria em análise e programação para o desenvolvimento do Sistema em *Mainframe*, e a Edenis Gois Cavalcanti, para a criação do Sistema em PC.

BIBLIOGRAFIA

- INTERNATIONAL PHONETIC ASSOCIATION (1999). *Handbook of the International Phonetic Association*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MCENERY, Tony; WILSON, Andrew (1996). *Corpus Linguistics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- SCHANE, Sanford A. (1975). *Fonologia gerativa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SCOTT, Mike (2004). *WordSmith Tools*. 4. vers. Oxford: Oxford University Press.
- STUBBS, Michael (1996). *Text and Corpus Analysis - Computer-Assisted Studies of Language and Culture*. Oxford: Blackwell.
- SZYPERSKI, C. (1998). *Component Software: Beyond Object-Oriented Programming*. Boston: Addison-Wesley.
- ZAPPAROLI CASTRO MELO, Zilda Maria (1980). *Análise do comportamento fonológico da juntura intervocabular no português do Brasil (variante paulista). Uma pesquisa linguística com tratamento computacional*. São Paulo, 1980. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística da Univ. de São Paulo.
- ZAPPAROLI, Zilda Maria; CAMLONG, André (2002). *Do Léxico ao Discurso pela Informática*. São Paulo: EDUSP / FAPESP, 256 p. + CD-ROM.

ORGANIZAÇÃO:



ISBN: 978-989-95891-8-6

XVI COLÓQUIO DA LUSOFONIA 30 setembro a 5 outubro 2011

ATAS / ANAIS COM SINOPSES E BIODADOS

AICL - 16º Colóquio (30 setº-5 outºo 2011) com patrocínio
da Câmara Municipal de Vila do Porto, Santa Maria